

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO MESTRADO PROFISSIONALIZANTE
EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS

Ideais separatistas e autonomia política:
depoimentos sobre a criação do estado do Tocantins

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ângela de Castro Gomes

Aluna: Fernanda Zilli Bruni

Rio de Janeiro, 18 de junho de 2007.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Trabalho de conclusão apresentado ao Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, como requisito principal para a obtenção do título de Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais.

RIO DE JANEIRO

JUNHO DE 2007

*“É a dor da força desaproveitada
- O cantochão dos dínamos profundos,
Que podendo mover milhões de mundos,
Jazem ainda na estática do nada.”*

(Augusto dos Anjos)

Dedico este trabalho àquele que sempre acreditou em mim, mais do que eu mesma. A você, Wagler Vieira, que além do amor, foi meus olhos, meus ouvidos, minhas mãos e minha mente por inúmeras vezes. Sem a sua dedicação, o seu companheirismo, o seu apoio incondicional e a sua participação, nada disso teria acontecido.

Um especial agradecimento à minha mãe, Cleomar Bruni, por transmitir a mim o legado da sua busca constante pelo conhecimento. É, sem dúvida, a minha mestra da vida.

Aos meus irmãos Luciane, Flávio e Leonardo que, à distância, sempre torceram pelo meu sucesso e ao meu pai Olímpio Bruni, que mesmo sem entender direito, me apoiou nessa caminhada.

Aos amores da “dinda” Lucas, Laura e Cássio. Os sobrinhos e afilhados mais lindos que alguém poderia ter.

À minha sogra, Marcina Vieira, pelo incentivo toda vez que o desânimo aparecia.

Ao grande amigo e irmão tocantinense Carlos Gomes, ou apenas, Carlão. Esse trabalho não existiria sem a sua constante colaboração.

Índice

Resumo.....	7
Introdução.....	8
Parte I.....	12
1 - Vargas, o Estado Novo e a “Marcha para Oeste”	12
1.1 - O Governo Provisório e o Código dos Interventores	12
1.2 - A construção de Goiânia.....	19
1.3 - A Fundação Brasil Central.....	27
1.4 - Os primeiros movimentos pró-Tocantins	30
2 - Os anos 1950, JK, Brasília e uma nova “Marcha para Oeste”	32
2.1 - Os 50 anos em 5: JK e Brasília.....	32
2.2 - A meta síntese: a construção de Brasília	40
2.3 - O desenvolvimento do Norte	45
2.4 – Ideais separatistas reassumidos com nova liderança	47
3 - O regime militar e a criação do estado do Tocantins	55
3.1 – A luta pelo Tocantins e o regime militar	55
3.2 – Ainda uma “Marcha para Oeste”	61
3.3 - Os movimentos Pró-Tocantins ganham força e um novo líder	65
3.4 - Uma nova capital para um novo estado.....	77
3.5 - Um passado mítico para um novo estado.....	87
Parte II.....	98
Entrevistas: metodologia, roteiros, resultado de campo	98
Da metodologia: a história oral e a memória	98
Das entrevistas: a seleção dos entrevistados	100
Roteiros: a montagem.....	102
Entrevistas: resultados	103
Entrevistas	110
LIBERATO COSTA PÓVOA.....	111
TIÃO PINHEIRO	130
RINALDO CAMPOS.....	147
MOISÉS AVELINO.....	160
CARLOS PATROCÍNIO.....	173
MARCELO MIRANDA.....	185
Bibliografia	195

Resumo

O presente trabalho analisa a criação do estado do Tocantins, através da divisão do estado de Goiás. Essa análise tem relação com as articulações políticas bem como o histórico de atividades desenvolvidas para a divisão da região. Os líderes separatistas em suas respectivas épocas como Lysias Rodrigues, Feliciano Machado Braga e José Wilson Siqueira Campos são estudados de maneira mais enfática levando-se em conta que suas ações tiveram relevância e conhecimento em âmbito nacional. A questão da Marcha para Oeste através da intenção de ocupar os espaços vazios do sertão brasileiro se desenvolve como tema de extrema importância para o entendimento do trabalho. Como marco dessa “interiorização”, o estudo das cidades-capitais projetadas como forma de introduzir a modernidade nos sertões também é levantada. Sendo assim, Goiânia, Brasília e Palmas aparecem como instrumentos para a formação da identidade de um povo. Com base nisso, as entrevistas feitas com representantes da região do Tocantins ganham valor principal por se tratar de uma espécie de testemunhas da história.

Palavras-chave: política, história, divisão, criação, Tocantins, memória, identidade.

Introdução

Por conta do franco desenvolvimento da região Norte, certamente como muitos outros brasileiros, fiquei sabendo, através de pesquisa realizada na *internet* e de comentários feitos por amigos, dos incentivos para investimentos e empreendedorismo no mais novo estado brasileiro: o Tocantins. Com o intuito de atrair investidores, bem como migrantes para a expansão do estado, o governo do Tocantins investiu em políticas públicas como a desburocratização para abertura de pequenas e médias empresas, entre outras.

Assim, no ano de 2002, eu, uma jovem gaúcha, recém-formada em jornalismo e recém-casada, migrei para aquele estado e me instalei na sua capital, Palmas. Rapidamente consegui emprego e exerci minha profissão como subeditora de política, no maior jornal daquele estado, o *Jornal do Tocantins*. Pelo fato de estar no estado durante a campanha eleitoral de 2002, que elegeu presidente da República, governador, senadores, deputados federais e estaduais, tive a oportunidade de conhecer diversas pessoas que participaram do processo de criação do Tocantins. A partir daí, comecei a ter um interesse crescente pelo tema do processo de autonomia política daquele estado que, além de ter me cativado com suas belezas naturais e com a receptividade de seu povo, tem uma história pouco conhecida. Foi nessas circunstâncias que entrei em contato com diversas histórias sobre o estado e sobre sua luta por autonomia política, o que acabou despertando em mim a vontade de estudar esse processo que tanto interessa e mobiliza a população local.

Na verdade, desde essa ocasião, pude verificar que ainda não existiam muitas iniciativas que permitissem que a população do estado, escolarizada ou não, tomasse conhecimento de sua história de forma mais crítica. Portanto, embora o diagnóstico possa parecer paradoxal, há falta de pesquisas e textos que tracem a história do Tocantins e façam uma conexão com o contexto nacional, mas sobram materiais laudatórios e/ou comemorativos sobre a criação do estado.

É importante, então, salientar que a bibliografia acerca da criação do Tocantins, dentro de uma perspectiva mais acadêmica, ainda é escassa. Encontram-se informações dispersas em alguns trabalhos produzidos no próprio estado ou em Goiás, fazendo com que as análises sobre o assunto se encontrem fragmentadas e de difícil acesso. Minha proposta é que o conhecimento mais amplo das lutas pela criação do estado do Tocantins, sobretudo em seus momentos iniciais, possibilite entender melhor esse processo de autonomia, dentro do contexto da história do Brasil recente. Principalmente, levando-se em consideração que a criação de territórios se desenvolveu na década de 1940, período em que ocorre a primeira manifestação pública para a independência da região Norte de Goiás, onde hoje se situa o estado do Tocantins.

No decorrer do século XX, a idéia de se criar o Tocantins, primeiro como território e depois como estado, esteve inserida no contexto das discussões ocorridas em torno da redivisão territorial do país, no plano nacional. Mas em que cenários políticos essa intenção foi elaborada? Quem se envolveu diretamente nessa campanha? Quem a defendeu? Quem se opôs? E como? Procurarei responder a essas e a outras perguntas no decorrer do trabalho, contribuindo para uma melhor compreensão desse processo.

Para tanto, o presente trabalho foi dividido em duas partes. Na primeira, abordaremos a questão da política de ocupação efetiva do território nacional, cujo maior defensor foi o presidente Vargas. Apesar de ter início durante o Governo Provisório, estendeu-se durante o Estado Novo (1937-45). Como marco dessa orientação, houve a construção da cidade de Goiânia, cuja importância para esse período, segundo Teixeira de Freitas (1942) era ser “o símbolo da política de integração do Brasil e da nova era de nossa história”¹. Assim, será apresentada a Marcha para Oeste que foi um dos grandes feitos do primeiro governo de Vargas e que tem total importância para o presente trabalho por ser um ícone no que diz respeito à questão da ocupação territorial.

¹ Teixeira de Freitas era Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1942. A citação está em FREITAS, Teixeira. “O Conselho Nacional de Estatística no batismo cultural de Goiânia”. In: *Revista Brasileira de Estatística (RBE)*, volume 3, número 11, p. 451.

Ainda na primeira parte, serão estudados os anos do governo Juscelino Kubitscheck, desde a sua atuação como prefeito de Belo Horizonte, depois como governador de Minas Gerais e, posteriormente, como presidente do Brasil. Sua figura, sempre reverenciada como a do homem das grandes obras, comanda a construção de mais uma cidade-capital: Brasília que, por consequência, deu origem a um novo movimento de “marcha” para a região Oeste. Também vamos trabalhar com o regime militar e dentro dele com a proposta de um “novo” oeste, já que, durante esse período, extremamente duro politicamente, houve novo movimento de “ocupação” do território nacional. E, dentro de todos esses contextos, abordaremos as articulações políticas para a separação da região Norte de Goiás, hoje o estado do Tocantins.

Na segunda parte, será feito um balanço das entrevistas realizadas, apresentando a metodologia de realização das mesmas, a escolha dos entrevistados, a montagem e a estruturação dos roteiros e a análise das entrevistas. É nesse momento, também, que apresentaremos as entrevistas propriamente ditas para o conhecimento do leitor.

O nosso principal interesse é, portanto, produzir fontes orais, através dos depoimentos realizados, para que seja possível a socialização dessas fontes o que permitirá uma maior abrangência na compreensão do processo de construção do estado do Tocantins.

É válido dizer que, em julho de 2006 fui chamada novamente pelo *Jornal do Tocantins* para integrar a equipe de repórteres que fariam a cobertura das eleições 2006 no estado. Fiquei novamente em Palmas de julho a dezembro onde tive a oportunidade de me atualizar e me inteirar sobre as alianças políticas que haviam sido feitas e desfeitas nos últimos anos. Sendo assim, acredito ter sido muito válida a minha estada por lá até mesmo pelo fato de ter conseguido acesso a um material muito rico no que se refere ao tema da criação do estado, bem como dos movimentos separatistas anteriores à Constituição de 1988.

Com relação à documentação histórica, foi feito um levantamento daqueles que seriam primordiais para o presente trabalho. Entre eles estavam o projeto de divisão do

território de Goiás, criando o território federal do Tocantins, elaborado por Lysias Rodrigues, em 1944, que foi entregue ao presidente Getúlio Vargas e, este, o teria despachado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Várias visitas ao IBGE, no Rio de Janeiro, foram feitas, porém, esse documento não foi encontrado. Documentos como as atas da Assembléia Legislativa de Goiás e os debates parlamentares durante o período em que se buscava a divisão do estado foram tidos como essenciais, porém, ao começar os contatos para a aquisição desse material, percebemos que não seria algo tão fácil e que demandaria tempo e recursos que não estavam sendo disponibilizados para este trabalho. Por conta disso, foi decidido que não os colocaríamos nesse momento.

É necessário, portanto, agradecer aos entrevistados que se dispuseram em me receber, contribuindo de maneira efetiva para a realização deste trabalho. Alguns com mais tempo, outros com menos, mas todos acreditando na seriedade da pesquisa e na importância que terá para a produção de um material que visa contribuir para o conhecimento da história tocantinense.

Agradeço, também, à Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia do estado do Tocantins, na pessoa do secretário João Leite, que me disponibilizou uma bolsa de estudos para que fosse possível a conclusão do presente trabalho.

A intenção desta pesquisa não é tornar laudatória a história da criação do estado, mas sim, introduzir o tema sem esgotá-lo, possibilitando futuras pesquisas, principalmente através da produção e socialização de depoimentos orais, fontes fundamentais para a compreensão desse processo político. O nosso objetivo é, portanto, divulgar para um público mais amplo um evento recente e importante no que tange à História do Brasil Contemporâneo, uma vez que o próprio país conhece pouco, ou mesmo não conhece, uma de suas unidades federativas. A criação do estado do Tocantins tornou-se realidade através da Constituição de 1988. Porém, esse fato tem um passado de lutas e de iniciativas que é preciso recuperar para se entender melhor o momento de sua criação e o que ele envolveu.

Parte I

1 - Vargas, o Estado Novo e a “Marcha para Oeste”

1.1 - O Governo Provisório e o Código dos Interventores

Feita e vitoriosa a Revolução de outubro de 1930, iniciou-se o Governo Provisório de Getúlio Vargas, que durou quatro anos: de 1930 a 1934. Como não havia, nesse período, atuação efetiva de um Congresso Nacional, o Executivo tinha o poder de legislar por decretos. Um dos primeiros desses decretos do Governo Provisório foi a destituição de todos os presidentes de estado que foram substituídos por interventores nomeados por Vargas. Com tais poderes, começou a implementar políticas de modernização do país, criando, por exemplo, novos ministérios - como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde.

Em 9 de julho de 1932, eclodiu a Revolução Constitucionalista em São Paulo. O Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático de São Paulo uniram-se na Frente Única para exigir o fim da ditadura do "Governo Provisório". O término da Revolução Constitucionalista marcou o início de um período de democratização do Brasil. Em 3 de maio de 1933 foram realizadas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, quando a mulher votou pela primeira vez no Brasil em eleições nacionais. Nesta eleição, graças à criação da Justiça Eleitoral, as fraudes deixaram de ser rotina. Essa Constituinte promulgou uma nova Constituição em 16 de julho de 1934. No ano seguinte, os estados fizeram suas Constituintes e constituições e elegeram seus governadores, o que significou, em muitos casos, uma vitória dos partidários de Getúlio.

No que dizia respeito ao desenvolvimento da região Norte, o engajamento no processo revolucionário de 1930 significava a possibilidade de uma redenção política e econômica, em função da presença marcante, na direção nacional do movimento, de importantes lideranças locais, como Juarez Távora. Estas poderiam trazer para a região benefícios que eram negados, segundo suas reclamações, pelos governantes oligárquicos da Primeira República, centrados no eixo São Paulo – Minas Gerais. O que se pretendia era

uma participação mais efetiva na política do país pela proximidade de grupos locais com as esferas reconhecidas do poder federal. Apesar disso, não seria possível aos interventores desenvolver uma ação, mesmo que, prioritariamente, apenas para implementar as medidas administrativas do governo federal, sem que houvesse um intercâmbio político com as elites dirigentes e, de modo mais amplo, com as classes dominantes locais.

Para isso, foi feito o Código dos Interventores, nome dado ao Decreto nº 20.348, de agosto de 1931, por meio do qual o presidente Getúlio Vargas regulamentou o controle a ser por ele exercido sobre as interventorias federais nos estados.

A nomeação de interventores, após a vitória da Revolução de 1930, não foi tranqüila. Sentindo-se preteridos, os membros das tradicionais forças políticas locais logo entravam em conflito com as novas autoridades e, desse modo, criavam-se focos permanentes de crise política. Além disso, surgiam denúncias de abuso de poder por parte dos interventores, cuja ação, com frequência, extrapolava o âmbito estadual e influenciava os rumos da própria política nacional.

O Código dos Interventores, que procurava exatamente evitar uma concentração excessiva de poderes nas mãos de alguns governantes estaduais, entre outros objetivos, proibia os estados de contrair empréstimos sem a prévia autorização do governo federal e restringia os recursos que cada estado poderia destinar às suas forças policiais, impedindo-as de se rivalizar com o Exército Nacional. Tratava-se, em suma, de um instrumento de centralização do poder².

No estado de Goiás, o interventor nomeado por Vargas, em 1930 foi Pedro Ludovico Teixeira que seria responsável pela construção da cidade de Goiânia, a nova capital do estado. Goiânia começou a ser construída em 1933 e foi projetada para 15 mil habitantes pelo arquiteto Atílio Correia Lima, devendo ser uma cidade moderna no interior do Brasil.

² Retirado do *site* do Centro de Documentação e Pesquisa Contemporânea (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) - (Fonte: www.cpdoc.fgv.br/eravargas, acesso em 15 de novembro de 2006).



Getúlio Vargas e Pedro Ludovico, durante visita do presidente a Goiânia

Pedro Ludovico Teixeira nasceu na cidade de Goiás, então capital do estado de Goiás, em 23 de outubro de 1891. Filho do médico João Teixeira Álvares e de Josefina Ludovico de Almeida mudou-se para o Rio de Janeiro e bacharelou-se em Medicina a exemplo de seu pai.

Sua carreira política se iniciou quando participou da Revolução de 1930. O nome de Pedro Ludovico ainda era desconhecido no cenário político do estado de Goiás e, por isso, fora rejeitado no seio das oligarquias dominantes na região. “Ciente de seu papel de líder solitário, posicionou-se ao grupo de 120 voluntários do Triângulo Mineiro com a intenção de invadir o Sudeste de Goiás. Não tardou muito ele foi preso e, depois de um mês de consolidação do processo revolucionário, Getúlio Vargas escolheu seus colaboradores, entre eles, o destemido Pedro Ludovico Teixeira”, (RODRIGUES, 2006, p.159). Assim, em 21 de novembro deste ano, foi nomeado interventor em seu estado.

Em 1933, foi decidida a reconstitucionalização do país e Ludovico tomou parte ativa na criação do Partido Social Republicano (PSR) que viria a preencher as cadeiras da representação goiana na Constituinte de 1934. Em 1935, a Assembléia Constituinte de Goiás o elegeu governador. Em 1937, com a decretação do Estado Novo, Pedro Ludovico permaneceu à frente do governo estadual, mais uma vez como interventor. É nesse momento que se inicia um movimento político de povoamento do sertão brasileiro, dentro de um programa de desenvolvimento chamado Marcha para Oeste.

Segundo Lucia Lippi de Oliveira³, uma dimensão-chave desse projeto era a geopolítica, que tinha no território seu foco principal. Não por acaso, no período estadonovista, foram criadas instituições encarregadas de fornecer dados confiáveis para a ação do governo, como o Conselho Nacional de Geografia, o Conselho Nacional de Cartografia, o Conselho Nacional de Estatística e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), este, de 1936. Essas agências ajudariam o Estado Novo a formular e implementar políticas demográficas e de colonização destinadas a vencer os "vazios" territoriais e a pouca integração das regiões do país. O movimento da Marcha para Oeste deveria simbolizar esse objetivo de promover a integração territorial do país. Conforme Ângela de Castro Gomes (2002, p.168), a Marcha para Oeste foi a grande política do governo Vargas, visando ocupar, efetiva e definitivamente, os chamados espaços vazios do Brasil. Tratava-se de um “novo bandeirantismo”, mas com o cuidado de orientar os migrantes e medir os impactos do seu deslocamento, no meio físico e social das regiões para onde se dirigiam.

Para o major João Segadas Viana (1940), a divisão territorial de um país devia ter em vista facilitar sua vida administrativa, diante da impossibilidade de uma só administração centralizar diretamente em suas mãos todas as relações do Estado com o cidadão. “Em outros países, como se deu com o Brasil, por ocasião da divisão em capitâncias hereditárias, o fracionamento foi conseqüente à necessidade de facilitar a administração e a colonização, sem levar em conta fatores históricos que ainda não podiam existir” (VIANA, 1940, p.347)⁴. O autor comenta que, em 1940, estados como Pará, Amazonas, Mato Grosso e Goiás eram demasiadamente grandes e despovoados e mostra que esses quatro estados reunidos possuíam 5.200.000 km², o que significava 63% da superfície do país. Porém, tinham apenas de 2.800.000 habitantes, representando apenas 7% da população do Brasil. Nas palavras do major:

Sempre que se fala em dividir os estados despovoados em territórios, sob a tutela da federação, o regionalismo mal compreendido desses estados protesta sob a alegação de que o

³ Retirado do *site* do Centro de Documentação e Pesquisa Contemporânea (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) - (Fonte: www.cpdoc.fgv.br/eravargas, em 23 de junho de 2006).

⁴ VIANA, João Segadas. “Divisão territorial do Brasil”. *Revista Brasileira de Geografia (RBG)*, volume 2, número 3, 1940, p. 372-406.

governo federal devia auxiliá-los com dinheiro ou com realizações materiais, destinadas ao seu desenvolvimento. Ninguém quer reconhecer a realidade demonstrada por 67 anos de monarquia e 48 de república, em que nunca o governo central adotou essa política de auxílios. (...) Aqueles que bem conhecem bem a vida (sic) desses estados, sabem perfeitamente que a população do interior deseja por todas as formas a administração direta da União, que só lhes trará a justiça e o progresso, e que o regionalismo cheio de suscetibilidades só existe nas populações das capitais, temerosas de perderem a sua importância política, ou nos políticos (governadores, deputados) que não mais poderiam viver às custas da miséria do interior, (VIANA, 1940, p.379)

Sendo assim, uma solução possível apresentada pelo autor é a divisão dos grandes estados. Para Viana (1940), a causa principal do atraso desses grandes estados seria a falta de recursos para o seu desenvolvimento, acrescida das dificuldades que as distâncias acarretavam para a ação direta do governo situado na capital, sobre as populações do interior. Preocupações que seriam as mesmas que levaram à eclosão de movimentos separatistas da região Norte de Goiás, hoje Tocantins. Foi, inclusive, com base nessa problemática que teve início a já citada Marcha para Oeste. Conforme Cassiano Ricardo (1940), *Marcha para Oeste*⁵ indica a direção, sem determinar ainda a região que viria a ser conquistada pelo novo bandeirante: “Para oeste quer dizer apenas ‘em caminho do Oeste’. Qualquer deslocamento do litoral para o interior seria para oeste; isto é, para o poente e não ainda para a região onde, no Brasil, e já traçados os seus limites, estão situadas agora as terras que confinam com as dos países banhados pelo Pacífico”, (RICARDO, 1940, p.XIX, vol.1).

O autor afirma, ainda, que em qualquer hipótese, na História do Brasil, a constância da marcha para o interior, quer partida do norte, quer do nordeste ou do sul, foi sempre rumo ao oeste. Segundo seus estudos, a soma de todas as marchas foi a conquista do corpo central do país, a oeste da linha traçada pelas coroas.

⁵ RICARDO, Cassiano. *Marcha para oeste: a influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, Coleção Documentos Brasileiros, 1940, volumes 1 e 2.

No Brasil, o fenômeno se realiza de modo absolutamente original. A *Marcha para Oeste* se faz, entre outros modos e feitos com as entradas, com as missões jesuíticas, com a expansão agropastoril, com as expedições destinadas a repelir o invasor, com as migrações de povos do litoral e com as bandeiras, (RICARDO, 1940, p.XX, vol.1).

Nesse exemplo apresentado da literatura elaborada na época em que ocorreu a Marcha para Oeste, Cassiano Ricardo acrescenta as questões que acredita ser a constante histórica do movimento. A seu ver, seriam quatro aspectos importantes a serem avaliados: “1) a marcha começada pela penetração agropastoril e realizada pela bandeira foi a da conquista, trazendo de volta a geografia que é moldura de nosso destino; 2) a produção da riqueza (mineração), trazendo a Independência; 3) o declínio das classes rurais, pastoris e agrárias, trazendo a República presidencialista; e a 4) que acaba de iniciar, ou seja, o Brasil, procurando as suas origens para poder vencer ideologias e imperialismos estrangeiros”, (RICARDO, 1940, 282-83, vol.2).

Cassiano Ricardo elogia as ações dos bandeirantes dizendo que a eles se deve a conquista e o povoamento de regiões como Mato Grosso e Amazonas que se tornaram parte definitiva do território nacional. “Nada de desordem, nem de coisas minúsculas. Ficou-nos o gosto das iniciativas recortadas em ponto grande, dentro da ordem. O verdadeiro sentido da brasilidade está na *Marcha para Oeste*”, (RICARDO, 1940, p.287, vol.2).

A Marcha para Oeste retomava antigas tradições e valorizava, principalmente, a figura do bandeirante, considerado o grande herói nacional, já que fora ele o responsável pela efetiva conquista do território físico do país. Por tal iniciativa, segundo Vargas, o Brasil estaria reatando a campanha dos construtores da nacionalidade, ou seja, os antigos sertanistas.

A vastidão do nosso território em diferente situação geográfica talvez não impusesse, por si só, esta determinação. Se a nossa fisionomia geográfica fosse de uma grande planície sulcada de rios mansos ou constituísse um platô único, sem maiores acidentes, decerto os fios de aço dos trilhos ferroviários dariam satisfação completa às exigências do nosso crescimento

econômico. Acontece, porém, coisa bem diversa. A variedade do meio físico, as condições históricas do povoamento e a enorme extensão territorial impõem-nos a conquista do elemento mais novo nas comunicações e transportes (VARGAS, 1943, p.279).

Oliveira Vianna (1991) dizia, em 1943, que na concepção política nacional, o presidente Vargas distinguia duas fronteiras: “a que decorre dos tratados internacionais e está expressa na configuração geográfica do território nacional e a que decorre da nossa própria estrutura econômica e social e está expressa na posse, apropriação e exploração efetiva deste território nela compreendido”, (VIANNA, 1991, p. 367). O teórico corporativista acrescenta ainda que, um dos grandes objetivos do pensamento político de Getúlio Vargas é justamente fazê-las coincidirem no sentido de integrar a “nação” ao “Estado”. Isso, para Vianna, justificaria não só o programa da Marcha para Oeste, como a organização dos territórios.

As populações dos trechos desmembrados e tornados territórios não tinham a mais vaga capacidade para desenvolver-se sob um regime de autonomia estadual, menos ainda sob um regime de autonomia local. “São regiões imensas, mas praticamente desertas, cuja densidade demográfica é uma das mais baixas, não apenas no Brasil, mas no mundo”, (VIANNA, 1991, p.368). O autor acrescenta que uma densidade demográfica forte é condição essencial à investidura de uma população local na posição de comunidade autônoma. Por isso, deveriam ser territórios, o que significava o poderio centralizador do governo federal controlando e amparando as regiões que seriam estratégicas para o país.

A ação política do Estado Novo, tendo em vista a ocupação efetiva do interior e defesa das fronteiras, também se fez sentir com a criação dos territórios federais, em 1943: Amapá, Rio Branco (atual Roraima), Guaporé (atual Rondônia), Iguazu e Ponta Porã, geralmente localizados em região de fronteira, portanto, consideradas estratégicas para a defesa nacional. As divisões territoriais do Brasil estavam vinculadas a um conjunto de medidas cujo objetivo era combater o poder das oligarquias locais que, segundo a ótica do Estado Novo, vinham ameaçando “os interesses gerais da nação” (GOMES, 2002, p.179). O governo federal atuou também na região de colonização do norte do Paraná, o que deu origem a uma série de novas cidades como Londrina, Maringá, Cianorte, Umuarama.

Sobre a formação de novos territórios, ainda é importante ressaltar que as unidades federadas como territórios estavam inspiradas na experiência política norte-americana, que sustentava a importância de o governo federal dar suporte a algumas regiões, geralmente grandes e despovoadas, mas estratégicas para seus interesses, quer por sua posição geográfica, quer por razões econômicas.

No início dos anos 1940, os poderes públicos federal, estadual e municipal estiveram envolvidos com projetos de reformulação das cidades antigas, de elaboração de planos diretores, de abertura de grandes vias de comunicação. Os prefeitos participaram ativamente desse processo, como aconteceu no Rio de Janeiro, com Henrique Dodsworth, em São Paulo, com Prestes Maia e, em Belo Horizonte, com Juscelino Kubitschek. Curitiba, Porto Alegre e Recife também foram objeto de remodelação e receberam grandes obras viárias.

1.2 - A construção de Goiânia

O grande marco da Marcha para Oeste foi, indiscutivelmente, a construção de Goiânia, projetada para ser a capital do estado de Goiás. Na sua inauguração, em 5 de julho de 1942, uma grande festa assinalou o passo inicial dessa Marcha. Goiânia materializava a idéia de modernidade no sertão, no interior que ganhava força, justificando as atitudes dos senhores do poder na região, muito influenciados pelos ideais varguistas.

Segundo Chaul (1997), uma nova capital, um novo lugar ao sol nas relações econômicas, uma nova dinâmica de vida apontavam a edificação de Goiânia como uma ruptura entre o presente e o passado.

A representação da modernidade absorvida pelos arautos de 1930 indicava a tentativa de rompimento com o passado e a construção de uma utopia, na qual, por intermédio de Goiânia, vislumbrava-se um futuro grandioso para o estado de Goiás. Esse imaginário salvacionista, que marcou o projeto brasileiro de modernidade, apresentava-se a Goiás como a redenção de um tempo que estava mergulhado em décadas de miséria e penúria. Nesse sentido, a nação e a região se encontram unidas em um

mesmo fim: a busca da modernidade através do ideal de progresso (CHAUL, 1997, p.21).

Filha do século XIX, a proposta de mudança da capital do estado de Goiás, foi retomada por Pedro Ludovico, como esperança de progresso e estratégia de sobrevivência política. A idéia da mudança da capital, segundo artigo “*O batismo cultural de Goiânia*”, da Revista Brasileira de Estatística (RBE), de 1942, viria desde 1830, estando prevista essa transferência nas sucessivas constituições estaduais: 1891, 1898 e 1918. Coube, no entanto, ao então governador Pedro Ludovico, que assumiu o estado em 1930, dar os passos definitivos para a concretização do velho ideal⁶. Chaul (1997) reafirma a intenção antiga de mudar a capital, dizendo que entre todos os caminhos que a história de Goiás trilhou, a idéia da mudança da capital esteve presente desde os descaminhos do ouro, quando surgiu a necessidade de alterar o marasmo de uma região rica em minérios e pobre em motivações sociais.

O projeto da construção de Goiânia foi retomado, então, no momento em que o interventor viu seu plano de controlar a política regional ameaçado, pois suas obras de saneamento e higienização da região não contavam com o apoio financeiro do governo federal. Pedro Ludovico precisava de um termômetro para medir as aspirações das cidades do interior goiano quanto à mudança da capital. As regiões sul e sudeste do estado apoiaram imediatamente, realizando inúmeras manifestações pró-Goiânia, que foi construída sob o manto da modernidade. Pedro Ludovico estaria concretizando, assim, seu ideal político de se sustentar no poder, criando novos grupos políticos para lhe dar apoio.

Em 1932, começam a ser tomadas as providências para a escolha do local onde seria construída a nova capital de Goiás. Foi organizada uma comissão liderada por Pedro Ludovico, para a realização dos estudos específicos para se levantar uma nova cidade. Escolhido o local, em 1933, é lançada a pedra fundamental da nova cidade e levantado o projeto de arruamento e loteamento da área para 15 mil habitantes.

O nome da cidade, Goiânia, foi sugerido pelo jornalista Caramurú Silva do Brasil e sua escolha decorreu de votação realizada através de concurso popular. A cidade só foi

⁶ “O batismo cultural de Goiânia”, *Revista Brasileira de Estatística (RBE)*, volume 3, número 9, 1942, p. 222. O texto não tem autor, assemelhando-se a um editorial.

oficialmente inaugurada em 1942, mas veio sendo ocupada, paulatinamente, à medida que ia sendo construída. Tanto que, no recenseamento geral de 1940, verificou-se que a população de Goiânia já superava a da antiga capital, hoje conhecida como Goiás Velho. Segundo dados do IBGE, em 1940, Goiânia possuía 42.139 habitantes, enquanto Goiás Velho tinha 26.435 habitantes.

Fonte: www2.ucg.br



Vista aérea da Avenida Goiás, a principal via da nova capital, em 1940

É importante mostrar que Goiânia deu um salto ímpar no seu crescimento populacional entre 1934 e 1940. Em 1934, havia somente 800 habitantes. O crescimento foi cerca de 50 vezes, em apenas 6 anos. Esse grande desenvolvimento se deu devido ao movimento da Marcha para Oeste que deslocava a população do Brasil para a região Centro-Oeste. A tabela a seguir mostra a evolução populacional da cidade de Goiânia em quatro décadas:

CRESCIMENTO POPULACIONAL DE GOIÂNIA EM 4 DÉCADAS	
Ano	Nº de habitantes
1934	800
1940	42.139
1950	53.344
1960	153.505

Fonte: Site do IBGE (www.ibge.gov.br/censoshistoria), em 5 de janeiro de 2007.

Goiânia possuía, em 1942, 3.349 edificações, entre as quais modernos edifícios próprios para os serviços públicos que serviam de sedes, ruas macadamizadas, condições de conforto, além de vida social e cultural intensa. O êxito dessa iniciativa representava a concretização do ideal de criação de novos centros propulsores de progresso no “sertão”, destinados a contribuir para a interiorização das chamadas forças civilizadoras, assegurando a continuidade da “marcha”.

A nova cidade serviu de estratégia política para seu mentor, uma vez que a mudança da capital serviria de bandeira eleitoral para os aliados de Pedro Ludovico que estabeleceram uma espécie de hegemonia política absoluta. Esta, segundo Chaul (1997), “ocultava a sua face real que era a condução político-burocrática capaz de levar o estado a uma maior inserção no mercado nacional, a uma dinamização do processo de acumulação capitalista nas fronteiras economicamente mais desenvolvidas do estado”, (CHAUL, 1997, p.207).

Pedro Ludovico Teixeira conseguiu a “sua” capital o que acabou sendo uma espécie de pivô para toda uma conturbação política local. Os dissidentes e a oposição, querendo resguardar seus interesses em Goiás, protelavam as decisões. A situação, com interesses em Goiânia, apoiava a mudança imediata. Em seu discurso, em 1934, Pedro Ludovico dizia: “quereis a capital aqui? Pois bem: com a lei ou sem a lei, pela força do direito ou pelo direito da força, tê-la-eis aqui muito em breve”⁷.

E foi dessa maneira, considerando e ampliando o seu compromisso com a população, com políticos locais e com o governo federal que Pedro Ludovico providenciou

⁷ (Apud CHAUL, 1997, p. 218)

uma série de festejos para a inauguração oficial de Goiânia que aconteceu no dia 5 de julho de 1942. Foi o que ficou conhecido como o “batismo cultural” de Goiânia. O evento aconteceu entre os dias 14 de junho e 8 de julho de 1942, regado de várias atividades culturais, educacionais, cívicas, artísticas e com participação ativa do IBGE.

Um dos eventos de maior destaque durante esse “batismo”, foi o 8º Congresso Brasileiro de Educação que contou com a participação de todas as unidades federadas. O presidente Getúlio Vargas tomou providências para a participação dos outros estados, “concedendo transporte ferroviário gratuito para os congressistas e para o material de exposição, desde o Rio de Janeiro até a última estação em território goiano, a Estrada de Ferro de Goiás, além de ter concedido abatimento de 30% nas passagens dessa estrada e da Estrada de Ferro Central do Brasil, das pessoas que se dirigissem a Goiânia no período das festas inaugurais”, (RBE, 1942, vol. 3, nº 10, 1942, p.380). O 8º Congresso contou com um total de 172 trabalhos (teses, memórias e comunicações), procedentes de 16 estados diferentes, mais o Distrito Federal.

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) contribuiu com a propaganda do evento, documentando todos os acontecimentos. O IBGE providenciaria trabalhos cartográficos, cartogramas e outros gráficos, conjuntos fotográficos e demais publicações, a fim de montar uma exposição de Cartografia e Estatística.

Durante este mês de festejos, foi posto em funcionamento um parque de diversões e uma exposição promovida pela interventoria goiana, onde a prefeitura exibia amostras de produtos agrícolas, de minérios, de produtos manufaturados, objetos de arte, curiosidades regionais, trabalhos escolares, gráficos demonstrativos do desenvolvimento do município, fotografias sugestivas sobre realizações administrativas, relíquias históricas, amostras de madeira, entre outros.

Ainda, foram realizadas peças teatrais e festejos típicos, como as festas de reis, entrada-da-rainha, bumba-meu-boi, catiras, entre tantas outras. Houve o Circuito da Cidade de Goiânia, que era uma prova automobilística e provas de turfe no Hipódromo Goiano. A cavalhada, uma das mais tradicionais festas goianas, também foi realizada com a participação de doze cavaleiros, além de provas de equitação. O Ministro da Viação à época, general Mendonça Lima, autorizou a emissão de selos postais comemorativos da inauguração de Goiânia, com alegoria alusiva à Marcha para Oeste.

Durante a inauguração de Goiânia, vários discursos foram proferidos, ilustrando com veemência o sentimento que acometia os interesses da região⁸. Três exemplos podem ser úteis. João Lourenço, diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira exprime o sentido geopolítico da festa, “localizando” a nova capital no país:

Neste solene momento da grandeza do Brasil, reveste o batismo oficial de Goiânia significação que ultrapassa os limites de simples ato histórico. Descortinando para o Norte as redes fluviais que se espraiam no majestoso vale amazônico e, para o sul, o dorso encachoeirado da vertente platina; assistindo a oeste ao desbravamento ferroviário do Mato Grosso, unísono com o espetáculo entreaberto, a leste da grande siderurgia brasileira, a nova capital é bem o coração da pátria agitado pela energia nova da unidade nacional⁹.

Dom Emanuel Gomes de Oliveira, arcebispo de Goiás, dá o tom religioso, mas não menos político:

Goiânia é uma flor miraculosa do Estado Novo, que nela tem, hoje, um monumento de sua política de realizações; nela tem, hoje, o troféu da vitória para os seus ideais de renovação da nossa democracia, em moldes mais consentâneos com a razão e a índole da gente brasileira; nela tem, hoje, enfim, um farol radioso, levantado no centro do país para nortear os caminhos no nosso verdadeiro engrandecimento, tal como, em épocas de antanho, os alterosos coqueiros incendiados encaminhavam os índios na vastidão imensurável desses verdes e floridos coqueiros¹⁰.

Lysias Rodrigues, coronel e representante do Ministério da Aeronáutica, aponta o futuro que a cidade devia representar para todos:

⁸ Todos os discursos que seguem foram retirados da *Revista Brasileira de Estatística (RBE)*, volume 3, número 11, 1942, do artigo “O batismo cultural de Goiânia”, sem autor.

⁹ “O batismo cultural de Goiânia”, *RBE*, volume 3, número 11, 1942, p. 514.

¹⁰ “O batismo cultural de Goiânia”, *RBE*, volume 3, número 11, 1942, p.521.

Goiânia não será somente uma capital do rico estado central da nossa pátria. Goiânia não será apenas o atestado material de que em todos os tempos o Brasil teve homens capazes de feitos ciclópicos! Goiânia, dentro de um lapso de tempo reduzidíssimo será o centro cultural, econômico e industrial mais importante de todo o Brasil que não é litorâneo, um foco poderoso de irradiação e atração, cujo valor só poderá ser excedido pela maravilha que é São Paulo (sic). Já estamos sentindo o poderoso influxo dessa cidade. As ferrovias alongam-se para alcançá-la e ultrapassá-la, buscando centros novos de produção de valor incontestável. Como se fosse uma eclosão de nova espécie, as rodovias anseiam por lançar-se por todos os quadrantes, em busca de redes rodoviárias já existentes, abrindo possibilidades para novas regiões ricas do estado, ermas de meios de transporte, tentando até fixar a espinha dorsal rodoviária do Brasil; as aerovias se preparam para gizar nos céus novos caminhos pelas outras regiões de difícil acesso a fim de dar maiores possibilidades a eles e fazerem de Goiânia, talvez, o maior centro aeronáutico do país¹¹.

Imbuído de comandar o estado de Goiás e a cidade de Goiânia, o discurso de Pedro Ludovico Teixeira foi o mais esperado. Ao passar a chave da cidade de Goiânia para o seu prefeito, Venerando de Freitas, Ludovico falou da antiga capital e dos motivos que o impulsionaram à realização desta obra:

Confesso, fazendo justiça à velha Goiás, que não foram motivos de ordem sanitária que pesaram no meu espírito para retirar-lhe a primazia de ser a metrópole goiana. É um centro urbano relativamente saudável, apenas com uma endemia de paratifo, como se dá em inúmeras cidades e capitais do Brasil. Causas de origem econômica, política e social influíram poderosamente para que lhe cerceasse o privilégio de que usufruía. Só o raciocínio de que uma capital com dois séculos de vida nunca possuía mais de dez mil habitantes e, pelo contrário, a sua população tendia a decrescer, bastava para condená-la como sede do governo. Penso que era dever precípua de um administrador cômico e zeloso da sua missão amputar esse mal que há muitas décadas de anos concorrendo para a ruína do estado, entervando-lhe francamente o progresso. Dessarte, resolvi quebrar a rotina e a apatia dos dirigentes que me precederam,

¹¹ “O batismo cultural de Goiânia”, *RBE*, volume 3, número 11, 1942, p. 532.

lançando-me firmemente, desassombrosamente, à concretização da idéia-força¹².

É bem verdade que Pedro Ludovico rotulava a cidade de Goiás como sendo um centro oligárquico, decadente e atrasado. Goiânia seria o inverso. Decadência e atraso eram, então, argumentos recuperados para reforçar a necessidade do novo. Mas havia também, outras razões. O fato da família Caiado, que sempre havia sido adversária de Ludovico, defender a antiga Goiás, por exemplo. Mário Caiado era uma das únicas lideranças políticas da região em condições de enfrentar Ludovico, e se posicionou contrário à mudança da capital, por razões óbvias.

Segundo Chaul (1997), a partir do Estado Novo, a propaganda política de Pedro Ludovico caminhou no sentido de buscar cada vez mais uma aproximação com Getúlio Vargas, “não faltavam afirmativas de que Vargas representava para o Brasil o que Ludovico representava para Goiás. Na propaganda que unia Vargas-Ludovico-Estado Novo, procurava-se passar a imagem do novo regime como expressão da democracia e Pedro Ludovico como seu consolidador em Goiás”, (CHAUL, 1997, p.219). O contexto político soprava bons ventos a favor dos regimes centralizadores. A ambição política de Ludovico, após a construção de Goiânia, era tamanha, que acabou não deixando rivais. “Pedro Ludovico demonstrava, ao poder central, sua astúcia de timoneiro na condução da esquadra, menina dos olhos de Vargas, a Marcha para Oeste”, (CHAUL, 1997, p. 219).

Em seu discurso de inauguração, que teve cerca de duas horas de duração, o interventor apresenta sua vontade e sua determinação para a construção de Goiânia. Pedro Ludovico não deixaria passar, sem justificativas, seu grande feito; e elas davam um tom de heroísmo às suas palavras:

Meus senhores, afinal Goiânia nasceu e está crescendo. É muito jovem, é criança mesmo. Tem apenas 8 anos de idade, descontando o lapso de tempo destinado a estudos e instalações. Uma cidade, como sabeis, se constrói, se completa, com o perpassar dos séculos e das gerações. Goiânia apareceu com um objetivo de oxigenamento e progresso para Goiás. Surgiu como

¹² “O batismo cultural de Goiânia”, *RBE*, volume 3, número 11, 1942, p. 522-23.

um farol para iluminar o estado. Esta terra precisava ser abalada por qualquer acontecimento que a fizesse lembrada e que a fizesse vibrar. Vivia sob tal modorra, sob tal apatia que dava a impressão que vivia de cócoras. Tudo pequenino, vazio, rotina, burocracia. Goiânia foi o estímulo, o excitante, o choque que obrigou o nababesco paquiderme a levantar-se. A cidade, no passado, era refúgio a que os homens se recolhiam quando a guerra explodia nas fronteiras. A cidade era fortaleza e abrigo. A cidade moderna é o repositório de todos os afetos do homem. Ali tem ele o seu lar, a sua família, os seus amigos, as reservas para a sua subsistência e os focos para a sua cultura. A cidade moderna educa e civiliza. É o fator mais valioso para reforçar a homogeneidade das pátrias¹³.

Goiânia pode ser assim encarada como a concentração da imaginação utópica de uma época. Perspectiva de uma nova vida, de um novo tempo, ideologicamente disseminado pela Revolução de 1930. Esperança de dias melhores, de ruptura com o passado, de sonho a ser conquistado e, por fim, de realização de um projeto político.

Dentro deste quadro de desenvolvimento, as articulações para uma possível separação territorial no estado de Goiás se iniciaram. Mesmo com uma nova capital, o estado de Goiás, por possuir um território vastíssimo, era muito criticado por não dar assistência para a sua região Norte.

1.3 - A Fundação Brasil Central

Conforme IBGE, no início da década de 1940, praticamente todos os 43.105.178 milhões de habitantes do país estavam concentrados no litoral e viam o interior do próprio país como algo desconhecido e exótico. A região Centro-Oeste não passava de uma enorme e inexplorada mancha na geografia brasileira.

Era começo de 1943. Nesse ano, Getúlio Vargas, acompanhado de Pedro Ludovico, sobrevoou o Rio Araguaia e ficou contristado. No Rio de Janeiro, chamou o Ministro João Alberto Lins de Barros, que ocupava a pasta da Coordenação da Mobilização Econômica, e lhe disse: "João, nós somos um país de faixa litorânea, do Araguaia em diante tudo é um

¹³ "O batismo cultural de Goiânia", *RBE*, volume 3, número 11, 1942, p. 523.

imenso vazio. Precisamos provocar a interiorização"¹⁴. O mundo estava em guerra. Falava-se até na declaração de uma alta autoridade européia que teria proposto ocupar os vazios do Brasil Central com as populações excedentes da Europa, já que a tônica da guerra era o espaço vital. Isso serviu para que tomasse vulto os planos de mudança da capital do país, localizada numa cidade litorânea, como era o caso do Rio de Janeiro, para o Brasil Central.

Assim, pode-se dizer que uma série de fatores ensejou a Marcha para Oeste, todos relacionados com o contexto de então. Em primeiro lugar, chamou a atenção das autoridades as alegadas intenções mal disfarçadas de ocupação dos vazios do Brasil Central pelas populações excedentes da Europa. Paralelamente a isso, havia, há muito, a intenção de transferir a capital do país do Rio de Janeiro para a região central, menos vulnerável a eventuais ataques externos.

Nesse contexto, a Expedição Roncador-Xingu nasceu com o objetivo de desbravar as regiões ainda desconhecidas entre o Brasil Central e a Amazônia. Ela devia mapear, desbravar e estabelecer núcleos populacionais na região. A responsabilidade pelo projeto foi entregue ao Ministro João Alberto Lins de Barros e, para sustentá-lo, administrativamente, criou-se a Fundação Brasil Central (FBC – 1943/67).

A Expedição foi única, ao aderir à causa indígena. Montada nas proximidades do Rio das Mortes, Xavantina (hoje Nova Xavantina) foi esse o local do acampamento da Expedição, uma homenagem aos índios Xavantes, habitantes originais do lugar. Embora a Expedição não estivesse preparada para o contato com os índios, foi sob a Iderança dos irmãos Orlando, Cláudio e Leonardo Villas Bôas que esse contato aconteceu. Durante a Marcha para Oeste, imaginaram-se coisas extraordinárias. O ministro João Alberto sonhava com um Vale do Araguaia completamente saneado, com toda assistência médico-educacional. Imaginava médicos e professores descendo o rio em barcos apropriados, levando às populações ribeirinhas todo tipo de assistência.

Pode-se dizer, que a Expedição Roncador-Xingu justificou, em boa parte, o estabelecimento efetivo de Brasília, a atual capital do país. A estrada Belém-Brasília, a Brasília-Cuiabá e a própria Transamazônica surgiram dos protestos e dos ideais da Fundação Brasil Central.

¹⁴ GARFIELD, Seth. "As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-nação na era Vargas". *Revista Brasileira de História*, volume 20, número 39, São Paulo, 2000.

No início dos anos 1940, o Rio Araguaia do antigo Norte Goiano, hoje estado do Tocantins, e seus afluentes, eram a última barreira natural ao “progresso civilizatório” que massacrava os índios, desde o Descobrimento. Suas margens, que dividem o cerrado e a floresta amazônica, escondiam mais de uma dezena de povos numa região vasta. Eram os últimos refúgios para dezenas de nações indígenas até então desconhecidas. Apesar disso, a região era classificada como um "vazio demográfico que precisava ser ocupado" e despertava o interesse de autoridades internacionais, além de garimpeiros, fazendeiros, políticos e militares. O ministro João Alberto foi um dos maiores incentivadores da colonização do Centro-Oeste, principalmente, por ter conhecido toda a região como revolucionário da Coluna Prestes¹⁵. Ele vislumbrava o futuro econômico do Vale do Araguaia, apontando a terra como ideal para pecuária. Além disso, o ministro sonhava em ver uma urbanização planejada e ordenada que, ao seu entender, traria assistência, riquezas e qualidade de vida ao interior do país.

Em boa parte, o sonho progressista do militar se concretizou. Conforme informa reportagem da revista *Rota Brasil Oeste*, de 28 de novembro de 2004, durante o período da Marcha para Oeste fundou-se cerca de 43 vilas e cidades, construiu-se 19 campos de pouso e se contactou mais de cinco mil índios.

¹⁵A Coluna Prestes foi um movimento político-militar de origem tenentista, que entre 1925 e 1927 se deslocou pelo interior do país pregando reformas políticas e sociais e combatendo o governo do então presidente Arthur Bernardes e, posteriormente, de Washington Luís. A maior parte do movimento era composto por capitães e tenentes da classe média. Após a derrota do movimento paulista, em 1924, um grupo de combatentes recuou para o interior sob o comando de Miguel Costa. No início de 1925 reúnem-se no oeste do Paraná com a coluna do capitão Luís Carlos Prestes, que havia partido do Rio Grande do Sul. Sempre com as forças federais no seu encalço, a coluna de 1.500 homens entra pelo atual Mato Grosso do Sul, atravessa o país até o Maranhão, percorre parte do Nordeste, em seguida retorna a partir de Minas Gerais. Refaz parte do trajeto da ida e cruza a fronteira com a Bolívia, em fevereiro de 1927. Sem jamais ser vencida, a coluna Prestes enfrenta as tropas regulares do Exército ao lado de forças policiais dos estados e tropas de jagunços, estimulados por promessas oficiais de anistia. A Coluna poucas vezes enfrentou grandes efetivos do governo. Em geral, eram utilizadas táticas para despistar e confundir as tropas legalistas. Nas cidades e nos vilarejos do sertão, os rebeldes promovem comícios e divulgam manifestos contra o regime oligárquico da Primeira República e contra o autoritarismo do governo de Washington Luís, o qual mantém o país sob estado de sítio desde sua posse, em novembro de 1926. Os homens liderados por Luís Carlos Prestes e Miguel Costa não conseguem derrubar o governo de Washington Luís. Entretanto, com a reputação de invencibilidade adquirida na marcha de 25 mil quilômetros, aumentam o prestígio político do tenentismo e reforçam suas críticas às oligarquias. Projeta, também, a liderança de Luís Carlos Prestes, que posteriormente entra no Partido Comunista Brasileiro. Após liderar a Intentona Comunista de 1935, torna-se uma das figuras centrais do cenário político do país nas décadas seguintes. (Fonte: <http://elogica.br.inter.net/crdubeux/hprestes.html>, em 18 de janeiro de 2007).

1.4 - Os primeiros movimentos pró-Tocantins

Nesse contexto, surgiu em 1944, liderada por Lysias Rodrigues a primeira manifestação oficial do período republicano pela separação da região norte de Goiás, com a proposta de criação do território do Tocantins.

Fonte: www.reservaer.com.br



Brigadeiro Lysias Rodrigues

Lysias era um militar que se formou pela Escola de Realengo e chegou ao posto de major-brigadeiro-do-ar. Com a instalação do Correio Aéreo Nacional (CAN)¹⁶, em 1941, e após a criação do Ministério da Aeronáutica, em 20 de setembro do mesmo ano, o governo federal resolveu designar, por indicação tanto do Ministério de Guerra como da Aeronáutica, o então major Lysias para uma missão: estudar as possibilidades de ampliar os vôos do CAN pelo interior, pois havia a intenção de estender a rota Rio - São Paulo até o estado de Goiás. Nessa oportunidade, Lysias se interessa pela região tocantinense e inicia um movimento pela separação da região norte de Goiás.

Na época, as justificativas para a criação do território do Tocantins eram a falta de vias de transporte, bem como o ostracismo a que a região estava relegada. Conforme dados do projeto apresentado por Lysias, a região era abundante em níquel, cristal de rocha, ouro e ainda seria uma “terra prometida” para a pecuária, já que era adequada a grandes pastagens. Segundo o major, a criação do território do Tocantins viria apressar a valorização dessas riquezas e acabaria beneficiando muito toda a região Centro-Oeste do Brasil (SILVA, 1997,p.159).

¹⁶ O Correio Aéreo nasceu oficialmente em 1931, com o nome Correio Aéreo Militar (CAM). Somente em 1941, com a criação do Ministério da Aeronáutica, é que passou a se chamar Correio Aéreo Nacional (CAN).

O desejo de se abrir estradas de acesso à região, principalmente uma entre Belém do Pará e São Paulo, que se chamaria Transbrasiliana, também fazia parte das intenções que justificavam a separação. Dessa maneira, dizia-se, a população passaria a ter acesso à assistência sanitária, instrução pública, fomento à produção agrícola, melhores comunicações, transportes e justiça mais próxima e permanente.

O major Lysias elabora, então, um projeto de criação de um território¹⁷, sendo este enviado ao então presidente da República, Getúlio Vargas, em 3 de março de 1944. Este o despacha ao IBGE para averiguações técnicas, uma vez que, no Estado Novo, não havia instituições parlamentares. Porém, não houve resposta do IBGE para o projeto de criação do território do Tocantins. E o presidente Vargas, para quem foi encaminhado o projeto de criação do território tocantinense, é deposto do cargo através de ação coordenada pelo Estado-Maior das Forças Armadas, em 29 de outubro de 1945, que findou com o Estado Novo.

Ainda nos anos 1940, começam a surgir os movimentos articulando lideranças civis, no próprio estado de Goiás, fundando-se o movimento Pró-Criação do Território do Tocantins. A partir daí, criou-se um Comitê de Propaganda, em dezembro de 1946.

Esse Comitê julgava sua ação pertinente, uma vez que atuava em um momento de abertura política, propiciado pela elaboração e aprovação da Constituição de 1946, que retomou a questão da divisão político-administrativa do Brasil, estabelecendo normas para a subdivisão ou incorporação de novos estados.

O Comitê de Propaganda encaminha, em 1946, à Assembléia Legislativa de Goiás – visando seu apoio para propor ao governo federal-, um projeto defendendo a criação do território do Tocantins. Mas, a Assembléia, em 1949, após anos de tramitação, rejeita a representação do Comitê, alegando que a região não teria condições de se manter economicamente, caso fosse desmembrada.

A década de 1950, surgiria, portanto, como um momento de esperança renovada. Esse sentimento seria capaz de estabelecer vínculos políticos que estariam revitalizando aquilo que a Marcha propunha, ou seja, a interiorização do país.

¹⁷ Desde o início de 2006 estou tentando conseguir com o IBGE, no Rio de Janeiro, o acesso do referido projeto. Tenho encontrado muita dificuldade uma vez que, conforme informações da responsável pela biblioteca, Regina Acioli, nem mesmo os funcionários têm acesso aos arquivos institucionais.

2 - Os anos 1950, JK, Brasília e uma nova “Marcha para Oeste”

2.1 - Os 50 anos em 5: JK e Brasília

Os anos 1950 foram os do segundo governo Vargas, terminado de forma dramática com seu suicídio. Foi nesse clima de crise política e de comoção popular, precisamente em 1955, que Juscelino Kubitschek é eleito presidente da República (1956-1960). Com JK, são retomadas as políticas de povoamento que regulavam o deslocamento populacional, de transporte e de comunicação nacionais, iniciadas por Vargas. Dessa forma, Juscelino dá início a uma das obras mais ousadas do país: a construção daquela que seria a capital do Brasil, a cidade de Brasília.

Fonte: www.projetomemoria.art.br



Vargas e JK, em 1950

O sonho de mudar a capital do país para o interior era antigo. A cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil por mais de um século, já fora considerada vulnerável às invasões estrangeiras e o seu clima tropical favorável a epidemias. Na República, passara a ser considerada um cenário de desordem uma vez que tinha sido palco de inúmeras “batalhas de rua”. Tanto que, na Constituição de 24 de fevereiro de 1891, já se previa a transferência da capital do país para o planalto central. O artigo 3º da Organização Federal, das

Disposições Preliminares, dizia o seguinte: “fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma área de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura capital federal”¹⁸.

Na Primeira República, o Brasil era apresentado como um país diante de uma encruzilhada histórica. De um lado, estava o mundo rural, que representava “o passado”. De outro, a urbanização e a atividade industrial apontavam para o futuro. Segundo Lúcia Lippi de Oliveira¹⁹, a criação do novo, do moderno, seria capaz de promover um processo de mudança na sociedade brasileira fazendo com que o país pudesse se tornar capaz de deixar de ser “atrasado”. O sentimento da brasilidade faria com que os fundamentos da nacionalidade passassem a ser imaginados com o intuito de resgatar a essência de um Brasil renovado. E, como forma de construir essa nacionalidade tão almejada, idealizou-se criar uma capital para o Brasil no interior. Um interior despovoado e abandonado. Um lugar distante dos olhos e dos interesses que normalmente cerceiam os comandantes de uma nação. Um lugar exatamente como o Planalto Central onde seria possível começar do zero, sem vícios, sem resquícios de nenhum passado, apenas vislumbrando um futuro que se pretendia extremamente promissor.

Entre os estudos mais antigos sobre a transferência da capital figuram as discussões de Francisco Adolfo Varnhagen²⁰, historiador e diplomata que, segundo Oliveira (2005),

¹⁸ (Fonte: www.presidencia.gov.br/CCIVIL/Constituicao/Constituicao91.htm, em 14 de novembro de 2006).

¹⁹ Retirado do site do CPDOC - www.cpdoc.fgv.br/osanosjk, em 22 de outubro de 2006.

²⁰ Francisco Adolfo de Varnhagen, o visconde de Porto Seguro, nasceu em São João de Ipanema, em 17 de fevereiro de 1816 e faleceu em Viena, no dia 29 de junho de 1878. Foi um militar, diplomata e historiador teuto-brasileiro. Filho de Ludwig Wilhelm Varnhagen, um engenheiro militar alemão contratado pela Coroa para construir os altos fornos da Real Fábrica de Ferro de Ipanema, na região de Sorocaba, na então Capitania de São Paulo, estudou no Real Colégio Militar da Luz, em Lisboa, e iniciou a carreira militar, como voluntário nas tropas de Pedro IV de Portugal que lutavam contra Miguel I de Portugal. Escreveu *Notícia do Brasil*, seu primeiro trabalho de história, entre 1835 e 1838. Foi admitido como sócio-correspondente na Academia de Ciências de Lisboa. Retornou ao Brasil em 1840, entrando para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1841, exercendo o cargo de primeiro-secretário. Em 1844 obteve a nacionalidade brasileira, podendo ser admitido na carreira diplomática. Serviu na legação de Lisboa e na de Madrid, obtendo reconhecimento como historiador com a publicação da *História Geral do Brasil* em dois volumes (1854-1857). Foi destacado para o Paraguai (1858), tendo servido ainda na Venezuela, em Nova Granada (atual Colômbia), no Equador, no Chile, no Peru e nos Países Baixos. Coletou documentos sobre o Brasil, no exterior, em bibliotecas e arquivos. Encerrou a sua carreira como representante diplomático em Viena, na Áustria, onde faleceu. Foi sepultado em Santiago do Chile. Parte de sua biblioteca foi adquirida pelo bibliófilo José Mindlin, atualmente membro da Academia Brasileira de Letras. Suas obras são: *História Geral do Brasil* (1854-1857), *História das Lutas contra os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1654* (1871), *A questão da capital: marítima ou no interior?* (1877) e *História da Independência do Brasil* (1916, póstuma). (Fonte: www.encyclopedia.tiosam.com/encyclopedia/encyclopedia.asp?title=Francisco_Adolfo_de_Varnhagen, em 19 de novembro de 2006).

em 1877, publicou o trabalho *A questão da capital: marítima ou interior?*". Entre 1892 e 1896, uma comissão dirigida por Luís Cruls, diretor do Observatório Astronômico, foi incumbida de demarcar no Planalto Central o quadrilátero a ser ocupado pela nova capital. Isso não acontece, mas ao final do século XIX, políticos e engenheiros planejaram e construíram uma nova capital para Minas Gerais: Belo Horizonte. Seria uma cidade moderna no interior, assim como aconteceu com Goiânia, nos anos 1930 e, nos anos 1950, com Brasília. Essas cidades nasceram, cada uma a seu tempo, para serem modernas e realizar a integração do território, para alargar os "sertões", ou seja, interiorizar o poder do Estado no país.

Nas Constituições de 1934 e 1946, manteve-se esse projeto inscrito na de 1891. Em 1946 e 1953, novas comissões de localização foram nomeadas. A primeira, no governo Café Filho, passou a ter em sua presidência o marechal José Pessoa, responsável pelo Serviço de Documentação Aerofotográfica do Exército. Foi essa comissão que escolheu definitivamente o local onde deveria ser instalada a nova capital. Integrava a equipe o arquiteto e urbanista Affonso Eduardo Reidy. Assim, não se pode falar em improviso quando Juscelino Kubitschek decidiu construir Brasília, tornando-a o ponto de partida para uma verdadeira nova nação. Essa idéia-força parecia ser uma espécie de guia para sua reflexão e ação.

Antes mesmo de Juscelino Kubitschek assumir a Presidência do Brasil, no seu primeiro discurso de campanha, durante comício na cidade de Jataí, no interior de Goiás, mais precisamente no dia 4 de abril de 1955, surgiu, inusitadamente, a promessa de transferir a capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central. "Num momento de perturbação da ordem institucional mais que uma frase de efeito, essa promessa soava mais como um compromisso democrático de candidato do que como uma plataforma de governo" (OLIVEIRA, 2005, p.60).

Nessa oportunidade, um eleitor teria indagado JK sobre se ele realmente faria cumprir a determinação da Constituição que determinaria a mudança da capital. O então candidato decidiu inserir tal idéia em seu Plano de Metas cujo programa cobria ao todo 30 metas. Brasília só entrou ao final, como um acréscimo, passando a ser a meta-síntese.

Em suas memórias, Juscelino relata que um eleitor, num comício de campanha na cidade de Jataí (GO), indagou se ele iria, de fato, cumprir a Constituição. Nesse episódio o candidato foi levado a se comprometer com a transferência da capital, já que se tratava de um dispositivo constitucional. Podem ser corretas as lembranças, mas as razões são "fracas". Quanta coisa está escrita na Constituição e não é cumprida? Quantas promessas de campanha são esquecidas? Continua sendo necessário explicar por que aquela promessa não foi abandonada e, ao contrário, foi assumindo uma dimensão cada vez maior, a ponto de se tornar a meta-síntese do governo JK.²¹

Foi ao longo do governo que ela assumiu a função de condensar o programa de JK e de simbolizar a idéia de que era possível dar um salto no tempo, realizar "50 anos em 5". E há que se admitir que realmente isso aconteceu, haja visto que a construção de Brasília teve o tempo de 3 anos e 10 meses até a sua conclusão.

Mas essa não era a primeira vez que JK se lançava a um empreendimento desse tipo, embora não com tal magnitude. Político experiente, durante o período que Juscelino fora prefeito da capital de Minas Gerais, a cidade de Belo Horizonte, entre os anos de 1940 e 1945, pelo Partido Progressista (PP), ficou conhecido como o prefeito "mudancista". A sua primeira grande obra foi a avenida do Contorno, que separava a zona central da cidade dos bairros suburbanos. Em seguida, outra obra audaciosa, foi o Parque da Pampulha, cujo projeto fora elaborado por Oscar Niemeyer, dando-se início a uma parceria que perduraria até fins de seu mandato como Presidente do Brasil, em 1960.

Em 1945, quando JK deixava a prefeitura, Belo Horizonte contava com 245 mil habitantes. Era a terceira cidade do país. A metade de todo o calçamento da cidade, 75% da canalização de córregos e 80% da rede de esgotos haviam sido realizados em sua gestão. Por sua passagem na prefeitura, JK acabaria por se tornar conhecido como o 'prefeito-furacão'. (OLIVEIRA, 2005, p.53).

²¹ Lúcia Lippi de Oliveira, no site www.cpdoc.fgv.br/osanosjk, acesso em 30 de outubro de 2006.

Em 1945, já pelo Partido Social Democrata (PSD), JK é eleito deputado federal, com a segunda maior votação na cidade de Belo Horizonte, tomando parte da Assembléia Constituinte que se organizaria no ano seguinte. Sua atuação na Câmara Federal foi discreta, tendo sido membro da Comissão Parlamentar da Casa Popular. JK, como deputado, apresentou 16 emendas, mas nenhuma delas foi para votação. Porém, o grande manancial absorvido por Juscelino Kubitschek durante esse mandato veio das viagens que fez pelo interior do país, o que lhe proporcionou uma proximidade com a realidade nacional, fazendo com que, suas estratégias de administrador pudessem ser consolidadas.

Ao final de seu mandato na Câmara, JK, que era secretário geral do PSD, foi indicado para concorrer ao cargo de governador de Minas Gerais. Em 1950, sua vitória sobre seu adversário, Bias Fortes (UDN), foi apertada. E foi durante a sua curta campanha (que aconteceu por apenas 2 meses), que marcou a imagem que o acompanharia pelo resto de sua vida político-administrativa: a do homem do binômio energia e transportes. Além disso, nessa fase estaria nítido seu estilo de governo: o estabelecimento de audaciosas metas que não faziam parte do ideário e nem do estilo dos políticos da época.

Com seus discursos girando em torno de fábricas, estradas e usinas, seu espírito empreendedor passou a contagiar os mineiros. JK visitou 168 municípios e fez 207 discursos no período eleitoral, o que acabou fazendo a diferença. Tanto que dos 1,3 milhões de eleitores de Minas Gerais, mais de 714 mil votaram em Juscelino. Governar Minas Gerais foi uma espécie de laboratório onde colocaria à prova sua capacidade empreendedora e administrativa. O “prefeito-furacão” que impressionara a todos pela quantidade e pela rapidez de suas obras, agora teria a função de fazer crescer e expandir um estado inteiro. Minas estava apostando todas as suas fichas, toda a sua esperança em um homem que, no mínimo, já tinha conquistado a confiança dos mineiros e, igualmente, o seu respeito.

O plano que tracei para Minas, não estaria limitado exclusivamente ao âmbito estadual. Ele se desdobrava e se projetava no cenário nacional através de interligações de sistemas e de estreito entrosamento das redes de transmissão²².

²² Juscelino Kubitschek de Oliveira, *Meu caminho para Brasília*, apud OLIVEIRA, 2005, p. 55.

A partir daí, Juscelino passou a construir estradas e pontes no estado de Minas Gerais. Inaugurou escolas e postos de saúde; impulsionou o desenvolvimento de faculdades e centros de arte. “O saldo de sua passagem pela governadoria mineira não seria apenas econômico, por mais importante que fosse o saldo de industrialização do estado. JK incorporara e realizara, em escala local, o sentido mítico de seu projeto político pessoal: construir o grande estado a partir da constatação da incompletude e do sentimento da inexistência” (OLIVEIRA, 2005, p.55).

Em 1950, já eleito governador, JK viu Getúlio Vargas voltar a presidir o Brasil, através de um retorno democrático, porém, o que não se esperava, aconteceu em agosto de 1954: Vargas comete suicídio e o país passa por uma grave situação política. Entre 1953 e 1954, JK não figurava entre os principais candidatos à sucessão presidencial. Mas o suicídio de Getúlio Vargas viria modificar o quadro sucessório. Juscelino foi o único governador de estado a comparecer ao velório do ex-presidente. Ao final deste ano, JK estava pronto para concorrer à Presidência da República e contava herdar o patrimônio eleitoral de Vargas. Em 31 de março de 1955, Juscelino Kubitschek renuncia ao governo de Minas Gerais para se candidatar a presidente do Brasil.

No entanto, a campanha para a presidência da República de 1955 foi um período de embate eleitoral uma vez que nasceu sob o impacto do suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954. João Café Filho, o vice-presidente, governava o país que tinha em seu cenário político duas forças: o varguismo que se renovou com o gesto de Vargas, bem como a oposição da União Democrática Nacional (UDN). Nesse momento de confronto, Juscelino passa a ganhar o apoio dos comunistas, além do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Os antigetulistas, cujo principal líder era o jornalista Carlos Lacerda, consideravam que a eliminação da herança política de Vargas se faria através do lançamento de uma candidatura única que reunisse a direita e o centro, a UDN e o PSD. A idéia foi proposta por Etelvino Lins, que liderava o PSD pernambucano antivarguista, e aprovada pelo presidente Café Filho, que se opunha à candidatura do governador mineiro Juscelino Kubitschek. Em dezembro de 1954, os chefes militares divulgaram um documento onde apoiavam a candidatura de "união nacional", além de rechaçar a possibilidade de uma

candidatura militar. Juscelino retrucou às pressões militares, afirmando a primazia dos partidos na decisão final.

Etelvino Lins apresentou uma lista tríplice da qual deveria sair o candidato pessedista: Gustavo Capanema, Lucas Lopes e Juscelino. Contudo, os dois primeiros não aceitaram a indicação. A candidatura JK foi aprovada por 123 votos contra 36, com a oposição dos diretórios de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Pernambuco²³.

Em 10 de fevereiro de 1955, o PSD homologou a candidatura de JK, que obteve 1.646 votos de um universo de 1.925. Opuseram-se os diretórios dissidentes de Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, houve também defecções na Bahia e no Distrito Federal. Foi decidido que os diretórios dissidentes sofreriam intervenção. Ainda no mesmo mês, o Partido Social Trabalhista (PST) aprovou a aliança com o PSD.

Simultaneamente aos movimentos de JK, novos nomes anunciaram a intenção de concorrer, tais como o líder integralista Plínio Salgado, pelo Partido da Representação Popular (PRP), e Jânio Quadros. A UDN iniciou uma verdadeira “viagem” eleitoral. Primeiro, lançou Juarez Távora que, no dia seguinte, desistiu de concorrer ao tomar conhecimento de um acordo entre Jânio Quadros e Café Filho, pelo qual a indicação do candidato a vice pertenceria a este último. Dias depois, Juarez reconsiderou sua decisão, mas tornou a renunciar à candidatura. A indecisão de Juarez levou os líderes udenistas e pessedistas dissidentes a lançar o nome de Etelvino Lins, que desistiu após a intervenção do diretório nacional do PSD nas seccionais de Pernambuco e do Rio Grande do Sul. Nereu Ramos, líder do PSD catarinense, diante da ameaça de intervenção, já havia concordado com a decisão da direção nacional do partido.

Na ocasião da ratificação da aliança pelos petebistas, Luís Carlos Prestes, líder do proscrito Partido Comunista Brasileiro (PCB), declarou a intenção de firmar um acordo entre os comunistas e os petebistas. Pouco depois, o PCB divulgou um Manifesto Eleitoral, apoiando oficialmente a chapa JK-Jango. Esse apoio repercutiu nos meios militares de tal forma, que o ministro da Guerra, general Henrique Lott, condenou, em público, a aproximação de JK com os comunistas, fato negado pelo candidato pessedista.

²³ Os dados sobre a eleição presidencial de 1955 foram retirados do site do CPDOC, especificamente do texto: *O difícil caminho de uma candidatura*, cuja autora é Christiane Jalles de Paula - (Fonte: www.cpdoc.fgv.br/anosjk, em 04 de janeiro de 2007).

A confirmação da união entre os pessedistas e os petebistas assustou os antigetulistas. Juarez Távora mais uma vez reconsiderou seu afastamento do pleito e lançou sua candidatura pelo Partido Democrata Cristão (PDC), que recebeu o apoio do Partido Socialista Brasileiro (PSB). A UDN decidiu então dar apoio a Juarez Távora, indicando para vice Milton Campos. O cenário eleitoral ficou completo com a apresentação da candidatura de Ademar de Barros, pelo Partido Social Progressista (PSP), tendo como vice Danton Coelho. A UDN tentou novamente impedir uma possível vitória da chapa JK–Jango. Às vésperas do pleito, apresentou uma emenda constitucional transferindo para a Câmara dos Deputados a eleição presidencial no caso do eleito não conseguir maioria absoluta, ou seja, 50% dos votos mais 1. Porém, não conseguiu aprová-la.

A eleição de 3 de outubro de 1955 foi uma das mais disputadas da história brasileira. Juscelino ganhou com uma das menores percentagens de votos válidos (33, 82%) até então dadas a um presidente da República.

Durante seu governo, Juscelino foi considerado herdeiro do ideário político de Getúlio Vargas. Segundo Gomes, JK, como Vargas nos anos 1930-40, foi “um político que se voltou para a conquista do território e que investiu fortemente em políticas de transportes e comunicações” (GOMES, 2002, p.195). Talvez por isso, Guimarães Rosa tenha definido a personalidade de JK como sendo “o poeta da obra pública”. Curiosamente, essa visão acomoda-se muito bem com a idéia de incompletude da nação, seguida das condições necessárias para completá-la, formando, assim, a trajetória do mito da nação que JK iria fomentar e encarnar.

Juscelino Kubitschek assumiu a presidência do Brasil em janeiro de 1956. A partir daí, começou uma intensa movimentação para que Brasília passasse a se tornar real, visível aos olhos e materialmente concreta. O país assistiu à posse de JK e acompanhou, entre incrédulo e assustado, a construção de uma nova capital federal. Muita gente, entre populares e especialistas, questionou e ainda questiona como se pode explicar que a meta-síntese do governo JK tenha sido Brasília, se ela sequer existia originalmente no Plano de Metas.

2.2 - A meta síntese: a construção de Brasília

Para explicar a construção de Brasília, normalmente recorre-se a duas interpretações. Conforme Lúcia Lippi de Oliveira, uma é a de que a mudança da capital já estava prevista desde a Constituição Republicana de 1891 e, a outra, é a de que a mudança foi obra do "acaso".

A idéia de mudar a capital e construir uma nova cidade já fazia parte do imaginário nacional devido, não só à construção de Belo Horizonte no fim do século XIX, cujo projeto fora elaborado por Aarão Reis, mas também, à construção de Goiânia, inaugurada nos anos 1940, com projeto assinado por Atilio Corrêa Lima. Esse ciclo de construção de cidades-capitais ainda se mantém, como se pode notar, pela construção de Palmas, capital do Estado do Tocantins, inaugurada em 1990 que, não por acaso, é objeto de estudo da presente pesquisa.

A construção de cidades projetadas, lugares estratégicos, pode ser considerada parte da interiorização do Estado no Brasil, da “civilização de seus sertões”, decorrente do projeto de conquista do oeste. Assim, os anos JK podem ser definidos como exemplares no que se refere a políticas de grande impacto para a integração territorial. A construção de Brasília, para uns, representou a prova do voluntarismo irresponsável de nossas elites; para outros, foi um momento significativo de um tempo em que a esperança foi mobilizada como recurso de poder.

Ainda, segundo a literatura, a construção de Brasília, sob essa ótica, pode ser entendida como um momento muito importante no que tange ao traçado das fronteiras estabelecidas no mapa territorial. Seria o que Gomes (2002) chama de uma “nova” Marcha para Oeste, tendo impactos decisivos para o país ao deslocar, mais uma vez, populações para os sertões. “Esses novos desbravadores e pioneiros, chamados de ‘candangos’, eram em sua maioria nordestinos que procuravam trabalho e melhores condições de vida no futuro Distrito Federal” (GOMES, 2002, p.194).

Em 19 de setembro de 1956, foi sancionada a Lei no 2.874, que criou a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap). Para presidir-la foi nomeado Israel Pinheiro, engenheiro formado na Escola de Minas de Ouro Preto, político mineiro, filho do ex-presidente de Minas, João Pinheiro e amigo de JK. Israel Pinheiro foi figura fundamental

na construção da nova capital, embora não se deva esquecer o papel de Bernardo Sayão e Ernesto Silva, também diretores da Novacap e destemidos “tocadores de obras”, como JK gostava de se referir a eles. É possível dizer que poucos políticos superpuseram, com tanta intensidade, os objetivos de renovação política e arquitetônica. A construção de uma nova estética simbolizaria a autonomia técnica e um caminho exemplar para o desenvolvimento posterior do país.

Em março de 1957, foi lançado o edital do concurso para a escolha do projeto urbanístico de Brasília. De um total de 63 inscritos, 26 projetos concorreram, dos quais 16 foram eliminados na seleção prévia. Entre os projetos selecionados para continuar na disputa estavam o de Lúcio Costa; o de Nei Rocha e Silva e de Henrique Mindlin; o de Paulo Camargo; o de MMM Roberto e o da firma Construtec. O projeto aprovado foi de autoria de Lúcio Costa, o que dividiu a opinião dos arquitetos. Para uns, não passava de um rabisco e sua inscrição não deveria ter sido sequer aceita. Para outros, era simplesmente brilhante, genial. Conforme lembra Lúcia Lippi de Oliveira, o representante do Instituto de Arquitetos do Brasil, cujo nome não foi revelado, por exemplo, abandonou o júri por divergir do resultado, já que a proposta de Lúcio Costa era apenas um rascunho. Entre os jurados estavam o arquiteto Oscar Niemeyer, o representante do Instituto de Arquitetos do Brasil, o representante do Clube de Engenharia do Brasil (que também não tem seu nome divulgado na literatura), o urbanista inglês William Holford, o francês André Sive e o americano Stamo Papadaki. Os concorrentes derrotados não se conformaram e criaram uma polêmica que repercutiu na imprensa da época.

O projeto de Lúcio Costa nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar, promovendo o encontro de dois eixos. Um conceito simples e universal. Lúcio Costa foi o vencedor, não pelo seu detalhamento, que era realmente pobre perto de outros concorrentes que apresentaram maquetes, croquis e estatísticas, mas pela concepção urbanística e pela rica descrição de seu estudo. Não deixa de ser curioso que num concurso urbanístico, as palavras tenham vencido o detalhamento técnico. Mas Lúcio Costa era conhecido por tratar as palavras com a precisão de um poeta. Brasília era a obra de um ser livre que se permitiu sonhar.

O próprio Lúcio Costa destaca, entre os "ingredientes" da concepção urbanística de Brasília, as lembranças dos gramados ingleses de sua infância, das auto-estradas

americanas, dos altiplanos da China e da brasileiríssima Diamantina. Ele planejou uma Brasília moderna, voltada para o futuro, mas ao mesmo tempo "bucólica e urbana, lírica e funcional". Eliminou cruzamentos para que o tráfego dos automóveis fluísse mais livremente, concebeu os prédios residenciais com gabarito uniforme e construídos sobre pilotis para não impedir a circulação de pessoas. Uma cidade rodoviária com amplas avenidas e vasto horizonte, valorizando o paisagismo e os jardins.

O plano de Lúcio Costa foi, contudo, vago no que se referia à expansão imobiliária e a criação de bairros operários. Ele diz na memória descritiva do Plano Piloto "deve-se impedir a enquistação de favelas, tanto na periferia urbana quanto na rural. Cabe à Companhia Urbanizadora prover, dentro do esquema proposto, acomodações decentes e econômicas para a totalidade da população"²⁴. Não foi preciso que muitos anos se passassem para que surgissem problemas ligados à habitação popular que, durante a própria construção da capital, foram chamados de invasões e se multiplicaram. Todos os dias, novos barracos eram erguidos na chamada Cidade Livre, hoje, Núcleo Bandeirante e, também, próximos aos canteiros de obras. Os operários que trabalhavam na construção da cidade não pretendiam abandonar a Capital depois de sua inauguração.

Ao analisar a construção de Brasília, surpreende a plausibilidade dos argumentos nacionalistas empregados pelo governo JK e sua recorrência na trajetória do pensamento social brasileiro. Contudo, deve-se destacar a dimensão social que este projeto alcança, fato que é notável, sobretudo, quando se sabe que nem ao menos figurava no programa de governo de JK. Em 1958, por exemplo, o palácio da Alvorada tinha sua fachada estampada na revista *Manchete*. JK sabia que, se a sede do governo não estivesse pronta na data prevista para sua inauguração, o projeto seria abandonado. Duas referências demonstram a relevância da concretização do projeto de construção da cidade de Brasília na mídia²⁵:

Lúcio Costa declarava à revista *Manchete*, em 1974: 'Digam o que quiserem, Brasília é um milagre. Quando lá fui pela primeira vez, aquilo tudo era deserto a perder de vista. Havia apenas uma trilha vermelha e reta descendo do alto do cruzeiro até o Alvorada, que começava a aflorar das fundações, perdido na distância. Apenas o cerrado, o céu imenso, e uma idéia saída da minha

²⁴ (Fonte: <http://www.unb.br/ics/sol/itinerancias/bsb/bsb.html>, em 08 de janeiro de 2007).

²⁵ As duas citações são apresentadas por Lúcia Lippi de Oliveira, no *site* do CPDOC, em *link* reservado para se contar a história dos Anos JK (Fonte: www.cpdoc.fgv.br/anosjk, em 17 de setembro de 2006).

cabeça. O céu continua, mas a idéia brotou do chão como por encanto e a cidade agora se espraia e adensa.

Em 1988, dizia o urbanista a *O Estado de S. Paulo*: ‘O que ocorre em Brasília e fere nossa sensibilidade é essa coisa sem remédio, porque é o próprio Brasil. É a coexistência, lado a lado, da arquitetura e da antiarquitetura, que se alastra; da inteligência e da antiinteligência, que não pára; é o apuro parede-meia com a vulgaridade, o desenvolvimento atolado no subdesenvolvimento; são as facilidades e o relativo bem-estar de uma parte, e as dificuldades e o crônico mal-estar da parte maior. Se em Brasília esse contraste avulta é porque o primeiro élan visou além – algo maior. Brasília é, portanto, uma síntese do Brasil, com seus aspectos positivos e negativos, mas é também testemunho de nossa força viva latente. Do ponto de vista do tesoureiro, do ministro da Fazenda, a construção da cidade pode ter sido mesmo insensatez, mas do ponto de vista do estadista, foi um gesto de lúcida coragem e confiança no Brasil definitivo.

Tais definições demonstram o sentimento de satisfação pelo ato de coragem de JK e pelo fato de chamar para si toda e qualquer responsabilidade no que diz respeito ao desenvolvimento dessa que, sem dúvida alguma, foi a maior obra da vida do Presidente Bossa Nova. JK comandava a realização do sonho dos urbanistas e arquitetos modernos, que, imbuídos da idéia de planejamento, definiam os espaços para moradia, trabalho e lazer. Pretendiam todos liquidar o passado e realizar um ideal de igualitarismo promovido pelo Estado. A consagração de Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960, veio em 1987, quando a Unesco elevou a cidade à categoria de "patrimônio da humanidade".

Fonte: Arquivo Público do DF



O começo da construção de Brasília: a Esplanada dos Ministérios

Dimensão social, política e econômica, mas também simbólica, Brasília se tornara, para muitos, não apenas símbolo do governo JK, mas o símbolo de um novo país. Sua realidade não se limitaria apenas a indicar o deslocamento do eixo do desenvolvimento do Brasil; deveria indicar a mudança de toda a sua história. JK, talvez, como nenhum outro, incorporou essa simbologia a um tal ponto, que ele mesmo define que o Brasil só se tornou adulto depois da construção de Brasília. A história do Brasil, após o governo JK e para o próprio JK, seria então dividida em dois momentos: antes e depois de Brasília. A marcha para o interior era o fator capaz de reordenar o sentido da ocupação. Finalmente, a sociedade brasileira lograria fixar seu ponto de partida, seu mito de origem.

Essa obra permitiu a eclosão de um projeto sem igual para a sociedade brasileira. O grande número de setores da atividade administrativa e o grande número de grupos sociais envolvidos no processo material de transformação da sociedade, desencadeado por Brasília, apontaram tanto para a fixação de um mito como para o término da trajetória mítica. Com a parceria de Oscar Niemeyer e de Israel Pinheiro no desenvolvimento do projeto, Juscelino Kubitschek conseguiu construir Brasília em 3 anos. Era mais uma cidade moderna no sertão e, mais que Goiânia, materializava uma sensação de mudança na sociedade brasileira que apontava para o projeto de que o país deixaria de ser “subdesenvolvido”. Não por

acaso, os movimentos culturais mais relevantes da década estavam atrelados às idéias de moderno e de novo: arquitetura moderna, bossa nova, cinema novo, entre outros.

2.3 - O desenvolvimento do Norte

Ao contrário do que popularmente é conhecido, o desenvolvimento do Norte não foi uma exclusividade do governo JK, por conta da construção de Brasília. Antes disso, a região Norte do país esteve e, ainda, está inserida dentro da área da “Amazônia Legal” que compreende os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, localizados na Bacia Amazônica. A “Amazônia Legal” surgiu através de análises estruturais e conjunturais realizadas por sucessivos governos federais, visando reunir regiões de idênticos problemas econômicos, políticos e sociais, com o intuito de melhor planejar o desenvolvimento social e econômico da região amazônica.

Portanto, esse conceito de Amazônia Legal foi criado pela Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953, sob o segundo governo Vargas, tendo sido fruto muito mais de questões políticas e não de um imperativo geográfico. O diagnóstico é de que havia a necessidade do governo federal planejar e promover o desenvolvimento da região. Perfazendo uma superfície de aproximadamente 5.217.423 km² correspondente a cerca de 61% do território brasileiro, a região Amazônica foi definida, portanto, pela Lei, independentemente de sua área pertencer à bacia hidrográfica, de seu ecossistema ser uma selva úmida tropical ou qualquer outro critério semelhante.

Getúlio Vargas criou em, 1953, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), com a finalidade de promover o desenvolvimento da produção agropecuária e a integração da Região à economia nacional, pois esta parte do país estava muito isolada e subdesenvolvida. Entende-se que a SPVEA falhou porque se voltou muito ao extrativismo, abrindo linhas de crédito bancário direcionado quase sempre para a borracha, excluindo outras atividades, como o cultivo da juta e da pimenta-do-reino e não investiu na infra-estrutura social e viária da região.

Nos nove estados da Amazônia Legal residem, atualmente, 55,9% da população indígena brasileira, ou seja, cerca de 250 mil pessoas, segundo dados do Sistema de

Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI) que pertence à Fundação Nacional de Saúde (FUNASA); abrange 24 dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas mantidos pela FUNASA e com uma grande diversidade étnica (cerca de 80 etnias)²⁶.

Outra obra, ainda no contexto de desenvolvimento do Norte, que se iniciou no final do governo JK, já em 1960, foi a rodovia Belém-Brasília (BR 153) que liga as regiões Norte e Sul do Brasil. O seu chefe de obras foi um dos diretores da Novacap, Bernardo Sayão que morreu tragicamente enquanto trabalhava na rodovia. Durante a poda de uma árvore, Sayão não conseguiu afastar-se a tempo e a árvore caiu sobre seu corpo.

O grande desafio dessa obra foi justamente desbravar a floresta amazônica que até então era composta por uma mata extremamente fechada e inacessível. Vários foram os conflitos: brancos e índios, fazendeiros e arrendatários. Conforme Gomes (2002), confrontavam-se grandes proprietários e trabalhadores que eram contratados temporariamente e depois eram dispensados e impedidos de ficar nas terras onde haviam se estabelecido. A rodovia Belém-Brasília só veio a ser asfaltada em 1965, já no regime militar, e o fluxo migratório para a região não parou de crescer. Segundo Silva (1997, p.92), caminhões de carga retornavam ao Sul do país carregados de minérios, madeiras e bananas, produtos esses que eram muito encontrados na região Norte e que só passaram a ser distribuídos em outras regiões devido à abertura da estrada.

O que se pode concluir do caráter da construção de Brasília é que ela é fruto de uma concepção geopolítica longamente amadurecida. A região do Planalto viu chegar novas idéias. O caráter modernista da cidade, o Brasil “a jato” dos anos 1950, a bossa nova, o espírito aventureiro dos “bandeirantes modernos”, o vazio demográfico do sertão goiano, muitos foram os fatores que construíram a crença no “novo” Brasil de JK. Mesmo aqueles que não apoiaram a obra de JK, não deixaram de demonstrar nem de partilhar esse sentimento. À cidade, embora tantas vezes criticada, nunca foi negado o direito de representar, de simbolizar uma nova nação.

Num lugar onde tudo mudou numa velocidade sem igual, Brasília também viu camponeses tornarem-se carpinteiros, desempregados em trabalhadores da construção civil,

²⁶ (Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Amazonia_Legal, acessado em 09 de maio de 2006).

madeiras em casas, edifícios em palácios e esses palácios, bem como o asfalto se transformarem em um novo país.

2.4 – Ideais separatistas reassumidos com nova liderança

É nesse panorama político que os ideais separatistas da região norte de Goiás são reassumidos. O estado ainda estava sob o comando de Pedro Ludovico que governou de 1930 a 1954. Juscelino Kubitschek é eleito em 1956 e, dessa vez, quem responde pelo movimento de criação do estado do Tocantins é o juiz Feliciano Machado Braga²⁷. Em 1956, quando era titular da Comarca de Porto Nacional, cidade que fazia parte da região a ser separada, fundou o movimento Pró-Criação do Tocantins. Teve então o apoio dos poderes Legislativo e Executivo da cidade de Porto Nacional, através de um manifesto à nação brasileira que foi publicado pela imprensa no dia 13 de maio do mesmo ano.

Fonte: ArquivoJornal Paralelo 13



Feliciano Machado Braga revitaliza ideais separatistas

Segundo Silva (1997, p.165), nesse período tem início a mais longa campanha pela criação do estado do Tocantins. É também no mesmo contexto que se inicia uma ação

²⁷ Feliciano Machado Braga era juiz de direito da comarca de Porto Nacional. Ele defendeu a autonomia do Tocantins de maneira bastante representativa, tanto que, em seus autos, assinava e colocava no campo determinante da unidade federativa 'Tocantins'. O movimento Pró-Criação do Tocantins, iniciado pelo juiz tinha a intenção de mobilizar a região em torno das dificuldades político-econômicas que a região enfrentava. O movimento ganhou apoio de estudantes, adesão de outros municípios e manifestações de solidariedade na causa separatista de estados como Maranhão e Bahia. Como instrumento de influência de luta, Feliciano Braga lança, em 1956, o jornal *O Estado do Tocantins*. (*Jornal O Girassol – Data: 21 de novembro de 2005 – Editoria Aprender*)

parlamentar, centrada em discursos feitos por deputados da Assembléia Legislativa de Goiás, em defesa da autonomia da região norte do estado, em 1955, já sob a liderança do novo governador José Ludovico de Almeida. Um bom exemplo é a fala do deputado Francisco Brito, em 1955:

Confesso, senhor presidente, que a princípio, examinando o problema superficialmente, julguei absurda a idéia de transformar em estado uma região cujas rendas são insuficientes para cobrir as despesas com o seu funcionalismo. Entretanto, um estudo mais profundo do assunto convenceu-me de que a rotina, a má vontade dos órgãos estaduais, a ausência de interesse oficial pelo fomento das duas fontes de produção, o abandono criminoso dos seus vastos recursos naturais, são os motivos principais do seu avanço lento no caminho de recuperação econômica e financeira e de sua posição humilhante de parente pobre e desempregado que há de viver às expensas dos que, a todo o momento, lhe atiram na cara essa condição de inferioridade²⁸.

Ainda com base nas argumentações de Silva (1997), com Feliciano Machado Braga, o movimento separatista vislumbrava melhorias nas condições sócio-econômicas através da liberdade político-administrativa, pois considerava que o governo do estado de Goiás abandonava sua região norte.

Em entrevista à Revista *Anhanguera*, de Goiânia, publicada em novembro de 1968, Feliciano disse que “batia na tecla” da criação do Tocantins, de maneira mais intensa, desde 13 de maio de 1956, conforme trecho a seguir:

Na oportunidade lançamos em Porto Nacional um manifesto para a sua fundação juntamente com o deputado estadual Francisco Maranhão Japiassú, o então coletor federal Fabrício César Freire, o doutor Oswaldo Ayres e a população inteira de Porto Nacional. Entretanto, antes de ser juiz de direito naquela cidade, comecei a simpatizar com a idéia através do movimento iniciado pela criação do Território Federal de Tocantins, tendo a frente o então capitão Lysias Rodrigues, das Forças Aéreas Brasileiras. Esse movimento se deu em 1943. Portanto, há 25 anos sou pela criação dessa nova unidade federativa.

²⁸ Pronunciamento feito na sessão de 23 de junho de 1955, na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás (Apud: SILVA, 1997, p.233).

Ainda na entrevista à Revista *Anhanguera*, Feliciano enfatiza que “combater a criação do estado do Tocantins sob a alegação primária, pretexto quase infantil de que Goiás terá o seu território desfalcado, é não querer a vinda da capital federal para o Planalto Central, porque o novo Distrito Federal vai ser desmembrado do território goiano, também com o desaparecimento de municípios”, argumenta. O juiz aproveitou a oportunidade para citar uma frase de Getúlio Vargas quando disse: “No Brasil não existem estados grandes, nem estados pequenos, estados que mandem, nem estados que obedecem. Grande é só o Brasil”.

Com todas essas argumentações outros deputados aderem à causa e passam a integrar o movimento Pró-Criação do Tocantins. Mesmo assim, a Assembléia Legislativa rejeita as solicitações de realização de um plebiscito, procurando evitar grandes manifestações populares com esse propósito.

Porém, as iniciativas ganharam intenso cunho popular, realizando-se passeatas cívicas, comícios e a inauguração de uma placa com a legenda, “Viva o Estado do Tocantins”, colocada no aeroporto de Porto Nacional, cujo nome era Lysias Rodrigues, em 20 de maio de 1956. Esse dia passou a ser a data oficial de comemoração e de fundação do movimento separatista. Além disso, produziram-se timbres e carimbos dentro da Comarca de Porto Nacional com a identificação: “Comarca de Porto Nacional - Estado do Tocantins”, além da distribuição de folhetos de campanha em prol da criação do novo estado.

Fonte: Arquivo Jornal Paralelo 13



Após inaugurar a placa, o juiz borda na bandeira nacional mais uma estrela

Em seu discurso, por ocasião da inauguração da placa no aeroporto de Porto Nacional, Feliciano disse:

Idéia boa não morre. Se desaparece por uns tempos, quando volta, chega mais forte, mais revigorada. Noto que o tocaninense não é um vencido. Ele não se entrega, não fica jungido ao poder das forças ocultas. Tocantinenses, estou a frente desse movimento levado por um único desejo: o de ver o progresso desta terra e também do Brasil, cujos interesses devem ser colocados acima dos interesses dos estados. Não sou levado por interesse particular. Criado o estado do Tocantins não pleitearei cargos eletivos. Não serei candidato. Não sou político, nem quero ser. (...) Meus senhores, achando a criação do estado do Tocantins o acontecimento maior da nossa história nos tempos republicanos, não poderia ficar indiferente, como não ficarei e se eu merecer o apoio dos tocaninenses não só de Porto Nacional, como os demais tocaninenses das outras localidades, saberei levar avante esse movimento para a vitória, para o fim almejado²⁹.

Entretanto, um dos mais importantes marcos dessa luta foi a inauguração do jornal *O Estado do Tocantins*, fundado também em 1956, cujos editoriais eram de autoria do juiz Feliciano e que passaria a se tornar a “voz” da propaganda separatista, embora fosse desativado quatro anos depois, em função da transferência de Feliciano para a cidade de Anápolis.

Durante a existência de *O Estado do Tocantins*, sob o comando do juiz Feliciano e do jornalista Dejaime Aires da Silva, além das matérias sobre a viabilidade da criação do estado, que eram escritas por seus defensores, eram, também, publicados vários dísticos como: 1) O povo tocaninense só será livre quando possuir a sua capital e eleger o seu governo; 2) Tocantinenses! Fazei reboar, por todo o Brasil, o nome do estado do Tocantins; 3) O Congresso Nacional não negou Brasília a Goiás, a sua Assembléia Legislativa não negará o estado do Tocantins ao Brasil; 4) O estado do Tocantins vem corroborar com tudo aquilo que Goiás pregou a respeito da construção de Brasília, ou seja, a interiorização da civilização, Marcha para Oeste, fixação do homem ao solo, valorização e defesa da Bacia

²⁹ Texto retirado dos escritos originais de Feliciano Machado Braga.

Amazônica; 5) O estado do Tocantins não pára e não dorme. Vela. Avante Brasil!. Esses são apenas cinco exemplos de um total de 20 dísticos criados para a defesa da criação do novo estado.

Fonte: Arquivo Jornal Paralelo 13



A população escrevia em suas casas o sentimento local

Como todo estado precisa de símbolos, o futuro estado do Tocantins precisou criar a sua bandeira, a qual representaria os anseios da população que deveria sentir orgulho ao carregá-la. No dia 11 de junho, foi apresentada, em solenidade pública, a bandeira tocantinense. Na ocasião, foi distribuído um boletim explicando que possuía 13 listras verdes e brancas com a mesma significação das cores da bandeira nacional. O número 13 se referia à data em que havia sido lançado o manifesto pró-autonomista, que aconteceu no dia 13 de maio. A bandeira possuía, ainda, uma listra vermelha em diagonal descendente de uma ponta a outra que exprimia o ardor, o calor, o entusiasmo da campanha. No centro desta diagonal, estava escrita a palavra VELO, que simbolizava a presença do estado do Tocantins olhando e cuidando diretamente dos interesses do povo da região, do Brasil e principalmente da Bacia Amazônica, da qual o estado “caçula” seria integrante. Nessa solenidade de apresentação da bandeira compareceram 13 prefeitos do Norte goiano que tinham como objetivo orientar e dar mais ressonância ao movimento separatista. O *slogan* oficial do estado foi escolhido: “não paro, não durmo – vela”. Esse slogan, inclusive foi publicado em *O Jornal*, do Rio de Janeiro, em 15 de julho de 1956.

Fonte: Arquivo Jornal Paralelo 13



Além da bandeira, já havia o Palácio do Governo

Fonte: Arquivo Jornal Paralelo 13



Passeatas eram constantes sob a liderança de Feliciano

Quando a campanha atingiu o clímax, constituindo-se na preocupação principal de quantos vibravam de entusiasmo com a idéia separatista, é feita a primeira tentativa de constitucionalização. É quando a deputada Almerinda Arantes, da bancada do PTB, na Assembléia Legislativa de Goiás, acreditando ser o momento oportuno e correto, tenta a constitucionalização do Tocantins através da emenda do Artigo 18 da Constituição Estadual: “Fica desmembrado do Estado de Goiás, com denominação de Estado do Tocantins, a partir do Paralelo 13, a área que compreende os municípios do Norte goiano. Parágrafo Único: O Poder Executivo, dentro do prazo de cento e vinte dias, a partir da

promulgação deste ato, fará realizar o plebiscito determinado no artigo 2º da Constituição Federal”. No entanto, não seria ainda dessa vez. Almerinda pertencia à bancada petebista e a maioria dos deputados goianos, à época, era pessedista.

Nesse período não faltou, também, a participação estudantil que sempre se fez presente às conclamações nacionais. Então, em 1956, fora realizado o VII Congresso dos Estudantes em Goiás, onde participaram delegações estudantis, não só da região Norte goiana, mas de diversos pontos do estado. O Congresso defendeu a tese separatista e solicitou ao Legislativo estadual maior interesse pela campanha.

O território para a formação do novo estado do Tocantins teria uma superfície de 326.197 km². A população, até o ano de 1957, estava estimada, segundo o IBGE, em cerca de 300 mil habitantes. Os meios de comunicação na região eram feitos por meio de navegação fluvial em determinados períodos e trechos entre os rios Araguaia e Tocantins, além das linhas aéreas que eram realizadas pelas empresas Real, Cruzeiro do Sul, Aéreo-Norte, Paraense Transportes Aéreos Ltda, além do Correio Aéreo Nacional, pioneiro na região.

Em edição de março de 1958, de *O Estado do Tocantins*, em artigo intitulado *O Tocantins é nosso*, o juiz Feliciano desabafa novamente:

Até quando o Brasil vai se julgar incapaz de administrar o Tocantins ou deixar que os tocantinenses administrem a sua região por si mesmos? Não são os tocantinenses irmãos dos goianos? Não possuem os mesmos goianos um Estado? Por que não poderão os tocantinenses com idênticos direitos, pois que são brasileiros, ter o seu próprio Estado, a sua organização jurídica regional, em vez de tê-la em outra região, longe, na côrte goiana, na remota capital caçula, chamada Goiânia? Tocantinenses, tratemos de cassar a contra-indicada, a ilegítima delegação de pátrio-poder imposta ao Tocantins, como se de fato ele precisasse de tutor. Batamo-nos pela nossa autonomia, pela nossa emancipação político-administrativa, pois que o Tocantins é nosso!

Mas a indignação do juiz Feliciano não parava por aí. Em um novo artigo publicado em *O Estado do Tocantins*, dessa vez em junho de 1958, Feliciano questiona JK. Indagava as razões pelas quais não ajudava a formação do estado do Tocantins e por qual motivo o

IBGE teria se calado sobre o assunto, levando-se em conta que, por várias vezes, o Instituto teria se manifestado a favor do Tocantins.

Se um dos objetivos de Brasília é, também, a Marcha para Oeste, por que, analogamente, o senhor Juscelino Kubitschek não ajuda a formação do estado do Tocantins, como um dos melhores e mais adequados meios de atingir a preconizada Marcha, tema dos mais explorados pela demagogia política? Além disso, por que se acha calado o IBGE, órgão que por muitas vezes já se pronunciou sobre a necessidade de organização da unidade ora pleiteada? (...) Cabe, pois, ao senhor presidente da República, fundador de Brasília, e ao IBGE, pronunciarem-se incisivamente e com urgência, favoráveis ao estado do Tocantins. Formulados ambos pronunciamentos, temos a convicção que serão eles recebidos com aplausos entusiásticos pelo povo brasileiro.

Feliciano Machado Braga tornou-se conhecido no Brasil e suas ações passaram a ter relevância na mídia nacional. Tanto que, em matéria publicada pelo jornal *Folha de São Paulo*, de 9 de fevereiro de 1960, o título já dizia que *Hobby de juiz é dividir estados; por isso seu filho chama-se Brasil Tocantinense*. Na reportagem de autoria dos jornalistas Valentim Lorenzetti e Murilo Felisberto, Feliciano afirma que “os políticos que aspiram chegar ao governo da República deverão passar pelo estado, em comícios eleitorais e tomarão conhecimento do movimento divisionista. Assim, quando eleitos, poderão concretizar o sonho dos tocantinenses”. Ainda na reportagem, o juiz dizia imaginar que levaria apenas cerca de mais de 5 anos para essa realização. Acabou sendo necessários mais 28 anos de lutas.

Fonte: Arquivo Jornal Paralelo 13



O território já estava delimitado

3 - O regime militar e a criação do estado do Tocantins

3.1 – A luta pelo Tocantins e o regime militar

A nova capital, Brasília, e a Rodovia Belém-Brasília (BR 153) destacaram Goiás no cenário nacional e consolidaram a expansão capitalista na região. Mesmo com o asfaltamento da estrada só ocorrendo em 1965, já no regime militar o fluxo migratório para o estado não parou mais de crescer.

Fonte: www2.camara.gov.br/conheca/historia



A Rodovia Belém-Brasília levou 5 anos para ser asfaltada

A região norte do estado de Goiás passou a evidenciar claramente suas potencialidades (terra, água, minérios, fauna, flora), mas ainda era carente de infra-estrutura social e econômica, pois a miséria, a doença e a ignorância eram aí enormes. Essa situação era, cada vez mais, atribuída ao descaso das autoridades do estado de Goiás e a uma elite política que não defendia os interesses de sua parte norte.

Também em 1960, é criada, em Goiânia, a Casa do Estudante do Norte Goiano (CENOG), no dia 15 de maio. O objetivo inicial da Casa era dar assistência aos estudantes do interior que iam para a capital para dar prosseguimento aos estudos, uma vez que, no interior de Goiás, nessa época, havia apenas o ensino primário. Foi eleito como o primeiro presidente da CENOG o estudante Vicente de Paula Leitão, já em 1961. A CENOG não nasceu como um instrumento de luta pela criação do estado do Tocantins. Porém, com a crescente discussão a respeito do assunto, os estudantes se integraram aos debates sobre os “problemas” da região e, assim, seus participantes permitiram que a entidade ampliasse sua

atuação, abraçando a causa da autonomia da região norte de Goiás. Essa atuação era basicamente voltada para a realização de comícios e distribuição de cartazes e boletins sobre o andamento do movimento para a separação do Tocantins.

Conforme carta de Getúlio Matos Quinaud³⁰, um dos fundadores da CENOG, a Casa foi considerada, nos anos 1960, um fenômeno político-estudantil. Isso porque passou a buscar a “redenção social, econômica e cultural do norte goiano, defendendo, intransigentemente, a emancipação político-administrativa da região de influência colonial do Norte de Goiás”.

A situação permaneceu dessa forma, durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart (1961-64). Nesse período, o governador de Goiás era Mauro Borges Teixeira, filho de Pedro Ludovico. Mauro Borges mostrava-se simpático ao movimento de separação, mas sofria muita influência de seu pai, que era contrário. Em março de 1964, acontece o movimento civil e militar que derruba o presidente Jango. Por conta desse acontecimento, houve o fechamento político no cenário nacional e, com isso, o movimento separatista do Tocantins acabou se enfraquecendo e declinando.

Foi nesse momento, também, que a CENOG foi fechada. Segundo Quinaud, em sua carta, “os políticos reacionários de 1964, sentiram-se ameaçados em seus currais eleitorais com o movimento nativista para se criar o estado do Tocantins”. Ele conta que “muitos estudantes foram seqüestrados pelo exército por serem considerados comunistas, outros pediram asilo em países respeitadores da democracia e do princípio de autodeterminação dos povos. Os subservientes da politicagem nortense voltaram à política de dependência em relação aos poderosos do Sul goiano e, mais uma vez, o assunto ‘estado do Tocantins’ foi proibido. A expressão ‘tudo pela redenção do Norte goiano’, lema da entidade, era uma ameaça à política de coronelismo que via na escola um sério problema”, declara Quinaud.

A instauração do regime militar, em 1964, teve nas suas origens um período de grande turbulência e mobilização popular por conta das reformas propostas pelo governo de João Goulart. A resposta a esse impasse foi um golpe de Estado feito pelas Forças Armadas. A legitimação do governo militar passava pela expulsão dos líderes políticos ligados ao regime anterior e a crítica dos governadores dos estados mais importantes,

³⁰ A carta de Getúlio Matos Quinaud, me foi enviada enquanto trabalhava no Jornal do Tocantins, como forma de corrigir uma informação sobre a CENOG que havia sido publicada de maneira equivocada.

apoiadores do golpe, tinha um motivo muito claro já que eram candidatos declarados à disputa presidencial. O regime autoritário tinha como diretriz básica a maior centralização possível do poder político das decisões econômicas e administrativas na esfera do Governo Federal e apoiava-se no federalismo como sendo seu alicerce principal.

A crise que assolou o país desde a renúncia do então presidente da República, Jânio Quadros, em 1961, passando pelo governo João Goulart (1961-1964) e a tomada do poder pelos militares, a partir do governo Castelo Branco (1964-1967) que impôs um regime autoritário fizeram com que o Brasil passasse a ser comandado por uma classe que dizia defender a democracia.

Com Costa e Silva (1967-1969), a oposição ao regime começa a aumentar tendo como liderança os estudantes por intermédio da União Nacional dos Estudantes (UNE) que passam a organizar passeatas e guerrilhas urbanas. Entre agosto e outubro de 1969, Costa e Silva que estava doente, foi substituído por uma Junta Militar para tomar conta do país. Esse governo decreta a Lei de Segurança Nacional que determinava o exílio e a pena de morte em casos de "guerra psicológica adversa, ou revolucionária, ou subversiva".

No início do governo Costa e Silva, os protestos estavam disseminados por todo o Brasil, o que provocou o recrudescimento do estado. Na mesma proporção, a oposição, que, em muitos casos, já estava na clandestinidade havia algum tempo, começou a radicalizar suas ações com atos de terrorismo, assaltos a bancos, ataques a soldados para roubo de armas e seqüestros.

A violência começa, então, a fazer suas vítimas. Cada lado culpa o outro, porém, a intolerância e as desavenças eram comuns, as patrulhas ideológicas agiam nas escolas clubes e sindicatos, começavam a ocorrer brigas entre grupos antagônicos: comunistas de um lado e apoiadores do regime militar de outro.

As manifestações e protestos ganham as ruas em quase todas as principais cidades do Brasil. Os estudantes passam a radicalizar suas ações. Com a chegada do General Costa e Silva ao poder, o movimento estudantil e as greves dos operários tomaram corpo, na mesma proporção que a linha dura ia fazendo suas vítimas. Os confrontos entre polícia e adolescentes acontecem com mais radicalismos. A censura proibiu toda e qualquer exibição em território nacional de filmes, reportagens, fotos, transmissão de rádio e televisão, que mostrassem tumultos em que estudantes estivessem envolvidos.

Os Atos Institucionais e atos complementares eram rotina. Em 13 de dezembro de 1968, o Presidente Costa e Silva decretou, mandou publicar e cumprir o Ato Institucional Número 5 (AI-5). O AI-5 cancelou todos os dispositivos que ainda poderiam ser utilizados pelos parlamentares da Constituição de 1967.

Pelo AI-5, os militares tinham o direito de decretar o recesso do Congresso, das Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais a qualquer momento. A censura dos meios de comunicação, da expressão intelectual e artística estavam agora extremamente eficientes, tendo sido retirada toda a estabilidade e independência do Poder Judiciário, pois o Executivo poderia mandar suspender *habeas-corpus* sob a acusação de crime político contra qualquer cidadão em qualquer momento.

A cassação de direitos políticos poderia ser decretada com extrema rapidez e sem burocracia; o direito de defesa ampla ao acusado foi eliminado, suspeitos poderiam ter sua prisão decretada imediatamente, sem necessidade de ordem judicial; os direitos políticos do cidadão comum foram cancelados e os direitos individuais foram eliminados pela instituição do desacato à autoridade. Os militares assumiram definitivamente que não estavam dispostos a ser um poder moderador e, sim, uma ditadura, colocaram a engrenagem para rodar as teses da Escola Superior de Guerra (ESG), o desenvolvimentismo imposto à sociedade.

O AI-5 transformou-se num instrumento para o aumento da violência, da falta de limites. O golpe havia adquirido uma alma adolescente, testando limites, agindo de forma mais hormonal do que racional. A impulsividade estava em voga, a oposição se retraiu, muitos erroneamente acharam que a única forma de combater o regime de exceção era o caminho da luta armada, não lembrando, ou não sabendo, da existência das leis da pressão social. Em setembro de 1969, iniciou-se uma página obscura para a História do Brasil: começaram as ações de seqüestros e assaltos. Diante desse quadro, no dia 18 de setembro de 1969, os ministros militares e ministros civis que assumiram o governo mandam aprovar nova Lei de Segurança Nacional, que institucionalizou a pena de morte e a prisão perpétua em território brasileiro.

Os anos 1970 chegam e são considerados por muitos historiadores e estudiosos como os *anos de chumbo*. Surge, então, o mais avassalador governo dos militares: Emílio Médici (1969-1974). Há, sob seu comando, uma severa política de censura em execução.

Jornais, revistas, livros, peças de teatro, filmes, músicas e outras formas de expressão artística são censuradas. Muitos professores, políticos, músicos, artistas e escritores são investigados, presos, torturados ou exilados do país.

Médici instaura o Destacamento de Operações e Informações e ao Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) que atua como centro de investigação e repressão do governo militar. Mas, nesse período, também, ganha força a guerrilha rural, principalmente na região do Araguaia. Essa guerrilha foi fortemente reprimida pelas forças militares.

Já, na área econômica o país crescia rapidamente. Este período que vai de 1969 a 1973 ficou conhecido como a época do Milagre Econômico. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro crescia a uma taxa de quase 12% ao ano, enquanto a inflação chegava aos 18%. Com investimentos internos e empréstimos do exterior, o país avançou e construiu uma base de infra-estrutura. Todos estes investimentos geraram milhões de empregos pelo país. Algumas obras, consideradas faraônicas, foram executadas, como a Rodovia Transamazônica e a Ponte Rio - Niterói. Porém, todo esse crescimento teve um custo altíssimo e a conta deveria ser paga no futuro. Os empréstimos estrangeiros geraram uma dívida externa elevada para os padrões econômicos do Brasil.

Em 1974, assume a presidência do Brasil o general Ernesto Geisel (1974-1979) que começa um lento processo de transição rumo à democracia. Seu governo coincide com o fim do milagre econômico e com a insatisfação popular. A crise do petróleo e a recessão mundial interferem na economia brasileira, no momento em que os créditos e empréstimos internacionais diminuem. Geisel anuncia a abertura política lenta, gradual e segura. A oposição política começa a ganhar espaço. Nas eleições de 1974, o MDB conquista 59% dos votos para o Senado, 48% da Câmara dos Deputados e ganha a prefeitura da maioria das grandes cidades.

Os militares de linha dura, não contentes com os caminhos do governo Geisel, começam a promover ataques clandestinos aos membros da esquerda. Em 1975, o jornalista Vladimir Herzog é assassinado nas dependências do DOI-Codi, em São Paulo. Em 1978, Geisel acaba com o Ato Institucional número 5, restaura o *habeas-corpus* e abre caminho para a volta da democracia no Brasil.

Em seguida viria o governo de João Baptista Figueiredo (1979-1985) o que começaria a acelerar o processo de redemocratização. Figueiredo decreta a Lei da Anistia, concedendo o direito de retorno ao Brasil para os políticos, artistas e demais brasileiros exilados e condenados por crimes políticos. Os militares de linha dura continuam com a repressão clandestina. Cartas-bomba são colocadas em órgãos da imprensa e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). No dia 30 de Abril de 1981, uma bomba explode durante um show no centro de convenções do Rio Centro, no Rio de Janeiro. O atentado fora provavelmente promovido por militares de linha dura, embora até hoje nada tenha sido provado.

Em 1979, o governo aprova lei que restabelece o pluripartidarismo no país. A ARENA muda o nome e passa a ser PDS, enquanto o MDB passa a ser PMDB. Outros partidos são criados, como: Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Assim, nos últimos anos do governo militar, a inflação é alta e a recessão também. Enquanto isso, a oposição ganha terreno com o surgimento de novos partidos e com o fortalecimento dos sindicatos.

Novas eleições aconteceram, muitos militares assumiram a cadeira da Presidência, mas o que realmente foi possível visualizar é a centralização de poder e recursos fiscais nas mãos do Governo Federal, mas também, uma crescente sobreposição de funções em diversas áreas de atuação de poder público. Cada vez mais, a União, os estados e os municípios têm sido responsáveis por áreas comuns como educação, saúde, transportes e meio ambiente, sem que haja qualquer tipo de coordenação.

Em 1984, políticos de oposição, artistas, jogadores de futebol e milhões de brasileiros participam do movimento das Diretas Já. O movimento era favorável à aprovação da Emenda Dante de Oliveira que garantiria eleições diretas para presidente, naquele ano. Para a decepção do povo, a emenda não foi aprovada pela Câmara dos Deputados.

No dia 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral escolhia o deputado Tancredo Neves, que concorreu com Paulo Maluf, como o novo presidente da República. Ele fazia parte da Aliança Democrática (o grupo de oposição formado pelo PMDB e pela Frente Liberal). Este era o fim do regime militar. Porém, Tancredo Neves fica doente antes de assumir e acaba falecendo. Assume o vice-presidente José Sarney. Em 1988 é aprovada

uma nova Constituição para o Brasil. A Constituição de 1988 apagou os rastros da ditadura militar e estabeleceu princípios democráticos no país.

O Brasil enfrentou de 1964 a 1985 um dos períodos mais difíceis e terríveis politicamente de toda a sua história. Os *anos de chumbo*, aqui revisitados de maneira muito breve, foram marcados, também, como anos de ouro no que diz respeito a abertura de horizontes para parcelas da população. Conforme Reis (2002) abriu fronteiras geográficas e econômicas, movendo as pessoas em todas as direções dos pontos cardeais, para cima e para baixo nas escalas sociais. “Anos obscuros para os que desciam, mas cintilantes para os que ascendiam. Havia os que afundavam, mas também, os que emergiam, surgidos de todos os lados, desenraizados, em busca de referências, querendo aderir”, (REIS, 2002, p. 61).

3.2 – Ainda uma “Marcha para Oeste”

Nos estudos empreendidos por Gomes (2002), o fato do traçado das fronteiras não ter sido reconhecido oficialmente durante o século XIX, deixava o país sem um desenho acabado e aberto às ambições estrangeiras. “A República, portanto, deveria incluir entre suas principais preocupações a garantia do território, não só do ponto de vista das providências políticas necessárias à delimitação segura e definitiva de suas fronteiras externas, mas também, do ponto de vista do conhecimento de suas potencialidades e problemas. Só, assim, uma efetiva ocupação poderia acontecer”, (GOMES, 2002, p.158).

E, realmente, durante a República, principalmente com o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-45), houve grande interesse para que o espaço geográfico brasileiro fosse ocupado. Viagens de reconhecimento, estudos históricos, etnográficos foram incentivados para que o próprio Brasil pudesse conhecer a si mesmo através da divulgação dos resultados dessas ações. Um dos grandes problemas encontrados no período da República era, sem dúvida, o abandono quase completo do interior, particularmente nos espaços onde os males identificados eram a saúde e a educação do povo.

É claro que para obter sucesso, o desenho do território não se faria sem um projeto político que o articulasse aos efetivos dos movimentos da população que ocuparia terras, garantindo sua posse. “Afim, esse fora sempre o centro dos argumentos que marcaram nossa tradição de expansão territorial: o direito legal a um espaço geográfico fundava-se no

direito real de sua ocupação humana. Era, portanto, a presença do povo, com suas atividades políticas, econômicas e culturais, que garantia a presença do Estado, e não o contrário”, (GOMES, 2002, p.168).

A história do povo brasileiro era a história de seu território. “E como esse crescera através do tempo, uma lição que se procurava transmitir a partir desse crescimento, era a de que o Brasil vivera um processo de expansão natural e vitorioso, cujo destino era torná-lo uma grande nação civilizada, segundo os padrões internacionais da época”, (GOMES, 2002, p.161). Para se ter uma idéia, em 1930, o território brasileiro cresceu 885 mil quilômetros e assumiu o atual traçado de fronteiras territoriais.

A Marcha para Oeste do povo da Colônia, Império ou República do Brasil, não se fizera nem se faria sem estímulos governamentais que combinassem os interesses das autoridades políticas com as necessidades da população disposta a se deslocar para o sertão. Compreender como foi construído o espaço do Brasil, é compreender como o povo brasileiro se movimentou para o interior do país e também como o próprio país foi sendo planejado e redesenhado pelos governos ao longo do último século. (GOMES, 2002, p.168).

O Brasil republicano é, portanto, o tempo da Marcha para Oeste, onde a conquista do território era, antes de tudo, o planejamento para o espaço onde seu povo viveria no futuro. Para Velho (1979), a “Marcha para Oeste” é um mito que daria suporte ao autoritarismo. Segundo o autor, esse movimento durante o Estado Novo foi da maior importância para o estabelecimento de uma ponte com o movimento bandeirante. “Não se tratava mais da *Marcha para Oeste* e, sim, da Marcha para o Oeste”, pontua Velho (1979). Houve, por conta disso, desenvolvimentos importantes na questão da fronteira. A região centro-oeste, por exemplo, ficou mais facilmente conectada aos principais centros de produção que a Amazônia. Estradas de ferro foram construídas ou estendidas, e, antecipando Brasília, uma nova capital foi construída no Estado de Goiás: Goiânia.

Gomes (2002) afirma que o Estado Novo, assim como outros regimes autoritários, desejava estabelecer um controle mais rígido sobre o povo e o território, que estariam sendo ameaçadas por inimigos fossem externos ou internos. Esses inimigos, no caso interno,

ficavam materializados em movimentos separatistas. Esse tipo de movimento “fora alimentado tanto pelo tamanho e diversidade dos estados brasileiros, quanto pela autonomia política que a Constituição de 1891 lhes garantia”, (GOMES, 2002, p. 176). Essas revoltas, que já haviam causado tantos danos ao Estado, como em 1932, pela Revolução Constitucionalista, não seriam mais toleradas.

Depois de Brasília e da Rodovia Belém-Brasília, houve reais condições para que a ocupação territorial do país pudesse realmente acontecer. Daí em diante, o desenvolvimento da região “Oeste” aconteceu com mais força. Entretanto, com a forte intervenção militar a partir dos anos 1970, os migrantes passaram a sentir-se atraídos pela grande extensão de terras livres. Conforme Velho (1979), a palavra-chave do período do regime militar era a “integração (...) Na época, tornou-se famosa a expressão ‘integrar para não entregar’”, (VELHO, 1979, p.212).

O que é interessante, aqui, é trazer a concordância que há entre Velho (1979) e Gomes (2002), quando ambos entendem que a ocupação territorial no Brasil não foi uma idéia lançada por aventureiros ou oportunistas. Os autores concordam que havia a necessidade de se dar um novo desenho ao nacionalismo brasileiro, o que ocorreu através do incentivo ao sentimento de brasilidade ao desbravar as regiões do Brasil ainda desocupadas.

Velho (1979) lembra que o padrão de ocupação da Amazônia consistia em indivíduos ou pequenos grupos de homens penetrarem na floresta, buscando um local favorável para se estabelecerem. “Após uma busca que podia levar bastante tempo e exigir muito esforço, em geral, escolhiam um lugar próximo a um riacho (*igarapé*) ou lagoa”, (VELHO, 1979, p.201).

Com a implantação do governo militar, tendo à frente o presidente Médici, instituiu-se, por meio do Decreto-Lei Nº 1106, de 16 de julho de 1970, o Plano de Integração Nacional (PIN). Utilizando mão de obra nordestina liberada pelas grandes secas de 1969 e 1970 e a noção de vazios demográficos amazônicos, foram cunhados dois lemas principais: o já citado “integrar para não entregar” e o “uma terra sem homens para homens sem terra”. Esse Plano de Integração Nacional faria da migração do Nordeste para a Amazônia o seu elo principal. A imagem parecia ser de que era lógico unir uma região em que havia pouca

terra disponível e outra com um excedente populacional; o “oeste” era essa região com abundância de terras e população rarefeita.

Para Velho (1979), o Plano de Integração Nacional surgiu não só no rastro da seca do Nordeste, como também, de uma série de discussões sobre o que se deveria finalmente fazer da Amazônia. Para o autor, com o PIN, o governo conseguiu mobilizar o sentimento nacionalista, neutralizando a esquerda nacionalista, ao mesmo tempo em que sustentava uma dimensão “cosmopolita”, já que essa colonização da Amazônia implicaria numa maciça participação estrangeira, isto é, de empresas multinacionais.

O PIN previa que cem quilômetros em cada lado das estradas a serem construídas, deveriam ser utilizadas para a colonização de cerca de 500 mil pessoas, ou seja, uma meta de assentar cem mil famílias. A rodovia Transamazônica foi a principal via escolhida para a colonização. Conforme o então Ministro do Interior, Costa Cavalcante, citado por Ianni (1979, p. 181), “a Transamazônica corta o território de vinte e nove grupos indígenas dos quais, tomando-se a classificação por níveis de contato com a sociedade envolvente, utilizada na época: onze são grupos isolados, nove de contato intermitente e nove considerados integrados”. Velho (1979) afirma que a ocupação dos posseiros dentro dessa faixa em todas as estradas da Amazônia (total de mais de 2 milhões de quilômetros quadrados) seria reconhecida e legalizada. Para o autor, a Transamazônica além de ser o principal eixo de colonização do período, era, também, o símbolo de uma nova era.

No entanto, o que na verdade é possível observar, é que, mesmo o governo Médici, propondo a mudança da nomenclatura das regiões Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste, embora com alguns pequenos ajustes, Gomes (2002) nos mostra que as mesmas cinco regiões permaneceram demarcadas, durante todo o regime republicano. Acontece, aqui, uma nova divisão regional. “O que sofreu maior transformação foi o número de unidades federativas, hoje, perfazendo um total de 26 estados. Esse número cresceu em função da mudança do estatuto jurídico dos territórios e, também, do desmembramento de estados como Mato Grosso e Goiás, de onde saíram os estados de Mato Grosso do Sul e o Tocantins”, (GOMES, 2002, p.181).

Mas esse “novo” regionalismo dos anos 1970 assinalou um ponto de inflexão no perfil demográfico do país, uma vez que se inverteu a relação entre população rural e urbana. De um lado, via-se o esvaziamento e o empobrecimento do campo e, de outro, via-

se o inchaço das grandes cidades o que trazia, com ele, problemas de habitação, educação, saúde e segurança. Planejamentos familiares e controle de natalidade passaram a ser preocupações constantes de governo.

Mesmo com fluxos imigratórios populacionais, aonde imigrantes estrangeiros chegavam todos os dias em busca de melhores condições de vida, o movimento populacional interno foi o que mais sofreu mudanças e desdobramentos. Segundo Gomes (2002) o que se tem verificado é a diminuição das taxas de crescimento das grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, reduzindo-se a tendência de metropolização. “Paralelamente, assiste-se a um incremento nas taxas populacionais de cidades como Campinas, Santos, Londrina, Goiânia, para citar alguns exemplos. Além disso, regiões do Centro-Oeste, com novos estados como Mato Grosso do Sul e Tocantins, transformaram-se ao lado da região amazônica, em áreas de expansão de fronteiras agrícolas, recebendo uma população oriunda não só do Nordeste, mas igualmente do Leste e do Sul do Brasil”, (GOMES, 2002, p.189-90).

É, portanto, durante o regime militar que os incentivos de colonização estimulavam o deslocamento de populações para as regiões Norte e Centro-Oeste. Apesar do pouco controle da ocupação de áreas e do grave impacto ecológico e humano desse processo, é preciso entender que foi por conta disso que houve o desenvolvimento dessas regiões que historicamente não eram reconhecidas pelo povo como locais de possibilidades, de realizações e de conquistas.

3.3 - Os movimentos Pró-Tocantins ganham força e um novo líder

Por conseqüência dessa nova dimensão regional, nos anos 1970 é reiniciada a luta pela separação da região norte de Goiás. Em 1977, a região sul do estado de Mato Grosso, que se encontrava em plena fase de prosperidade econômica, foi desmembrada, tornando-se um estado independente, em 1º de janeiro de 1979³¹. Nesse contexto, durante o governo do general Figueiredo, o então deputado federal, por Goiás, José Wilson Siqueira Campos

³¹ (Fonte: <http://www.ms.gov.br/MSGov/NossoEstado/InformacaoGeral.htm>, acesso em 19 de outubro de 2006).

(Arena)³², que era presidente da Comissão Especial de Redivisão Territorial e Política Demográfica da Câmara dos Deputados, retoma a proposta de criação do estado de Tocantins.

É nesse momento que Siqueira Campos toma para si a liderança do movimento separatista, contando com o apoio da figura simbólica dessa luta, Feliciano Machado Braga. As reivindicações políticas diziam respeito ao acesso ao mercado internacional, especialmente visando o incentivo à agroindústria voltada para a exportação. Para a região se enquadrar, eram necessárias medidas como a regularização de títulos de terras, a abertura de créditos e financiamentos, o que acabaria proporcionando a modernização do processo de ocupação econômica com a mecanização da lavoura e a pecuária intensiva (CAVALCANTE, 1999, p.128).

Fonte: Arquivo Pessoal



Siqueira Campos já visualiza o mapa do Tocantins

No dia 1 de maio de 1975, o jornalista Otávio Barros da Silva reativa o jornal *O Estado do Tocantins*, com apoio total de Siqueira Campos que teria, no semanário, lugar para divulgar seus discursos e suas idéias de implantação do novo estado do Tocantins.

³² Aliança Nacional Renovadora (Arena) surgiu após a queda de João Goulart, em apoio ao governo de Castelo Branco, por iniciativa de militares das Forças Armadas, em 1965. A Arena atuava na chamada linha dura, acreditando travar uma “guerra reacionária”, através de perseguições e um endurecimento cada vez maior do governo.

Vivemos na época da comunicação de massa. Por coincidência estamos na Semana da Comunicação. Uma justa homenagem ao grande Marechal Rondon. Surge o primeiro número deste *O Estado do Tocantins*. Um jornal de luta pela criação da nova unidade da federação: o estado do Tocantins. O Tocantins somos todos nós – o rio que lhe empresta o nome ou seu co-irmão, o rio Araguaia. Três nomes estão ligados à criação do novo estado: brigadeiro Lysias Rodrigues, jornalista Trajano Coelho (diretor do periódico *Ecos do Tocantins*) e o magistrado Feliciano Machado Braga. Três líderes que deram tudo de si pela redivisão de nossa região. E por que não continuarmos aquela luta? Precisamos de sua participação, caro leitor. Precisamos de uma consciência coletiva em prol de nossa gente e de nossa região tocantino-araguaia. O que existe por aí é muita gente comodista na pressa de bens individuais. Vamos construir. Coletivamente. De mãos dadas. Há quase cinco anos que fazemos imprensa nesta região. Nossa conclusão é que estamos entrelaçados num determinismo histórico. A redivisão virá. O que precisamos é de uma consciência grupal, onde a luta, o diálogo e a confrontação resultem na aspiração maior de todos nós: o estado do Tocantins³³.

Porém, mesmo com o intenso envolvimento desses líderes, esse foi um processo longo, com oposição enérgica e fracassos constantes. Em parte, poder-se-ia explicar essas questões, pelo fato de não haver interesse em desenvolver a região, uma vez que as elites políticas de Goiás, em geral, resistiam à perda de controle sobre essa parte do estado.

Devido a essa retomada dos ideais separatistas, nos anos 1980, Siqueira Campos é eleito presidente da Comissão da Amazônia, unidade pertencente ao Departamento de Integração Nacional do Congresso Nacional. A Comissão propunha uma nova redivisão territorial do país, onde o estado do Tocantins aparecia como uma nova unidade federativa. O projeto foi apresentado, mas foi arquivado pelo Senado Federal. A partir daí, iniciam-se vários movimentos políticos, com grande alcance público, em defesa da criação do estado

³³ Editorial da edição de re-lançamento do *Jornal O Estado do Tocantins* em 01/05/1975 (Apud. Silva, 1997, p.239)

do Tocantins. Entre eles está a Comissão de Estudos do Norte Goiano, CONORTE³⁴, que era formada por políticos e lideranças radicadas em Goiânia e Brasília.

Segundo Edmar Gomes de Melo, atual presidente do Instituto CENOG-CONORTE³⁵, “o objetivo era crescer economicamente e desenvolver social e tecnologicamente, proporcionando oportunidade de trabalho e de negócios para a sociedade tocantinense e que isso trouxesse melhores condições de vida e de produção para todos da região”.

A CONORTE promoveu o 1º Congresso de Estudos dos Problemas do Norte Goiano, em 1982, que fez uma análise sócio-econômica da região e apelou aos habitantes da área para se mobilizarem, tendo em vista o aumento de sua representatividade diante do poder governamental do estado de Goiás. “Quando a área física que é, hoje, o estado do Tocantins ainda era Norte de Goiás, a região era conhecida como o corredor da miséria; tal codinome era resultante de uma situação sócio-econômica e política extremamente perversa, onde como fruto do descaso das autoridades goianas prevaleciam deficiências como a falta de educação, absoluta ausência de instrumentos de saúde, a falta de infraestrutura, a ausência de qualquer programa de desenvolvimento, a ausência da justiça e outras anomalias que resultavam em total inanição econômica”, enfatiza Edmar Gomes de Melo.

O presidente do Instituto CENOG-CONORTE lembra, em seu documento, que a população era obrigada a conviver com deformidades como o domínio político das oligarquias, tendo a impunidade como moeda de troca e de afirmação do poder dos políticos. Foi por conta disso e do inconformismo que tomava conta da população, que a CONORTE foi criada, buscando asfalto, comunicação, energia elétrica, pontes, aeroportos, créditos para a produção, novas técnicas de produção, indústria, universidade, entre outros.

³⁴ Fundada por um grupo de profissionais liberais, com sede em Brasília, a CONORTE era uma sociedade, sem fins lucrativos, que tinha entre seus objetivos promover a conscientização política da região Norte de Goiás, através de campanhas expostas em jornais locais promovendo o conhecimento da causa aos cidadãos “comuns”. Entre seus fundadores estavam o médico e idealizador da Comissão Francisco de Assis de Oliveira Negry, os engenheiros civis José Maia Leite e Aurolino José dos Santos Ninha, os economistas Edmar Gomes de Melo e Paulo Costa, o publicitário José Carlos Leitão, os advogados Wagner Maia Leite, Dinah Ayres e Salomão Jacobina, as professoras Maria do Carmo Neiva, e Rita Amaral, a contadora Rosa Aquino, entre muitos outros.

³⁵ Edmar Gomes de Melo, foi um dos fundadores da CONORTE e, atualmente, preside o Instituto CENOG-CONORTE, instalado na capital do Tocantins, Palmas.

Os “conorteanos” passaram a fazer caravanas visitando as cidades da região. Saíam de Brasília, passavam pelas cidades do sertão goiano. Ainda se vivia a ditadura militar no país, mas, segundo informa o ofício da CONORTE, o presidente João Baptista Figueiredo, sem expressar publicamente, era simpático ao trabalho da CONORTE, tendo, inclusive, suspenso a monitoração do então Sistema Nacional de Informações (SNI)³⁶.

José Carlos Leitão, que também presidiu a CONORTE e escreveu o livro *Tocantins eu também criei*³⁷, acrescenta, em sua obra, que a CONORTE teve duração efetiva de 8 anos realizando mais de 500 reuniões durante esse tempo. Os encontros aconteciam todas as segundas-feiras, às 19 horas, na sua sede central, em Brasília. Ao movimento, mulheres e crianças também aderiram.

Conforme Leitão, a luta da CONORTE se alicerçava em duas frentes. A frente interna consistia em tirar a população da região do descaso através do convencimento de que o sonho emancipacionista era factível. Já a frente externa conscientizaria os brasileiros do potencial econômico da região e o fato de que somente autônoma ela poderia se desenvolver em plenitude. Leitão relembra que os integrantes da direção da entidade tinham consciência de que não poderiam repetir os mesmos erros do passado sob pena de um novo e definitivo fracasso.



Alguns panfletos da campanha feita pela CONORTE

³⁶ O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado pela Lei nº 4.341 em 13 de junho de 1964. Sua atuação era supervisionar e coordenar as atividades de informações e contra-informações no Brasil e no exterior. Em função de sua criação, foram absorvidos o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI-1958) e a Junta Coordenadora de Informações (JCI-1959). Algumas das atividades do SNI eram os grampos telefônicos, censura postal e investigações, contatos com a CIA, além da Operação Condor. Muitos dos documentos coletados desapareceram depois do desmonte do serviço.

³⁷ O acesso ao livro de José Carlos Leitão, *Tocantins eu também criei*, foi feito por meio de um CD-ROM onde não constam editora, nem ano de publicação.

E é nesse contexto político, muito influenciado pelos ideais instaurados com as “Diretas Já”, em 1984, que, nos anos 80, o Tocantins conseguiu, por fim, a sua autonomia política.

José Carlos Leitão afirma que “para os brasileiros que desconhecem a história da região, o Tocantins pode ser apenas mais uma unidade federativa estampada no mapa do país. Para os tocantinenses, contudo, o novo estado não representa apenas o fim de uma luta secular, mas o começo de uma vida cheia de perspectivas”, escreve.

O autor alerta, portanto, que o Tocantins não foi obra de uma figura isolada, heróica ou predestinada. Para ele, o Tocantins foi resultado de um trabalho árduo de planejamento, mobilização popular e comunicação bem feita realizado por um grupo de pessoas organizadas em uma entidade: a CONORTE.

Em grau relevante, vale dizer que a CONORTE editou os “Princípios Básicos” para nortear a administração pública do estado do Tocantins, bem como foi a primeira entidade a manifestar a tese de que a capital do novo estado deveria ser instalada no centro geográfico do estado.

É importante chamar a atenção que, em cada um dos momentos em que se batalhou pela criação do novo estado, houve líderes e justificativas diferentes. A proposta não deixou de existir, mas suas razões se alteraram com o passar do tempo.

Em 1985, o deputado Siqueira Campos apresentou um projeto de Lei Complementar para criar o estado do Tocantins. O projeto foi aprovado pelo Congresso Nacional, mas recebeu o veto do presidente da República, José Sarney. O projeto é reapresentado em 1986, na Câmara e no Senado, recebendo nova aprovação. Contudo foi, mais uma vez, vetado por José Sarney.

Fonte: Arquivo Jornal do Tocantins



Siqueira e José Freire, unidos pelo Tocantins

O projeto de lei complementar número 187, de 1978, foi elaborado, segundo os arquivos da Câmara e do Senado, por Siqueira Campos. O primeiro a ser apresentado data de 27 de junho de 1978, quando o então deputado federal por Goiás propõe a criação do estado do Tocantins. Para a viabilização da criação do novo estado, é pedido o valor de 4 bilhões de cruzeiros, valor esse que seria de responsabilidade da União, sendo que destes 1 bilhão e 200 milhões seriam destinados ao estado de Goiás. Quanto à escolha da capital, a lei determinava que seria feita pela administração do estado e construída dentro de 10 anos, a contar da instalação do estado. Porém, essa primeira manifestação no Congresso não chegou à votação.

Na oportunidade, Siqueira Campos, em discurso à tribuna, disse:

Nas minhas andanças e nos meus estudos; nos meus contatos e nas minhas conversas; nas reflexões e análises das gentes (sic) e das coisas do meu país, pude sentir o bastante para formar, em minha consciência de patriota, um quadro de nossas realidades, que me anima a prosseguir na luta pela sua transformação, porquanto o que vi, auscultando líderes e pessoas do povo, vendo e analisando as mais variadas regiões do país, no que possa revelar de lamentável, não esconde nem deslustra as esperanças cívicas do futuro deste país, dos nossos estados e desta região.

O segundo projeto de lei complementar é o de número 1, de 1983, propondo a criação do Tocantins, que foi apresentada também por Siqueira Campos. Desta vez, a proposta pede 40 bilhões de cruzeiros, sendo que deste valor 12 bilhões seriam para o estado de Goiás. Não dá para cometermos o erro de dizer que o aumento é de 10 vezes o valor pedido anteriormente porque o dinheiro nacional, durante muito tempo, sofreu várias modificações. Portanto, o valor apresentado seria, proporcionalmente, o mesmo de 1978, bem como o processo de escolha da sua capital.

Desta vez, a justificativa de Siqueira Campos, perante o Congresso Nacional, é a seguinte:

Os milhões de brasileiros, habitantes das regiões mais distantes e em desbravamento lutam pela imediata execução da reforma geopolítica preconizada pelo eminente presidente

Figueiredo. Criar o estado do Tocantins e outras unidades da federação, pelo desmembramento de áreas de estados de dimensões descomunais da Amazônia e do Centro-Oeste, é medida que se impõe, porque criará novas oportunidades em todos os campos de atividades para os nossos patrícios, provocando melhor e mais racional ocupação de nossos espaços, aumentando nossa produção e fortalecendo a defesa nacional.

Essa proposta foi votada na Câmara, sob o número 218, em 1984, em condição de lei complementar e sofreu algumas alterações, sendo uma delas a retirada do pedido de dinheiro para a criação do estado. Foi estabelecido o crédito especial para o Ministério do Interior no valor de 300 bilhões de cruzeiros que atenderiam às despesas preliminares com a instalação do governo do estado do Tocantins. A escolha da capital também sofreu alterações, sendo que agora seria escolhida pelo presidente da República atendendo aos requisitos de melhor infra-estrutura urbanística, localização e demais condições mínimas indispensáveis à instalação do governo.

Em 1985, o projeto chega ao senado, sob o número 201. As alterações são mais radicais. O valor estabelecido para se criar o estado do Tocantins era de 640 mil (a moeda corrente não está especificada no projeto). Um valor equivalente à dotação destinada ao estado do Mato Grosso, via Ministério do Interior, atendendo às despesas preliminares para a criação do novo estado, além de recursos da União de 3 milhões e 440 mil ORTN. Já a escolha da capital continuava a cargo do presidente da República, porém, este, escolheria entre as cidades de Araguaína, Colinas de Goiás, Guaraí, Gurupi, Miracema do Norte, Miranorte, Paraíso do Norte, Porto Nacional e Tocantinópolis. Os topônimos dos municípios que tivessem a expressão “Goiás” seriam substituídos por “Tocantins”.

O primeiro veto do presidente José Sarney veio por meio da mensagem nº 22, de 1985-CN, datada de 3 de abril do referido ano e dizia respeito principalmente à matéria financeira. Segundo Sarney, “a dotação pedida para atender às despesas preliminares, com a instalação do novo governo e do novo estado, está evidentemente abaixo das reais necessidades, devendo recair sobre a União o pesado ônus de complementar os recursos indispensáveis à sua viabilização. Ora, o momento econômico-financeiro que atravessamos está a desaconselhar a criação de novas fontes de gastos públicos”, justifica. E acrescenta: “diferentemente do ocorrido com a criação do estado do Mato Grosso do Sul, em que uma

região tão ou mais desenvolvida que aquela onde se localizava o centro das decisões administrativas do estado oferecia plenas condições para instalação de um governo próprio, a criação do estado do Tocantins, desmembrando o estado de Goiás, poderá se constituir em fator de agravamento, das dificuldades locais, especialmente em razão da impossibilidade atual de aplicação, pela União, de recursos volumosos na região”.

Para Siqueira Campos, esse veto sangrava na veia “quando procura demonstrar que o Sul de Goiás é muito mais desenvolvido que o Norte, fenômeno que decorre justamente da dimensão territorial dessa unidade federativa e das enormes distâncias que separam seu centro decisório, Goiânia, dos limites setentrionais do estado. Foi justamente a latitude territorial da Amazônia, do Pará e do Mato Grosso que produziu, nos idos de 1940, no governo Vargas, a criação do Amapá e, com outras denominações, de Rondônia e Roraima”.

O projeto de lei complementar, número 377, de 1986, de autoria do Senado Federal, pedia o crédito especial de 2 milhões, de Obrigações do Tesouro Nacional (OTN), via Ministério do Interior, para as despesas preliminares de criação do Tocantins. Como candidatas à capital, permaneceram todas as anteriores, exceto a cidade de Miranorte. Como justificativa está o conglomerado irregular de improvisadas divisões geográficas no mapa do Brasil, que estariam impedindo uma racional ocupação de fronteiras internas, suscitadas enormes dificuldades de ordem econômica, psicossocial e política, algumas imputadas aos preceitos regionais. Ocorre, então, em 9 de dezembro de 1985, o segundo veto do presidente Sarney. Agora, Sarney diz: “A iniciativa não consulta o interesse público e não ocorreu fato algum que pudesse modificar a posição do Executivo sobre a matéria expressa recentemente em mensagem de veto a projeto do mesmo sentido”.

O editorial do jornal *O Popular*³⁸, de Goiânia, de 7 de abril de 1985, diz que:

O veto do presidente Sarney deixa marcas profundas e muitas lições que, de agora em diante, precisam ser aproveitadas. O Norte precisa se organizar melhor em torno das lideranças políticas firmes e legítimas, fortes ao ponto de influenciar nos centros das decisões. A exemplo de outras pessoas engajadas a essa causa tão nobre que é a criação do estado do Tocantins, não

³⁸ Esse e outros editoriais e artigos estão inseridos dentro de uma coletânea no referencial bibliográfico: DIAS, João da Rocha Ribeiro. *Tocantins – A força de um ideal*. Goiânia, O Popular, 1989.

conseguimos encontrar a verdadeira razão que levou o presidente a vetar, com agilidade impressionante e discutível, o direito de o tocantinense dirigir o destino de sua própria terra. O veto, estranhamente apressado, nega e desconhece a respeitabilidade de um poder da República, o Legislativo, desmerece a vontade do presidente Tancredo Neves, por quem todos os brasileiros rezam hoje numa impressionante corrente de devoção e solidariedade, desconsidera a opinião do governador goiano Íris Rezende, e, finalmente, não acata o desejo expresso e o direito adquirido e inalienável de um milhão de pessoas.

Há especulações sobre os vetos de José Sarney. Uma delas está relacionada ao fato de o líder do processo de criação do Tocantins ser Siqueira Campos, seu opositor. Campos votou em Paulo Maluf à Presidência da República, derrotado por Tancredo Neves que tinha Sarney como vice-presidente.

Em protesto aos vetos do presidente Sarney, Siqueira Campos e o também deputado federal por Goiás, Totó Cavalcanti, iniciam uma greve de fome que teve duração de quatro dias. Esse gesto de ambos mobilizou a mídia de todo o Brasil e sensibilizou a opinião pública a ficar a favor da criação do estado do Tocantins.

Fonte: Arquivo Pessoal



A greve de fome durou 4 dias

Nos anos seguintes a 1986, intensificou-se a representação popular e política em defesa da criação do estado. Mas, a concretização dessa idéia só viria com a Constituição de 1988 que criou o Estado do Tocantins pelo desmembramento do estado de Goiás.

Em junho de 1988, o deputado Siqueira Campos, relator da Subcomissão dos Estados da Assembléia Nacional Constituinte, redigiu e entregou ao presidente desta Assembléia, o

deputado Ulisses Guimarães, uma proposta que, pela fusão de emendas, criava o Estado do Tocantins.



Siqueira Campos, no momento da entrega da emenda a Ulysses

Tal proposta foi votada e aprovada. A votação de número 718 obteve 367 votos a favor da criação do Tocantins, 1 voto contrário, que foi corrigido posteriormente, e 11 abstenções. Nomes como Aécio Neves, Benedita da Silva, Delfim Neto, Fernando Henrique Cardoso, Hélio Costa, Itamar Franco, Luiz Inácio Lula da Silva, Michel Temer, Nelson Jobim e Renan Calheiros votaram a favor da criação do estado do Tocantins. Assim, pelo artigo 13, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, em 5 de outubro de 1988, nascia o Estado do Tocantins:

Art.13. É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989.

A eleição dos primeiros representantes tocaninenses foi realizada em 15 de novembro de 1988, ainda pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás. Concorreram ao cargo de governador Siqueira Campos e José Freire que, antes de se unirem pelo Tocantins, se diziam inimigos mortais. Siqueira Campos saiu-se vitorioso. Além do governador e seu vice, foram eleitos, através de voto popular, os senadores, os deputados federais e estaduais e 62 prefeitos. No dia 1º de janeiro de 1989, foi instalado o estado do Tocantins e empossados o governador, José Wilson Siqueira Campos; seu vice, Darci Martins Coelho;

os senadores Moisés Abrão Neto, Carlos Patrocínio e Antônio Luiz Maya; juntamente com oito deputados federais e vinte e quatro deputados estaduais.

Em discurso de posse, em 1º de janeiro de 1989, Siqueira Campos fez referências a alguns líderes e desbravadores pela conquista da região como Joaquim Theotônio Segurado, Oswaldo Ayres, Fabrício César Freire, Feliciano Machado Braga e Lysias Rodrigues. “São quase 200 anos desde que o Ouvidor Joaquim Theotônio Segurado, secundado por outros heróis tocantinenses, se levantou contra o jugo das oligarquias, plantou a semente da esperança que, adubada pela audácia e pela força, germinou na fé e na coragem de um povo que conquistou o direito de conduzir o seu destino e construir o seu futuro”.

Siqueira Campos disse em seu discurso, ter conduzido praticamente sozinho a luta pela criação do estado. Isso não agradou àqueles que trabalharam tanto quanto ele na elaboração de emendas como é o caso do também deputado por Goiás José Freire, que sempre foi opositor de Siqueira, tendo inclusive concorrido com ele na primeira eleição do Tocantins, sendo derrotado nas urnas.

Consciente da relevância e da importância da missão a mim deferida, resolvi impor-me uma rigorosa opção pelo trabalho e completa ausência de festas e de regalias durante os dois anos, dois meses e quinze dias de duração do meu mandato. Assim, tanto quanto me for possível, estarei ausente dos encontros sociais, dos salões de festas, das homenagens e longe dos aplausos, a não ser daquelas homenagens prestadas por aqueles que desejarem homenagear-me trazendo um tijolo que seja para a construção do nosso estado do Tocantins. Assim, perdoem-me aqueles que me julgarem insensível às manifestações de apreço e amizade. Quem quiser homenagear-me, repito, tragam-se mesmo que seja um único tijolo para a construção do nosso estado. A tarefa da construção é tão grandiosa quanto desafiadora. O povo espera muito de todos os que hoje assumem as rédeas do poder. União é a palavra de ordem nesses belos e memoráveis tempos de construção. Vamos à luta. Essa terra é nossa!

Ato contínuo, o governador assinou decretos criando as Secretarias de Estado e viabilizando o funcionamento dos poderes Legislativo e Judiciário e dos Tribunais de Justiça e de Contas. Foram nomeados o primeiro secretariado e os primeiros desembargadores. Também foi assinado decreto mudando o nome das cidades do novo

estado que tinham a identificação "do Norte" e passaram para "do Tocantins". Foram alterados, por exemplo, os nomes de Miracema do Norte, Paraíso do Norte e Aurora do Norte para Miracema do Tocantins, Paraíso do Tocantins e Aurora do Tocantins.

No dia 5 de outubro de 1989, foi promulgada a primeira Constituição do estado, feita nos moldes da Constituição Federal. Pela Constituição estadual, foram criados mais 44 municípios, além dos 79 já existentes, fazendo com que o Tocantins possua, hoje, 139 municípios.

3.4 - Uma nova capital para um novo estado

Estado criado, representantes políticos eleitos, poderes constituídos, símbolos escolhidos. Para o Tocantins, ou Tukatins, que em tupi-guarani significa Bico de Papagaio, criou-se uma nova bandeira, muito diferente daquela feita na época de Feliciano. Ela foi instituída por meio da Lei Estadual nº 094, de 17 de novembro de 1989. Constitui-se de um desenho simples, sem muitos adornos, tendo sido elaborado por José Luiz Moura Pereira. Um retângulo, de 20 módulos de comprimento, por 14 de largura, dimensiona o tamanho da bandeira. Divide-se este retângulo, em dois triângulos retângulos de mesma medida, onde o vértice superior esquerdo representa os rios do estado, identificado pela cor azul; o vértice inferior em amarelo ouro faz menção às riquezas do solo tocantinense. A barra que resulta desta divisão, na cor branca leva um sol estilizado em amarelo composto por 8 pontas maiores e 16 menores ao centro, trazendo a mensagem de que Tocantins é uma terra onde o sol nasce para todos.



Bandeira do Tocantins

O Brasão de Armas tocantinense tem por objetivo sintetizar os mais elevados ideais do povo, reverenciar o passado, afirmar o seu presente e transmitir uma mensagem de

otimismo às gerações futuras. Foi criado pela Lei Estadual nº 092, de 17 de novembro de 1989, constituindo-se dos seguintes símbolos: escudo elíptico cortado, sendo a metade superior em azul com um sol amarelo, nascendo no horizonte com 5 raios maiores e 8 menores, marca de um futuro iluminado, promissor. Na metade inferior, duas faixas direcionadas para cima, na cor azul representam os dois principais rios do estado: o Tocantins e o Araguaia. Ao lado, flancos brancos, à direita e à esquerda e ao centro, entre as faixas azuis, um triângulo amarelo ouro denotando as riquezas minerais.

Abaixo do escudo, está uma faixa azul com as inscrições "Estado de Tocantins" e a data "1º de janeiro 1989", criação do estado. No lado oposto, uma estrela amarela com as bordas azuis e, acima desta, um listel também em azul com a frase: "Esta terra é nossa", em tupi-guarani "Co yvi ore retama". Como suporte, uma coroa de louros estilizada em verde. Todo brasão foi de autoria de José Luiz de Moura Pereira.



Brasão de Armas do estado

O Hino Estadual foi oficializado em 30 de abril de 1998, pela Lei Estadual nº 977 tendo sido escrita a letra por Liberato Costa Póvoa e música de autoria de Abiezes Alves da Rocha, conforme veremos mais adiante.

Porém, faltava a capital. Foi assim que, como Goiânia e Brasília, Palmas nasceu com o objetivo de ser uma cidade-capital. Seria a última capital planejada do século XX. A cidade de Palmas foi concebida em 1989, por um projeto singular, para ser a capital do Tocantins que acabara de se desmembrar do estado de Goiás, após muitos anos de reivindicações da região. Ela foi projetada para ser a cidade-capital do estado. A construção e a inauguração dessa capital são tomadas aqui como símbolo de todo o processo de lutas pela criação do novo estado.

Antes de Palmas, a cidade de Miracema do Norte foi indicada como capital provisória do estado, *status* que sustentou entre os dias 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1989. Sua escolha aconteceu por intermédio do então governador José Wilson Siqueira Campos, já que não se chegava a um acordo sobre qual cidade receberia a honraria. Cidades como Porto Nacional, Gurupi, Guaraí e Araguaína queriam para si a condição de capital do novo estado. Entre Gurupi e Araguaína houve, inclusive, uma luta armada entre lideranças locais e população com o intuito de definir quem “comandaria” o Tocantins. Dadas as violentas manifestações, o presidente da República, à época, José Sarney, determinou que Siqueira Campos indicasse o local da capital, desde que fosse em uma cidade neutra, porém que tivesse condições de receber toda a parte administrativa necessária para a consolidação do novo estado. Foi dessa maneira que Siqueira Campos determinou a cidade de Miracema do Norte como a capital provisória do estado do Tocantins, até se decidir onde ficaria a capital definitiva.

Enquanto o governo funcionava de maneira improvisada, em uma escola pública, nas proximidades do Córrego Correntinho, em Miracema, eram examinadas áreas mais apropriadas para construir a capital do Tocantins.

Fonte: Arquivo Jornal Paralelo 13



Reunião de lideranças para a escolha da capital

No dia 15 de janeiro de 1989, cinco dias após a instalação do primeiro governo tocantinense, na capital provisória, em Miracema, agora do Tocantins, Siqueira Campos, acompanhado dos arquitetos responsáveis pelo projeto arquitetônico da futura capital, Luiz Fernando Cruvinel e Walfredo Antunes e algumas autoridades, sobrevoou a extensa área de

cerrado e escolheu a área de instalação da capital do estado, localizada aos pés da Serra do Carmo e a leste do povoado do Canela, bem como ao lado direito da margem do Rio Tocantins. A efetivação dessa escolha do local de construção de Palmas, ocorreu no dia 28 de janeiro de 1989. A escolha, faria com que a região se transformasse em um pólo de desenvolvimento de toda a margem direita, secularmente abandonada.

Segundo Póvoa (2004), como a intenção era construir uma cidade moderna e funcional, não se justificava adaptar uma das cidades existentes. “Ademais, a construção de uma nova cidade, embora contando com os poucos recursos do próprio estado, impunha serenidade e visão de futuro na escolha do local”, (PÓVOA, 2004. p. 117).

A decisão de construir no centro geográfico do estado uma nova cidade, planejada, moderna, para ser sede do governo estadual, foi pensada e repensada. Após análises feitas por parte do governador Siqueira Campos, sua equipe de governo, da Assembléia Legislativa (AL), além de técnicos nacionais e estrangeiros que já haviam projetado cidades semelhantes, por 23 votos a favor e uma abstenção, o local foi aprovado pela AL. A área escolhida teria um total de 1.024 km², desmembrados do município de Porto Nacional, a 82 quilômetros de distância de Miracema do Norte e a 62 quilômetros de Porto Nacional.

Póvoa (2004) diz que a previsão era de se urbanizar 1.624 hectares, área suficiente para acolher uma população de 120 mil habitantes até o 5º ano; de 200 mil habitantes até o 10º ano, podendo, no 15º ano, ser de 800 mil habitantes sem causar transtornos de ordem social, estando prevista uma ampliação para 10.787 hectares até o 15º ano e 102.400 hectares para o futuro.

O projeto da capital, planejado pelo GrupoQuatro – Planejamento e Consultoria e executado por Walfredo Antunes e Luiz Fernando Cruvinel, previu uma cidade com amplos espaços, bem distribuídos, onde seus habitantes pudessem usufruir do conforto oferecido pela vida moderna, em harmonia com a natureza, sem agredir ao meio ambiente.

Palmas, só foi “entregue” à comunidade como a capital oficial do Tocantins em 1º de maio de 1989 e o lançamento da pedra fundamental aconteceu somente um ano depois no dia 20 de maio de 1990, em homenagem ao 20 de maio de 1956, liderada pelo juiz Feliciano Machado Braga, conforme vimos anteriormente. No dia do lançamento da pedra, cerca de 10 mil pessoas assistiram, naquela que se tornaria a Praça dos Girassóis, que abriga atualmente os Três Poderes do Tocantins, a primeira missa campal que foi celebrada

por Dom Celso Pereira, bispo de Porto Nacional, juntamente com os padres Juracy Cavalcante e Rui Cavalcante, além do Monsenhor Jacinto Sardinha. Esse ato religioso foi celebrado diante de um cruzeiro de pau-brasil plantado em frente ao local onde hoje está a sede do governo estadual, o Palácio Araguaia. Na sua homilia, o bispo teria dito que a Igreja via com muito bons olhos a promessa da construção de uma cidade humana, com boa distribuição de espaços, onde o homem não viveria oprimido.

Fonte: Arquivo Jornal Paralelo 13



Mais de 10 mil pessoas assistiram à missa campal

Logo após a missa, chegou de helicóptero o general Rubem Bayma Denis, chefe do gabinete militar da Presidência da República, representando o presidente José Sarney. Na cerimônia, ao som do Hino Nacional, foram hasteadas as bandeiras: do Brasil, pelo general Rubem, do estado do Tocantins, pelo governador Siqueira Campos e de Palmas, pelo então deputado federal Eduardo Siqueira Campos. O governador Siqueira Campos fez um pronunciamento, anunciando o início das obras de construção da nova capital, descerrando um marco histórico, com a proclamação de 15 de setembro de 1921, assinada pelo ouvidor Theotônio Segurado.

Ainda nesse dia 20 de maio de 1990, o governador Siqueira Campos acionou um trator, abrindo vias para a Theotônio Segurado, primeira avenida da cidade. Entre os presentes nesse evento estavam empresários de diversas localidades do país, interessados em investir no novo estado e na sua futura capital. Palmas, a última capital planejada do século XX, como os locais gostam de se referir, também é chamada de Capital Ecológica e A Capital do Futuro.

Fonte: Arquivo Pessoal



O Rio Tocantins que deu origem ao estado

Fonte: Arquivo Pessoal



Momento de simbolismo: Siqueira no trator

Fonte: Secom



As obras têm continuidade

A consolidação de Palmas só foi possível com a transferência da sede do município de Taquarussu, assim como o seu prefeito, Fenelon Barbosa Sales, e os nove vereadores para Palmas, que assumiram o governo municipal da nova capital, transformando Taquarussu em distrito de Palmas, entre os anos de 1990 e 1992.

O primeiro prefeito eleito de Palmas foi Eduardo Siqueira Campos, filho de Siqueira Campos, de 1993 a 1996. Em seguida, o prefeito eleito foi Manoel Odir Rocha que governou a cidade de 1997 a 2000. Em 2001, assumiu o executivo municipal Nilmar Galvino Ruiz, a primeira mulher a ocupar o cargo na capital, onde permaneceu até 2004. Atualmente, o 5º prefeito de Palmas é Raul Filho, que deverá permanecer até 2008.

A altitude média da capital é de 230 metros e a sua unidade territorial, segundo o IBGE (2005) é de 2.219 Km². Ainda segundo o IBGE, a população estimada para 2006, estava em 220 mil 889 habitantes o que representa um crescimento anual superior a 3%.

Fonte: Imagens cedidas pela Secretaria Estadual de Comunicação do Tocantins (Secom)





O nome Palmas foi escolhido por Siqueira Campos como uma homenagem à antiga Comarca da Palma, onde teria nascido, em 1821, segundo a história que ainda será narrada: o movimento emancipacionista do Tocantins. Nessa Comarca, portanto, desde o momento das lutas pela Independência do Brasil de Portugal, começara um movimento liderado pelo

desembargador Joaquim Theotônio Segurado, então seu Ouvidor. Dessa forma, Segurado torna-se uma espécie de personagem mítico de um tempo das origens do estado. Ele seria o primeiro “herói” dessa história, dividindo glórias com a população ribeirinha, berço do sentimento que Segurado vai encarnar, desde o início do século XIX.

Palmas também criou seus símbolos municipais. A bandeira em campo branco, símbolo da paz, recebe um sol amarelo-ouro sobre duas faixas estreitas e paralelas, em azul, dispostas horizontalmente e intercaladas equidistantemente a partir do lado inferior da bandeira. As faixas azuis fazem alusão aos rios Tocantins e Araguaia, de vital importância para o progresso e desenvolvimento do estado e da capital o sol simboliza a sede do poder estadual, de onde emanam as grandes decisões do governo.



Bandeira de Palmas

O brasão em forma ovalada, sendo circundado por ramos de oliveira e entrelaçado nos cantos superior e inferior por guirlandas. Na guirlanda superior, em cor azul, vazada por letras em fundo branco, figura a frase símbolo do Estado do Tocantins, que no brasão municipal é escrita em português: "Esta terra é nossa", pelo fato de Palmas ser a sede do estado.



Brasão de Palmas

O girassol é o símbolo turístico de Palmas. A imagem do girassol, que deverá ser utilizada isoladamente ou ao lado de outro símbolo oficial, visa a sua divulgação e propagação como um dos símbolos da cidade. A administração municipal utiliza o girassol nos impressos, nas correspondências, nos veículos, nas placas, nos prédios públicos e nos eventos oficiais dentro ou fora dos limites do município.



A flor-símbolo foi escolhida por Siqueira Campos

Em Palmas, existem vários pontos turísticos, como o Parque Cesamar, as praias fluviais da Graciosa e da Prata, as cachoeiras da região de Taquarussu, entre outras. Apesar de ainda ser um canteiro de obras, é chamada de "Capital das Oportunidades" o que tem atraído pessoas que migram para a nova fronteira econômica do país.

A cidade é toda cercada por monumentos históricos. Dentro do Palácio Araguaia, sede do governo estadual, foram pintados dois painéis de 65 metros quadrados somando 1.600 placas em cerâmica nas cores ocre, vermelha, azul e verde, que revivem a ocupação da região Norte de Goiás, até a instalação e consolidação da capital, Palmas, cujas imagens e especificações ainda serão apresentadas neste trabalho. Existem as frisas do Palácio, feitas de elementos monocromáticos, em fibra de vidro, em tom de concreto, formada por 48 cenas da antiga história do Tocantins, através da entrada dos bandeirantes até a chegada de Siqueira Campos ao poder.

A própria Praça dos Girassóis, localizada no centro de Palmas, é uma das maiores praças da América Latina tendo uma área de 10.846,67 metros quadrados. É nessa praça que ficam localizados os Três Poderes, além do Cruzeiro onde foi rezada a primeira missa campal, um relógio do sol cuja utilidade informada é a de ser uma fonte de pesquisa e dados. Há, também, a Praça Krahô, que forma um grande círculo, que estaria representam a

forma como as aldeias indígenas constroem suas ocas, o monumento Súplica, que é uma homenagem às famílias pioneiras feito em pó de ouro, representando a família de Siqueira Campos e o Monumento à Bíblia, que cultua a palavra de Deus, através da liberdade aos cultos e credos brasileiros.



O monumento Súplica representa a chegada de Siqueira Campos ao estado

3.5 - Um passado mítico para um novo estado

Sabemos que a identidade de uma nação, região, de um grupo social ou individual é construída, ou seja, não é uma “coisa” dada, natural, que existe desde sempre, mas sim, que é conformada e transformada ao longo do tempo.

Todo homem, em princípio, deve ter uma referência identitária porque não é apenas o cidadão legal de uma nação ou de uma região; ele participa da idéia da nação e região tal como representada em sua cultura. Porém, uma identidade de grupo só existe, se o homem conseguir imaginar-se como parte integrante e fundamental de sua existência. A idéia de pertencimento traduz esse sentimento, integrado por idéias e valores.

Com base nesse entendimento do conceito de identidade, é interessante acompanhar o processo de construção de um referencial próprio por parte da população do Tocantins. Ou, em outras palavras, a construção de seu vínculo de pertencimento com o novo estado. Segundo os “habitantes da terra”, há, no Tocantins, os tocaninenses que se auto-intitulam “legítimos”, ou seja, que nasceram na região, quando esta ainda pertencia ao estado de Goiás, mas que, ainda, segundo eles mesmos, nunca se sentiram goianos. Como exemplo, é possível citar o jornalista Tião Pinheiro, natural de Monte Alegre, cidade do interior do Tocantins que pertencia ao “antigo” estado de Goiás, e que, em entrevista concedida para este trabalho diz: “eu nasci em Goiás, mas sempre fui tocaninense (...) Eu posso falar mal do Tocantins, mas os de fora não”. Um ensaio de classificação que supõe outros “tipos de

cidadãos tocaninenses”, como os que não nasceram na região (nem em Goiás, nem no Tocantins) e se sentem tocaninenses, bem como aqueles que já nasceram no novo estado, por exemplo.

Assim, a questão da identidade pode ser explorada por meio da noção de pertencimento (com variações), traduzida no que Benedict Anderson (1991) chama de “comunidades imaginadas”. Com base no conceito de nação que o autor propõe, verifica-se que uma comunidade é “imaginada”, porque até os membros da menor nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação. Mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem de sua comunhão, o sentimento de pertencer a algo maior e mais abrangente.

Pensando a questão da identidade em relação à criação do novo estado aqui estudado, é importante esclarecer que o sentimento do “ser” tocaninense, mesmo quando a região ainda pertencia a Goiás, é postulado como existente e até mesmo muito forte, pela literatura memorialística do estado, estando presente no senso comum da população. Tal sentimento existiria principalmente na população ribeirinha, que tinha sua vida e seus lares às margens dos rios Tocantins e Araguaia, fronteiras naturais da região norte do estado.

Ainda seguindo as narrativas difundidas pelos defensores da criação do estado, foi justamente esse sentimento dos ribeirinhos que mobilizou as lideranças de um movimento político que começou tímido e foi se desenvolvendo e ganhando força com o passar do tempo. Tal narrativa, vale notar, tem características de um mito de origem, identificando as margens dos rios como o nascedouro de um sentimento de autonomia, que é anterior ao próprio movimento político que a reivindica.

Desta forma, vem à tona a importância da produção de discursos, neste caso específico, os discursos autonomistas proferidos a favor da criação do estado do Tocantins. Citando novamente Hall, destacamos que as identidades são construídas “dentro” e não “fora” do discurso. “Nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas” (HALL, 2000, p. 109). Ou seja, não se criam estilos de vida, e muito menos se consegue mudar valores morais ou crenças de uma hora para outra. No entanto, é possível moldá-los, lapidá-los e mostrar o que pode ser conhecido e, por consequência, o que pode ser acreditado.

A identidade de um grupo se refere, assim, a uma rede de relações ativas entre os atores que interagem, influenciando-se mutuamente na tomada de decisões, e em distinção a um outro grupo. Neste caso, Pollak (1992) pode colaborar para o enriquecimento da questão, quando enfatiza que a construção da identidade é um fenômeno que se refere aos critérios de admissibilidade e de credibilidade que se faz por meio da negociação direta com os outros.

Nesse sentido, usando as análises realizadas por Eric Hobsbawm (1997), vê-se que, principalmente no período anterior à I Guerra Mundial³⁹, o que ele chama de “invenção de tradições” foi um fenômeno muito comum, havendo uma espécie de *boom*. Nessas invenções incluem-se as que o autor classifica como oficiais, pois surgiram pela ação de Estados ou movimentos sociais e políticos organizados ou criados por eles; e as não-oficiais, geradas por grupos sociais sem organização formal e/ou sem objetivos políticos muito conscientes.

De qualquer maneira, ainda conforme Hobsbawm (1997), as tradições inventadas têm funções políticas e sociais importantes, e não poderiam ter nascido, nem se firmado, se não tivessem sólidas bases sociais. Justamente por isso, não são manipuláveis de forma simples, embora sejam criadas para facilitar operações práticas e imediatamente definíveis, podendo ser modificadas ou abandonadas em função das transformações das necessidades, embora não de maneira rápida ou simplista. Esse conceito de tradição inventada ajuda a compreender o processo de construção de identidade para um novo estado. Isso porque uma outra maneira de se inventar tradições é produzir outras representações simbólicas para o estado do Tocantins. Símbolos que permitam a visualização e o reconhecimento do estado, estando, não casualmente, ligados à figura de Siqueira Campos. Entre eles está a criação do Hino Estadual. O hino tem música de Abiezes Alves da Rocha e letra do desembargador Liberato Costa Póvoa, que foi governador interino do estado, em 1991. Vale a citação de um trecho:

*“De Segurado a Siqueira
o ideal seguiu
Contra tudo e contra todos,
firme e forte
Contra a tirania*

³⁹ A I Guerra Mundial iniciou em 1914. O período a que o autor se refere é 1870-1880.

*da oligarquia,
O povo queria
libertar o Norte!”⁴⁰*

Essa poesia permite que se entenda melhor a observação de Hobsbawm (1997), quando afirma que num discurso oficial, “o governante é o foco da unidade de seus povos ou seu povo; é o representante simbólico da glória e grandeza nacional, de todo o seu passado e continuidade num presente em transformação”⁴¹.

Além do hino, também se deve destacar o investimento simbólico feito na criação de uma bandeira e de um brasão para o estado, além dos esforços de materializar toda essa criação no próprio espaço físico do palácio do governo, o Palácio Araguaia, em Palmas.

Dentro do Palácio Araguaia há, logo na entrada, dois grandes painéis feitos de cerâmica e pintados a mão pelo pintor DJ Oliveira⁴², que descrevem e surpreendem pela riqueza de detalhes a “saga” dos desbravadores da região. Os painéis possuem 65 metros quadrados, cada um, somando, ao todo, 1.600 placas em cerâmica nas cores ocre, vermelha, azul e verde, cujas imagens revivem os passos históricos de ocupação, até a instalação e a consolidação da capital Palmas, entre os anos de 1990 a 2000. O artista dizia que, através da sua arte, imortalizaria muitos homens e mulheres que fizeram do sonho separatista uma realidade.

⁴⁰A íntegra da letra pode ser vista no site do Portal do Cidadão Tocantinense www.portaldocidadao.to.gov.br.

⁴¹HOBBSAWM, 1997, p.290.

⁴²Dirso José Oliveira (DJ Oliveira) foi um pintor paulista, nascido na cidade de Bragança Paulista, em 14 de novembro de 1932, que optou por viver em Goiás desde 1956. Lecionou Pintura, Desenho e Gravura na Escola Goiana de Belas Artes da Universidade Católica de Goiás (UCG). Gravador, cenógrafo, figurinista, professor, desenhista e pintor, ele se definia como sendo apenas e fundamentalmente um pintor. Trabalhou com pintura e desenho publicitário, fazendo vitrines e cartazes; criou cenografias e figurinos para o Teatro de Emergência; na fase de mural, executou uma série de trabalhos nesse gênero para a UCG e Universidade Federal de Goiás, para a Embaixada da Tchecoslováquia, em Brasília, e para a Casa do Brasil, em Madri, Espanha, entre outros; e lançou vários álbuns de gravuras. Faleceu em 23 de setembro de 2005, em Goiânia. (Fonte: <http://www2.ucg.br/flash/Flash2005/Outubro05/051018dj.html>, em setembro de 2006).

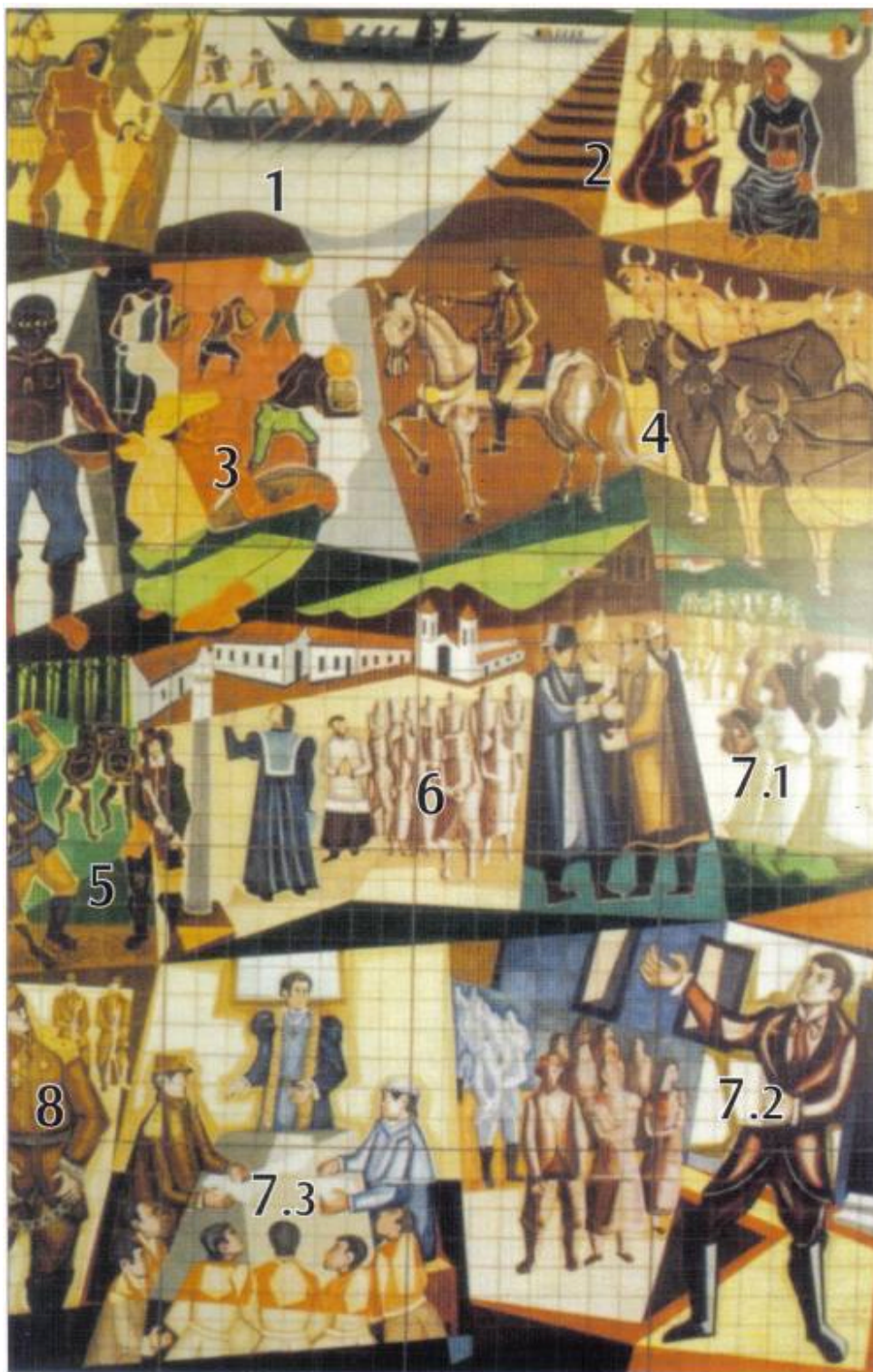


Salão de entrada abriga dois grandes painéis

Entre as figuras ilustradas no painel que fica à direita do salão de entrada do Palácio Araguaia estão a primeira entrada dos homens brancos nos sertões do Brasil Central, especificamente no Vale do Tocantins, nos idos de 1592. Segue-se o padre Vieira, por volta de 1653, quando sobe o rio Tocantins para arrebanhar índios e abrigá-los, depois os vaqueiros, por volta dos anos 1720, que se estabeleciam nas ribeiras do Rio Tocantins, até a chegada de Joaquim Theotônio Segurado, em 1809. Posteriormente estão as suas ações políticas em prol da divisão do território goiano. Esse painel é nomeado de “Painel das Lutas”.

O segundo painel, localizado à esquerda do salão do Palácio Araguaia, é o chamado “Painel das Conquistas” e traz basicamente as imagens das ações mais recentes no que diz respeito ao processo separatista da região Norte de Goiás. Figuras como Lysias Rodrigues, Feliciano Machado Braga, a abertura da rodovia Belém-Brasília e Siqueira Campos estão nas pinturas. A chegada de Siqueira com a família em um pequeno caminhão, os Congressos liderados por ele, a greve de fome, a entrega das emendas constitucionais, a posse, a missa campal, a abertura de ruas dirigindo um trator, enfim, tudo isso remete a um passado de glórias e de vitórias como propõe o título do painel.

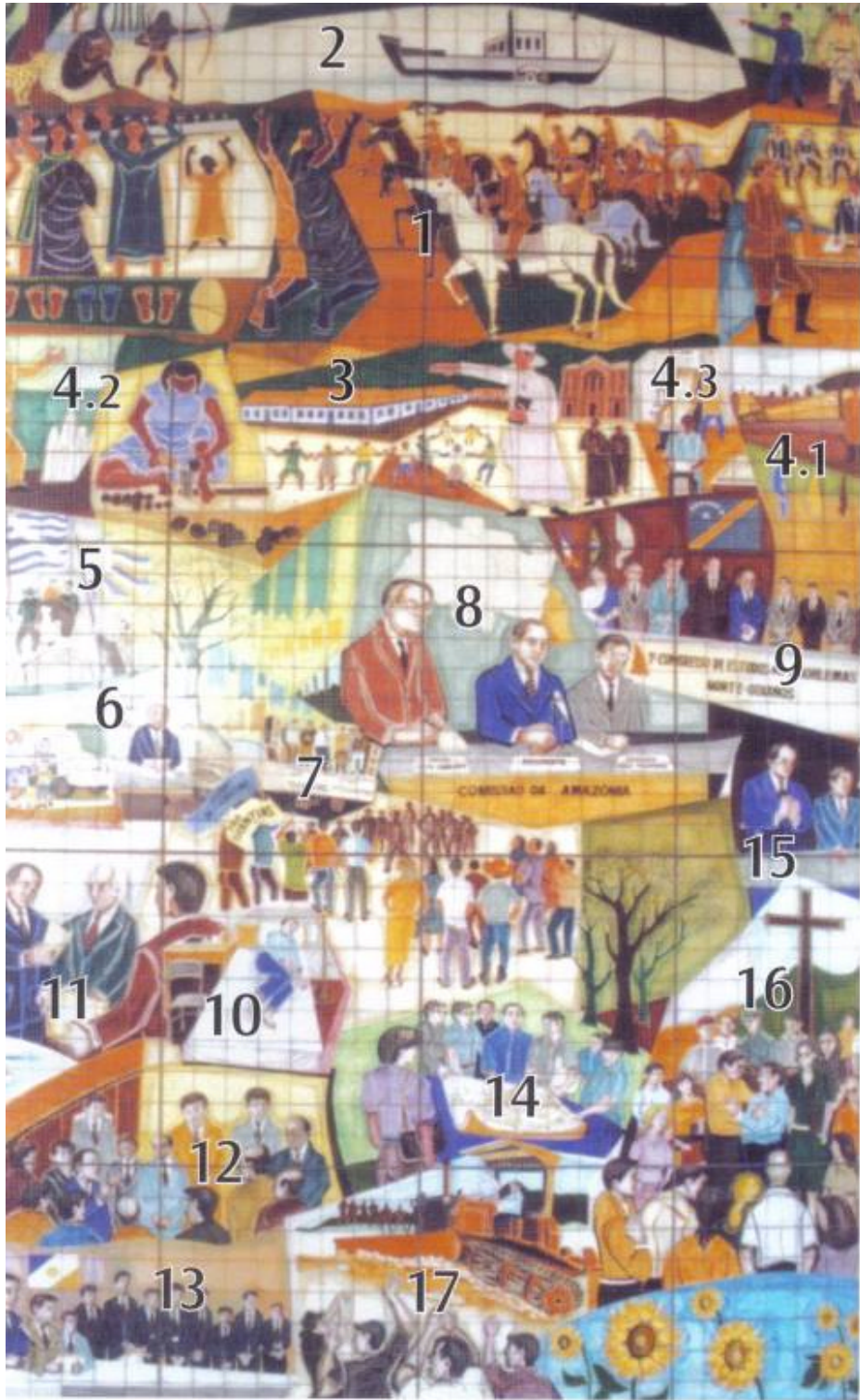
Painel das Lutas



Legendas

1. Representação da primeira entrada do homem branco nos sertões do Brasil Central, nos idos de 1592, quando o capitão Sebastião Marinho descobre ouro nas cabeceiras do Rio Tocantins. O fidalgo La Planque foi o primeiro a navegar o Rio Tocantins, por volta de 1610.
2. Padre Antonio Vieira, em 1653 sobe o rio Tocantins para arrebanhar índios a fim de abrigá-los em um aldeamento em Cametá, fundado por ele às margens do mesmo rio.
3. Francisco Dias D'Ávila e seu pai, e mais 17 donos de currais estiveram no Alto Tocantins com a finalidade de expandir suas fazendas de gado. A entrada de gado antecede o ciclo de mineração no Vale do Tocantins.
4. Por volta de 1720, os vaqueiros estabelecidos nas ribeiras do rio descobrem ouro em São Félix, Chapada, Natividade, Arraias e Cavalcante. Em 1737, o Governador da Província de São Paulo empreendeu viagem para erguer vilas e comarcas nesses locais.
5. Bartolomeu Bueno da Silva, o “Velho” entra em Goiás, em 1682 e retorna a São Paulo com ricas amostras de ouro. Seu filho de mesmo nome, chega a Paranã e nessa viagem é descoberta a riquíssima mina dos “Martírios”, às margens do rio Araguaia.
6. Designação do desembargador Joaquim Theotônio Segurado para o cargo de Ouvidor da Comarca de Vila Boa. Segurado toma conhecimento das dificuldades administrativas e propõe a criação de uma comarca no Norte de Goyas. Em 1809, o Príncipe regente Dom João VI atende o pedido e cria a Comarca de São João das Duas Barras. Segurado propõe que a sede da comarca fosse instalada na barra do Rio Palma e foi atendido pelo Príncipe Regente, cabendo ao próprio Segurado a edificação da Vila, fundada em 1815 e denominada São João da Palma.
7.
 - 7.1. Em 15 de agosto 1821, os Padres Bartolomeu Marques, Lucas Freire de Andrade e José Cardoso de Mendonça, em parceria com o Capitão Felipe Antônio Cardoso tentam um golpe contra o governo da Capitania de Goyaz. O golpe não deu certo todos os envolvidos foram presos e banidos de Vila Boa.
 - 7.2. O banimento dos revoltosos aflora sentimentos de ideais de autonomia na região. Theotônio Segurado, então, apóia a instalação do tão sonhado Governo Provisório autônomo, onde se torna presidente, em 14 de setembro de 1821.
 - 7.3. As constantes mudanças da sede do Governo e a saída de Segurado para reassumir o cargo de deputado constituinte em Portugal, enfraquece o movimento e Felipe Antônio Cardoso assume a liderança.
8. Boa parte dos envolvidos no Governo Provisório queria a mudança dos sistemas de governo nas províncias, ou seja, o fim do governo absolutista dos capitães-generais. O processo de independência do Brasil acabou enfraquecendo o movimento. Dom Pedro I desautoriza o Governo Provisório e o Governo de Vila Boa prende os revoltosos. O primeiro a ser preso foi o capitão Felipe Antônio Cardoso.

Painel das Conquistas



Legendas

1. Após o declínio dos ideais autonomistas liderados por Theotônio Segurado e Felipe Antônio Cardoso, os ideais de fomento da economia nortense são retomados por Couto Magalhães, em 1886, que funda a Companhia de Navegação do Araguaia, através de navios a vapor.
2. Surge, no começo do século, a liderança de Abílio Wolney, um jovem deputado da região. Os seus discursos não agradavam aos velhos coronéis da região. Os coronéis, então, apelam para a violência, enviam tropas armadas e matam nove nortenses, apoiadores de Abílio Wolney.
3. A Igreja Católica esteve presente nesse movimento libertário através de Dom Alano Marie du Noday, que exerceu a função de Bispo de Porto Nacional, de 1936 até 3 décadas depois.
4.
 - 4.1. O brigadeiro Lysias Rodrigues apaixonou-se pela região e chega a apresentar um projeto para a criação do território do Tocantins.
 - 4.2. Trajano Coelho usa seu talento político e literário para levar aos brasileiros os estudos sobre a viabilidade econômica da região da bacia tocantina.
 - 4.3. Oswaldo Ayres e Fabrício César Freire elaboram o manifesto à nação em prol do Tocantins, sob orientação do juiz Feliciano Machado Braga, em 1956.
5. A abertura da Rodovia Belém-Brasília, em 1960, trouxe novas perspectivas de progresso para a região. É nessa época que é criada a Casa do Estudante do Norte Goiano (CENOG).
6. Ainda na década de 1960, chega ao Norte de Goiás, Siqueira Campos, ao recém-criado município de Colinas de Goiás, trazendo toda a família oriunda de Crato, Ceará.
7. Começam as campanhas Pró-Tocantins, sob liderança de Siqueira Campos, que acabara de se tornar vereador de Colinas.
8. Já como deputado federal, Siqueira Campos preside a Comissão de Redivisão Territorial e Política Demográfica, na Câmara, propondo a criação de 12 novos estados no Brasil, entre eles o Tocantins.
9. Em abril de 1982, a CONORTE promove o 1º Congresso de Estudos dos Problemas do Norte Goiano onde é redigida a Carta do Tocantins.
10. Em 1984, Siqueira Campos e Totó Cavalcanti (deputado estadual em Goiás), fazem greve de fome protestando contra os dois vetos do então presidente José Sarney contra a criação do novo estado do Tocantins.
11. Instalada a Assembléia Nacional Constituinte, em 1987, Siqueira Campos entrega o Projeto de Emenda Constitucional ao seu presidente, o deputado Ulysses Guimarães.
12. Lideranças nacionais e regionais redigem e entregam a fusão de emendas constitucionais. É criado, então, pelas Disposições Transitórias, o estado do Tocantins.
13. A eleição dos primeiros representantes tocantinenses tem como líder, Siqueira Campos, numa eleição atípica que teria mandato de apenas 2 anos.
14. Lideranças se reúnem para decidir o local da capital definitiva, já que provisoriamente a cidade de Miracema do Norte ostentava a honraria.
15. Em 5 de outubro de 1989, é promulgada a primeira Constituição Estadual. No detalhe estão Siqueira Campos e Dona Aurenny, a primeira esposa do governador.
16. Ilustração da primeira missa campal, com a participação de mais de 10 mil pessoas.
17. Siqueira Campos abre, simbolicamente, as primeiras avenidas da nova capital, Palmas.

A questão do poder em família é outro fator que vale análise, já que foi “naturalizado” pela literatura que trata do tema. Siqueira Campos era deputado federal (Arena) pelo estado de Goiás, quando tomou para si a liderança do movimento separatista nos anos 1970. Ele fez várias ações em prol da criação do Tocantins, elaborou emendas constitucionais, fez greve de fome, liderou comissões e acabou se destacando e ganhando afeição popular.

Em 1988, após a criação do estado e de várias mudanças partidárias, foi eleito pelo voto popular o primeiro governador do novo estado. Seu mandato duraria apenas dois anos em virtude de um novo pleito eleitoral que aconteceria em 1990. Em 1990, Siqueira Campos não foi candidato, mas Moisés Abrão, que recebera seu apoio, perdeu as eleições para Moisés Avelino, opositor de Siqueira Campos.

Para estabelecer um novo vínculo político junto ao povo tocantinense, Siqueira Campos lança a candidatura de seu filho e, então herdeiro político, para a prefeitura da recém-construída capital, Palmas. Eduardo Siqueira Campos venceu a eleição que aconteceu em 1992 e, assim, a família continuava a “tomar conta” da política regional, só que, agora, através da prefeitura da cidade que fora obra de Siqueira. Um presente de pai para filho, literalmente. Mas, Siqueira Campos volta a ser governador, atuando de 1994 até 2002, quando seu filho elege-se senador da República. Em 2002, não podendo ser reeleito novamente, Siqueira Campos lança como seu candidato o então presidente da Assembleia Legislativa do estado Marcelo Miranda (PSDB), que vence as eleições. O que não era possível prever, é que haveria um rompimento entre eles, o que selaria a sorte das pretensões políticas da família Siqueira Campos.

Marcelo Miranda também pertence a uma família de tradição política na região. Seu pai, Brito Miranda, fora deputado estadual por Goiás e quando presidiu a Assembleia de Goiás, juntamente com o apoio do então governador de Goiás, Henrique Santillo, conseguiu a votação unânime dos deputados goianos que aprovaram a separação da região norte do estado, transformando-a no que seria o Tocantins. Brito e Siqueira sempre foram aliados e Marcelo Miranda elegeu-se deputado estadual, já pelo Tocantins, por quatro vezes, antes de ser governador. Vale acrescentar que desde que Marcelo Miranda assumiu o governo do Tocantins, Brito Miranda é secretário de infra-estrutura do estado.

No pleito de 2006, o eleito foi Marcelo Miranda, candidato pelo PMDB, que teve 340.824 mil votos (51,49%), enquanto Siqueira Campos, candidato pelo PSDB, obteve 310.068 mil votos (46,84%)⁴³.

Porém, não foi apenas Siqueira Campos que sofreu uma derrota. Seu filho, Eduardo, candidato à reeleição ao Senado também. Eduardo Siqueira Campos (PSDB), teve uma votação de 280. 999 mil votos (29,23%), enquanto Kátia Abreu (PFL) elegeu-se com 325.051 mil votos (33,81%), tornando-se a primeira mulher senadora no Tocantins. Essas duas derrotas assinalaram o fim da hegemonia política da família Siqueira Campos e, conforme o sentimento que a população local diz sentir: “houve a mudança, a renovação”.

⁴³ Os números do resultado das eleições tanto de governador, como de senador, foram retirados do site oficial do Tribunal Superior Eleitoral (TSE): www.tse.gov.br/eleicoes2006.

Parte II

Entrevistas: metodologia, roteiros, resultado de campo

Da metodologia: a história oral e a memória

Para a realização deste trabalho foi utilizada a metodologia de história oral. Como a história oral constitui uma metodologia de pesquisa e de elaboração de fontes para o estudo da história contemporânea, é possível caracterizá-la como estratégica para uma aproximação com as percepções e reflexões de atores envolvidos direta ou indiretamente em algum fato histórico.

Conforme Verena Alberti⁴⁴, o campo da história oral é totalizador, embora ele esteja centrado no indivíduo, em sua singularidade. Ainda dentro do contexto da realização de entrevistas, entrevistado e entrevistador trabalham juntos e conscientemente, na elaboração de projetos de significação do passado. Assim, essa metodologia foi ideal para esta pesquisa, já que produzi um conjunto de narrativas que viabiliza o acesso a visões de mundo e a histórias de vida de atores diretamente ligados ao debate sobre a criação do estado de Tocantins.

Quando Michel Trebitsch (1994) afirma que a história oral vai se dirigindo cada vez mais para o estudo das questões de memória percebo que, como esse projeto tem como finalidade investigar a criação do estado do Tocantins, através de relatos de depoentes que estão narrando suas vivências no presente sobre um passado recente, reafirmo a importância da utilização dessa metodologia. E, mais uma vez com Alberti (2005, p.165): “uma das principais riquezas da história oral está em permitir o estudo das formas como as pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas”.

Como os depoimentos orais são minha principal fonte e objeto de pesquisa, é impossível falar de história oral sem levantar reflexões sobre o tema da memória. Os

⁴⁴ ALBERTI, Verena. O lugar da história oral: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa. In: *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

estudos empreendidos por Maurice Halbwachs (1990) contribuíram definitivamente para a compreensão dos quadros sociais que compõem a memória. Para ele a memória, aparentemente individual e mais particular, sempre remete a um grupo. Todo indivíduo carrega em si lembranças, mas está sempre interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições. É no contexto destas relações que construímos as nossas lembranças; elas são sempre e, ao mesmo tempo, individuais e coletivas.

Seguindo o pensamento de Halbwachs, a rememoração individual se faz na tessitura das memórias dos diferentes grupos com que nos relacionamos. Ela está impregnada das memórias dos que nos cercam, de maneira que, ainda que não estejamos em presença deles, o nosso lembrar e as maneiras como percebemos e vemos o que nos cerca, constituem-se a partir de um emaranhado de experiências que surgem como um amálgama. A memória individual é assim coletiva e fragmentada, mas é relatada como uma unidade, que tem toda uma coerência.

Michael Pollak (1989) concorda com Halbwachs quando afirma que a nação é a forma mais acabada de um grupo e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva. Discute, ainda, a questão da memória coletiva como sendo um componente de formalização/enquadramento de memórias. Ou seja, os atores conciliam suas memórias individuais com a memória coletiva, desde que ambas estejam, mesmo que de maneira inconsciente, em concordância sobre uma base comum. Porém, de qualquer maneira, as memórias não deixam de entrar em disputa e de concorrer entre si.

Um exemplo disso, é o fato de Siqueira Campos tomar para si o título de “criador do Tocantins”, sabendo trabalhar muito bem com essa imagem. Apesar de todos os membros da política tocantinense concordarem com sua liderança, boa parte desses representantes sentem-se lesados, pois seus nomes, que também fizeram parte de uma geração que lutou pela autonomia do estado do Tocantins, nem sequer são citados nos livros de história do estado ou nos relatos memorialísticos com o relevo que julgam merecer. Isto é, se há compartilhamento, este não exclui tensões e disputas na construção dessa memória e história do estado. Ainda dentro deste tema, sabemos que a memória é um elemento constituinte fundamental do sentimento de identidade, seja individual ou coletiva. Conforme análise feita por Pollak (1992, p.205), ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros.

A memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e, particularmente, em conflitos que opõem grupos políticos diversos⁴⁵.

Sendo assim, conforme completa Halbwachs, é nesse sentido que a história vivida se distingue da história escrita. Para o autor, a memória tem tudo o que precisa para constituir um quadro vivo e natural em que um pensamento pode se apoiar, para conservar e reencontrar a imagem do seu passado.

Das entrevistas: a seleção dos entrevistados

Como já foi dito, produzir depoimentos foi o objetivo principal deste trabalho. Os critérios para a seleção dos entrevistados foram os seguintes: que tivessem participado do processo de autonomia política da região e que suas ações fossem reconhecidas como tendo importância substancial para tal realização como foram os casos de Moisés Avelino, o primeiro político que conseguiu derrotar Siqueira Campos no estado, Carlos Patrocínio, um dos primeiros senadores do Tocantins e Marcelo Miranda, atual governador. Alguns entrevistados foram selecionados pela sua contribuição literária, colaborando para o conhecimento da história local. Nessa situação é possível citar Rinaldo Campos, autor do polêmico livro *O ditador do cerrado*, Liberato Costa Póvoa, desembargador e autor do hino estadual e obras literárias que serviram de base para este trabalho e Tião Pinheiro, um dos primeiros jornalistas a chegar ao Tocantins e um dos profissionais mais capacitados para falar da questão da identidade regional. Um outro critério, não menos importante, foi o do acesso e da disponibilidade para conceder a entrevista.

A entrevista com Siqueira Campos, apesar de previamente acertada com ele mesmo, não aconteceu. Primeiro, houve a questão de seu problema de saúde que impediu um encontro, ainda no ano de 2005. Posterior a isso, durante todo o primeiro semestre de 2006, fiz contatos por diversas vezes com seus assessores que não conseguiram encontrar uma

⁴⁵ POLLAK, 1992, p.205.

data para que eu fosse recebida. Em seguida, aconteceram as eleições 2006, onde Siqueira Campos se lançou candidato ao governo do estado. Após a derrota, novas tentativas de entrevista foram feitas, mas Siqueira Campos, segundo seus assessores, estaria fora do estado para se recuperar emocionalmente. Sendo assim, a entrevista não aconteceu.

Com relação aos demais entrevistados tudo ocorreu de maneira muito tranqüila. Um fator bastante relevante foi o fato de todos os entrevistados entenderem a importância da presente pesquisa para o aperfeiçoamento do conhecimento da história do estado que, segundo vários contatos feitos com outras personalidades tocantinenses, nunca teria sido contada de maneira isenta e idônea.

Realizaram-se seis entrevistas ao longo do ano de 2006, sendo cinco delas feitas entre os dias 24 e 29 de abril. Foram elas: Liberato Costa Póvoa, Tião Pinheiro, Rinaldo Campos, Moisés Avelino e Carlos Patrocínio, respectivamente, somando um total de mais de 5 horas de gravação. A sexta entrevista aconteceu no dia 9 de dezembro de 2006, com o governador Marcelo Miranda, cuja duração foi de mais 1 hora.

Ainda há entrevistas que julgo necessárias para um projeto futuro, como o caso do juiz de direito, ex vice-governador e ex deputado federal Darci Coelho, o ex-presidente da CONORTE e autor do livro *Tocantins eu também criei*, José Carlos Leitão e o próprio Siqueira Campos.

Além das entrevistas, também utilizei como fontes primárias para a pesquisa: documentos oficiais sobre a criação do estado do Tocantins, artigos, reportagens e editoriais publicados na imprensa local, durante os períodos das articulações para a criação do estado do Tocantins, as emendas constitucionais, bem como alguns discursos de parlamentares a favor e contra a criação do estado; e uma iconografia relacionada ao tema proposto.

Outras fontes de pesquisa foram os jornais impressos. Há três datas, basicamente, que foram pesquisadas: o dia 5 de outubro de 1988, data em que o estado do Tocantins foi efetivamente criado pela Constituição de 1988; o dia 20 de maio de 1989, quando a cidade de Palmas foi instalada e o dia 20 de maio de 1990, quando da sua inauguração.

Roteiros: a montagem

Quando se trata de realização de entrevistas, é importante que se estabeleçam temas indispensáveis que serão abordados junto aos entrevistados. Para que não se percam informações valiosas é imprescindível que seja montado, previamente, um roteiro de entrevista, com base em dados oficiais e não em especulações. E esse é o grande diferencial da história oral, já que há um compromisso sério com a apuração de fatos e histórias a serem relatadas pelos entrevistados.

Portanto, foi feita uma investigação exaustiva em fontes primárias e secundárias para que houvesse a possibilidade de se obter um conhecimento firme do tema e do entrevistado. Foi ampliando e aprofundando o conhecimento acerca do tema – isso não quer dizer que conheça tudo a seu respeito, pois se soubesse não haveria necessidade de prosseguir na pesquisa - pude otimizar o meu trabalho através da elaboração do roteiro de entrevista para cada entrevistado.

Num primeiro momento, foi feito um roteiro geral de entrevista que me deu condições de sintetizar questões primordiais que constituíram em fundamentar e orientar atividades subseqüentes como o roteiro individual. O roteiro geral consistiu em uma cronologia minuciosa dos acontecimentos ocorridos no período do recorte de pesquisa estabelecido, ou seja, de 1930 a 1988. A partir daí, os fatos apurados tinham relação do contexto político-nacional com o regional, sempre enfatizando os personagens e líderes das respectivas épocas.

Com base nessas informações, passamos à feitura dos roteiros individuais, levando-se em consideração as respostas positivas dos entrevistados. Nesse momento, que acredito ter sido o mais delicado, a proposta era a de situar o entrevistado em seu ambiente: data de nascimento, naturalidade, nome e profissão dos pais e escolaridade iniciavam a entrevista como forma até mesmo de relaxar o indivíduo, já que a tensão num começo de entrevista é natural.

Feito isso, o roteiro individual se seguia de acordo com o perfil e com o grau de participação dentro do movimento de criação do estado do Tocantins. Faziam-se, então, perguntas sobre as suas participações efetivas no movimento separatista, bem como de análise de fatos e acontecimentos, até mesmo sobre as lideranças da luta autonomista. E,

como encerramento, a pergunta base relacionava-se sobre as perspectivas de futuro para o novo estado. Dessa maneira, foi possível conseguir subsídios para a sustentação do presente trabalho.

É importante explicar que as entrevistas, a seguir, serão apresentadas em ordem de realização. Sendo assim, a ordem será a seguinte: Liberato Costa Póvoa, Tião Pinheiro, Rinaldo Campos, Moisés Avelino, Carlos Patrocínio e, por último, Marcelo Miranda.

Entrevistas: resultados

Como a memória, em muitos momentos, pode ser imprevisível, é válido dizer que todas as entrevistas tiveram resultados muito interessantes. Cada uma com suas peculiaridades que foram desde revelações políticas, até mesmo admissões de erros administrativos; mas todas elas trouxeram conteúdo novo para o desenvolvimento do trabalho.

A entrevista com o desembargador Liberato Costa Póvoa foi surpreendente. O desembargador, que sempre foi siqueirista, rompeu relações com o líder, no final de 2005, por conta de uma discussão a respeito dos juízes do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Liberato, na sua entrevista, defende a independência política dos juízes o que, segundo ele, não acontecia durante a “era” Siqueira no estado do Tocantins.

Liberato, que nasceu na região do Tocantins, na cidade de Dianópolis, contou que sua formação tem muito de militar, já que serviu ao exército, em Brasília, na Guarda Presidencial, durante o ano de 1964. Nesse período, Castelo Branco era o presidente, e Costa e Silva comandava o Ministério de Guerra, Casa que hoje tem o nome de Ministério do Exército.

O desembargador, que teve o cargo vitalício estabelecido por Siqueira Campos, tornou-se historiador. Na entrevista, contou que, quando da criação das leis tocantinenses, foram redigidas muitas leis de “perfumaria”. Entre outras revelações, disse que se o estado tivesse cumprido as leis a ferro e a fogo, não teria construído nada. “O Executivo teve a complacência do Judiciário e do Legislativo no sentido de favorecer a construção. A gente tinha que passar por cima de leis, às vezes, porque se fosse construir um negócio, fosse fazer uma desapropriação direitinho dentro da lei, levaria anos para ser julgado. Mas se não

fosse assim, o estado não ia para frente”, disse. Liberato falou ser muito flexível, inclusive, alterando o seu voto quando outro desembargador o convence, pois, para ele, justiça é, antes de mais nada, bom senso. Em contrapartida, o desembargador disse ser intransigente em relação à questão moral que para ele implica em ter um posicionamento único dentro de suas convicções.

O ambiente da entrevista foi aconchegante. Desligou todos os telefones, proibiu seus assessores de passar qualquer ligação e de nos interromper. Fez questão de dar entrevista com fundo musical. As músicas eram instrumentais com hinos e ritmos que identificam o magistrado brasileiro. Acendeu incenso e cheirou rapé. Atencioso, respondeu a todas as perguntas feitas, apesar de divagar muito durante as respostas, o que, em alguns casos, fazia com que ele perdesse o rumo da conversa.

Já com o jornalista Tião Pinheiro, houve muita objetividade. O goiano da pequena cidade de Monte Alegre teve sua formação num seminário para padres e complementou seu estudo em um colégio de freiras. Antes de ser jornalista, fez faculdade de agrimensura, mas não concluiu. Nessa época, após jubilar no curso, passou a ter contato com a imprensa de Porto Nacional e, desde então, se assumiu jornalista por vocação até a sua formação na faculdade de jornalismo, em 1989.

Para Tião, a sua participação no processo de criação do Tocantins foi muito tímida já que era ainda muito jovem. Segundo ele, pertencia basicamente a uma equipe de apoio e quando dava participava de algumas reuniões em Goiânia. Porém, assegurou ter se apaixonado pela causa tocantinense. Ele argumentou que a construção de Palmas nada tem a ver com a questão da construção da identidade do povo tocantinense. “Eu acho que Palmas, apesar do tamanho e de ser jovem, eu vejo ser cosmopolita sob o ponto de vista da formação da comunidade de Palmas. Você não pode dizer: esse tem jeito de palmense. Se você disser qual é a identidade, hoje, de Palmas, em termos de gente, de população, não se sabe”, argumentou.

O jornalista, que foi condecorado com o título de Cidadão Tocantinense, disse se sentir muito orgulhoso com a honraria e ao mesmo tempo preocupado por acreditar ser essa uma responsabilidade muito grande. Para ele, a sua contribuição na criação do Tocantins foi pelo fato de defendê-lo antes mesmo de ser criado. Disse ter protagonizado brigas “homéricas” com quem falava mal do estado.

Mostrou-se orgulhoso e apaixonado pela empresa em que trabalha: a *Organização Jaime Câmara de Comunicação*. Atencioso, desligou os telefones e pediu para não ser interrompido. O jornalista tem um discurso muito firme sobre a imparcialidade da *Organização* e sobre sua participação e colaboração para a criação do estado do Tocantins.

Na entrevista com o também jornalista Rinaldo Campos houve sempre um sentimento de preocupação com o tempo. Ele sempre perguntava se poderia continuar falando. O encontro aconteceu na véspera do lançamento do seu livro *O ditador do cerrado* (5ª edição), num cenário onde, por muitos anos, fora proibido pisar: o Palácio Araguaia. O tom de valentia amargurada e denunciismo tomaram conta durante todo o tempo em que conversamos.

O pernambucano de Recife, que teve como formação as faculdades de jornalismo e de sociologia política, após morar em 78 cidades diferentes pelo mundo, chegou a Palmas após ter sofrido uma tentativa de assassinato na Rodovia dos Bandeirantes, em São Paulo. Segundo ele, que já teve 35 prisões em toda a sua vida, o seu "problema" é sempre querer desafiar os detentores do poder. O seu livro surgiu assim, como forma de explicitar denúncias do governo de Siqueira Campos, atacando sempre a sua figura.

Um trecho do livro fala o seguinte: "Siqueira Campos financiava com o dinheiro público escritores medíocres que se dispunham a narrar a epopéia do pau-de-arara que chegou magro e pobre em Colinas de Goiás há trinta anos e que acabou gordo e rico no estado que ajudou a criar. Ele participou do movimento de criação do Tocantins, desmembrado de Goiás, como dezenas de históricos lutadores, mas se considera a avó, o pai, a mãe e a outra do estado. Quer toda a glória para si e exige que continuem tratando-o como governador", (CAMPOS, 2006, p.161)⁴⁶.

Durante a entrevista, estava eufórico para o lançamento do livro. Falou que esperava que essa fosse a última entrevista sobre o livro em tom de incerteza. Contou sobre as quatro apreensões das outras edições, disse nunca ter se sentido prisioneiro de Siqueira Campos e atacou: "Ele não é um filho da ditadura. Ele é a mãe da ditadura. Ele pertenceu a todos os elementos condenados por todos aqueles que gritam por liberdade, desde anistia até hoje. Ele assinou todos os atos de terror desse país. Foi um deputado sentado no colo dos

⁴⁶ CAMPOS, Rinaldo. *O ditador do cerrado*. Palmas, Editora não identificada, 2006.

militares, e gostou do colo”, pontua Rinaldo. O jornalista lançou-se candidato a deputado estadual pelo PSOL nas últimas eleições, mas obteve apenas 566 votos⁴⁷.

A entrevista com Moisés Avelino, ex-governador do Tocantins, foi muito tranquila. Embora muito sério, recebeu-me muito bem. O médico piauiense, da cidade de Santa Filomena, foi o primeiro político do Tocantins a desbancar Siqueira Campos em uma eleição. A sua vitória aconteceu em 1990, ao derrotar o candidato de Siqueira Campos ao governo, um outro Moisés, o Moisés Abrão.

Quando falou de sua campanha ao governo, mostrou-se emocionado e muito empolgado. Segundo Avelino, a sua campanha começou de 6 a 8 meses antes das eleições. Foi assim que ele conseguiu percorrer o estado todo. Ele começou andando de táxi e acabou andando a pé, fazendo a campanha dos 5 Ss: Sola de Sapato, Suor, Sorte e Saliva. Uma campanha, que começou tímida, acabou em grande estilo inclusive recebendo ofertas de utilizar aviões de empresários da região, quando estes perceberam que Moisés Avelino venceria. “Um dia eu cheguei ao aeroporto da cidade de Paraíso, e tinham lá uns 15 aviões. Então eu achei que fosse realmente ganhar as eleições porque se esse pessoal estava todo aqui para puxar o meu saco e antes não me davam apoio é porque sabiam que eu ia ganhar. Ali estavam aviões dos empreiteiros, corretores entre outros”, lembra Avelino.

Apesar de ter sido montado um roteiro com base em informações amplamente verificadas, um erro foi cometido. No Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) consta que acusações de campanha, feitas por Siqueira Campos, de improbidade administrativa em outros cargos políticos de Moisés Avelino, o fizeram correr o risco de não assumir o governo, bem como ter o seu diploma cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Essa informação, segundo Avelino e várias outras pessoas com as quais contatei, não procede. Ele contou ter assumido, no dia 15 de março de 1991, sem nenhuma dificuldade.

Moisés Avelino, porém, admitiu erros em seu governo como, por exemplo, a má utilização da mídia para a divulgação de suas obras e ações. Por conta disso, muitas obras construídas durante seu governo, tiveram as placas de inauguração retiradas pelo governo seguinte, não por acaso comandado novamente por Siqueira Campos. Avelino, cuja imprensa divulgou ser contra a construção de Palmas, justificou que não era contra Palmas,

⁴⁷ Números oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Eleições 2006.

mas, sim, contra a localização escolhida para tal feito. Nas últimas eleições, Moisés Avelino lançou-se candidato a deputado federal pelo PMDB e foi o deputado mais votado do Tocantins com 43.150 votos⁴⁸ e seu maior índice eleitoral foi na cidade de Palmas, onde teve 8.528 votos.

Com Carlos Patrocínio, ex-senador, a receptividade foi excelente. A entrevista aconteceu em sua casa, na cidade de Araguaína, num ambiente muito propício, sem interrupções de telefone ou de pessoas. O mineiro de Monte Azul, que tem por formação a medicina, entrou na política pela primeira vez já com um mandato de senador da República, representando o novo estado do Tocantins.

Patrocínio contou que as condições administrativas do estado, logo no seu início, eram precárias. “Nós encontramos dificuldade de locomoção. Tinha apenas a rodovia Belém-Brasília que havia sido aberta no governo de JK, nos idos de 1958. Não tinha aviação comercial permanente. Foi trazido gente, sobretudo de Goiânia, que era um pessoal mais bem preparado (...) Estávamos conseguindo recursos externos, empréstimos via BID, BIRD, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, no Japão, na Itália”, comentou.

O ex-senador comentou que a política tocantinense precisa ser melhorada e bem resolvida. Ele considerou que a juventude, a sociedade consciente e a imprensa precisam ter participação efetiva nesse processo. Segundo Patrocínio há, ainda, no estado, uma política de favores pessoais que precisa ser banida. Caso isso não seja feito, poderá haver um efeito deletério no estado. No entanto, Carlos Patrocínio acredita que o Tocantins está fadado a ser um dos estados mais prósperos de todo o país devido aos inúmeros privilégios naturais que possui.

Nas eleições 2006, Patrocínio lançou candidatura como deputado federal, pelo PMDB, mas antes da campanha “ir para a rua” ele desistiu, já que, segundo ele, não estaria encontrando apoio de nenhum prefeito no estado. Outro fator para sua desistência foi o convite feito pelo governador Marcelo Miranda para dirigir o Hospital Geral de Araguaína. Nas eleições 2002, ele também desistiu após lançar candidatura, só que dessa vez foi por motivos de saúde, quando sofreu uma fratura no ombro.

⁴⁸ Números oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Eleições 2006.

A entrevista com o atual governador, Marcelo Miranda, aconteceu no dia 9 de dezembro, após as eleições. Optei por entrevistá-lo nesse momento, por acreditar que se a entrevista fosse realizada durante o período de campanha, poderia haver “tom” eleitoreiro nas respostas e não era isso que o presente trabalho se propunha. Porém, não houve muita diferença, uma vez que o “tom” eleitoreiro estava em sua rotina, nos 3 meses que antecederam nosso contato.

De todo modo, fui muito bem recebida pelo governador cuja entrevista discorreu principalmente por conta de ser filho de Brito Miranda que foi o presidente da Assembléia Legislativa de Goiás, quando foi aprovada a separação da região Norte de Goiás para se criar o Tocantins. Ele fala, então, como testemunha desse período político tão importante para o Tocantins. Entretanto, há um detalhe importante: durante toda a entrevista ele reconheceu os feitos de Siqueira Campos, mas em nenhum momento falou o seu nome.

Bancário por profissão, oriundo de Goiânia, Marcelo contou que seu pai, Brito Miranda teve participação efetiva no processo de busca pela unanimidade, na Assembléia de Goiás, pela criação do Tocantins. “Ele era líder do governo, com bom acesso entre as bancadas. Eu digo que um líder político, quando constrói um patrimônio, passa a ser avalizado por seus colegas. Quando digo patrimônio, me refiro ao patrimônio político, moral, de discutir projetos com a sua bancada e com as bancadas constituídas. E o Brito Miranda sempre teve uma participação ativa. Eu me lembro muito bem que ele sendo líder do governo e presidente da Assembléia, sempre foi muito respeitado como, também, sempre procurou ter muito respeito por seus colegas, até mesmo, na oposição. E a unanimidade mostrou que ele tinha trânsito livre e muito bom entre os colegas”, comentou.

O governador Marcelo Miranda enfatizou ser totalmente favorável à criação de novos estados, principalmente, pelo benefício da independência. Depois disso, segundo ele, há a oportunidade de poder ajudar na construção e de servir a comunidade. Marcelo acredita que a criação de um estado soma não só àqueles que já estão no estado participando de atividades, mas também, aos que chegam com novos ideais. Sendo assim, com indústrias, com empresas investindo, as pessoas passam a acreditar num chão onde se pode construir muita coisa, não só a pequeno, mas a longo prazo.

Com base em tudo o que foi exposto, convido você para que passe à leitura dos depoimentos orais que possuem conteúdo bastante interessante. É, no mínimo, uma

maneira de conhecer melhor o tema do presente trabalho através da visão de quem presenciou e sentiu de maneira muito forte as conseqüências, positivas e negativas, de se criar um novo ente federativo.

Entrevistas



LIBERATO COSTA PÓVOA

Dia: 24 de abril de 2006

Local: Prédio do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

Hora de realização: 14 horas

Duração: 1h 28' 45''

F – Qual é o seu nome completo?

L – José Liberato Costa Póvoa, natural de Dianópolis, Tocantins. Eu morei lá até os 17 anos. Quando concluí o antigo ginásio, que é o primeiro grau, fui para Belo Horizonte, onde conheci ônibus, conheci sorvete. Não conhecia nada porque eu morava num interiorzão onde não tinha luz elétrica. Fiquei em Belo Horizonte por 10 anos. Depois de Belo Horizonte, fui a Brasília onde permaneci por mais uma temporada, voltei para Belo Horizonte que fiquei até me formar em 1983. Eu me formei com 38 anos, mas fiz uma carreira um pouco meteórica porque com 38 anos já estava formado, com 44 anos era juiz, com 45 anos desembargador, com 46 era presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins. Tudo em decorrência da criação do estado que catapultou a minha carreira e de outros tantos. Eu tinha menos de 1 ano de magistratura, quando me tornei desembargador, exatamente porque não havia juiz na região. Tive essa sorte. Mais sorte que mérito. Podia ter meus méritos, mas tive sorte, porque havia muitos juízes competentes que não foram escolhidos. Houve uma “pitadinha” de política nessa história.

F – Quanto à sua família. Seus pais, quais eram os nomes deles? Que profissão eles tinham?

L – Meu pai chamava-se Francisco Liberato Póvoa era fazendeiro e comerciante. Minha mãe é Regina Costa Ribeiro Póvoa. É dona de casa. Naquela época, não tinha esse negócio de mulher trabalhar fora. Mesmo porque não havia onde trabalhar. Só parir e criar os filhos. Hoje ela está com 96 anos. Nós éramos em 12 irmãos e tivemos uma criação muito rígida. Para se ter uma idéia, hoje, eu estou com 62 anos e tenho a vitalidade de um menino de 20 anos. Por quê? Porque até os 18 anos eu nunca fumei um cigarro, nunca tinha perdido uma noite de sono, nunca tinha tomado uma latinha de cerveja. Nem lata existia. Nós fomos criados todos dentro de um regime muito rigoroso, embora o respeito não se impunha tiranicamente. Bastava o pai fazer “anh anh” (pigarreando), a gente já ficava com medo. Dos 12 filhos eu não tenho ciência de nenhum que tenha levado uma surra.

F – Seus pais ainda estão vivos?

L – Minha mãe sim. E ela tem, se não me engano, 58 netos, cento e tantos bisnetos, esse valor eu não sei precisar e uns 15 a 16 netos que são avós.

F – Netos avós?

L – Netos avós. Ela fala: “Minha neta, me dá sua neta”. É para a neta dar a sua neta no colo dela. Então, nós fomos criados num regime assim, muito provinciano. À noite, 21 horas, tinha de estar todo mundo em casa. Quem não estivesse à mesa para almoçar, ficava sem comer. Ia jogar futebol? Quando dava 18 horas, a gente podia estar ganhando o jogo, mas tinha de ir embora porque se chegasse às 18h05 em casa não jantava. Meu pai deu a chance a todos os filhos de viajar para fora. Para Goiânia, Belo Horizonte, São Paulo. E desses 12 filhos, apenas três conseguiram fazer o curso superior porque os outros não agüentaram e voltaram. Quem se formou fui eu, o Oswaldo, que é escritor e o Francisco que também é escritor, mas já está aposentado.

F – No Direito é somente o senhor?

L – Só eu. Eu fui o primeiro juiz da região de Dianópolis. A nossa criação aconteceu de maneira muito tranqüila. Hora de comer, hora de dormir. Em época de férias, todo mundo viajava para outras cidades. Nós íamos para a fazenda puxar enxada, roçar pasto, colher café. Meu pai era tão exigente que ele misturava milho, feijão, arroz, e botava a gente para separar, para não ficar à toa. Ele dizia que cabeça desocupada era a oficina do diabo. E eu, particularmente, tinha o hábito, por causa de meu pai, de ler à noite. Na hora de dormir, ia todo mundo para a fazenda, cada um levava um estilingue, levava anzol para pescar, e eu levava um candeeiro com querosene e algumas revistas e livros para ler. Em Dianópolis, na época que eu era criança, a SPEVEA⁴⁹, que era a Superintendência de Plano de Valorização Econômica da Amazônia doou para a prefeitura uma biblioteca. Eu li todos os livros dessa biblioteca. Enciclopédia Jacques, romantismo, parnasianismo, simbolismo, modernismo. Tudo eu li. E, com isso, eu peguei uma bagagem boa, passei a escrever domesticamente. Não tinha onde publicar. Minha cidade é muito rica em detalhes de política, de traição. Meu avô foi morto pela polícia. Meus tios foram mortos pela polícia, como reféns. E eu escrevi a história da minha cidade. Na época, ainda estavam vivos os coronéis da região que formavam o famoso “coronelismo”. Eu entrevistei todo mundo. Escrevi a mão as entrevistas de todos eles e viajei para Belo Horizonte onde achei uma editora que tinha um editor interessado em saber a história da minha cidade. Quando comuniquei ao editor que eu tinha vários cadernos contando a história da minha cidade, ele mandou buscá-los porque iria publicar. Aquilo foi um sonho para mim. Imediatamente escrevi para o meu pai porque não tinha telefone. Mandeí uma carta pedindo que me enviasse os cadernos que estavam em uma mala grande de madeira. E toda a cidade pequena tinha um “bobo” para carregar pinico, para varrer casa, para catar cisco, para varrer terreiro. Nós tínhamos um chamado Né Velho. Aí meu pai falou para ele: “Olha, o Zé está precisando dos negócios dele lá daquela maleta. Você pega aqueles papéis velhos e desocupa a mala”. Como meu pai havia dito para desocupar, o Né pegou tudinho e queimou os papéis e entregou a mala vazia. Queimou a história todinha, com fotografias, com tudo. De qualquer maneira, fiquei em Belo Horizonte, me casei.

⁴⁹ A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), foi criada por Getúlio Vargas, em 1953, com a finalidade de promover o desenvolvimento da produção agropecuária e a integração da Região à economia nacional, pois estava muito isolada e subdesenvolvida. Entende-se que a SPVEA falhou porque se voltou muito ao extrativismo, abrindo linhas de crédito bancário direcionado quase sempre para a borracha, excluindo outras atividades, como o cultivo da juta e da pimenta-do-reino e não investiu na infra-estrutura social e viária da região. Em 1966, no governo Castelo Branco, a SPVEA foi substituída pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Este órgão foi criado para dinamizar a economia amazônica. (Fonte: http://wikipedia.org/wiki/Amazônia_Legal, acessado em 11 de maio de 2007).

F – Em que ano o senhor esteve em Belo Horizonte?

L – Belo Horizonte, eu estive entre 1962 e 1963. Depois servi o Exército. Em BH não podia servir e, então, fui para Brasília. Eu servi ao Exército para arrumar um emprego. Nesse ínterim, 1963, por aí, eu fiz um concurso para o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)⁵⁰, que promovia os concursos públicos. O concurso que fiz tinha que esperar 1 ano para sair o resultado e a nomeação. E eu não queria voltar para Dianópolis. Meus irmãos já tinham voltado. Não agüentaram o tranco. Aí resolvi me apresentar como voluntário no Exército. Fiz isso para ter ao menos onde comer e dormir. Tinha parentes em Brasília, mas nunca gostei de ficar na casa de parentes. Até hoje, quando vou para Goiânia, onde tenho primos, sobrinhos, irmãos, eu fico no hotel. Não gosto de ficar dependente com hora para chegar, hora para tomar café. Incomoda. Tinha a minha tia Curininha, irmã do meu pai, tia Irene, tio Dito, que também é irmão de meu pai e eu não quis ficar na casa de ninguém. Eu pensei que, ao invés de voltar para Dianópolis para não ficar com a cara grande e as pessoas pensarem que eu também tinha fracassado, essa era a melhor solução. Fui aceito e servi no Batalhão da Guarda Presidencial, durante a Revolução de 1964. O Costa e Silva assumiu o Ministério da Guerra, antigamente, era Ministério da Guerra, hoje é do Exército, e precisou de pessoas para trabalhar no gabinete dele para servir café, para datilografar. Fizeram um teste no Batalhão da Guarda Presidencial e selecionaram quarenta e poucos soldados, entre eles, estava eu. Fiz amizade com o pessoal do gabinete do ministro e fui morar com o subchefe do gabinete dele que era o coronel Mario Silva O’reilly Souza⁵¹. E como no interior eu li tudo o que apareceu, eu saí de lá falando inglês que, na época, era novidade. Chegavam lá os americanos comprando terra, não tinha quem os recebesse. Aí eu estava lá. Um inglês meio fuleiro é verdade, mas dava para entender e, com o passar do tempo, eu aperfeiçoei. Comecei a dar aulas de inglês para os filhos do coronel O’reilly. Fiquei uma temporada lá e depois que saí do Exército, fui nomeado para o DASP.

F – Então o senhor começou a dar aula de inglês?

L – Sim, aula particular. De inglês, de português. Eu saí do Exército e ainda fiquei morando com o coronel O’reilly uns tempos. Aí saiu minha nomeação no DASP. O Ministério da República me nomeou para o Ministério da Educação, onde eu trabalhava na

⁵⁰ O Dasp era um órgão previsto pela Constituição de 1937 e criado em 30 de julho de 1938, diretamente subordinado à Presidência da República, com o objetivo de aprofundar a reforma administrativa destinada a organizar e a racionalizar o serviço público no país, iniciada anos antes por Getúlio Vargas. Coerente com os princípios do Estado Novo, o DASP via uma incompatibilidade entre a “racionalidade” da administração e a ‘irracionalidade’ da política. Pretendia estabelecer uma maior integração entre os diversos setores da administração pública e promover a seleção e aperfeiçoamento do pessoal administrativo por meio da adoção do sistema de mérito, o único capaz de diminuir as injunções dos interesses privados e político-partidários na ocupação dos empregos públicos. Entre as atribuições do DASP estavam previstas também a elaboração da proposta do orçamento federal e a fiscalização orçamentária. Na prática, porém, as iniciativas relativas à política orçamentária permaneceram nas mãos do Ministério da Fazenda até 1940. Nesse ano, a situação foi contornada com a criação, no interior daquele ministério, da Comissão de Orçamento, cuja presidência passava a ser acumulada pelo presidente do DASP. Somente no princípio de 1945 o DASP assumiu plenamente a responsabilidade pela elaboração da proposta do orçamento federal, com a consequente extinção da comissão do Ministério da Fazenda. (Fonte: www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_poladm_dasp.htm, em 11 de maio de 2007).

⁵¹ Não foram encontradas referências substanciais do coronel **Mario Silva O’reilly Souza**.

garagem, tirando ficha para sair com o carro, aquelas papeletas. Um belo dia, eu estou lá no Ministério da Educação, quando passou o coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira⁵². Ele me olhou e disse: “Eu te conheço”. Então eu respondi: “Eu conheço o senhor também. O senhor não é o coronel Costa Ferreira?” Aí ele respondeu: “Sou. Você não foi meu soldado lá no gabinete do ministro?”. Respondi positivamente e ele lembrou até mesmo do meu nome. Foi assim que ele mandou-me procurá-lo no ministério, uma vez que ele era chefe da divisão de material do ministério. Na época da revolução, tinha coronel para tudo quanto é buraco. No dia seguinte, fui cedo até lá. Ele me recebeu com uma nomeação para chefe da seção de aquisições e controle do Ministério da Educação. Fazia as licitações do Brasil todinho. E eu comecei a crescer no Ministério da Educação e Cultura. Fiquei nessa divisão, tornando-me chefe de gabinete, na época do Jarbas Passarinho, da Secretaria de Apoio Administrativo onde tinha um outro coronel também que me conhecia. Porém, uma fatalidade me fez ir para Belo Horizonte, morar 10 anos por lá. Era 1970, nasceu meu filho mais velho, o Aster, que trabalhava aqui comigo, mas foi embora por causa do nepotismo. O Aster nasceu e, no primeiro exame que fizemos, descobrimos que ele tinha um problema no coração: um sopro. Tinha que operar, mas ele tinha de atingir o peso para poder operar. Se operasse abaixo do peso, não escapava e acima do peso, também não.

F – A sua esposa, então, nesse período que o senhor estava em Brasília, ficou em Belo Horizonte?

L – Não. Isso tudo foi em Brasília. Em Belo Horizonte fiquei só dois anos. Depois eu voltei para Brasília para poder servir o Exército porque lá em Belo Horizonte não me aceitaram.

F - E quando o senhor voltou para Belo Horizonte?

L – Quando descobrimos que o menino tinha esse problema, o Doutor Oyama, que era o médico dele, recomendou um especialista, o doutor Alberto Silveira, em Belo Horizonte, do Hospital SoCor, que cuidava das doenças do coração. Então, peguei um ônibus com o menino, fui até lá, fiz a consulta. O doutor Alberto Silveira recomendou que nós fôssemos de 15 em 15 dias para consultar com a intenção de controlar a situação. E aí o que eu podia fazer? O meu dinheiro não dava para ir todo mês a Belo Horizonte. Eu conversei com o coronel Gontijo⁵³, que era o amigo do Jarbas Passarinho, que era o ministro, e expliquei a minha situação, o problema do meu menino. Ele, então, arrumou uma maneira para que eu fosse requisitado pela Escola Técnica Federal de Minas Gerais. Logo, com poucos dias no estado de Minas Gerais, fui chefe de seção, depois me nomearam diretor geral do departamento de administração. Eu fiquei muito tempo lá, depois fui chefe da assessoria também. Foi a época em que me formei. Para você ter uma idéia, eu fiz vestibular em 1967 e me formei apenas em 1982. Sabe por quê? Porque com um menino doente, apesar de não ter nenhum sintoma, o médico me dizia que ele poderia amanhecer morto a qualquer momento. Eu ficava vivendo aquela angústia. O menino não podia gripar. Colocávamos ele na banheira. A hora que a água começava a esfriar tinha de tirar e ele xingava porque era nervoso, queria ficar brincando na água, mas não podia. Então passei esse período todo

⁵² A única informação conseguida sobre o coronel **Arthur Orlando da Costa Ferreira** é que ele formou-se pela Escola Militar de Resende, no Rio de Janeiro, na turma de 1946.

⁵³ Não foram encontradas referências substanciais sobre o **coronel Júlio Ribeiro Gontijo**. Consegui apenas a informação de que ele nasceu em 1918, em Arcos, Minas Gerais e que era uma espécie de “faz tudo” no gabinete de Jarbas Passarinho. (Fonte: www.veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_01041970.shtml, em 11 de maio de 2007).

com esse problema. Quando cheguei em Belo Horizonte, ele fez a cirurgia quando completou 9 anos e saiu tudo bem. Mas aí eu já não queria sair de Belo Horizonte. E, lá, eu comecei a escrever. Escrevia no *Jornal de Minas*⁵⁴. Escrevia todo dia, de terça-feira a domingo, só não escrevia na segunda -feira.

F – O senhor tinha uma coluna?

L – Tinha a coluna do Liberato. Contava causos do interior e fiz esse trabalho por 4 anos no jornal. Quando eu ouvi falar que ia criar o estado do Tocantins, eu quis vir embora para cá. Lá em Belo Horizonte, aconteceu um fato inusitado aconteceu que me fez voltar para o Tocantins e escrever por aqui. Eu fazia crítica literária e lia tanto livro que a minha coluna, às vezes era somente sobre livros. Um dia, escrevi uma crítica sobre um livro do Carlos Bernardes, que para mim, é o melhor escritor de Goiás. Ele já morreu. O livro chamava-se *Jurubatuba*. E eu fiz uma crítica muito boa. Não o conhecia, mas gostei do livro. Eu caí na besteira de dizer que, para mim, o regionalismo dele era superior ao de Guimarães Rosa. Aí a mineirada caiu em cima de mim. Um dia, o Carlos Bernardes me escreveu uma carta falando que eu tinha sido o único crítico que tinha entendido a mensagem dele e que, por isso, gostaria de me conhecer. Mandou o endereço dele. Um dia, resolvi ir a Goiânia, lá na Macambeira, onde hoje é setor Pedro do Rio. Cheguei lá, a figura do velho Carlos Bernardes me impressionou. Cigarrinho de palha, chinelo, criando macaco, papagaio, morava quase no mato. Quando o vi falei: “Eu queria falar com o Carlos Bernardes”. E ele virou de para mim e falou: “E você quem é?”. O semblante estava meio fechado, mas respondi que era o Liberato, de Belo Horizonte. Quando ele soube que era eu, mandou-me entrar e começamos a conversar. Falamos sobre os livros dele, sobre as colunas que eu mandava para ele também. Assim, me sugeriu que eu escrevesse em Goiânia. Inclusive contou que João Bento, que era um grande crítico e cronista da região, havia falecido. Mas eu expliquei que não dava uma vez que eu morava em Belo Horizonte. A sugestão dele, então, foi a de que eu escrevesse um ou dois textos para serem publicado no jornal goiano *Diário da Manhã*⁵⁵. Eu gostei da idéia, mas não conhecia ninguém desse jornal. Ele fez o seguinte: ligou para o jornalista Washington Novaes⁵⁶ e avisou a ele que eu estaria conversando com ele no dia seguinte. E eu fui porque já estava querendo me mudar para cá mesmo. O Washington Novaes me recebeu, sempre barbado, o óculos com cangaia. Olhou por cima dos óculos meio desconfiado e me pediu se eu havia marcado hora para falar com ele. Aí eu expliquei que quem havia marcado tinha sido o Carlos Bernardes. A primeira coisa que ele me pediu foi onde estava o texto. Aí eu perguntei de que texto ele estava falando. Ele disse: “Ele falou que você escrevia”. Eu fiquei meio nervoso, mas eu

⁵⁴ O *Jornal de Minas* foi fundado no começo do século XX. Era dirigido por Virgílio de Mello Franco e Afonso Arinos. Um dos colunistas ilustres desse jornal, já extinto, foi Sérgio Buarque de Holanda.

⁵⁵ O jornal *Diário da Manhã* de Goiânia foi fundado em 12 de março de 1980 por Batista Custódio dos Santos. O jornalista nasceu na década de 1930, na cidade de Caiapônia, à beira do Rio Araguaia. Foi adotado por frades agostinianos, que lhe deram formação cultural, com inclinação para a rebeldia contra os poderes políticos vigentes. Batista Custódio, ainda menino, foi levado para Goiânia. Ali, se destacou dos colegas, por sua bagagem cultural. O *Diário da Manhã* é um jornal de circulação diária e está em atividade até hoje. (Fonte: www.cff.org.br/revistas, e, 11 de maio de 2007).

⁵⁶ **Washington Novaes** nasceu em Vargem Grande do Sul, no interior de São Paulo, em 3 de junho de 1934. É um jornalista que trata com especial destaque sobre os temas de meio ambiente e culturas indígenas. Atualmente, é colunista dos jornais O Estado de S. Paulo e O Popular, consultor de jornalismo da TV Cultura, e realiza a série de documentários "Xingu - A Terra Ameaçada". (Fonte: http://wikipedia.org/wiki/Washington_Novaes, em 11 de maio de 2007).

realmente não sabia que tinha que levar um texto para o Washington ler. Foi assim que ele me explicou que era preciso um texto meu para passar pelo crivo do Conselho Editorial. Eu prestei-me a escrever ali mesmo. Emprestou-me uma Remington Hand, daquelas máquinas antigas. Trinta minutos depois entreguei para ele um texto. Eu lembro até o título “Voltando ao Torrão”. E deixei com ele. Ele deu uma olhada por cima e pediu se eu tinha telefone. Quando foi no dia seguinte, eu estava com o assessor do secretário de cultura de Goiânia, que era meu amigo, o Edemio Aires, quando Luzia, minha irmã ligou dizendo que o Washington Novaes tinha ligado e pedido para que eu entrasse em contato. Quando liguei para ele, me questionou se eu havia lido o jornal do dia. Eu disse que não. Aí ele me avisou que tinha colocado o meu texto na primeira coluna e mandou que eu levasse mais textos porque iam me contratar. Eu escrevi por mais de 4 anos no jornal *Diário da Manhã*. De Belo Horizonte, eu mandava pelo correio. Não tinha internet, não tinha e-mail, nada. Escrevia, datilografava. Depois fui para Dianópolis e fiquei muito tempo nisso. Hoje já tenho uns 20 livros publicados.

F – E por que o senhor levou 14 anos para se formar?

L – O problema é o seguinte. Na época, o salário era muito pequeno. Eu trabalhava na secretaria de apoio administrativo. Trabalhei muito tempo na diretoria geral do Ministério de Educação e Cultura. Quando chegava o mês de setembro, outubro, tinham as inspeções que fazíamos no Brasil. Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte. Eu sempre pedia para ir porque assim ganhava umas diárias para inteirar o dinheiro do leite dos meninos. Já tinha 2 filhos. E o resultado é que chegava setembro, outubro, eu trancava matrícula. Só fui retomar depois que eu fui para Belo Horizonte. De lá é que eu fui aproveitar os créditos e tudo. Acabei me formando em Belo Horizonte. Eu avisei ao meu pai que eu só voltaria para Dianópolis formado. Nunca pedi dinheiro a ele. Em Belo Horizonte, eu trabalhava pela manhã, das 6 horas às 8 horas. Eu fazia minha coluninha à tarde para publicar no dia seguinte. Às vezes, deixava para fazer à noite. No intervalo, quando eu não estava na escola técnica, eu ia fazer revisão numa editora. À noite, ia para a faculdade. O meu tempo era todo tomado. Fim de semana, escrevia três, quatro colunas e já as deixava prontas. Eu até escrevi um livro em três dias. Um livro infantil, *Pássaro de asa quebrada*. Estava aberto um concurso e de quinta para sexta-feira, eu vi o anúncio no jornal. Era o concurso João de Barro de literatura infantil⁵⁷. Resolvi encarar e escrevi a mão. Escrevi uma história sobre a ecologia, o amor aos passarinhos. Datilografei, passei no mimeógrafo. Mandei as cópias numa quinta-feira. Na sexta-feira eu escrevi, no sábado eu passei para o papel, domingo eu dei uma corrigida. Segunda-feira eu inscrevi o livro e eu consegui ficar em 3º lugar no concurso.

F – Isso foi onde? Em Goiânia?

L – Era um concurso nacional. Foi em Belo Horizonte ainda. Então mandei, afinal, só se aprende a escrever, escrevendo. Até vou ver se consigo uma editora para eu publicar uma 2º edição dele. Vou ver se as editoras Scipione, ou a Ática querem publicar porque é um livro paradidático. Tem um outro livro que escrevi em quatro dias. É a história de um

⁵⁷ Promovido desde 1974 pela Prefeitura de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria de Cultura, o Concurso Nacional de Literatura João-de-Barro é dedicado à literatura infantil e juvenil, premiando textos inéditos produzidos em todo o país. (Fonte: www.pbh.gov.br/cultura/joaoodebarro, em 11 de maio de 2006).

médium de Abadiânia⁵⁸ e o João é quem cura, que faz cirurgias. E, no mês passado, eu tive uma surpresa. Estava aqui no meu gabinete, quando um advogado amigo de Goiânia ligou dizendo que tinha chegado de Berlim e que tinha visto esse meu livro, lá, traduzido no alemão. Lá em Berlim. Na mesma hora pedi que mandasse para mim. O nome do livro é *João de Deus - Datos fenomenous from Abadiania*. Isso é muito bom porque a gente vai aparecendo e ficando conhecido. Eu sempre falo que o livro não precisa de licença para entrar em sua casa. É igual televisão. Você compra, você gosta, lê, grava o nome da pessoa. Às vezes, eu vou para o interior e, como tem a minha foto na coluna do *Jornal do Tocantins* as pessoas reconhecem, convidam para tomar café na casa delas. Isso me dá muita satisfação. O livro que te mandei, *História Didática do Tocantins* é usado por muita gente para estudar para concursos públicos. Pena que eu não tenho tino para política. Eu não sei mentir. Eu falo o que tenho de falar.

F – Então o senhor chegou em Goiás em que ano, definitivamente?

L – Cheguei em Goiás entre 1983 e 1984. Vim sozinho. Quando ouvi falar, que estavam apresentando emendas para criar o estado, aquelas que o Sarney vetou, eu fui para Dianópolis. Já tinha quase 20 anos de serviço público, mas larguei. Não tinha juiz na comarca. Eu fui dar aula de inglês, de português, de literatura em uma escola. Depois passei a advogar. Aí chegou um juiz, inclusive esse juiz foi chefe da Casa Civil do Tocantins, o doutor Renan de Arimatéa Pereira⁵⁹. Um dia, o doutor Renan me falou que ia abrir um concurso para juiz em Goiânia. Eu falei que não dava conta de fazer, que era complicado, difícil. Mas ele insistiu comigo, dizendo que eu raciocinava bem. Dessa forma, ele me botou dentro do carro, me levou até Goiânia, no Tribunal de Justiça de Goiás. Fez-me fazer a inscrição. Isso aconteceu em 1987. No dia 5 de novembro de 1987, nasceu a minha caçula que hoje está com 18 anos. O nome dela é Anaiá. A minha mulher deu à luz a ela em Brasília. Mas a história é a seguinte: fui para Goiânia fazer a prova. Fiz o chamado testeão, passei. Quando foi dia 5 de novembro, eu fui fazer a primeira prova escrita. Cheguei lá, fiz a prova de Direito Constitucional. Eu estava na casa de minha irmã Luzia, quando me ligaram no final da tarde, avisando que minha menina havia nascido. Peguei a caminhonete e fui para Brasília conhecer a menina. Era a primeira filha mulher, eu tinha três homens. Quando foi de madrugada, 5 horas da manhã, voltei para Goiânia porque às 9 horas do dia 6 começavam as outras provas. Eu fiquei, se não me engano, em 20º lugar, e eram mais de mil candidatos. Eu tinha apartamento em Brasília e avisei a minha mulher de que ela teria de ficar sozinha por uma semana porque eu precisava estudar em Goiânia e passar bem no concurso. As vagas eram poucas, somente vinte vagas. E eu já estava em 20º lugar, mas, se eu escorregasse, não passava. Estudava dia e noite e passei em 3º lugar. A posse aconteceria em janeiro de 1988. Foi quando o juiz Renan disse para eu ir até Goiânia para escolher uma comarca. Aí eu criei alma nova. Fui para Goiânia e lá o presidente do Tribunal, o desembargador João Canedo Machado⁶⁰ me recebeu logo. O desembargador disse que escolheria uma boa comarca para mim, mas eu falei que queria ficar no Norte mesmo. Tinha vaga em Taguatinga que havia ficado 9 anos sem um juiz, porque ninguém

⁵⁸ Abadiânia é uma cidade do interior de Goiás onde há um templo espiritual que, segundo freqüentadores, possui ótimas energias que são capazes de curar doenças graves.

⁵⁹ **Renan Arimatéa Pereira** foi juiz na cidade de Dianópolis e subchefe da Casa Civil do Tocantins nos governos de Siqueira Campos e, por um tempo, de Marcelo Miranda.

⁶⁰ O desembargador **João Canedo Machado** foi presidente do Tribunal de Justiça de Goiás no período de 1987 a 1989.

agüentava ficar por lá. Eu não queria ficar em Dianópolis, porque ser juiz da comarca do seu próprio município não é muito bom, ainda mais numa região muito complicada. O desembargador me alertou que, em Taguatinga, ainda mais por ser ano político, os políticos costumavam falar mal dos outros no palanque, ofendendo as honras das mulheres casadas e tudo. Respondi que comigo isso não aconteceria. De Goiânia para Taguatinga eram 15 horas de viagem de carro. Não tinha asfalto. Era uma buraqueira. Eu tomei posse, mandei o termo de posse para mostrar minha identidade. Acabou que fiquei por lá 10 meses. Com 11 meses fui nomeado desembargador. Lá era tão perigoso que os juizes, quando saíam eram rotulados. Tinham duas famílias no comando, como aqui, os Almeidas e os Carmo. E eram tão políticos, que se uma pessoa ficasse hospedada na casa de um Carmo, o Almeida não visitava, e vice-versa. Uma vez, eu era menino, fui passar férias na casa de tio Dirceu, que era Almeida. Num domingo, eu disse ao tio Dirceu que ia almoçar na casa de um colega. Almocei na casa de Tarcílio do Carmo, quando ele soube que eu tinha almoçado com o Tarcílio do Carmo, mandou pegar as minhas malas e ir embora. Logo que assumi, botei na cabeça que não podia tomar partido, porque senão minha carreira acabaria ali. Chegou o presidente do PMDB. Era MDB e PDS. O candidato a prefeito chegou no gabinete dizendo que o último juiz que teve lá tinha sido um coronel, o coronel Abreu, que não ia na casa de ninguém. E me convidou para almoçar na casa dele. Eu aceitei. À noite, fiquei pensando que se eu fosse almoçar na casa do presidente do MDB, o outro lado me crucificaria. No dia seguinte, antes do almoço, fui até a casa de um amigo de escola, o Tônico, que era o presidente do PDS. Eu o convidei para almoçar comigo. Então, cheguei na casa do presidente do MDB com o presidente do PDS. Ninguém comentou nada. Na época da convenção, Siqueira foi candidato a governador, e o José Freire do outro lado. O vice do Freire, inimigo do Siqueira, era o Brito Miranda.

F – O senhor está se referindo a qual convenção?

L – Convenção de partido mesmo. Convenção para prefeito, para vereador e tudo.

F – Depois da criação da Tocantins?

L – Foi na criação. A primeira eleição. Eu reuni todo mundo e falei que Taguatinga tinha o péssimo costume de ofender a honra dos outros. Avisei que eu iria assistir a todos os comícios e que se alguém abrisse a boca para falar qualquer palavrão saía dali algemado. Por conta disso, foi uma eleição tranqüila. Faltando uns seis, sete dias para a eleição, chegou na minha casa o Siqueira Campos, o Carlos Patrocínio, candidato a senador, e o Moisés Abrão me convidar para o comício que fariam. Eu avisei que iria. E, nesse dia, Siqueira me falou que ia precisar de mim no judiciário do novo estado e eu me coloquei às ordens. Eu não tinha intimidade nenhuma com ele. À noite, ele mandou me chamar para o jantar. E eu, sem imaginar a consequência disso, fui jantar. Perdi até a fome, quando lembrei que eu estava jantando com um candidato a governador. Achei que iam dizer que estava fazendo campanha para ele. Veio isso na minha cabeça e fiquei preocupado. Dois dias depois, chega o José Freire, candidato opositor de Siqueira. Fez-me uma visita, não me chamou para jantar. Não me chamou para o comício. Foi embora. Eu tratei-o bem, tudo direitinho, mas fiquei na dúvida. Resolvi, então, dar uma de doido. Na hora do jantar, peguei o carro. Fui a uma chácara cheia de gente. Chegando lá, perguntei pelo deputado José Freire e mandei avisar que o juiz estava lá. Ai eu falei: “Vocês não me convidaram, mas eu vim”. Ele disse não saber que eu queria participar. Acabei jantando com ele também. Às vezes, há situações em que temos de tomar decisões salomônicas, que não

estão na lei, mas que precisamos decidir para dar certo. Inclusive uma outra decisão eu lembro muito bem. Em toda cidade do interior tem aquele negócio da mulher chegar e reclamar para o juiz que o marido bateu, aí a gente manda prender e por aí vai. Um dia, eu estou em casa, quando chega uma senhora chamada Sebastiana. Toda machucada. Ela pediu para que eu prendesse o marido dela porque ela tinha feito a feira e o marido tinha dado um jeito de sumir com a feira, tinha bebido cachaça e batido muito nela. Ela estava com o menininho todo remelento. Aí eu mandei o sargento França buscar o marido dela, o Domingos Chorão. Mandei que ele ficasse preso até curar a bebedeira. Isso foi pela manhã, quando foi à tarde, chovia uma garoa, ela chegou novamente com o menininho. Pedi-me onde estava o marido e eu respondi que tinha mandado prender conforme ela havia pedido. Ela disse que eu não podia fazer isso com ele porque ele era o pai dos filhos dela. Aí eu perguntei ao sargento o que ele achava que eu deveria fazer. Ele me explicou que isso acontecia todos os dias. Ela apanhava, mandava prender e depois mandava soltar. E isso acontecia quase todos os dias com outras pessoas também. O juiz não tem sossego não. Então mandei buscar o Domingos. Mandei que ele pegasse o menino. Nesse momento, a dona Sebastiana confessou que ela é quem estava errada, que ela é quem tinha provocado o marido. E eu, como queria dar uma lição nela, disse que já que ela tinha confessado o erro, ela é quem iria para a cadeia. Pedi para o Domingos pegar o menino e ir embora. Deixei-a presa por três dias. Nunca mais tive problema de mulher se queixar do marido.

F – Foi uma boa saída.

L – Exato.

F – E o senhor se diz goiano ou tocantinense?

L – Olha, eu nasci goiano e a Constituição me tocaninizou.

F – Mas o senhor se considera tocantinense?

L – Tocantinense, sim. Mesmo porque é um sonho antigo. Sou tocantinense.

F – O senhor participou de algum tipo de manifestação em prol do Tocantins?

L – Não, mas sabe por quê? Na época da CENOG eu não morava em Dianópolis. Eu era menino.

F – Não participou de nenhum movimento da separação?

L – Eu era menino. Depois vieram outros movimentos e eu já estava em Belo Horizonte.

F – Então o senhor se envolveu com o Tocantins por conta do concurso?

L – Exatamente. E como eu sou conhecedor da história, sou um pesquisador empírico, fiquei sabendo da história do estado e comecei a pesquisar, a ler. Tanto é que com relação à história do Tocantins, eu estive em Portugal junto com outros pesquisadores, não para escrever a história, mas para confirmar os dados que eu tinha. Para alguma coisa que se referisse à província altomarinha, Theotônio Segurado, entre outras coisas. Mas a história que eu sei do Tocantins, não vou dizer que é por ouvir dizer, mas foi pesquisa que eu fiz através de obras e assim por diante.

F – O senhor teve em Portugal em que época?

L – Foi 2000. Eu estive em Lisboa, em Moura, que é a terra do Theotônio Segurado, em Porto também. A outra visita que fiz já não tinha nada a ver com Tocantins. Eu tinha o fim de semana livre, aproveitei e fui à Ilha da Madeira.

F – Que é muito bonita.

L – É, muito bonita. Lá tem 300 túneis escavados na pedra. Segundo me disseram são 300 túneis tirados de dentro da pedra. Fui eu, a Kátia Rocha, o Luis Pires⁶¹, o Marcos Villas Bôas, o Tião Pinheiro. Fomos a Paris por conta de que tinha de pousar em Paris, o avião não pousava em Lisboa. Ficamos 2 dias lá.

F – Mas a missão era...

L – A missão era para saber mais sobre o Tocantins.

F – Theotônio Segurado.

L – É. Theotonio Segurado.

F – Mais adiante vou questioná-lo sobre Theotônio. Agora eu gostaria de saber se, no momento da criação do estado, o senhor estava aqui.

L - Sim, eu era juiz de Goiás. Quando criou o estado, eu fui nomeado dia 10 de janeiro de 1988. E, em 1º de janeiro de 1989, fui nomeado desembargador. Então, quando criou o estado em outubro, eu presidi as eleições.

F – Na verdade, foi monitorada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.

L – Sim, o TRE de Goiás comandou porque nós não tínhamos estrutura. Nós não tínhamos legislação nenhuma, então, a primeira medida foi adotar a legislação de Goiás como subsidiária, porque era uma obrigação nossa até que fossem criados os mecanismos das leis aqui no Tocantins. Eu tenho todas as leis de 1989 para cá. Tem muita lei importante, mas tem muita também que é só perfumaria mesmo. As eleições do Tocantins foram atípicas, só para dois anos de mandato. Dois anos de mandato para governador, que é o mandato tampão, dois anos de mandato para o senador menos votado e quatro para os dois mais votados. Ficou o Maya⁶² dois anos, o Patrocínio quatro anos e o Moisés Abrão Neto também quatro anos. Siqueira, em 1990, terminou o mandato dele. E foi quando o Moisés Avelino entrou. A disputa com Avelino foi a única eleição em que o Siqueira disputou sem estar no poder e perdeu.

F – No momento da criação, qual foi a reação do povo daqui?

L – A reação da população, daqueles mais ligados aos movimentos libertários, foi uma bomba no bom sentido. Porém, houve um descrédito da parte do Judiciário e até do direito municipalista. Houve uma certa preocupação porque o sul é uma determinação geográfica. Você pode ver que no Rio de Janeiro a Zona Sul é melhor que a Zona Norte, em São Paulo também, a não ser nas regiões do nordeste em que as capitais ficam mais ao norte. Mas no

⁶¹ **Kátia Rocha** e **Luis Pires** são assessores particulares do ex-governador Siqueira Campos. Ambos, durante o período de governo de Siqueira Campos, ocuparam altos cargos sempre com grande destaque.

⁶² **Antônio Luiz Maya** é natural de Porto Nacional, estado do Tocantins. Nasceu em 18 de dezembro de 1926. É professor por profissão, mas cumpriu mandato como Senador do Tocantins na primeira eleição do estado. O seu mandato foi o mais curto durando apenas de 1989 a 1991 por ter sido o menos votado. (Fonte: www.senado.gov.br/senadores, em 11 de maio de 2006).

Brasil como um todo, o Sul é mais desenvolvido que o Norte. No município de Arraias, por exemplo, houve um movimento para que ficasse em Goiás e não pertencesse ao Tocantins. Só que para chegar em Arraias, que estava dentro do Tocantins, tinha que passar por Goiás. Houve esse movimento porque Arraias ficava perto de Goiânia e perto de Brasília, assim ficava mais perto para conseguir crédito. O Tocantins, acima do paralelo 13, de Alvorada para cima, era considerado o celeiro de arrecadação de impostos. Arrecadavam-se os impostos que eram levados para Goiânia e aplicava-se no Sul de Goiás. O Sul então se desenvolveu, quer seja na pecuária, agricultura, quer seja na indústria, no entanto, esse desenvolvimento se deu em função dos impostos arrecadados aqui. Eles tinham uma visão um pouco vesga porque não sabiam enxergar o futuro, pensavam somente que ali não tinha estrada. Para se ter uma idéia, a margem direita do rio Tocantins, que é onde nós estamos hoje, só tinha 9 km de asfalto, enquanto que a margem esquerda tinha a Belém-Brasília. Esses 9 km eram exatamente entre Arraias e Campos Lindos que ainda estavam em Goiás. Os juízes começaram a ter um medo tão grande porque a lei facultava aos juízes que estivessem aqui na região que hoje é o Tocantins, que Arraias, Itaguatinga, Filadélfia, Tocantinópolis, Araguaína, a opção de voltar a Goiás. De quinze juízes, só oito ficaram aqui. Os outros voltaram para Goiânia por medo de não haver dinheiro para receber. Eles não sabiam que a arrecadação forte, ia ficar aqui. Também o Sarney botou o pé na parede não cumpriu com a obrigação constitucional de pagar, durante 10 anos, o funcionalismo como aconteceu com Rondônia e o Mato Grosso do Sul. Ele não deu o dinheiro. Então, se teve que pagar os funcionários com recursos próprios. Goiás tinha toda a máquina fiscal funcionando e, nós, não. O pessoal que ficou aqui era insuficiente. Aí é que entra o que eu chamo de tino administrativo do Siqueira que criou mecanismos de arrecadação sem sacrificar o povo, mas de forma que tudo ficasse aqui. Nós começamos a ser mais bem remunerados que Goiás, não se atrasou um dia sequer o pagamento e, em Goiás, às vezes, nós, juízes, ficávamos três ou quatro meses sem receber. Aqui o pagamento saía religiosamente. Os outros mais otimistas pensaram que se os impostos arrecadados aqui ficariam aqui, nós iríamos para frente. Teve, também, a história das três cidades brigando para ser a capital. Araguaína, Gurupi e Porto Nacional. Novamente veio o Siqueira que já tinha conjuminado com o Sarney e falou que para acabar com essa briga ia colocar de capital a cidade de Miracema que não estava brigando e, também, por ficar perto do centro geodésico do estado. De lá ficava apenas a 80 km o local da provável capital o que facilitaria a construção. Tanto é que Miracema ficou no período de pouco mais de um ano e nós instalamos o Tribunal e os poderes todos aqui, em Palmas. Vínhamos todas as manhãs para cá e, à tarde, voltávamos para Miracema.

F – Como o senhor avalia a questão da criação de Palmas? Havia essa necessidade, foi positivo?

L – Foi positivo sim, num ponto. É o mesmo caso de Brasília. Houve críticas a JK porque estaria jogando dinheiro pelo ladrão e estava gastando à toa. Mas acontece o seguinte: o Siqueira teve uma visão muito feliz nesse particular porque, para você ter uma idéia eu conheci Palmas, quando tinha apenas um barracão de madeira lá onde é o bairro de Taquaralto. A gente até gozava do primeiro prefeito de Palmas, o Fenelon, dizendo que ele escrevia “bem-vindo a Palmas, capital ecológica do novo século”, aí a gente passava por debaixo da placa e olhava para trás e dizia “Palmas agradece a sua visita. Volte sempre!” porque a cidade já tinha acabado. Porém, foi positiva no sentido de que, no momento em que foi instalada uma nova capital no papel e no chão, irradiaria o progresso numa região

em que não havia nada, obrigava os empresários a investir aqui. E eles acreditaram. É claro, veio muito picareta para cá, muito aventureiro, pseudo-fazendeiro, pseudo-agricultor, pseudo-comerciante, mas no arrebentar das cordas foi muito positivo, porque se tivesse sido escolhida uma cidade como Araguaína, ficava do mesmo tamanho. Se tivesse escolhido Porto Nacional ia inchar a cidade. Gurupi, da mesma forma. Principalmente porque é uma cidade à beira de uma rodovia. Então, foi muito feliz essa escolha. Por quê? Porque construiu, Palmas se pagou. Com o slogan “a livre iniciativa” todo mundo veio para cá. Claro, muita gente aproveitou, até hoje têm lotes fechados, quadras fechadas de gente que comprou para fazer especulação imobiliária, mas no fritar dos ovos, foi muito positivo. Hoje você tem, em qualquer lugar que você vá, asfalto. Isso obriga o governo, fica muito vergonhoso para o governador ter uma capital aqui com 60 quilômetros de estrada de chão. O ponto positivo, para mim, foi no sentido de ser o pólo de irradiação do progresso.

F – E o que o senhor enxerga como negativo nessa construção?

L – De negativo mesmo, só o impacto inicial dos gastos da construção. Mas isso é normal. Você não vai instalar uma capital sem construir um palácio do governo, sem construir secretarias. A não ser o palácio, o restante das secretarias não tem aquela opulência das secretarias de outras cidades. São todas padrão. Você vai ao Rio de Janeiro, pega o antigo ministério da fazenda, aquele negócio barroco, colonial, outro construía secretaria da agricultura mais bonita ainda. Aqui não. Padronizou tudo. Eu não acho que houve fator negativo nenhum para Palmas.

F – O senhor é autor do Hino Estadual?

L – Sim, sou.

F – Como surgiu a idéia de escrever esse Hino? Foi uma encomenda? Foi uma livre iniciativa?

L – Não, foi o seguinte. A doutora Ana Braga⁶³, que é uma das mulheres mais sensacionais que a gente conheceu aqui, era secretária da cultura, subsecretária, parece. E ela foi até o governador e falou que o estado precisava ter um hino. Ele (Siqueira) é muito vaidoso e achou a idéia muito boa. E aí a secretaria publicou um edital em nível nacional e me convidou para concorrer. Num primeiro momento eu não aceitei porque nunca tinha feito um hino. Mas ela disse que era para fazer somente a letra. Como era só a letra, resolvi concorrer. Não teve prêmio, não teve nada. Foi amor à arte apenas. Não sei quantos concorreram. Sei que eu concorri e ganhei a porcaria do hino. E depois o cara musicou. Até adaptou uma música que já havia. Depois teve um processo para incluir o hino como símbolo do estado. Foi aprovada uma lei e ele virou até capa de livro.

F – Lei número 977/98.

⁶³ **Ana Braga** nasceu na cidade de Peixe, estado do Tocantins (a data de nascimento não foi informada). Em 1944, foi contratada como escrituraria na Secretaria da Fazenda de Goiás e em 1947, foi eleita vereadora da primeira legislatura municipal de Goiânia. Em 1959, foi eleita deputada estadual por Goiás, representando a região Norte. Ana Braga é graduada em advocacia, e em história e geografia pela Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Goiás. Ajudou a fundar escolas e como deputada passou a criar comitês femininos. Ana Braga foi Procuradora Geral do Estado de Goiás, ajudou a fundar a Academia de Letras do Estado do Tocantins, foi co-fundadora da Academia Feminina de Letras de Goiás. Atualmente, reside em Goiânia e escreve livros. (Fonte: www.seduc.to.gov.br, em 11 de maio de 2007).

L – Isso aí. Mas não foi iniciativa minha. O hino foi um concurso feito na época. Não me recordo quem foi finalista. Só sei que um dia a Ana Braga me avisou que o meu hino havia vencido.

F – Quanto tempo foi do momento em que você se inscreveu até o momento do resultado?

L – Não me lembro. Eu sei que não foi muito tempo. Tudo aqui era feito no afogadilho. Num desses artigos que eu escrevi, chamado sintomaticamente de “Mea Culpa” eu digo que o estado como foi criado, se fosse cumprir a lei a ferro e fogo, não construía nada. Então, o Executivo teve que ter a complacência do Judiciário e do Legislativo no sentido de favorecer a criação. A gente tinha que passar por cima de leis, às vezes, porque se fosse construir qualquer coisa, se fosse fazer uma desapropriação dentro da lei, levava anos até julgar, ir para o Supremo e tudo. Então foi feito, assim, a ferro e fogo. Rondônia também foi assim. O Teixeira⁶⁴, lá, fez o estado nessa base. No entanto, passados 5 anos, o Poder Executivo estava formado, o Judiciário e o Legislativo tornaram-se independentes. Não se apadrinhava mais o Executivo a ponto influir e mandar em concurso. Nesse artigo, inclusive tive a coragem de dizer que fui culpado também por essa intromissão do Executivo no Judiciário. No momento que eu era do Judiciário, não gritei. Mas se eu tivesse gritado, o estado não ia pra frente. Quando senti que o estado podia caminhar com suas próprias pernas e o Judiciário podia ter sua autonomia, comecei a gritar pela sua independência. Porém, não se deve tirar o mérito do Siqueira. Ele ia enfrentar 10 anos sem recursos. Ia enfrentar construir uma capital. Como costume dizer, as coisas e as pessoas passam. A vida da gente passa. O império romano imperou no mundo inteiro. Passou. O império britânico, onde o sol nunca se punha porque anoitecia aqui e estava amanhecendo no Japão. Lá na Ásia era a possessão inglesa. Assim, se tudo passou, os nomes também passam. Por isso, fiz questão de colocar e, ali, eu coloco com certa precisão, o problema dos concursos, quando ele indicava os nomes do Ministério Público, aqui, para o Judiciário, exatamente para ter sustentáculos políticos. Isso é questão de sobrevivência. Poder é isso. A Igreja sobreviveu na época da Idade Média com a Inquisição. Através do medo, da intromissão. O Rei não podia ser coroado se não fosse pelo Papa. Lembro do Henrique VIII ou Henrique VI que foi para Canossa. Ele desobedeceu o Papa e o Papa botou-o para pedir esmola uma semana em Canossa. Por isso, tem a expressão “foi à Canossa”. Humilhou. Isso é tudo sede de poder. Você vê esses políticos todos aí brigando. Tudo isso é poder.

⁶⁴ O coronel **Jorge Teixeira de Oliveira**, mais conhecido como Teixeira, foi um dos políticos que marcaram a história da cidade de Manaus e do estado de Rondônia. Ele foi nomeado prefeito de Manaus em 15 de abril de 1975. O responsável pela nomeação foi o governador Henock da Silva Reis. Teixeira recebeu a Prefeitura de Manaus das mãos do presidente da Câmara Municipal e prefeito interino, Ruy Adriano de Araújo Jorge. Na época, Manaus começava a despontar em termos de crescimento econômico, geográfico e populacional, após a instalação da Zona Franca de Manaus, em 1967. Uma de suas atribuições foi criar o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), que foi logo transformando em lei e posto em execução. Teixeirão foi também o último governador do antigo Território Federal de Rondônia e o primeiro governador do novo Estado. Foi nomeado pelo presidente da República João Baptista de Oliveira Figueiredo, assumindo o cargo em 10 de abril de 1979. Sua principal tarefa era transformar o Território Federal de Rondônia em Estado. No dia 16 de dezembro de 1981, o projeto de lei complementar nº 221 -A/81, foi aprovado na Câmara Federal, dando origem a Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, que criava a nova Unidade da Federação, o estado de Rondônia. Teixeira foi empossado no cargo de governador do estado de Rondônia, no dia 29 de dezembro de 1981, em Brasília. A sua era começou em 10 de abril de 1979 e se estendeu até 1985. (Fonte: www.portalamazonia.globo.com, em 11 de maio de 2007).

Mas o poder é cíclico. Hoje mando eu, amanhã manda você. Por isso, o Siqueira tem raiva de mim, hoje, porque eu defendo a rotatividade.

F – Falando em poder, hoje governa um, amanhã governa outro, vamos falar do seu governo interino.

L – Não, o meu foram poucos dias.

F – Foram poucos dias e qual foi a situação que o colocou ali?

L – O Siqueira se licenciou para tratamento de saúde e o vice-governador, como foi um período, parece que agosto, estava dentro do período da eleição e se o vice assumisse, não podia se candidatar.

F – Quem era o vice?

L – Na época era Darci Coelho. O Darci Coelho viajou com o Siqueira. O presidente da Assembléia Legislativa, que era o Raimundo Boi, também se licenciou para se candidatar, então sobrou para o presidente do Tribunal. Eu, como não tinha negócio de reeleição, assumi durante 23 dias. Foi um governo inteiramente atípico, porque eu saía às vezes, e, é claro, fazia uma malandragem. Eu fui visitar minha cidade de Dianópolis e assinei um decreto convidando Dianópolis para ser capital do estado por um dia. Tem até uma placa lá. Isso não era bem....

F – Abuso de poder?

L – Abuso de poder. Eu era muito de sair, não ficava no palácio. Eu pegava a caminhonete. A casa oficial era ao lado do Palacinho (o palácio provisório). À noite, eu de bermuda, a minha turma ficava bem por aqui, onde hoje é o TRE, onde tinham os alojamentos, morava nos alojamentos. Então, eu pegava a caminhonete da segurança, entrava de bermuda e ia tomar cerveja com a turma. Um dia, eu estou tomando cerveja, quando chega o chefe de segurança e me arrastou me chamando de doido, dizendo que iriam me matar. Ele proibiu o guarda de me deixar sair. Se eu quisesse sair o guarda me segurava, em nome da segurança. Uma noite, fui sair e o guarda me cercou. Aí eu falei que se ele não me deixasse sair eu o demitiria porque eu era o governador. Foi engraçado. O meu governo foi apenas uma transição de poucos dias onde assinamos uns convênios e nada mais. Teve até um fato curioso que o prefeito do município de Lizarda foi me procurar no palácio. Sabia que eu era do Tocantins mesmo, primeiro governador do estado, e disse que queria estrada na sua região porque a situação estava muito ruim. Aí eu falei que, se a situação estava tão ruim e se fizesse uma estrada, todo mundo ia ir embora de lá. Eu brincava muito com o pessoal.

F – Isso lhe mostrou que, definitivamente, não tinha talento para política? O senhor se considera um político?

L – Político talvez, mas não sei se seria naquela teoria do Maquiavel⁶⁵. No jogo de cintura tudo bem porque eu não fico em situação difícil. Eu sou político no sentido sociológico da palavra. Mas político no sentido atual, chulo, que tem aí, não sou não. Eu não sou de falar para você uma coisa hoje e amanhã falar outra. Tomo uma posição. Até sou muito flexível. Às vezes, eu dou um voto num texto fundamentado e um outro desembargador dá um outro voto. Se eu concordar com ele, eu tiro o meu voto e vou com ele. Dentro do bom senso, logicamente, porque justiça para mim, é bom senso. Porém, sou intransigente em questão de moral. Se eu dou uma palavra, palavra que sai da minha intuição, da minha convicção eu não mudo.

F – Em que situação administrativa o governo se encontrava quando o senhor assumiu?

L – Estava tranqüilo. Era o final de mandato do Siqueira. Em 1990, teve as eleições em outubro. O estado não tinha dívida. Tinha só um ano e sete meses de criação. Então, não tinha ainda nenhuma casa que inspirasse medo ou preocupação.

F – Esse cargo impulsionou, de alguma maneira, a sua carreira de juiz?

L – Não. Nós somos regidos por uma lei chamada Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN)⁶⁶. O juiz, o desembargador, o ministro, tudo é a mesma coisa. A lei é uma só. A “importância” só sobe na cabeça das pessoas. A pessoa que ascende a um cargo e pensa que é o dono mundo, para mim não serve. Nós temos colegas aqui, sem citar nomes, que o dia que passou a desembargador, não atende mais a ninguém, não conversa com ninguém. Isso é uma grande bobagem. Tem desembargador aqui que só vem de terno e gravata. Eu até sapato sem meia venho. Nas sessões, vou do jeito que estou aqui. De sapato mocassim, sem meia. Pego minha beca, ponho uma gravatinha. Para mim não muda nada. Quanto mais a pessoa cresce, mais humilde ela tem que ser. Isso não denigre a figura da pessoa. Se você, por exemplo, chegar numa praia do Rio de Janeiro, encontrar um camarada de shorts, jogando bola, tomando cerveja e disserem que ele é um desembargador, isso é normal porque é um ser humano também e precisa disso. Você não vê desembargador em outros lugares aí a não ser de gravata, motorista. Eu, por exemplo, não tenho motorista por duas razões: primeira porque eu sei dirigir, e segunda porque motorista, secretária, cozinheira, empregada são um ouvido a mais para ouvir o que a gente tem a falar. Quem derrubou Collor, foi uma secretária e um motorista. Quem derrubou Palocci e o presidente da Caixa, foi um caseiro. Por isso, digo que a sabedoria do sertanejo é sofismática: a gente só tropica em pedra miúda. O fato de eu ter subido a desembargadoria, não me aumentou em nada. Só

⁶⁵ A teoria política de Maquiavel foi sempre muito criticada. Em seu livro *O Príncipe*, o autor afirma que para permanecer no poder, o líder deve estar disposto a desrespeitar qualquer consideração moral, e recorrer inteiramente à força e ao poder da decepção. Diz, ainda que ao assumir o poder deve cometer todas as crueldades de uma só vez, para não ter que voltar a elas todos os dias. Maquiavel também ensinou que é importante ser amado e temido, porém, é melhor ser temido que amado. O medo de ser punido é um sentimento que não pode ser modificado ou ignorado tão facilmente. Maquiavel afirma que, se necessário, um governante deve mentir e trapacear. O autor declara que é melhor para um líder caluniar do que agir de acordo com suas promessas, se estas forem resultar em conseqüências adversas para sua administração e seus interesses. Da mesma forma que Maquiavel acreditava que os líderes deveriam ser falsos quando preciso, ele os aconselhava a ficarem atentos em relação às promessas de outros: eles também podem estar mentindo caso seja de interesse deles. (Fonte: www.10emtudo.com.br, acessado em 11 de maio de 2007).

⁶⁶ A Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN) rege, basicamente, a estrutura e a competência da organização judiciária brasileira. Na legislatura nacional é a Lei Complementar nº 35/79.

aumentou o salário. Jamais deixo de atender a alguém. Quando você falou comigo, na mesma hora aceitei. Quando você falou que precisava de calma para conversarmos, cancelei tudo o que tinha para fazer hoje. Você estava vindo do Rio de Janeiro para falar comigo, o mínimo que eu podia oferecer a você era respeito. Você está aqui conversando comigo, pode não sair nada que preste para você. Pode espremer e não sair nada, mas pelo menos, eu me comporto como se eu fosse um igual a você. E pode até ser que você seja melhor do que eu. Não importa se fulano é ministro. Ele é igual a todo mundo. Ele come, ele bebe, toma banho, vai no banheiro, faz xixi. O que muda na pessoa é a cabeça.

F – Está certo. Mudando um pouco de assunto, o senhor também é membro fundador da Academia Tocantinense de Letras (ATL).

L – Exato. Fui presidente duas vezes.

F – O senhor acha que a ATL trouxe algum tipo de contribuição para se definir a identidade do povo tocantinense?

L – A ATL, a Academia Brasileira de Letras, a Academia Goiana de Letras, não passa. Eu fui para essa Academia meio na marra, porque é mais coisa de massagem de ego. A Academia Brasileira de Letras é o chá das cinco. Que contribuição a Academia traz efetivamente? Nenhuma. É só para dizer que pertence a ela, porque todo estado tem uma Academia. E, por isso, resolvemos ter a nossa também, embora reconheça que têm muitos valores, muita gente boa. Para você ter uma idéia, amanhã tem uma sessão na Academia, e eu não vou. Por quê? Porque no horário da sessão da Academia, sessão administrativa, tem também uma sessão aqui de réu preso. Eu não vou deixar de soltar um pai de família para ir lá ouvir blábláblá. O dia que tem condição eu vou. A Academia traz benefícios, mas é uma coisa pró-forma. Eu não sou contra a Academia. Uma das vezes que a presidi, sabe o que fiz? Todo mês eu reunia os membros. Fretava o ônibus com o meu dinheiro. Reuníamos-nos em cidades históricas como Paranã. Uma semana antes avisava o prefeito que a Academia Tocantinense de Letras ia se reunir na cidade dele. Ele arrumava um salão para nós. Arrumava hospedagem. Eu fazia uma Academia com poesias, com récitas e pegar os vultos históricos remanescentes. Por exemplo, pega os tetranetos de Joaquim Theotônio Segurado para dar um diploma para eles. Levei a Academia em Dianópolis, em Arraias, Porto Nacional. Todas as cidades históricas do Tocantins conheceram a Academia. Convocava o pessoal, o governo ajudava. Às vezes, eu pedia ônibus emprestado para a empresa Transbrasiliiana, às vezes, pagava do meu bolso. Então funcionava. Eu acho que a Academia funcionaria melhor, no momento em que levasse até o povo, como o Marcelo Miranda está fazendo com esse programa de governo.

F – “O governo mais perto de você”

L – “O governo mais esperto que você”. Eu falo pra ele que é mais esperto que você, porque ele está indo lá. A Academia funcionaria assim. Sempre fui muito revolucionário nesse ponto. Quando governei o estado, viajava muito. Quando ia para algum lugar, uns 3, 4 dias antes, mandava uma pessoa na frente para ver quais eram as necessidades. Quando eu chegava para visitar a cidade, eu assinava um convênio para construir aquilo que precisassem como posto de saúde, por exemplo. Tem que funcionar uma espécie de serviço de informação. É o caso da Academia. Leva a Academia nesses lugares, nesses centros mais avançados aqui do estado para mostrar a importância de ler, de escrever. A Academia funciona, no meu modo de entender, volante. Uma Academia cigana, peregrina. E não uma

Academia que nem sede tem. Muitos imortais são iguais aos desembargadores aqui. Fizeram *lobby* e puxaram o saco para ser desembargador. O dia que conseguiu, tem sessão, não comparece. Mesma coisa a Academia. Tem gente que tomou posse e nunca mais apareceu. Como exemplo te digo o Darci Coelho, o Brito Miranda, o Siqueira Campos foram colocados porque não tínhamos escritores. Criamos umas cadeiras que eram sufragadas pelos antigos, o Joaquim Theotônio Segurado, o Feliciano Machado Braga, o Lysias Rodrigues, para botar uns nos lugares dos outros. Se a Academia tivesse mobilidade, tivesse recursos, seria muito bom, mas para promover um concurso de poesia, um concurso de romance. Eu ganhei dois concursos de romances aqui, mas não foi pela Academia, foi pela Secretaria de Cultura. Sou acadêmico, sou imortal. E sempre digo que o acadêmico imortal não tem uma banda de couro para morrer em cima. Por isso é imortal.

F – Já que o senhor tocou no assunto de Theotônio Segurado, enfim, vamos falar um pouco sobre ele. O senhor acredita que Segurado realmente foi um dos pioneiros na questão do tema de separação? O senhor acha que a história dele se legitima?

L – Não. Quem eu acho que legitima é aquele de Arraias, o Felipe Antônio Cardoso. Mas o Theotônio Segurado, e, eu tive a oportunidade de ver isso quando eu tive em Portugal, era um homem muito inteligente, muito fiel à Coroa Portuguesa. Ele não queria a independência, ele queria que a província ficasse independente, mas para ele tomar conta, tanto é que nos editais, nos manifestos dele, ele dizia “viva o Rei Dom João VI”. Ele era um zeloso português. Agora, o Felipe era brigadeiro, era título da época da Guarda Nacional do Dom Pedro II. Meu avô pertenceu a essa Guarda. O Felipe queria, sim, a independência do Tocantins. Na época, não se falava em Tocantins, mas ele queria a independência da região. O Theotônio Segurado não era brasileiro, era português, nascido em Moura, Portugal. Quando estive lá, vi a pia batismal dele. Mas, voltando, ele não tinha aquele interesse nativista. Ele morreu aqui, depois que voltou de Portugal, onde não teve o apoio do rei Dom Miguel, que era irmão de Dom Pedro. Ele não teve o apoio lá e foi jogado para escanteio. Ficou no ostracismo e voltou para cá. Era um camarada igual ao Siqueira Campos, muito empreendedor. Ele é que abriu as vias de navegação, as vias fluviais daqui para Belém. Ele levava couro e trazia sal. O que não tinha aqui ele trazia, o que tinha aqui ele levava. Comprou muitas fazendas, era um homem muito rico, porém era interesseiro. Ele fez esse movimento de divisão para ficar tomando conta. Criou a primeira comarca aqui de Serrão das Duas Barras, lá em Tocantinópolis, onde hoje é Marabá. Depois viu que ficava muito distante, trouxe pra Paranã, Serrão da Palma. Ele queria era mandar, enquanto que o Felipe Antônio Cardoso queria a independência da região.

F – No material que tive acesso, quase não se fala no Felipe.

L – Não. Fala muito pouco. Ele foi preso. O Theotônio não sofreu nada. Sanção nenhuma. A única coisa que ele sofreu foi o assassinato dele pelo amante da Bruna Coutinho, mulher dele, o Vital. O outro não. O Felipe sofreu. Para mim, o grande incentivador da criação não foi o Theotônio. Ele foi quem empreendeu o melhoramento da região criando a comarca do Norte e uma série de coisas, mas o sentimento de independência mesmo foi o Felipe Antônio Cardoso, que era tocantinense de Arraias.

F - Como o senhor avalia o político Siqueira Campos? Qual é a sua impressão? O senhor conviveu com ele durante bastante tempo. Gostaria de ouvir a sua opinião a respeito.

L – Siqueira Campos como político é uma pessoa insuperável. Quando ele é amigo, é amigo até o âmagô. Quando ele é inimigo, é inimigo até o âmagô, quando convém. Siqueira Campos é o tipo do camarada que no dia do seu aniversário, no aniversário da sua mulher, no aniversário da sua empregada, ele faz questão de ligar pessoalmente. Um vereadorzinho lá do riachinho do pequizeiro completou aniversário, ele liga. É assim com todo mundo. A política dele é a política de pé de ouvido. Dá atenção a tudo, mas, no meu modo de entender, não sei se é o dos outros, ele faz isso com a intenção de manter a situação sob controle. Daí, você deve ter observado que muita gente tem medo dele. Mas tem um ponto negativo: é que ele, como todo caudilho, não se preocupou em fazer sucessor. Quer seja por pensar que ele não ia terminar nunca a vida, quer seja para não fazer sombra. Os grandes inimigos políticos, rivais, opositores, ele chamou para o seu lado. O Brito Miranda que foi candidato a vice-governador na chapa de oposição do primeiro governo dele foi quase seis anos secretário dele e homem forte do governo também. Homem forte, não no sentido de tomar as decisões, mas de levar até ele os problemas e as soluções. Até o cafezinho era ele que autorizava. Siqueira é centralizador como político. O único mal dele, talvez por conta da sobrevivência, seja a centralização excessiva. Ele é um camarada muito esperto, muito inteligente. O que faltou na leitura sobrou na universidade da vida para ele. É um homem que sabe conduzir um processo eleitoral. Tem um poder de articulação insuperável. E, administrativamente falando, é um tocador de obras de mão cheia. Ele tira do nada. O que você pensar que ele não pode tirar, ele tira. Mercê exatamente da capacidade de articulação. Conversa com o Papa igual conversa com você. Ele tem intimidade com política. Não é desleal. No meu modo de entender, não é desleal. Ele chega e te xinga. Porém, tem um poder de articulação tão grande e de absorção que os grandes inimigos, inclusive que ofenderam o Siqueira com palavras, com gestos, com atos, todos, ele cooptou para o seu lado. Inclusive pessoas que ele não deixou se eleger, como é o caso do Antônio Jorge que foi deputado federal e que tinha a eleição garantida. O Eduardo Siqueira Campos tirou os votos do Antônio Jorge⁶⁷ e deu para o Mauricio Rabello⁶⁸ que é de Brasília e o Antônio Jorge perdeu por isso. Hoje, o Antônio está do lado do Siqueira. E isso aconteceu com muitos outros. Mas política, eu digo sempre, é a arte de engolir sapo. Por isso, eu acho que para eu ser político tenho que ser um político inteiramente atípico igual o Jefferson Peres, por exemplo. Eu admiro aquele camarada, porque ele é incisivo. Se fosse para eu ser político, tinha de ser igual a ele. Não passa a mão na cabeça de ninguém. Se tiver que falar, fala. Eu acho muito mais fácil, muito mais cômodo. Às vezes, é incomodo para a pessoa, mas para mim não é. Se eu tiver que criticar, eu falo com você. Nesse particular, o Siqueira é um político de primeira linha. Ele nunca atacou o Judiciário, mesmo na época que tinham pessoas aqui que declaradamente eram

⁶⁷ **Antônio Jorge** nasceu na cidade tocantinense de Taguatinga, em 9 de setembro de 1951. É formado em Administração de Empresas pela Universidade Católica de Brasília (1976-1979), Ciências Políticas na UnB, em Brasília e fez especialização em Análise Financeira na Fundação Getúlio Vargas, em Brasília. Elegeu-se deputado estadual (Constituinte 1989-1991), deputado estadual (1991-1995), deputado federal (1995-1999) e deputado federal (1999-2003). Licenciou-se do mandato de deputado federal na legislatura 1995-1999, para exercer o cargo de Secretário da Administração do Estado do Tocantins, de 3 de abril a 31 de maio de 1996. (Fonte: www.camara.gov.br/deputados, em 11 de maio de 2007).

⁶⁸ **Maurício Rabelo** é natural da cidade de Chumbo, Minas Gerais. Nasceu em 27 de abril de 1960. Teve apenas um mandato como político: foi deputado federal iniciando legislatura 2003 terminando em 2006. Licenciou-se do mandato de deputado federal, para tratamento de saúde por 121 dias, em 3 de janeiro de 2005, reassumindo o mandato em 4 de julho de 2005 exercendo até o final. (Fonte: www.camara.gov.br/deputados, em 11 de maio de 2007).

contra ele. Entretanto, ele nunca falou mal. O Avelino já não tem essa face. O Avelino xingava e ia para o jornal, dizia que tal desembargador era desonesto. O Siqueira nunca fez isso. Tanto que você não acha nenhuma ação contra o Siqueira por difamação, injúria ou calúnia porque ele não fala. Como político é insuperável. Tem esse lado negativo de querer se manter por todos os meios. Controlar tudo. Centralizar tudo. Pode até ser positivo. Mas, para mim, como político, não acharia que é positivo.

F – Para encerrar, eu gostaria que o senhor me falasse como vê o Tocantins num futuro. Como acha que vai ser?

L – Olha, pelo andar da carruagem eu acho que o Tocantins vai ser um celeiro muito grande. Nossa riqueza hídrica é insuperável. Hoje você passa no asfalto, mas na época que não havia essa estrada, a gente vinha pela estrada cavaleira de carro, atolando. Entre Porto Nacional e Miracema, tinham 82 pontes. Daí você pode concluir o tanto de água que tem aqui. Primeiro é isso. Segundo, nós estamos praticamente no cerrado. Nós só temos a Serra do Carmo o resto é plano. Você vai daqui até Arraias, tudo plano. Isso favorece a agricultura e a pecuária. A parte mineralógica é muito rica. Nós temos reservas até de Tório, que é um elemento atômico, igual ao Césio. Temos tudo que você pensar. Ouro, calcário. Tudo o que precisa para a indústria tem aqui. Nós temos calcário, areia, brita, o barro, argila, seixo. E somos favorecidos também pelo fator cíclico das chuvas. Aqui não é igual ao Rio Grande do Sul que dá uma geada e mata tudo. Aqui são seis meses chuva, seis meses de sol. Se você quiser fazer um cultivo irrigado dá para fazer porque nos meses em que é estio, a água armazenada no tempo da chuva é suficiente para irrigar. Nós temos tudo de bom para ir para frente. Falta apenas iniciativa. O governo, se tomar iniciativa e trazer para cá empresários que queiram de fato desenvolver o estado, daqui a uns tempos, ninguém segura mais. Principalmente, levando-se em conta que a nossa capacidade de endividamento é muito grande. A gente tem aí um lastro para pedir muito dinheiro emprestado de fora, embora não precise. Se souber administrar a nossa despesa não vai faltar alimento para a gente. Acho que o Tocantins, inclusive na parte política, com essa mudança que nós estamos verificando agora, vai melhorar muito porque vai criar um novo conceito, no Tocantins, até pouco tempo, ninguém fazia concurso porque diziam haver carta marcada. No momento em que fizer um concurso, como o Marcelo está fazendo, sem carta marcada, vai melhorar. Deixa a democracia se fazer. É igual inflação. Ninguém acaba a inflação por decreto. A livre concorrência é que vai derrubar. Eu acho que é um estado que tem muito potencial, agora entre potencial e realidade vem a mão de obra, vem a iniciativa. Ter só o potencial não resolve. Não adianta você ter uma bomba na mão sem ter o estopim.

F – Tem alguma coisa que o senhor gostaria de acrescentar?

L – Foi muito bom você ter vindo aqui e termos tido a oportunidade de conversarmos um pouco sobre o estado. Estou aqui às ordens. Se precisar de alguma coisa que você não tenha captado aqui, pode passar um e-mail que eu te respondo. Só espero que o que eu tenha falado com você, tenha dado algum resultado para sua pesquisa e que você possa aproveitar.

F – Certamente. Muito obrigada.



TIÃO PINHEIRO

Dia: 25 de abril de 2006

Local: Prédio da Organização Jaime Câmara

Hora de realização: 15 horas

Duração: 59' 39''

F - Qual é o seu nome completo?

T – José Sebastião Pinheiro de Souza

F – Onde o senhor nasceu?

T – Eu nasci numa pequena cidade chamada Monte Alegre de Goiás, em 19 de maio de 1954.

F – Qual é o nome dos seus pais e que profissão eles têm?

T – Meu pai é lavrador, hoje aposentado, seu nome é Dionísio Gonçalves de Souza. Minha mãe é funcionária pública já falecida, se chamava Zenith Pinheiro de Souza.

F – O senhor tem irmãos?

T – Somos uma família de oito irmãos, sete vivos. Na ordem, eu sou o terceiro.

F – E alguém rumou pelo jornalismo também, ou o senhor é a “ovelha negra”?

T – Não. Como eu saí muito cedo da cidade de Monte Alegre, com dez para onze anos, fui para São Paulo para estudar porque só tinha o primário e sempre soube que queria alguma coisa semelhante ao que é o jornalismo. Só que eu não sabia nem o que era jornalismo naquela época. Em São Paulo, estudei dois anos em Suzano, no interior, depois voltei para minha cidade, para trabalhar na lavoura do meu pai. Após isso, fui para Porto Nacional, então Norte de Goiás, hoje Tocantins. Em Porto, fui seminarista no Colégio São José dos padres e estudei no colégio das freiras dominicanas, o Sagrado Coração de Jesus. A minha tendência era mesmo o jornalismo, por mais que tivesse feito alguns anos de contabilidade, por mais que tivesse feito agrimensura na Escola Técnica Federal de Goiânia. Morei em Goiânia por 24 anos e lá comecei a minha carreira profissional.

F – O senhor se formou em que faculdade? Não foi em jornalismo?

T – Primeiro me formei na faculdade da vida jornalisticamente, pois quando entrei na área de comunicação nem era formado em jornalismo. Estava estudando agrimensura na Escola Técnica e do nada comecei a escrever. Comecei primeiro publicando artigos, poemas nos

suplementos literários da *Folha de Goyaz*⁶⁹, que se localizava em Goiânia e pertencia aos Diários Associados⁷⁰, e no *Jornal O Popular*⁷¹, apenas como colaborador. Depois disso, entrei na *Folha de Goyaz* profissionalmente como revisor, fui chefe de revisão, depois fui repórter, repórter especial e daí as coisas começaram a acontecer.

F – Mas em qual faculdade o senhor se formou?

T - Depois de um tempo e de já estar trabalhando no jornal fui para Universidade Federal de Goiás (UFG).

F – O senhor sabe me dizer o ano que entrou?

T – Eu entrei em 1978, num curso muito puxado que era o de agrimensura e demorei muito tempo para sair da UFG. Eu fui jubilado e abandonei o curso. Mas depois voltei, já na Faculdade de Jornalismo e me formei em 1989.

F – E por que o senhor escolheu o jornalismo como profissão ou, isso, simplesmente aconteceu na sua vida?

T – O jornalismo tem muito a ver com o ambiente em que eu vivia. Minha mãe sempre gostou muito de ler, de escrever, apesar de não ter sido escritora. Ela era funcionária pública e não pertencia a um grupo específico, mas quem conversava com ela achava que fosse uma pessoa formada em curso superior pela relação que ela tinha muito estreita com a cultura. E quando fui para Porto Nacional, para o seminário, isso foi fundamental porque lá, nós tínhamos uma convivência muito forte com a área de humanas. O padre Jacinto Sardinha⁷², que era o reitor na época, tinha formação muito rica, pois estudou na Itália, na Suécia, na Alemanha. De repente, me vi diante de uma biblioteca. Eu que nunca tinha tido dinheiro para comprar um livro de literatura, nem mesmo um livro didático porque a minha família era muito pobre, cheguei ao seminário e tinha uma enorme biblioteca. No colégio das freiras, o Sagrado Coração de Jesus, em Porto Nacional, também tinha uma grande biblioteca e quando descobri que podia ler todos os livros de graça, a coisa melhorou. Foi muito forte essa relação. Isso acabou fazendo com que eu visse que queria alguma coisa na área de humanas. Assim, decidi que era jornalismo mesmo que eu queria. Fui para Goiânia, comecei a estudar num curso de tradutor e intérprete por ser mais próximo da área que eu queria, mas acabei abandonando. Em agrimensura eu adquiri uma base muito boa que a Escola Técnica Federal de Goiás dava. Tanto que prestei vestibular um ano antes de terminar o curso e passei. Prestei o vestibular para ver como era para depois estudar porque eu não tinha dinheiro para pagar o cursinho. Acabei passando e descobri, por felicidade,

⁷⁰ O jornal *Folha de Goyaz* foi um periódico de circulação diária que teve grande importância por várias décadas, registrando o dia-a-dia do crescimento da capital e do Estado de Goiás durante o século XX.

⁷⁰ Os Diários Associados foram uma das maiores corporações da história da imprensa no Brasil. A obra de Assis Chateaubriand tinha 34 jornais, 36 emissoras de rádio, 18 estações de televisão, uma agência de notícias, uma revista semanal (*O Cruzeiro*), uma mensal (*A Cigarra*), várias revistas infantis e uma editora. Na primeira metade do século XX, além de comandar a imprensa, o grupo se responsabilizou por laboratórios farmacêuticos, fábrica de chocolates, fazendas, entre outros. O grupo ainda atua hoje, no Brasil, porém de maneira bem mais tímida tendo poucos jornais regionais sob seu comando. (Fonte: www.associados.com, em 09 de maio de 2007).

⁷¹ O *Jornal o Popular* foi fundado em 3 de abril de 1938 pelo empresário Jaime Câmara. O jornal circula diariamente e é considerado um dos veículos de comunicação de maior credibilidade no estado de Goiás.

⁷² Jacinto Sardinha é monsenhor, em Porto Nacional e foi um dos celebrantes da primeira missa campal em homenagem à criação do estado do Tocantins.

que podia me matricular na UFG porque a carga horária do curso de agrimensura era, na época, como um segundo grau normal. Eram três anos e meio mais seis meses de estágio.

F – O senhor nasceu em Goiás, estudou São Paulo, voltou para Goiás. Em que momento soube das articulações para criar um novo território e, posteriormente, um novo estado?

T – Na verdade, antes mesmo de me envolver com o jornalismo. Quando voltei de Suzano para Monte Alegre onde fiquei alguns meses trabalhando na olaria com meu pai, surgiu uma vaga em Porto Nacional e o caminho era o seminário, era ser padre. Tinha uma vaga para estudar e, de repente, eu até encarei como vocação mesmo. Acho que, se as coisas andassem normalmente, eu teria sido padre até porque da minha turma, quase toda (era uma turma muito grande) hoje são padres. Quando mudei para Porto Nacional, em 1969, que era Norte de Goiás, a cidade era sede da efervescência cultural, da efervescência política. O movimento cultural era muito forte e eu peguei o auge da Guerrilha do Araguaia⁷³. Nós nem sabíamos o que era comunismo, mas a maioria das pessoas achava que todo mundo daquela turma era comunista. Tinham os comunistas, mas era uma turma que se integrava porque era um meio cultural forte que se interessava por literatura, teatro, música. Logo me enveredei pela área musical também, querendo tocar, compor, participar de festivais. Então, com esse referencial, Porto Nacional, colocou sempre um conceito muito forte onde a luta libertária palpitava incisivamente nas pessoas pelo nível cultural, pelo nível de consciência política, sendo todos eles apaixonados pela causa como: Feliciano Machado Braga, Fabrício César Freire⁷⁴ que foi dos profissionais da imprensa mais participante e ativo, Osvaldo Ayres⁷⁵. Muita gente lutou pela criação e separação, divisão de áreas. A luta pelo Tocantins é secular, mas me deparei com essa história de divisão de estado quando morava em Porto Nacional, no período de 1969 a 1974. Lembro-me de Fabrício César Freire que me chamava e me levava para o escritório dele na Associação Tocantinense de Imprensa

⁷³ A Guerrilha do Araguaia foi um movimento revolucionário instituído pelo PC do B para derrubar o regime de exceção implantado pelos militares em 1964, e por meio da luta armada implantar o comunismo no Brasil. O preceito seguido pelo partido era o mesmo de Mao Tse Tung, a "guerra popular prolongada", que seria iniciada no campo e, com adesão dos populares, se expandiria para as cidades. A guerrilha ocorreu na tríplice divisa entre o Pará, o Maranhão e Goiás, onde hoje é estado do Tocantins, nos anos 1972, se prolongou até 1974, e tem este nome por causa do rio que corta esta região. (Fonte: www.guerrilhadoaraguaia.com.br, em 09 de maio de 2007).

⁷⁴ **Fabrício César Freire** nasceu em Colinas do Maranhão, em 29 de março de 1893, escreveu, entre outros, o "Manifesto Tocantinense", sem dados biográficos. Em 1948, foi transferido para Porto Nacional, onde viveu por muitos anos, até 1982, antes de ir para Goiânia. Aposentou-se em 1963, dedicando-se totalmente ao jornalismo. Em Porto Nacional, tornou-se um dos fundadores, ao lado de Osvaldo Ayres, da Associação Tocantinense de Imprensa, de que também foi Presidente na década de 1950. Também foi professor de vários estabelecimentos de ensino em Porto Nacional, entre os quais, o Colégio Estadual e o Colégio Sagrado Coração de Jesus, de que também foi inspetor federal de ensino. Foi um dos redatores, ao lado de João Matos Quinaud, do jornal *O Estado do Tocantins*, junto com Feliciano Machado Braga, no período de 1956 até 1961. Relembre-se que o jornalista Otávio Barros transformou o seu jornal *Tribuna da Amazônia*, fundado em 1973, no jornal *O Estado do Tocantins*, em 1975. Mudou-se para Goiânia, em 1982, onde faleceu em 15 de outubro de 1984. (Fonte: mariomartins.com.br, em 7 de maio de 2007).

⁷⁵ **Oswaldo Ayres** nasceu em Porto Nacional, hoje Tocantins, em 30 de novembro de 1905. Participou intensamente na vida política do Norte de Goiás, defendendo a criação do estado do Tocantins, na década de 50. Em 1953, fundou o jornal A Norma e passou a divulgar o ideário separatista para a criação do Tocantins. Segundo ele, o principal fato que levou os goianos do Sul e do Norte a fundarem jornais, não era o interesse de verem solucionados os problemas gerais da região, mas a preocupação com relação às disputas políticas. (Fonte: PÓVOA, Liberato Costa. *História Didática do Tocantins*, Goiânia, Editora Kelps, 2004).

(ATI). Naquele tempo era Goiás, mas já tinha Associação Tocantinense de Imprensa. Olha a visão que se tinha, já existia a bandeira do estado, mas claro que não era nada oficial. Foi assim que me encantei com a história e fui conhecer a região. Morei muito tempo por aqui, viajei muito e me emprenhei, me “engravei” da idéia. Achava e continuo tendo a convicção de que tinha mesmo de se criar o Tocantins. Então, participei desses movimentos CONORTE, CENOG. Não participava do jeito que eles participavam. Eu era muito jovem, ficava na equipe de apoio, de algumas reuniões. Mudei-me para Goiânia e lá tentei a minha vida na imprensa. Cheguei na *Organização Jaime Câmara*⁷⁶ e encontrei o mesmo ambiente favorável à criação do estado, o senhor Jaime Câmara⁷⁷, que era o fundador do grupo que, hoje, já faleceu, acreditou tanto nessa história que montou veículos do grupo dele em Araguaína e Gurupi, no período que nem a diretoria dele aprovava implantação da TV nessas cidades. Mesmo assim, ele montou achando que tinha de haver veículos na região para que eles fossem uma espécie de porta-voz dessa luta. Acreditava que o pessoal daqui não tinha muito espaço para se manifestar numa imprensa regular, não naquela coisa de panfletar ou de vez em quando divulgar, mas aquela coisa bem regular. Aí ele fundou a *TV Anhanguera Araguaína* e, no meu caso específico, o *Jornal do Tocantins*⁷⁸ em 18 de maio de 1979, em Araguaína também.

F - Como o senhor começou a se engajar nesse movimento de liberdade de território e político? Quem era o líder? Ou não havia um?

T - Na verdade, basta ler todas as histórias no sentido de transformar em lutas pragmáticas e tirar do sonho. Eu costumo dizer que o Tocantins tinha duas grandes fases: a fase do sonho e a fase pragmática que é da realização do Tocantins. Havia muitas manifestações, protestos, reuniões estudantis. Quando você vê o então vereador de Colinas de Goiás e depois deputado federal, o José Wilson Siqueira Campos, com a consciência dele e de várias pessoas no Congresso que sabiam que não adiantava ficar com um sonho nas ruas de Porto Nacional, de Colinas, ou onde quer que seja, se não tivesse alguma coisa pragmática, algum instrumento legal para virar realidade de nada adiantaria. Tem o caso também do

⁷⁶ A *Organização Jaime Câmara* (OJC) foi fundada em 1935, em Goiânia pelos sócios Jaime Câmara e Henrique Pinto Vieira. A empresa reunia em seu corpo administrativo os irmãos Joaquim Câmara Filho e Vicente Rebouças Câmara. Lançou jornais como o *Jornal de Brasília*. A OJC possui, hoje, 21 veículos, é um complexo de comunicação, integrada em Goiás e no Tocantins somando nove emissoras de TV afiliadas à *Rede Globo*, dois jornais e oito emissoras de rádio, além das empresas TMK Telemarketing e Fundação Jaime Câmara. A *Organização Jaime Câmara* dirige veículos instalados em seis municípios do estado de Goiás, três municípios do estado do Tocantins. (Fonte: <http://goiasnet.globo.com/ojc/historia/ojc/historia.htm>, em 06 de maio de 2007).

⁷⁷ **Jaime Câmara** nasceu em 16 de julho de 1909, na cidade de Baixa Verde, no estado do Rio Grande do Norte. Além de fundador da Organização Jaime Câmara, assumiu por dois mandatos a cadeira de deputado federal, por Goiás. A primeira de 1967 a 1971 como suplente e, em 1983 a 1987. Teve mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos, na legislatura 1967-1971, em face do disposto no artigo quarto do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, expedido pelo Decreto de 13 de março de 1969. Também foi Secretário de Viação e Obras Públicas de Goiás, em 1970. Foi um dos grandes incentivadores, através de seu veículo de comunicação, para a criação do Tocantins. (Fonte: www.camara.gov.br/deputados, em 09 de maio de 2007).

⁷⁸ O *Jornal do Tocantins* é um periódico diário da *Organização Jaime Câmara* (OJC), que há mais de 20 anos participa da história da região, e posteriormente do estado, marcando efetiva presença em seu território.

senador que já faleceu, o Benedito Boa Sorte⁷⁹ que chegou a apresentar emendas. Eu acredito que a persistência do Siqueira Campos foi mais forte nesse sentido de ação parlamentar, de ter um projeto apresentado que não teve aprovação e, mesmo assim, não desistiu. Então, todas as lutas foram calhadas pelo Siqueira Campos que foi o instrumento legal de criação do estado. Não adiantava só fazer uma moção popular, um abaixo-assinado. Ele acabou catalisando, afunilando a luta pela liberdade do Tocantins sendo o autor da emenda que criou nas disposições transitórias, da Constituição de 1988, o estado do Tocantins. Era uma luta a parte, suprapartidária, em vários momentos apartidárias. Primeiramente apartidárias, depois suprapartidárias. Se pegar personagens como Darci Coelho⁸⁰, José Cardeal dos Santos⁸¹, José Freire, João da Rocha Ribeiro⁸² que foi nosso diretor financeiro aqui da *Jaime Câmara* e depois foi senador do Tocantins, Célio Costa, um jovem economista de Porto Nacional que deu um direcionamento econômico, orientando que para o estado era preciso ter um ordenamento jurídico. A parte jurídica era feita pelo Darci e outros advogados do grupo, e o ordenamento econômico era composto pelo Célio Costa e o João Rocha para fundamentar sobre a criação e arrolar a viabilidade econômica, ampliando os estudos, formatando e fazendo um estudo final sobre a

⁷⁹ **Benedito Boa Sorte**, ou Benedito Ferreira, nasceu em Ipameri, no estado de Goiás, em 12 de julho de 1932. Foi deputado federal na legislatura de 1967 a 1971. Foi eleito senador da República por duas vezes: a primeira de 1971 a 1978 e a segunda de 1979 a 1987. O senador apresentou ao senado algumas das emendas escritas por Siqueira Campos, propondo a criação do estado do Tocantins. (Fonte: www.senado.gov.br/senadores, em 09 de maio de 2007).

⁸⁰ **Darci Coelho** nasceu em Porto Franco, no estado do Maranhão, no dia 17 de janeiro de 1940. Após os estudos primários em sua terra natal, mudou-se para Tocantinópolis, estado de Goiás, hoje Tocantins. Entre 1961 e 1965, foi aluno da Faculdade de Direito, da Universidade Federal de Goiás, bacharelando-se em Ciências Jurídicas e Sociais. Criado o Comitê Pró-Tocantins, em 27 de fevereiro de 1987, foi seu presidente, quando já era Juiz Federal. Mudou-se para Palmas, tornando-se, de 1989 a 1991, vice-governador do estado do Tocantins. Elegeu-se deputado federal pelo Tocantins em 1993. Em 1995 foi Secretário de Segurança Pública do Tocantins e Secretário de Administração em 1996, quando também foi reeleito como deputado federal. Na Academia Tocantinense de Letras é Titular da Cadeira número 5, cujo patrono é Feliciano Machado Braga. Nas eleições 2006 candidatou-se a deputado federal, mas não conseguiu ser eleito. (Fonte: www.darcicoelho.com, em 9 de maio de 2007).

⁸¹ **José Cardeal dos Santos** é natural do Maranhão, da cidade de Alto do Parnaíba. Nasceu em 25 de setembro de 1938. Por volta de 1940, a família transferiu-se para a cidade de Novo Acordo, estado do Tocantins. Viajou a pé de Novo Acordo para Gurupi, passando por Ponte Alta, onde tirou sua nova certidão de nascimento. Mudou-se para Goiânia, em 1955, onde começou o ginásio, só terminando na cidade de Pedro Afonso, em 1963. Tornou-se presidente da CENOG em 1960. Na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, em 1971, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais. Em 1972, mudou-se para Gurupi, onde montou Escritório de Advocacia, aí permaneceu até 1983. Foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Gurupi. Com a formação do estado do Tocantins, mudou-se para Miracema do Norte, a Capital Provisória, em janeiro de 1989, tornando-se Procurador do Estado, função na qual se aposentou em 2004. (Fonte: www.mariomartins.com.br, em 09 de maio de 2007).

⁸² **João da Rocha Ribeiro** nasceu em Ribeiro Gonçalves, no estado do Piauí, no dia 15 de janeiro de 1941. É autor do livro *Tocantins - A força de um ideal* (1989). Com seis anos de idade, em 1947, mudou-se para o garimpo tocantinense de Cristalândia. Em 1959, mudou-se para Goiânia. No mesmo ano, começou a trabalhar no jornal *O Popular*. Nos anos seguintes, passou a assinar a coluna *O Norte em Foco*, defendendo a criação do estado do Tocantins. Durante muitos anos, foi um dos diretores da *Organização Jaime Câmara*, em Goiânia. Foi presidente da Associação das Empresas de Radiodifusão e Televisão de Goiás. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, tornou-se Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, em Goiás, no ano de 1986. Diretor da Associação Comercial e Industrial de Goiás, em 1988. Transferiu-se para o estado do Tocantins, tornando-se político atuante, sendo eleito senador da República, em 1991 onde permaneceu até 1999. (Fonte: www.mariomartins.com.br, em 09 de maio de 2007).

viabilidade econômica do novo estado. Nesse momento, muita gente lutou, não dá nem para lembrar o nome de todo mundo. Pessoas jovens, pessoas mais velhas, todos entraram nessa luta que era muito bonita porque ela não tinha a participação de grupos sectários, de um grupo X de políticos, era todo mundo, tinha bandeira, tinha tudo.

F - Movimentos como CENOG e CONORTE foram criados como instrumentos de independência ou eles não tinham essa tarefa?

T - Não, eles foram criados pelas lacunas que tinham na região. Lacunas políticas, administrativas, de educação, saúde. Quando se falava em ir para o Norte estudar, não existiam recursos porque o Norte era aqui. Então tinha de ir para Goiânia ou Brasília. A pessoa saía daqui ia para Goiânia estudar e não tinha apoio, respaldo, nem nada. Por esse motivo criou-se a Casa do Estudante do Norte Goiano (CENOG) para dar apoio, sustentação para o estudante que estava “abandonado”, estava sem casa, sem pai e sem mãe, sem título nenhum aqui. Mas a luta era tão forte que a CENOG acabou sendo criada em vários lugares Goiás, outras cidades e regiões e acabou virando instrumento de divisão e, necessariamente, não foi fundado com esse fim, mas, sim, para dar apoio como consequência do abandono que tinha na região. Dessa maneira, precisou-se que se criasse um instrumento para que se tivesse algum marco, uma referência em Goiânia, Brasília, ou onde quer que seja. Por conta disso, todo mundo que saiu daqui – e tinham bons colégios até o primeiro grau -, mas não tinha faculdade, não tinha nada. O caminho era Goiânia mesmo. Aliás, Goiânia era mais forte que Brasília porque todo mundo ia para lá. A grande maioria fez faculdade em Goiânia. Alguns foram para São Paulo, outros para Belo Horizonte, para Brasília, mas a grande maioria fez em Goiânia.

F - E, no momento da criação do Tocantins a população local que, historicamente, reclamava do descaso do governo de Goiás, qual era a expectativa para com o novo estado?

T - A expectativa era grande, principalmente, no momento em que viu na Constituição de 1988, a grande chance real de se criar. Aliás, saiu quase na rabeira da Constituição. Eu estava em Goiânia, trabalhava no *Jornal O Popular* que é do mesmo grupo da *Jaime Câmara*, dona do *Jornal do Tocantins* e toda a notícia que saía sobre o Tocantins, - e o *Jornal do Tocantins* era um jornal que não tinha periodicidade, não era regular -, quando vinha notícia que teria sido aprovada uma emenda ou que uma Comissão teria aprovado a criação de Tocantins, um grupo de jornalistas do *Jornal O Popular*, geralmente jornalistas que tinham afinidade com Tocantins como eu que morava aqui, o José Orlando Ribeiro⁸³, jornalista da região de Gurupi, e outros jornalistas do grupo do *Jornal O Popular*, sentávamos e fazíamos uma edição extra porque não havia jornal regular. Assim, quando se criou o Tocantins, saiu essa edição extra, toda a equipe de redação participou. Depois, não era para ter, mas daí saiu edição da primeira eleição imediata, em 15 de novembro de 1988, já tinha a primeira eleição, num estado sem estrutura, sem dinheiro, sem nada. Mesmo assim deslanchou. Quando peguei o jornal às vésperas das eleições, que chamava para as

⁸³ **José Orlando Ribeiro** é natural de Pium, Norte de Goiás, hoje estado do Tocantins, em 1956. Membro da Associação Goiana de Imprensa, foi jornalista de vários jornais, entre os quais, *O Popular* e o *Diário da Manhã*. Ficou famoso ao escrever o livro *O drama de Georjinho* – símbolo da solidariedade humana. Ele conduziu a campanha, na televisão, no rádio e no jornal, em prol do transplante de fígado do menino de Rio Verde, no estado de Goiás. Seu empenho resultou na ida da criança aos Estados Unidos, onde, de fato, fez o transplante. (Fonte: www.mariomartins.com.br, em 07 de maio de 2007).

primeiras eleições do Tocantins eu participei da edição, não como editor, mas como repórter, e, no dia 15 de novembro, que foi o dia da votação, eu assumi o jornal. O diretor de jornalismo, João Vicente de Faria⁸⁴, me chamou e disse: “você vai pegar”. Eu fiquei acumulando o *Jornal O Popular* e o *Jornal do Tocantins* daí fechava um pouco porque eu era subeditor de cultura, escrevia sobre música. Depois, à noite, não tinha sala, nem máquina, nem nada, não tinha repórter, não tinha diagramador fechava tudo e quando estava tudo pronto eu chamava o Silvestre que era diretor de diagramação do *O Popular* e pedia para ele diagramar para mim o *Jornal do Tocantins*. Era um caderno de oito páginas. Quando nós soltamos as matérias sobre a criação teve festa em todos os municípios, movimentação, o pessoal ia pelas ruas, telefonemas de todo o lugar como Araguaína, Porto Nacional, Gurupi, Cristalândia, Paraíso. Foi uma grande festa sem ter sido nada programado. Era muito interessante. Da mesma forma aconteceu, quando foi escolhida a capital. Provocou alegrias e tristezas, pois havia três cidades na região que tinham certeza que seriam a sede da capital, mas acabou que foi escolhida Miracema do Norte, provisoriamente, para evitar maiores confrontos. Eu achei que a decisão foi muito boa, fiquei muito feliz. Eu torcia e, sinceramente, não esperava que a capital ia ser escolhida naquele mesmo dia, naquele momento. Eu achava que, pelo histórico, avançava-se muito depois se voltava atrás, não se colocou na Constituição, aqui tem jeito, aqui pode ser o caminho. Sempre achei que o caminho era a construção de uma capital. Tenho a impressão que a Constituição de 1988 teve uma importância para o Tocantins muito maior que ela tem para o Brasil. O Tocantins foi criado pela Constituição e, no Brasil, até hoje, tem muita coisa que ainda não foi homologada, que não está valendo.

F - Quanto aos vetos de José Sarney, o senhor acredita, efetivamente, que se atribuem a quê? Segundo os vetos, Sarney dizia que a região não tinha capacidade de se sustentar. Mas há quem diga que ele foi contra porque esse projeto poderia prejudicar o estado do Maranhão.

T - Muita gente dizia que essa posição contrária dele tinha a ver com a sua posição em relação ao Maranhão. Até hoje, o estado que está mais próximo de ser criado é o Maranhão do Sul. Ele achava que se criando o Tocantins poderia atrapalhar ou retardar a criação do estado de Maranhão do Sul. Mas, eu prefiro acreditar que essa negativa era mesmo por desconhecimento da realidade, do que a região nortista-goiana passava. Lembro-me que em Goiânia, eu como escritor participava de muitas reuniões do pessoal da Academia Goiana de Letras e da União Brasileira de Escritores, tinham sessões literárias e futebolísticas. Um dia, um grande escritor nosso goiano, Bernardo Aires, já falecido, mandou um abaixo-assinado para quem estava jogando uma pelada entre escritores, lá no interior de Goiás, para que esses escritores assinassem contra a divisão de Goiás e a criação de Tocantins. Antes de começarem a assinar, eu subi num tambor e falei aos meus colegas que eu tinha conhecimento da região Norte, que já havia morado lá, que como repórter de *O Popular* viajava muito por aquela região em lugares como a Ilha do Bananal, Garimpo, Monte do Carmo, Natividade, enfim, fazia muita matéria na região. Acabei fazendo uma explanação aos escritores no vestiário do campo que ficava numa fazenda no município de Hidrolândia. Aí eu disse: “eu não vou assinar, não em respeito ao palavreado, mas é porque não é assim, a região é outra, a realidade é outra, não é a realidade que está colocada aqui”. O resultado

⁸⁴ **João Vicente de Faria** foi diretor de jornalismo do *Jornal do Tocantins*, em 1988. Não tive acesso a informações sobre sua vida profissional.

disso foi que, naquele momento, ninguém assinou o abaixo-assinado. Eu expliquei que estava tudo abandonado, que ninguém ia até lá, só em época de eleições, que se vivia numa pobreza absoluta, mas era uma região rica, potencialmente rica, com condições de subsistir. Falei que lá tinha minério, a agricultura era forte, tinha muita água. Agora aí está o resultado: pólos de soja no estado como Campos Lindos, Pedro Afonso, Formoso do Araguaia. Aqui o caminho é a agropecuária, não tem outro. Acredito que essas negativas constantes eram falta de conhecimento mesmo e interesses “paroquiais” de cada região se defendendo. O mineiro, antes de ser aprovado o Tocantins, queria o estado do Triângulo Mineiro, mas até hoje, não conseguiu aprovar. Há muito tempo estão querendo dividir Minas, mas o governo central de Minas não é bobo, pois o Triângulo é a região mais rica de Minas Gerais como Uberlândia, Uberaba e toda aquela região.

F - Jaime Câmara instalou complexos de comunicação aqui na região Norte, mas ele também fez oposição a Siqueira Campos, nos anos 1970, inclusive derrotou Siqueira Campos nas eleições em 1982. Por conta disso, a *Organização Jaime Câmara* conseguiu se manter imparcial ou trabalhar de uma maneira que não podasse nenhuma informação pelo fato de a criação do estado ter tido Siqueira como um dos principais líderes?

T - Em momento algum. Eu me sinto tranqüilo e até orgulhoso de trabalhar na empresa pelo fato de que o senhor Jaime Câmara, que era homem político, pois havia sido prefeito de Goiânia, deputado federal, ocupou vários cargos públicos em Goiás, em momento algum deixou que o aspecto político-partidário interferisse numa luta que era muito maior que isso. A luta pelo Tocantins estava acima de Siqueira, acima de Jaime Câmara, de Benedito Boa Sorte, de José Freire. Era uma luta muito maior de gente antes deles, antes da gente, tanto é que quando foi para afunilar a luta libertária para que se criasse mesmo o estado, todo mundo caiu e deixaram isso para o Siqueira. O Siqueira é quem apresentou a emenda, mas podiam ter deixado isso para um deputado, para um senador como Benedito Boa Sorte, José Freire que era deputado federal na época. No entanto, todo mundo viu legitimidade no Siqueira Campos para apresentar a emenda e por sua própria trajetória. Imagine um vereador de Colinas de Goiás, lá no fim do mundo, falar que ia lutar pela criação do estado. Se eu falasse isso, hoje, lá em Monte Alegre, todo mundo ia rir da minha cara, mesmo sabendo que eu sou da região. O Siqueira apresentava o projeto político dele que respaldava isso, até porque depois que criou o estado, no processo final da Constituição, o senhor Jaime e todos os veículos da *Organização*, em momento algum deixaram de dar espaço para o Siqueira, porque naquele instante ele estava personificando o Tocantins. A primeira grande bandeira dos veículos da *Jaime Câmara*, no Tocantins, foi o próprio estado. Não existe um lado, só existe o estado de Tocantins. E, isso está provado nessa postura ética e profissional que o senhor Jaime e todo o grupo teve e continua tendo até hoje que é a imparcialidade. O grupo é imparcial. Eu falo isso para as pessoas que começam a trabalhar aqui no jornal de que nós participamos de um grupo que, embora todas as críticas que façam, devemos ser profissionais e imparciais. Pode ser que alguma notícia possa favorecer alguém, mas são os fatos e não o grupo ou o veículo que vai favorecer ou desfavorecer. Vai fazer 27 anos que estou aqui na empresa e nunca recebi orientação para beneficiar ou prejudicar algo ou alguém e, como editor, estou aqui desde 1988.

F - O senhor acha que essa imparcialidade, dentro da imprensa como um todo, consegue se manter?

T - Não, toda a imprensa não. Eu estou falando sobre o grupo *Jaime Câmara*. Estou falando sobre a minha percepção de atuação dos veículos da *Jaime Câmara*. Dos outros veículos eu não sei.

F - Quando o senhor fala em imparcialidade dentro do jornalismo, muita gente critica dizendo que não existe. O que estou querendo levantar com o senhor é justamente isso. O senhor afirma que a imparcialidade existe dentro desta empresa?

T - A imparcialidade que eu digo é a seguinte: a empresa é parcial do ponto de vista do Tocantins. É claro e notório que todas as notícias e o que a gente puder fazer para ajudar o Tocantins, a gente já fez e continua fazendo. Se eu fosse pegar as outras bandeiras, depois da criação, depois da implantação do Tocantins, depois do desenvolvimento do Tocantins, você pega a bandeira como o término da construção da Ferrovia Norte-Sul. Na época em que se descobriu que houve denúncia de fraudes no processo licitatório da Ferrovia Norte-Sul, a imprensa nacional inteira caiu em cima. Só que, ao invés de cair em cima da fraude, da denúncia de fraude, foi em cima do projeto da rota da Ferrovia e o *Jornal do Tocantins* foi o primeiro a não embarcar nisso. Eu tinha assumido o jornal há pouco tempo, chamei minha equipe e falei que não íamos fazer um artigo contra a fraude. O restante pode interessar a São Paulo, mas não a nós. Depois disso, o grupo inteiro, incluindo *O Popular*, promoveu debates sobre a Ferrovia, em todos os lugares da região, em Brasília, quando o *Jornal de Brasília* era do grupo. Hoje, a Ferrovia Norte-Sul é prioridade de todos os governos tanto do centro-esquerda, que era o Fernando Henrique Cardoso como os de centro-direita que é agora o Lula. Aquilo que ia bombardear todo mundo, hoje, todos os governos que entraram colocam como bandeira. A imprensa nacional dizia que a Ferrovia Norte-Sul ligava nada a lugar nenhum. Então, a empresa é parcial com as coisas do Tocantins e não com as coisas paroquiais, partidárias, tanto que sobrevive a governos que torcem a cara para a gente. Todos os governos que passaram por Tocantins, com todo o respeito que temos por eles, já torceram a cara para a gente, alguns quiseram prejudicar a empresa e a empresa se manteve todos esses anos sem nunca, desde 1979, ter dado lucro, ela está tendo um pouco agora. Eu costumo dizer que se o senhor Jaime quisesse lucro quando implantou o jornal em 1979, ele teria aberto o jornal dia 18 de maio e dia 19 teria fechado porque aqui não tem cultura de anúncio. As pessoas, as empresas não enxergam que anunciar no jornal uma coisa nova é um investimento. Eles acham que é um gasto, tanto que, hoje, o grupo está no azul, mas você pode ver que o grosso dos nossos anunciantes não são daqui. São de nível técnico nacional, operadora de telefone, concessionária de carro, conselho federal. Se, antigamente, o grosso da nossa mídia era pública, hoje, é privada. A grande maioria do nosso investimento publicitário vem da iniciativa privada e não da pública. Então, a empresa veio aqui com outro objetivo. Claro que toda a empresa privada é montada para gerar lucro, mas a *Jaime Câmara* teve uma visão bem clara, e até se confunde com a própria história do Tocantins por isso. O objetivo dela era outro, mas logicamente que a partir do momento que o estado desse certo, ela teria a sua participação, o acionista teria seu retorno, o seu lucro.

F - A Organização Jaime Câmara tem o *Jornal do Tocantins*, a *TV Anhanguera* que é afiliada da *Rede Globo*, *Rádio Araguaia*, que não tem aqui na capital, mas tem em Porto Nacional. É possível afirmar que o complexo *Jaime Câmara*, hoje, é a maior empresa de comunicação do estado, ou há algum concorrente que possa bater de frente?

T - Pela estrutura do estado o complexo *Jaime Câmara* é o maior veículo de comunicação do estado, não apenas no aspecto físico de uma sede grande como essa, funcional, mas o tamanho que eu meço é o tamanho ético, é uma empresa ética. O patrimônio, e não sou eu que estou falando isso, são nossos ouvintes, telespectadores, leitores que falam isso diariamente, pois têm a opção de ligar a *TV Anhanguera*, de ir à banca comprar o *Jornal do Tocantins*, de sintonizar o dial da *Rádio Araguaia*⁸⁵, então acho que esse ato de nossos clientes e anunciantes é uma opção de respaldo à postura ética da empresa que, se não fosse, não estava dando a maior audiência à emissora da *TV Anhanguera*, ninguém dava o maior índice de leitura ao *Jornal do Tocantins*, ninguém dava o maior índice de ouvintes da *Rádio Araguaia*. Portanto, eu acho que não é só um grupo maior no tamanho físico, mas no tamanho ético.

F - Inclusive, um bom exemplo que acho que a gente pode levantar aqui de imparcialidade é essa primeira rodada da pesquisa Serpes que foi feita para a escolha do governo estadual. Como o senhor avalia essa revolução toda, essas críticas para o jornal?

T - Avalio como positivas porque as críticas são frases de efeito, fachada por postura dos candidatos.

F - Na verdade, o Tocantins foi feito em um momento político e as cabeças pensantes, ainda, só vivem politicamente.

T - A política aqui é muito forte. Eu nem vou dizer o que nós ouvimos com as críticas da pesquisa. Tantas pesquisas foram publicadas antes da nossa e não entendi porque a nossa mexeu tanto com Tocantins já que, durante os últimos quinze dias, não se falou em Tocantins que não relacionasse a pesquisa para o governo estadual em sua primeira rodada. Eu acredito que isso foi a credibilidade porque se não fossem falar, iriam ignorar como foram ignoradas outras pesquisas que saíram nos veículos e não aconteceu nada, ninguém comentava. Não estou falando que as pesquisas que saíram em outros veículos não eram corretas, não vou entrar nesse mérito, mas por que uma repercussão tão grande da primeira rodada da pesquisa no Tocantins? As pessoas disseram, não fomos nós que dissemos, que a campanha do Tocantins, neste ano de 2006, começou naquela terça-feira quando saiu a primeira rodada de pesquisa Serpes, em 9 de abril. Então, a crítica é a seguinte: quem está na frente acha que está pouco na frente e quem está atrás acha que a pesquisa está errada. É uma reação normal do candidato, é a reação mais que do próprio candidato, da militância. A militância sempre agiu assim com relação às pesquisas. Alguns questionamentos feitos foram totalmente infundados como, por exemplo, dizer que as respostas sobre a rejeição ultrapassou 100%. Todas as perguntas com múltiplas respostas dão mais que 100%. Em

⁸⁵ Em 1979 a *Organização Jaime Câmara* comemorou os resultados de uma grande expansão, agregando emissoras de rádio ao seu conglomerado de empresas que passaram a cobrir, com liderança de audiência, um raio de 500 quilômetros e servindo a uma população da ordem de um milhão de habitantes. Foi quando surgiu a *Rádio Araguaia*-FM de Goiânia que, com sua programação diversificada e uma nova linguagem, garantiu o sucesso que a mantém até hoje com elevados índices de audiência, 24 horas por dia. Atualmente, oito emissoras estão incorporadas ao Sistema de Rádio da *Organização Jaime Câmara: Rádio Araguaia* de Porto Nacional (TO), *Rádio Araguaia*-FM de Gurupi (TO), *Rádio Araguaia* e *Rádio Anhanguera* de Araguaína (TO) e, em Goiânia (GO) as emissoras *Rádio Executiva*-FM, *Rádio Anhanguera* (afiliada à CBN), *Rádio Araguaia*-FM. Em janeiro de 2002 a *Rádio Jornal de Brasília*-FM deu lugar à *Rádio Executiva*. (Fonte: <http://goiasnet.globo.com/ojc/historia/ojc/historia.htm>, em 08 de maio de 2007).

qualquer pesquisa aqui, no mundo, em qualquer lugar, do Ibope, Serpes, CNT, Gallup, é sempre assim. Alguns pegaram nesse pé para achar que a pesquisa não é verdadeira pelo fato de que o povo pode rejeitar um, dois ou todos os candidatos e, se você pode fazer isso, claro que essa soma não vai dar 100% nunca, ou dificilmente vai dar 100%. Mas a pesquisa foi muito boa e mostrou mais uma vez a importância do veículo, a credibilidade do veículo, a seriedade do grupo, isso por si só já justifica.

F - O Tocantins fora dessa região Norte, lá no Rio de Janeiro, em São Paulo, enfim, no país como um todo, é muito pouco divulgado, muito pouco conhecido, essa é até uma das justificativas para eu fazer este trabalho. O senhor acha que a repercussão na mídia sobre a criação do Tocantins, foi bem aceita, foi bem feita? E, hoje, ela também repercute bem na imprensa nacional. Veio alguém até aqui?

T - Não, eu acho que não. Veio muita gente na época por curiosidade. Até há pouco tempo a grande mídia que vinha para o Tocantins, quando vinha, era por curiosidade popular. As primeiras notícias que saíram daqui eram sobre denúncias, coisas negativas, raramente uma ou outra matéria sobre Jalapão⁸⁶ que é um cartão postal da região que, atualmente, é conhecida no mundo inteiro. As pessoas vinham e gostavam, mas já iam tirando os veículos do centro, do centro-oeste do país, no caso de *O Popular* de Goiânia, do *Correio Brasiliense*, do *Jornal de Brasília* que pertencia ao grupo. Foi muito tímida a divulgação do Tocantins. Foi feita meramente porque tinha mais uma estrelinha na constelação, mais uma Unidade da Federação, mas foi muito pouco.

F - No momento da criação também?

T - No momento da criação foi só a divulgação, mas não se deu tanta importância ao Tocantins até porque também estava se discutindo a Constituição que estava acabando de ser homologada. E a Constituição não se resumia no Tocantins. O Tocantins, e essa importância eu destaco, a emenda 3 das disposições transitórias era importante para nós aqui da região Norte de Goiás, mas a nível nacional não tinha tanta importância. E, no momento, vinham por curiosidade mesmo e diziam: “olha a poeira” e só coisas negativas mesmo. Foram poucos os veículos que mostraram a questão do potencial econômico da região. Poucos, muito poucos.

F - Com relação à capital, Palmas, como o senhor viu essa construção? Existiu essa necessidade? Foi uma atitude positiva?

T - Eu acho que foi positiva, houve muita crítica, a todo o momento a gente ficava até querendo entender por que não pegar outra cidade que tem estrutura como: Porto Nacional, Araguaína, Gurupi. É o seguinte, primeiro ponto eu sempre achei que a capital tinha que ser no centro que tinha que ser do lado direito do Rio Tocantins porque tudo até então era do lado esquerdo: BR 153, a Belém-Brasília, tudo era lá e aqui, nesta região, ficava um limbo, tudo era esquecido por todos os governos, era uma região pobre, paupérrima. Quando eu vim de Monte Alegre para estudar em Porto Nacional, tive de vir de avião de vácuo porque

⁸⁶ A região do Jalapão, no Tocantins, é chamada de deserto. É uma região formada por uma densa vegetação de cerrado baixo, a água flui exageradamente formando rios, brejos e lagoas, onde muitas espécies de animais encontram alimento em abundância. É possível encontrar espécies típicas do cerrado como o tamanduá-bandeira, veado-campeiro, capivara, ema e a onça-pintada. Casais de araras, tucanos e muitas outras aves ajudam a compor o cenário. (Fonte: <http://www.terraeasfalto.com.br/destinos/jalapao>, em 05 de maio de 2007).

na época da chuva não conseguia vir de carro. Era barco, não tinha ponte, a balsa era cara. Acredito que a escolha geográfica foi perfeita e com todas as críticas de que a construção de uma cidade é muito cara eu ainda acho que foi a posição mais acertada. Boa parte de quem está aqui acha também. Você entra numa cidade sem os vícios, sem os problemas, as deficiências. Imagine você pegar uma cidade da região Norte de Goiânia que não tinha uma estrutura, um método de esgoto, um método de nada, já pensou à beira do Rio Tocantins e instalar uma capital, ia virar um Tietê, mais rápido do que o próprio Tietê. Então, a posição foi muito acertada, o projeto é muito interessante, muito bem feito, tem problemas como agora está sendo feita a rediscussão do Plano Diretor da capital, o Ministério das Cidades está coordenando isso, nós já batemos nisso há muito tempo, já apontamos várias deficiências do Plano Diretor da capital, mas os acertos são muito maiores que os erros.

F - Teve uma oposição muito forte principalmente de Moisés Avelino que, posteriormente, foi eleito governador, alegando muitas coisas que não deveriam fazer com que Palmas fosse realmente a capital. A empresa Jaime Câmara e a imprensa local deram o espaço suficiente para ouvir esse lado da oposição?

T - Deu tanto espaço que foi até ruim para o próprio candidato. As reclamações dele, e eu lembro que a gente fez palanque eletrônico e entrevistas com os candidatos onde eu participava representando o *Jornal do Tocantins*, ele acabou pagando caro por isso. Quando perguntou se alguém conhecia Palmas, ele mesmo respondeu dizendo que quem não conhecia não perdia nada, isso acabou sendo usado pela oposição a ele, pelos adversários dele como modo de campanha e ele paga caro até hoje por isso. Agora, é compreensível. Não é aceitável que quem se posicionou contra a capital Palmas nos moldes que ela foi planejada, implantada e construída, eram as lideranças já radicalizadas na região. O Ider de Araguaína não gostou porque queria que a capital fosse lá, o líder de Gurupi não gostou, o líder de Paraíso não gostou, o líder de Porto Nacional não gostou. Porto Nacional demorou para compreender a importância de Palmas aqui. Tem-se uma cidade que é beneficiada por Palmas, é Porto Nacional. Você pode dormir em Porto e trabalhar em Palmas ou vice-versa, estudar. Não se pega ainda as dificuldades que a capital traz que é a violência, a favelização. Porto Nacional vai demorar a ter, pode até ter, mas vai demorar muito. Com todas as deficiências e problemas que têm, e esses problemas nós já contamos aqui exaustivamente, como problemas de estrutura urbanística, a questão da distância da população ao centro do Plano Diretor. Os debates já confirmaram isso, porque há uma distância muito grande e aí isso favorece à favelização que já acontece em Palmas e que já foi detectado, mas estamos no lugar certo e vejo como uma escolha feliz.

F - O senhor acha que Palmas, de alguma maneira, acabou contribuindo para se formar uma identidade do povo tocantinense?

T - Não, no meu ponto de vista não. Palmas, quando eu falo isso, algumas pessoas acham graça, apesar do tamanho e por ser jovem é um centro cosmopolita sob o ponto de vista da formação da comunidade. Você não pode dizer: esse tem jeito de palmense. Você vê o gaúcho, o paranaense, o goiano, o nordestino brasileiro, e consegue identificá-lo. E todos eles estão aqui. Quando eu falo cosmopolita é a formação da sua gente, da sua comunidade. A identidade do Tocantins, de Palmas tem três por quatro como falava Nelson Rodrigues que Copacabana tinha três por quatro. Eu costumo dizer que Palmas vai ter esse retrato de Copacabana. Como? Vai ter pessoas tocantinenses natas aqui mesmo de Miracema do Tocantins, Porto Nacional, Xambioá, como, também, terá o neo-palmense que é a pessoa

que nasceu aqui, mas que é de origem gaúcha, goiana, paulista, mineira, pernambucana e por aí vai. Sob esse aspecto têm cidades aqui que sintetizam essa identidade melhor do que Palmas, mas não tem nada de errado nisso é assim mesmo numa capital jovem, construída. Se fosse uma capital como Porto Nacional, Araguaína ou Gurupi, a questão da identidade seria muito mais forte do que é, hoje, aqui em Palmas. Se você disser qual é a identidade, hoje, de Palmas, em termos de gente, de população você não sabe. As primeiras pesquisas feitas sobre a origem dos moradores de Palmas, no início, deram que eram gaúchos e paranaenses. Hoje, conforme pesquisa feita no ano passado para o aniversário de Palmas, deu que eram os goianos. Isso mostra que a cidade é multifacetada no sentido de identidade popular. É algo do tipo multirracial.

F - O senhor é membro da Academia Tocantinense de Letras, da Academia Palmense de Letras, é escritor, fala das coisas de Tocantins, é compositor. O seu trabalho esteve concorrendo ao Prêmio Esso, ficou entre os finalistas com o segundo lugar, em 1975, teve um outro trabalho finalista neste mesmo prêmio, em 2005, e existe na Assembléia Legislativa uma proposição para condecorá-lo com Cidadão Tocantinense. O senhor acha que, de alguma maneira, contribui para a identidade do Tocantins?

T - O Prêmio Esso⁸⁷ foi muito importante. Antes disso, a Agência de Motivos de Desenvolvimento da Infância (AMDI) que faz o acompanhamento da qualidade da cobertura da mídia com relação à criança e ao adolescente junto com o Instituto Ayrton Senna e a Unicef nos deixou muito surpresos, desde o primeiro momento, porque eu não sabia que existia essa avaliação, esse levantamento, esse acompanhamento da AMDI, que acabou avaliando que o *Jornal do Tocantins* está entre os melhores jornais no que se refere ao quesito de cobertura da criança e do adolescente no país. Nós já fomos classificados em primeiro lugar num estudo que se chamava Balas Perdidas da AMDI em que abordava a violência contra a infância e adolescência. Nós ficamos em primeiro lugar no Brasil, na frente da *Folha de São Paulo*, de *O Globo*, do *Estado de São Paulo*. Outra campanha foi O Grito dos Inocentes em que ficamos em quarto ou quinto lugar. O nosso jornal está sempre bem julgado na avaliação qualitativa e não na quantitativa. Isso é muito bom porque é uma avaliação de um jornal que não tem suplemento jovem como outros jornais têm. Nós ficamos em primeiro lugar à frente de jornais que tinham suplemento jovem como o *Folha Teen* da *Folha de São Paulo*, *O Popular* tinha *O Pop*, mesmo assim o jornal foi e venceu na questão de forma qualitativa. Eu, particularmente, acho que essa avaliação da AMDI para nós é um prêmio, um incentivo, é uma coisa maravilhosa. Ser finalista do Prêmio Esso, sem esquecer que tínhamos inscrito o nosso jornal pela primeira vez, e ficamos finalistas, concorrendo com o *Correio Braziliense* que, tradicionalmente, é um revolucionário, na parte gráfica do Brasil com *O Dia*, do Rio de Janeiro, só de ficar em terceiro lugar foi bom demais. Não é papo de derrotista, mas está bom demais, a gente foi e sabe que ali, na hora, pesou a tradição, não desmerecendo a capa do *Correio* que ficou muito boa, muito bonita, muito bem feita, uma técnica diferente. Inscrevemos-nos na categoria capa. Poderíamos ter

⁸⁷ O Prêmio Esso de Jornalismo é um programa institucional da Esso Brasileira de Petróleo, empresa com 93 anos de presença no Brasil. Desde 1955, o Prêmio Esso vem promovendo o reconhecimento do mérito dos profissionais de Imprensa através da indicação e escolha dos melhores trabalhos publicados em jornais e revistas, segundo o julgamento de comissões independentes formadas exclusivamente por jornalistas e especialistas da área de Comunicação. Desde 2001, vem distinguindo também o melhor trabalho de jornalismo em televisão, com a concessão do Prêmio Esso Especial de Telejornalismo. (Fonte: www.premioesso.com.br, em 09 de maio de 2007).

nos inscrito em outras categorias. Tenho certeza absoluta que se tivéssemos nos inscrito, em outra categoria, teríamos ficado com um Prêmio Esso. Agora, um jornal novo como o nosso, com a equipe pequena e reduzida como a nossa, com a estrutura técnica e física que é muito boa, mas o recurso humano é muito pequeno, foi um excelente resultado. Nós trabalhamos com jovens profissionais recém saídos da faculdade, alguns até sem faculdade ainda e, mesmo assim, conseguir concorrer de igual para igual com o *Correio Braziliense*, com *O Dia*, e com o Brasil inteiro, foi muito bom. O Prêmio Esso foi outra alegria grande para nós. Ganhamos outros prêmios nacionais e até, recentemente, nós fomos pré-finalistas do Prêmio IGE⁸⁸ de jornalismo também com matérias escritas por sugestão dos organizadores do prêmio que também têm a AMDI e a Unicef apoiando. Então, fomos pré-finalistas de matérias que nem fomos nós que escolhemos, eles mesmos colocaram a matéria para o melhor ganhar o prêmio.

F - E o cidadão tocantinense?

T - O cidadão tem generosidade dos parlamentares, no caso da Solange Duailibe⁸⁹, que é deputada estadual. Eu já havia recebido em Porto Nacional, sou Cidadão Portuense pela minha relação com a cidade já que morei e estudei lá, tenho uma gratidão impagável por Porto Nacional sob o ponto de vista educacional, moral e de amizade. Aliás, em Porto, não me deixaram morrer porque eu podia ter morrido de fome lá, não só de fome de alimento corporal, mas de fome espiritual também. Sou Cidadão Palmense também, pela generosidade da vereadora Marisa Sales, Cidadão Arraiano, que é do município de Arraias, que fica na minha sendo que Arraias fica a sudeste do Tocantins e Monte Alegre a nordeste de Goiás, mas é tudo na mesma região. Têm outros títulos que eu não fui receber ainda como na cidade de Miranorte. E com o cidadão tocantinense, tenho um sentimento muito bom. Até eu estava comentando com a minha família que eu fico orgulhoso, mas preocupado porque é uma responsabilidade muito grande. Eu acho que a contribuição que eu dei não sei se é merecedora de receber o título de cidadão tocantinense. A minha contribuição, se é que eu dei, é de trabalhar corretamente, honestamente e defender, se é uma coisa que eu sempre fiz foi defender Tocantins antes de ser criado e depois de ser criado. Comprei brigas homéricas em relação a Tocantins, inclusive foram milhares, às vezes, as pessoas falavam brincando sobre Tocantins, mas eu não aceito que ninguém fale mal do Tocantins. É mais ou menos aquela coisa de irmão, de filho que, para quem eu quiser, eu posso falar do meu irmão, da minha família, mas não aceito que ninguém fale da minha família. É mais ou menos esta relação. Eu gosto demais do Tocantins e estou pagando muito caro por estar aqui. Profissionalmente foi excepcional ter vindo para cá, ter tido a chance de pegar o jornal, praticamente do zero e participar do processo de consolidação do estado e do jornal também. Não estou falando de talento e competência, estou falando de oportunidade. Eu tive e estou tendo oportunidade. Já, financeiramente, não foi interessante vir para cá, mas na balança o peso da realização profissional é maior que a

⁸⁸ O Prêmio IGE de Jornalismo foi criado em 2005 e em seu lançamento contemplou a premiação de sete categorias: impresso nacional, impresso regional, televisão nacional, televisão regional, rádio nacional, rádio regional, iniciativa inovadora. O Prêmio IGE de Jornalismo tem como preocupação oferecer à imprensa brasileira instrumentos que a auxiliem na realização do seu trabalho diário dentro das redações. (Fonte: <http://www.premioigedejornalismo.org.br>, em 07 de maio de 2007).

⁸⁹ **Solange Duailibe** é deputada estadual e está cumprindo o seu segundo mandato. Jornalista por profissão, é natural de São Miguel do Araguaia, estado de Goiás. É casada com Raul Filho, atual prefeito da cidade de Palmas.

realização financeira. Eu vim de Goiânia, ganhando bem menos do que ganhava lá porque eu fazia outras tarefas, estava vivendo o melhor momento profissional em Goiás. Eu havia chegado lá por baixo, fiz revisão de páginas, fui revisor, repórter, subeditor de cultura de *O Popular*, ganhei prêmio nacional de jornalismo lá em Goiás - parece que foi o primeiro prêmio nacional de jornalismo que Goiânia teve que foi o Prêmio ABRACIF⁹⁰ de jornalismo. Eu estava num momento ótimo, literariamente, estava lançando livros, discos de composição e apesar de tudo isso vim para cá e não me arrependi profissionalmente. O custo financeiro que não foi bom foi recompensado pela conquista profissional.

F - O senhor esteve fazendo uma pesquisa em Portugal sobre Theotônio Segurado. O senhor realmente vê Segurado como um precursor desses ideais de independência política e de separação de território?

T - Eu acho que Theotônio Segurado teve essa importância. Algumas pessoas criticam, talvez por razões pessoais, a questão da relação dele com Portugal, teve momentos bons, momentos de conflito. Eu acho que Tocantins, como disse no começo, não tem uma pessoa, têm inúmeras pessoas, inclusive que participaram como Theotônio, como outros parlamentares que nem são citados, nem são lembradas, muita gente não é lembrada. Eu vejo Theotônio como um marco de momento assim como teve o momento de Lysias Rodrigues, de Feliciano Machado Braga, de Fabrício César Freire, de Darci Coelho, de João Rocha, de Jaime Câmara, do Siqueira Campos, de Eduardo Siqueira Campos. O Theotônio tem uma importância muito grande e tem gente que critica isso. Eu fui nessa pesquisa como membro da Academia Tocantinense de Letras, através de uma comissão formada por acadêmicos, por imortais e acabei fazendo a matéria porque sou jornalista 25 horas, sou jornalista o tempo inteiro, fiz matéria para o *Jornal do Tocantins*, para a *TV Anhanguera*. Não fui lá para passear, fui como membro da Academia Tocantinense de Letras e não como jornalista do *Jornal do Tocantins*, não fui pela empresa *Jaime Câmara*, fui como membro da Academia que faz parte da comissão de estudos da história do Tocantins. Tinha gente do governo, da área cultural e da Fundação Cultural como a Kátia Rocha, também foi o Liberato Costa Póvoa, o Marcos Vilas Boas⁹¹, pessoas da Academia. Achei muito bom ter ido, até para descobrir coisas que eu não sabia de Theotônio, da participação dele como constituinte do Congresso Português. Ele pode não ter sido a pessoa importante como muita gente acha, mas não foi também a pessoa menos importante como outros tantos também acham e dizem que ele fugiu, morreu, mataram e por aí vai. Ele teve uma participação política muito importante em Portugal e, claro, se teve em Portugal teve também no Brasil porque o Brasil era de Portugal. Ele era constituinte, parlamentar, teve o

⁹⁰ Não encontrei informações sobre o referido prêmio.

⁹¹ **Marcos Villas Boas** é mineiro de Uberaba, cursou Direito em Brasília, no Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB). Após exercer a advocacia em Formosa, no estado de Goiás, ingressou na Magistratura Tocantinense. Exerceu sua função nas Comarcas tocantinenses de Dianópolis, Colméia, Porto Nacional, estando atualmente na titularidade do Juizado Especial Criminal da capital, Palmas. Exerceu a função de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Tocantins entre 1994 e 1996, onde atualmente tem assento. Já integrou o Tribunal de Justiça, inclusive compondo seu órgão Pleno, em substituição a Desembargador, tendo também exercido a função de Juiz-Corregedor por duas vezes. Pertence à Academia Tocantinense de Letras e escreveu, em co-autoria com Liberato Costa Póvoa, as obras *Prisão Temporária*, e a *Lei Orgânica do Poder Judiciário do Estado do Tocantins*. É um dos fundadores da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Tocantins (Unitins), em Palmas, onde lecionou Introdução ao Estudo do Direito e Direito Constitucional. Escreveu, ainda, a obra *Manual de Informática Forense*". (Fonte: www.dianopolisto.hpg.ig.com.br/marco.htm, em 06 de maio de 2007).

momento de ruptura com Portugal e, neste momento, acredito que ele tenha apostado as fichas na criação do Tocantins mais para livrar a pele do que para qualquer outra coisa. Então, independente dos motivos, foi mais um lutando para a criação do Tocantins.

F - O senhor acredita que, em 1821, era possível fazer isso?

T - Não com essa conotação de estado do Tocantins. Se você for ver a Comarca do Norte e a Comarca do Sul e disser “vou dividir a comarca” é impossível. A distância é muito grande. Mas é uma coisa até natural do ponto de vista idealista. Dizer que está longe demais da Vila Boa, onde hoje é Goiânia é uma grande distância, mas era uma coisa natural tanto é que a sede da comarca não seria aqui no Tocantins, seria no Pará. Esse sentimento divisionista, de separação é uma coisa natural de interesses políticos, econômicos, sempre teve e não foi só aqui não, isso é coisa das capitânicas. A história das Capitânicas Hereditárias, as subdivisões. Mas pelo que li, pela pesquisa que fizemos, pelas pessoas que sabiam da vida dele, Segurado, em determinado momento, ajudou a “inventar” esse anseio de divisão de área.

F - Eu gostaria que o senhor avaliasse, de maneira particular, a atuação do político Siqueira Campos.

T - Eu fico muito à vontade para avaliar uma pessoa que não dá para ignorar, não dá para desconhecer. É até uma maneira de reconhecer numa pessoa que foi vereador numa cidade como Colinas de Goiás, que chegou aqui e que viu a distância das coisas, do poder central de Goiás com a comunidade, sentiu tudo isso e acabou tomando pé da situação da história do Tocantins que já existia de luta, de sonhos e de anseios da criação e abraçar a causa e colocar na vida política dele como sua principal bandeira. Sabemos que um deputado, um vereador, um político, um senador, cada qual tem uma bandeira em um momento específico, mas ele pegou isso e fez a sua bandeira principal, persistência total. Na hora que você leva uma negativa até passa, mas levar 2, 3, 4, 5, 6, 10 negativas é complicado. O Siqueira teve uma importância muito grande, não entro nessa discussão ridícula que tem aqui atualmente de que alguns segmentos querem simplesmente passar a borracha e negar a importância de Siqueira na criação, na implantação e no desenvolvimento do Tocantins. Ninguém pode negar, o opositor, qualquer que seja ele. Eu falo isso para pessoas políticas de qualquer segmento e que tenho contato, que isso é uma atitude infundada, é um equívoco muito grande, você pode ter outras bandeiras, outras plataformas de momentos diferentes, de defender o seu ponto de vista. Agora, não comungo e nem acho que Siqueira Campos seja dono do estado. Mas é inegável, não se discute. Os erros e os acertos políticos a história vai dizer e esse momento, não é o momento da história dizer isso. O momento é acalorado, é político-partidário, é de rancor, é de mágoa, é de sentimento de traição ou de não traição. Agora, a importância do cidadão e do político Siqueira Campos na história do Tocantins, com todos os possíveis erros que, certamente, no decorrer do tempo, os cometeu é, sem dúvida nenhuma, muito grande. Acredito que se não fosse a persistência que ele teve, se não fossem as pessoas acreditarem num sonho e se não fosse o que eu sempre falo e que ainda não foi escrito corretamente, a estrutura da obra jornalística que o senhor Jaime Câmara deu para esse sonho, o Tocantins não teria saído no dia 5 de outubro de 1988. Foi um conjunto de situações, do povo se organizar, do povo lutar, de políticos de cores diferentes como os que se juntaram: José Freire, Darci Coelho, Siqueira Campos, Brito Miranda, tanta gente, do próprio Benedito Boa Sorte. Reforço que foi um conjunto e essa importância da empresa *Jaime Câmara*, não é porque eu trabalho aqui não, ela não foi

escrita corretamente. Ela deu sentido prático à realização desse sonho, pegou a estrutura dela: aviões, carros, colheu assinaturas dos moradores das regiões de Goiás, se não fosse isso, seria mais uma emenda e ficaria para outra Constituição. Daí eu acho a grande importância de Siqueira Campos, de José Freire, da *Organização Jaime Câmara*, todos foram muito importantes.

F - Como o senhor enxerga o Tocantins no futuro?

T - Eu enxergo e continuo vendo com a maior esperança do mundo. Com todos os problemas que o Tocantins está enfrentando, hoje, eu não consigo olhar para o horizonte e não ver algo de bom para o Tocantins. Eu acredito que aqui vai ser o celeiro não só da região Norte, acredito que aqui vai ser o celeiro do Brasil mesmo. O dia em que os interesses coletivos prevalecerem sobre os pessoais, partidários isto aqui vai virar uma fronteira como o Uruguai se tornou, como Paraná se tornou. Goiás está vivendo um momento fantástico no aspecto econômico e é tão fantástico que o aspecto cultural está acima do político-partidário. O Tocantins para chegar nesse ponto precisa colocar, acima de tudo, o aspecto econômico-social e cultural. Tem tanta gente boa vindo aqui, prestando concurso, mas o estado não deve perder a sua identidade, aí está o papel da Academia Tocantinense de Letras, da Palmense, dos artistas de uma forma geral que são os defensores dessa identidade. Não é sectarismo, regionalismo, bairrismo, é questão de manter a identidade. Para o Tocantins, no futuro, eu tenho perspectivas boas só que elas não podem se perder em picuinhas político-partidárias senão vai empacar e ficar num atraso de 10, 20, 30, 40 e 50 anos. O potencial nós temos, as condições nós temos, temos terra suficiente, água suficiente e vocação econômica que é a agropecuária, que é futuro mesmo. A indústria que quiser vir para cá tem que vir dentro dessa área de atuação, de aproveitamento de matéria-prima para deixarmos de ser somente fornecedor de matéria-prima, nós temos condições de produzir e manufaturar a matéria-prima que temos aqui.

F - Muito obrigada, foi um prazer conversar com o senhor.

T - Espero que tenha aproveitado o que eu falei.



RINALDO CAMPOS

Dia: 26 de abril de 2006

Local: Sala de Imprensa do Palácio Araguaia –
Sede do Governo Estadual

Hora: 11 horas e 45 minutos

Duração: 43' 40''

F - Qual é o seu nome completo?

R - Rinaldo Campos de Oliveira

F - Onde o senhor nasceu?

R - Recife, Pernambuco, em 5 de março de 1951

F - Qual o nome de seus pais?

R - Oziel Campos de Oliveira e Ivanize Souto Campos

F - Que profissões eles tiveram?

R - Meu pai foi latifundiário e comerciante do ramo de eletrodomésticos e minha mãe uma honrada dona de casa que reclama da vida de dona de casa, há 65 anos ao lado dele.

F - O senhor tem irmãos Rinaldo?

R - Somos em sete, quatro rapazes e três moças.

F - Algum outro irmão seu é ligado ao jornalismo?

R - Não. Todos têm diploma superior, mas no jornalismo, nessa loucura, só eu.

F - Quanto à sua formação escolar, onde o senhor estudou na sua infância, na sua adolescência, na sua juventude?

R - Eu, com 1 ano de idade, fui tirado de Recife e levado para Londrina, no Paraná, por uma questão de sobrevivência do agreste, dos retirantes, e a minha primeira infância até os 15 anos foi em Londrina. Depois, em São Paulo, me formei pela Pontifícia Universidade Católica e, posteriormente, em Sociologia Política, pela Universidade de Angola.

F - Então são dois cursos superiores?

R - Sim.

F - Onde o senhor morou? Quais foram as suas andanças pelo país, pelo mundo?

R - Se me tiraram do Recife com 1 ano sem me perguntar, até os 14 anos eu morei em Londrina. Depois, quando a vida me deu o direito de escolher eu morei em 78 cidades

diferentes pelo mundo. Eu nunca consegui parar. O único lugar em que eu estabilizei residência por mais de 5 anos foi em Palmas, Tocantins. Como já disse saí de Londrina e fui para São Paulo. Por problemas políticos lá, em 1968, saí do Brasil e voltei em 1969. Em 1970 eu já estava registrando a minha terceira prisão. Aí saí do país, fiquei 8 anos fora e voltei no final da década de 70.

F - Então o senhor teve 3 prisões durante a sua vida?

R - Na vida? 35 prisões.

F - A que o senhor atribui tantas prisões? O que acontecia?

R - Todas as vezes que você desacata um poder constituído, que não cede às pressões do poder, ou todas as vezes que você mostra ao poder que ele está oprimindo, ele tende a te encarcerar porque é a forma que os dominantes têm para minar a sua resistência. Então a pergunta é por que me prenderam 35 vezes? Das 35 vezes apenas três foram legais.

F - Por que o senhor escolheu o jornalismo como profissão? Como chegou a ele?

R - Desde menino todas as posições que eu assumia, até mesmo dentro de casa, eram contraditórias. A posição do meu pai em relação à vida...com a minha mãe não...com a minha mãe era um conflito sem muita consequência. Mas eles achavam que pelo meu posicionamento eu seria um advogado. E realmente a vida me levava para esse caminho. No entanto, eu descobri que um advogado tem duas posições: a favor ou contra. E eu descobri que o jornalismo é um “advogado” de múltiplas posições. Você não precisa se fixar numa ou noutra. Por isso, escolhi o jornalismo.

F - O senhor viajou muito pelo Brasil e pelo mundo. Como conheceu o Tocantins e resolveu se fixar no estado?

R - Eu era correspondente da *Revista Veja* em Campinas entre 1988 e 1991, e trabalhava como editor de um jornal do Orestes Quércia, o *Diário do Povo*⁹² e aquela reportagem que a *Veja* publicou no final de 1989, dizendo que o seqüestro de Abílio Diniz era uma “arte” do Quércia e do então Secretário de Segurança de São Paulo, o conhecido Luiz Antônio Fleury Filho, fui eu quem levantou esses dados e publiquei. Saiu na *Veja* e no jornal do Orestes Quércia. Por conta disso, eu sofri um atentado na Rodovia dos Bandeirantes, onde meu carro levou 38 tiros e eles foram tão ruins de pontaria que não conseguiram me acertar, destruindo apenas o carro. Nessas condições, eu estava separado de um casamento, com dois filhos e essas crianças ficaram comigo para criar. E eu, como um pai solteiro, senti dificuldade de manter a segurança dessas crianças numa cidade grande e investiguei onde teria um canto totalmente isolado e bonito, na medida em que eu pudesse ver a natureza, sem riscos de vida para as crianças. Eu ia ser um vendedor de laranjas para cuidar dos filhos. Nunca tinha ouvido falar do Tocantins a não ser por acaso em notícias, que tinha um doido querendo fundar o estado, mas, fora isso, sem nenhuma outra informação. Cheguei por acaso e cheguei sozinho com dois filhos pra criar e uma luta pela frente.

F - E quando o senhor chegou ao Tocantins, qual era o cenário político? O que o

⁹² O jornal *Diário do Povo* circula na cidade de Campinas. Foi fundado em 1912, pelo vereador e jornalista Álvaro Ribeiro. Em 1996, o Grupo Anhangüera de Comunicação comprou o jornal que, atualmente, possui mais de 106 mil leitores pela região.

senhor encontrou politicamente na sua chegada?

R - O cenário era tão desolado em Palmas, quanto o cenário político da região. Era devastador. Não tinha absolutamente nada de organizado, a luta era de todos, sendo cada morada um barracão. Politicamente não existia o cenário de um sistema governamental, a lei. Havia um maluco, esculhambando com todo mundo, mandando em todo mundo. Mas, quando eu cheguei, em julho de 1991, o primeiro governador, que é a questão da minha luta toda aqui, tinha acabado de ser destronado. Neste momento, o governador eleito Moisés Avelino estava assumindo, quando Siqueira Campos, o primeiro governador, que agora eu posso dizer o nome, descobriu que eu estava aqui, me chamou e me colocou no jornal dele (*O Pioneiro*⁹³). Eu era um jornalista, e ele um empresário. Trabalhei com ele durante sete meses sem receber.

F - Então o senhor conheceu o empresário Siqueira Campos.

R - Eu não o conhecia. Eu sabia que existia uma pessoa com esse nome, ele estava em Brasília e eu conversava com ele por telefone. Sete meses depois, trabalhando sem receber um salário, éramos trinta e duas famílias nessa situação. Nós “tomamos” o jornal, cometemos a primeira rebelião do Tocantins e pegamos os jornais para nós. Eu assumi a diretoria, e todos os que estavam do lado dele foram demitidos. Siqueira Campos foi obrigado a nos fazer o pagamento e com esse dinheiro eu me preparei para sair do estado, pensei que não tinha mais condições e disse: “acho que errei na dose”. Como o jornal era nosso, ele negocia e o jornal fecha. Alguns meses depois, ele me chama novamente e eu lhe digo que “nós já temos um problema”. Foi aí que eu o conheci pessoalmente, mas lá em Brasília. Levantei a questão do jornal e ele me disse que o jornal não era dele, que era dos deputados que não haviam agido de maneira correta e disse que um jornalista como eu tinha que ser prestigiado. Nesse dia, eu tinha na minha mesa a proposta que ele me fazia, onde eu assinaria a propriedade de um canal de televisão e um jornal. Ele me deu um canal de televisão, a *TV Real*⁹⁴, de presente. Entendendo que a vida não é bem assim, que as minhas pernas não eram tão belas para merecer um presente desses, eu recusei e o José Carlos Camargo⁹⁵ entra no meu lugar como testa de ferro de Siqueira Campos. O resultado disso é que hoje todos eles respondem processo. Foi aí que eu realmente conheci Siqueira Campos, o empresário, porque ele não era governador.

F - Por que o senhor acha que Siqueira Campos o escolheu?

R - Havia uma questão que até hoje se manifesta que é uma questão de idade. Dos jornalistas que estavam aqui, a grande maioria eram garotos jovens e em início de carreira. E eu já tinha mais experiência. Ele já tinha levado o primeiro “tapa,” quando me demitiu

⁹³ Durante cinco meses entre 2006 e 2007, fiz uma vasta pesquisa para encontrar o registro do jornal *O Pioneiro* no Tocantins. Não encontrei. O único jornal encontrado com este nome está localizado na cidade gaúcha de Caxias do Sul, e pertence o grupo RBS.

⁹⁴ A *TV Real*, de Siqueira Campos, era retransmissora do SBT e teve concessão assim que o estado do Tocantins foi criado. Funcionou até outubro de 2000, quando foi repassada para a TV Jovem Palmas, que, segundo fontes orais que não permitiram sua identificação, continua sendo de Siqueira Campos.

⁹⁵ **José Carlos Camargo** seria um “laranja” do ex-governador Siqueira Campos. Conforme denúncia do filho mais velho do ex-governador, o Siqueira Campos Júnior, ao jornal *O Globo Online*, de 6 de setembro de 2006, José Carlos, além de funcionário de um outro jornal de Siqueira Campos, o *Folha Popular*, também teria recebido um lote único no ato da desapropriação de uma fazenda, que transformou-se em uma reserva ecológica.

sem pagamento. Ele gosta desses “tipos” arrogantes, valentes e bons de briga, mas gosta desse estilo ao lado dele. Então eu voltei ao jornal dele e trabalhei por mais dois anos.

F - Então o seu tempo de convívio de trabalho com Siqueira Campos foi de 2 anos.

R - E foi um convívio pessoal porque ele desempregado não tinha nada para fazer. Então, ele “aluga” as pessoas. Ele conversa um dia inteiro e encontrou em mim uma pessoa que adora conversar também um dia inteiro. E nós conversávamos sobre todos os aspectos. Assim, houve a possibilidade de conhecê-lo de uma forma mais interior.

F - Enquanto o senhor comandou o “complexo” de Siqueira Campos, ele lhe dava liberdade de decisão ou ele é quem definia a linha editorial de suas publicações?

R - Ele tinha um governador e um prefeito na oposição. Então, para bater no inimigo nós tínhamos total autonomia. O problema dele é quando se bate nos amigos. Havia interferências todas as vezes que um policial que tivesse atirado num preso que fosse do seu grupo, no momento em que um prefeito do interior que tivesse roubado fosse do “grupo”, então, nesse sentido, havia interferência sim, mas eram interferências um pouco complicadas porque eu jamais as aceitei. Então eu era tido como um problema seríssimo. Eu nunca obedeci. Nem a mim mesmo eu obedeco, quando me contrario. Havia interferências, mas havia, em tese, uma liberdade muito grande também porque Siqueira Campos estava fora do governo e o governo é quem apanhava. E nós batíamos impiedosamente.

F - A sua “ruptura” com Siqueira Campos aconteceu quando o filho dele Eduardo Siqueira Campos venceu as eleições para prefeito de Palmas, em 1993, correto?

R - Foi um pouco antes. Siqueira Campos pediu para que eu parasse com o jornalismo, agradeceu, elogiou muito o meu trabalho e disse o seguinte: “você pode descansar agora” e, em seguida me chama para fazer a campanha do filho dele. Porém, eu tenho problema com todos os tipos de poderes porque eu não conseguiria fazer uma campanha para aquilo que eu não acredito de fato. Ele me ofereceu o cargo de Secretário de Comunicação de Palmas e, no mandato seguinte, eu sairia a deputado federal ao lado dele e estaria eleito. A princípio, ao ouvir uma coisa dessas, a gente até pondera ainda mais vivendo na necessidade e tendo a chance de ter esse poder nas mãos, a gente pára para pensar. Mas o que na verdade ele queria era o que realmente aconteceu: ele me tirou da frente, no momento mais delicado da campanha, para que outros assumissem o poder de manda porque o jornal que até então trabalhava com notícias virou um panfleto eleitoral. Um jornal que na primeira edição, na minha ausência, estampou onze vezes a fotografia dele e do filho em 4 páginas. Era uma coisa incrível e é o que ele faz sempre até hoje em época de campanha. Foi nesse momento em que eu simplesmente resolvi sair.

F - A sua prisão tem ligação com essa “ruptura”? Sob que alegação o senhor foi preso?

R – A princípio parecia que não.

F – Antes de continuar, só para situar, o senhor poderia dizer a data correta de sua prisão?

R – Sim, foi dia 8 de janeiro de 1993.

F – Continuando...

R – Dia 5 de janeiro, Eduardo Siqueira Campos, o filho e o candidato a herdeiro político de Siqueira Campos, foi vitorioso na eleição. Até aquele momento, o relacionamento com a imprensa era difícil porque éramos em 32 jornalistas e o único que não tinha vínculo com o poder era eu. Todos os outros estavam trabalhando, é o direito de cada um cumprir o seu trabalho, cada um tem sua família, e eu não ponho em questão isso. Mas eles trabalhavam para o estado. E neste dia, na posse do prefeito, eu fiz uma pergunta que era corrente naquele momento já que diziam ser ele (Eduardo) um usuário de drogas. Então eu fiz a pergunta que talvez tenha desequilibrado o jogo. Eu perguntei: “prefeito Eduardo Siqueira Campos, o que o senhor tem a declarar àqueles que afirmam ser o senhor usuário de drogas? O senhor se submeteria a um exame de sangue?”. Ele sabia que eu estava com minha equipe de médicos e, se ele deixasse, eu recolheria o sangue dele na hora porque eu estava com os paramédicos prontos com a seringa na mão. Ele bateu nas minhas costas e isso foi público porque todos os jornalistas viram, todos gravaram e ele me falou: “olha, você foi longe demais”. Era 5 de janeiro. Eu fui à justiça e disse para a doutora Célia Ribeiro⁹⁶: “estão preparando um flagrante para mim. O que eu faço?”. Ela me disse para tomar cuidado e para ficar livre. E eu denunciava o deputado Izidório de Oliveira⁹⁷ por duplo homicídio. Ele mandou matar dois cidadãos. Nesse dia, o deputado vai na minha casa, com o carro da Assembléia Legislativa, me leva até a casa dele, vamos à Assembléia e dentro da Assembléia eu sou preso por tentativa de extorsão deste deputado. A princípio parecia um ato isolado, um golpe mesmo, mas em 35 dias, sem advogado porque a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) recusou-se de participar da operação da minha defesa, a defensoria pública recusou-se a apresentar um defensor. Trinta e cinco dias depois a juíza Célia volta de férias na Bahia, e ao saber do meu caso, me liberta imediatamente. O caso, hoje, já foi julgado e a conclusão a que a justiça chegou é que houve uma ação deliberada para me incriminar. Essa foi a primeira prisão oficial desse tipo do Tocantins. Hoje somam-se quatorze prisões, 16 anos depois.

F - Foi por consequência disso que surgiu *O Ditador do Cerrado*?

R – Olha, quando eu rompo com o grupo, faço uma greve de fome exigindo meus direitos trabalhistas porque eu queria meu dinheiro para ir embora. Eu achava, pela segunda vez, que não havia clima para eu continuar aqui. E eles se recusavam a pagar. Então eu fiz uma greve de fome e recebi meu dinheiro. Foi aí que surgiu a possibilidade de antes de ir embora deixar essa história contada. Eu já não tinha mais jornal, nem televisão nem rádio. Eu não podia trabalhar. Então se era para desistir, eu já estava com o meu dinheiro da indenização em mãos e resolvi contar a minha história em livros. Foi aí que, um dia, o Major Napoleão⁹⁸ me provocando, perguntou que livro era esse e eu respondi *O Ditador do Cerrado*. Foi uma provocação com o meu bom humor (sempre fui muito engraçadinho com essas histórias). Quando eu disse isso eu recebi a visita do Siqueira Campos me dizendo para eu não fazer isso porque ia denegrir a imagem dele, que ele era um grande estadista, enfim, que ele tinha construído tudo isso. Com essa visita dele eu percebi que eu tinha uma grande idéia e que ele estava fazendo a proposta de compra dessa idéia. Não aceitei. Cinco

⁹⁶ Célia Ribeiro era juíza eleitoral da 29ª Zona Eleitoral do Tocantins, que é a região da capital, Palmas.

⁹⁷ Izidório de Oliveira foi prefeito da cidade de Dianópolis (1983-1988) e deputado estadual pelo Tocantins.

⁹⁸ Napoleão Hermínio da Silva, o major Napoleão, é tenente-coronel e cuidava da segurança pessoal de Siqueira Campos.

dias depois eu fui preso novamente. Passei onze dias preso sem nenhuma acusação formal. Dessa vez não tinha. Na primeira vez, pelo menos, tinha a acusação de que eu tinha tentado subornar um deputado. Nessa segunda vez, eles diziam que eu era foragido em São Paulo, que tinha cometido homicídios em São Paulo, e que eu tinha uma preventiva decretada lá. Portanto, tinham me prendido aqui para me mandar para lá. Onze dias depois eles me soltaram sem nenhuma formalização. As pessoas me perguntam: “e a justiça?”. Não havia justiça. A justiça era toda dele. Os desembargadores, juízes, todos tinham e têm casa, chácara, fazendas, dadas de presente por Siqueira Campos. Porém, eles não tinham moral, autoridade, nem idoneidade para julgar nada, então não tinha como apelar. Nós apelávamos em Brasília e a coisa ia cada vez mais se complicando e a gente se indispondo mais com o poder. Um dia, no lançamento do meu livro em 15 de novembro de 1996, estou na Pousada dos Girassóis⁹⁹, em Palmas, a polícia entra no quarto, me algema, me leva preso, pega os livros e manda queimar. Essa foi a quarta prisão nessa seqüência. Continuo?

F - Pode continuar sim.

R – Na primeira prisão eu disse: “não, não quero mais encrenca. Me solta que eu vou embora”. Então eu saio, volto pra lançar a segunda edição, eles me prendem, pegam a edição e mandam queimar. Eu saio da cadeia, faço a terceira edição, eles me prendem, apreendem e mandam queimar. Eu saio do estado, só que agora já ficou até mais complicado porque depois da terceira edição a gente perde apoio e as pessoas. Não acreditavam mais que fosse possível. Seis meses depois (até o detalhe de como surgiu essa edição é uma coisa interessante também), porque eu volto...

F – Teve uma apreensão também no Rio Grande do Sul não é?

R – Isso. Nesse intervalo entre a primeira, a segunda e a terceira, enquanto estávamos nos movimentando para lançar, eles (a turma do Siqueira), tomam três aviões do estado, vão até o Rio Grande do Sul.

F - Isso foi na quarta edição?

R - Na terceira. Então, eles vão até o Rio Grande do Sul, invadem a gráfica, roubam todos os originais, agridem os padres palotinos¹⁰⁰ que eram os que aceitaram fazer esse trabalho voluntário pra mim do argumento-fato e da conversa que tivemos, e invadiram a minha casa do Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Maria. Retiraram todo o material que tinha ali (papéis, livros) e tocaram fogo. Dentro do Brasil aconteceu isso. Nesse intervalo era entre a segunda e a terceira edição. Aí também ficou um pouco confuso o que era terceira e segunda. Na terceira edição, propriamente dita, eu já tinha livros e estava no hotel Naum

⁹⁹ A Pousada dos Girassóis é um hotel de alto nível localizado em frente ao Palácio Araguaia. Foi construída em 1990 e é referência para aqueles que chegam à cidade e procuram hospedagem de alto nível.

¹⁰⁰ O padres palotinos tiveram origem na região do Vale Vêneto, na Itália. No Brasil, se concentram no Rio Grande do Sul, principalmente nas cidades de Porto Alegre e Santa Maria, onde são responsáveis por duas gráficas. Também estão nos Estados Unidos, Roma, Uruguai e Argentina. (Fonte: www.palotti.com.br, em 10 de maio de 2007).

Plaza, em Brasília, com o então ministro Ciro Gomes, o então ministro Fernando Henrique Cardoso e o presidente da OAB Roberto Batochio¹⁰¹.

F - Em que ano?

R – Isso era 1996. Eu estava com essas três autoridades numa ala no topo do hotel, porque eu estava sob ameaça de morte por isso estava numa área de segurança máxima. Almoçando com essas personagens da República, o Roberto Batochio, comentando o caso disse assim: “não, eles invadem aquela cuputela, Palmas, eu quero ver eles invadirem a capital da República”. Nesse instante, um garçom parou e falou ao meu ouvido. Eu virei para o doutor Batochio e disse: “eles acabaram de atacar a capital da República”.

F - O que o garçom falou ao senhor?

R – “A polícia do Tocantins acabou de se retirar e levaram os seus livros”. Eles invadiram a capital da República, com o então candidato à presidência que viria ser eleito depois, Fernando Henrique, na barba do presidente da OAB Roberto Batochio, e levaram tudo. Essa foi a terceira edição.

F – Fernando Henrique soube desse episódio?

R – Nós estávamos sentados juntos à mesa. Na hora, o doutor Roberto Batochio liga para um advogado para me atender aqui no Tocantins e o advogado disse: “não, com aquela gente eu não me meto”. Aí a coisa se transformou num imbróglio judicial que até hoje o livro continua censurado.

F – Por que o senhor deu tal título ao livro? O que exatamente ele significa?

R – Eu acho que é tão redundante o título. Porque ele (Siqueira Campos) é um ditador e ele reconhece. Se fosse no litoral seria o ditador da praia, da montanha. Em qualquer latitude ou longitude ele continua sendo um ditador.

F - A ordem de apreensão partia mesmo de Siqueira Campos?

R – Sim. Era um pedido de incineração assinado por Eduardo Siqueira Campos, o filho-prefeito, hoje, senador da República. Consta nos autos.

F - Mas ele não era governador. Ele tinha autoridade para isso?

R – Ele sempre foi o dono desse estado. Os juízes e desembargadores sempre o obedeceram. As ordens que eles emitiram naquele período eram ordens de moleque. Ele sempre mandou. Hoje, eu não saberia dizer a força brutal que ele tem sobre o judiciário, mas naquela época o judiciário andava amarrado a ele como se fosse o cachorrinho da madame, que é até mais subversivo porque pelo menos o cachorrinho faz cocô na calçada e os desembargadores não faziam.

¹⁰¹ **José Roberto Batochio** é natural de Dois Córregos, estado de São Paulo, em 17 de abril de 1944. Entro na Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, em 1963 formando-se em 1967. Tirou título de Mestre em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade de São Paulo (USP), em 1974. Advogado criminalista, presidiu a Associação dos Advogados de São Paulo de 1985 a 1986 e a OAB, em São Paulo. De 1993 a 1995 foi presidente nacional do Conselho Federal da OAB, sendo que atualmente é membro honorário e vitalício. É membro da Federação Interamericana de Advogados. Foi eleito deputado federal pelo PDT, com mandato entre 1998 e 2002. (Fonte: http://.wikipedia.org/wiki/José_Roberto_Batochio, em 10 de maio de 2007).

F - Quantos livros o senhor conseguiu vender somando-se todas as edições?

R – 17. 788 é o número oficial.

F - Qual é exatamente o conteúdo de seu livro? Por que assustou tanto Siqueira Campos?

R – É a prepotência dele. Na verdade é uma coisa dita sobre ele sem o crivo dele, sem autorização dele, sem a paga dele. Foi a primeira vez, talvez, na história que ele se sentiu contrariado e essa contrariedade não teve preço. Ele não conseguiu chegar ao valor exato do silêncio de um homem. Então, ele se sentiu amedrontado por ter sido desobedecido como um pai autoritário se sente, quando um filho diz “não como”. Ele abre as asas do menino e joga a cenoura que a criança detesta ou espreme a mamadeira na boquinha do bebê para que ele se engasgue. Acho que não teria nada dentro da razoabilidade para que ele gritasse, porque o livro foi apreendido antes do lançamento. Aliás, isso é até uma questão jurídica complicada, porque esse livro nunca foi apreendido. Eles passaram uma ordem para apreender panfletos eleitorais, panfletos difamatórios contra autoridades constituídas, publicados por um cidadão que tinha aparecido por aqui que ninguém sabia quem era, apesar de eu estar aqui já há 6 anos e o mundo inteiro sabia que eu estava aqui. Então o que a justiça determinou foi a apreensão de panfletos difamatórios, porque esses panfletos a lei permite, naturalmente, que se recolha. Mas a justiça foi no hotel e recolheu os livros. Quando nós pedimos à justiça em Brasília que liberasse os livros, ela respondeu que não tinha formalmente livros apreendidos, tinha panfletos. Então, tecnicamente, o livro nunca foi apreendido. Foi uma farsa da justiça daqui que o desembargador Liberato Póvoa assinou, e que depois a doutora Vilamara de Almeida, então, juíza, assinou embaixo.

F - O senhor recebeu alguma ajuda financeira, moral ou política para esse livro?

R – Financeira, moral e política. Política daqueles que deveriam estar gritando de frente, mas ficavam atrás. Financeira de todos os empresários, políticos e o mais interessante é que eu vendi o livro antes de fazê-lo. Assim, apesar de toda ajuda, que foi mínima, mas é necessário que se conste, o livro vendia à exaustão antes da publicação. Embora estando na sua quinta edição, já tendo quase 25 mil livros vendidos, ninguém viu a “cara” dele até hoje. Eu conseguia, naquele tempo, e também, hoje, vender o livro antes da edição. Eu vendia, pegava o dinheiro e fazia o livro. Perdia, com as apreensões, que já havia pago, porque se você compra um livro antecipadamente e o livro está na justiça eu não posso fazer nada. É uma coisa muito interessante porque as mesmas pessoas que compraram o livro na primeira edição, estão comprando a quinta. E em todas as apreensões nós perdemos juntos.

F – O senhor poderia citar alguns nomes de seus colaboradores?

R – Não, nenhum. Porque os colaboradores é que têm a obrigação de um dia amadurecerem e virem a público dizer que ajudaram. Se eu desse o nome de alguém agora eu estaria delatando um segredo que nós tratamos há muito tempo. Mas são muitos empresários e a maioria dos políticos do Tocantins e, principalmente, a população, o cidadão comum, aquele que compra o livro foi o que mais colaborou.

F – Eu gostaria que o senhor me dissesse o que pensa sobre o político Siqueira Campos?

R – Eu acho que ele é um desastre, enquanto formação humana, e não se pode ter um bom caráter político, quando humanisticamente você foi mal formado. Ele pertence àquela deformação do passado político da ditadura militar. Ele não é um filho da ditadura, ele é a mãe da ditadura. Ele cresceu politicamente no momento mais sombrio desse estado brasileiro. Ele pertenceu a todos os elementos condenados por todos aqueles que gritam pela liberdade, desde a anistia até hoje. Ele assinou todos os atos de terror desse país. Ele foi um deputado sentado no colo de todos os militares, e gostou do colo.

F – Mas o senhor não acha que ele hoje, possa ser considerado uma pessoa persistente por ter conseguido criar o Estado do Tocantins?

R – Eu daria um exemplo paralelo. Hitler unificou a Alemanha, já tinha dominado a Europa e estava conquistando o mundo. Mesmo que ele conseguisse essa grande obra de dominar o mundo como o grande Führer, teria de ser condenado, por causa dos métodos que ele utilizou para construir esse estado. Ele edificou paredes e destruiu consciências. Ele edificou uma cidade junto com o conjunto de trabalhadores e todos nós que estamos presentes construímos isso aqui. Mas o que se pergunta é quantas consciências ele destruiu. Ele atingiu três, quatro gerações de tocantinenses que o endeusam, não pelas virtudes, mas pela incapacidade de ver publicado seus defeitos, tanto que as publicações das “*Vejas*”, dos jornais que chegavam no Estado, na primeira década, em 1990, todas foram apreendidas na estrada. Ele retirava dos ônibus, dos aviões e queimava e nunca ninguém tomou nenhuma atitude jurídica contra ele.

F - Com relação à morte do jornalista Sérgio Mississippe o senhor diz que “contrataram um pistoleiro”. Eu queria que o senhor me falasse um pouquinho mais sobre essa história.

R – Eu não vou dar o ano agora, que o ano consta no livro, porque eu confundo um pouquinho. Mas, ainda em 1996, o Sérgio Mississippe trabalhava na Prefeitura de Palmas, quando o prefeito era o Eduardo Siqueira Campos, e ele vinha recolhendo material para a publicação de um livro. Ele era um pouco limitado em texto e pedia uma ajuda para que eu participasse junto com ele no livro e começou a recolher o material. No final de 1996, ele me procura e diz: “Eu tenho todas as provas”. Eu pedi para que ele não me mostrasse naquele momento, não me envolvesse nessa questão, porque ele era um garoto um pouco jovem, ele tinha 27 anos, e era um pouco falastrão. Ele contava que, como Rinaldo Campos, ele tinha o material e uma das condições de sobrevivência de um jornalista é contar, jogar tudo de uma vez, não guardar segredos. Interessa a morte de um jornalista quando ele tem segredos, quando testemunha viva é um problema, mas depois que a testemunha depõe, matar essa testemunha é um problema sério. E ele começou a “gargantear” que tinha esse material. Num dia, final de 1996, ele me procura e diz: “Rinaldo, contrataram fulano, fulano e fulano”, (esses nomes eu não estou dando porque é um processo judicial que tem o nome deles), “para nos matar”. Eu brinquei e falei: “Para matar você, eu não tenho nada com isso não”. Mas falei: “Por precaução, vamos sair da cidade”. Eu ia fazer uma viagem de final de ano, de férias mesmo e marquei com ele um encontro e ele não comparece ao encontro. Eu, constrangido, porque ele tinha marcado e não cumprido, fiz a viagem sozinho. Nesse dia, essas três pessoas, esses três rapazes foram à casa dele, acompanhados de mais um. Foram em quatro. Testemunhas viram os quatro rapazes de paletó e gravata, conversando com ele. Esses quatro rapazes levaram o Mississippe dentro do carro dele mesmo, que era um Escort, às 2 horas da tarde. Todos

viram quem o levou. No dia seguinte, encontraram os óculos, a carteira de identidade, de motorista. Entregaram para polícia. Dois meses depois, eu volto, o corpo já tinha sido encontrado, aqui na serra do Carmo. Eu fotografei o cadáver. Acionamos o ministério público. Dez anos depois, o inquérito está absolutamente parado, constando, desaparecimento. Nunca investigaram. Os pistoleiros moram na nossa quadra, conversam com a gente todos os dias e nunca foram incomodados. Não houve processo.

F – Houve rumores que confundiram o Sérgio com senhor.

R – Houve essa confusão. Nesse momento, eu desapareço de Palmas em dezembro, e volto em fevereiro já com o livro na mão. Ele foi morto quando saí e foi encontrado um cadáver sem nenhuma marca de identificação. A polícia sabia que um jornalista tinha sido morto. Como o jornalista que deveria ser morto era Rinaldo Campos, o boato surgiu e até hoje não se desfaz, e eu tenho de provar que eu estou vivo, porque quando eu voltei para Palmas... A conversa pode se alongar? Normal?

F - Sim, claro.

R – Então, quando nós estamos vendendo esse livro, já na clandestinidade, um policial chama minha companheira e diz: “Você sabe que mataram o Rinaldo Campos?”. E ela assustada me chama e o policial que conversou comigo sem saber quem eu era e disse: “O Rinaldo Campos foi assassinado e eu tenho o cadáver dele”. E aí eu disse: “Eu era amigo dele também, eu quero ajudá-lo”. Fomos no outro dia, fotografamos o cadáver. Foi aí que eu me identifiquei: “Rinaldo Campos sou eu”. Então foi dessa dedução que se sabia que o Rinaldo Campos tinha sido seqüestrado num Escort verde, no dia 9 de dezembro e que tinha sido assassinado. O corpo do Sérgio Mississippi tinha sido fotografado e, nessa quinta edição, a fotografia de le está estampada no livro.

F - O senhor ainda se sente, de alguma maneira, ameaçado por Siqueira Campos? Tem medo de sofrer algum tipo de represália mesmo depois de tantos anos?

R – Eu nunca tive medo dele, nem de represálias, nem de atentado. Eu sofri duas agressões. A Polícia Federal investiga que sexta-feira minha casa foi invadida por pistoleiro, sexta-feira agora, retrasada (dia 14/4). É um caso, eles trabalham no plano confidencial. Já tem identificação de quem entrou em casa. Eu não poderia dizer a mando de quem. Porque o grande problema, ele não necessariamente, mandaria fazer alguma coisa. Ele criou um laço de cumplicidades tão grande nesse estado, que qualquer fanático poderia, como acontece no Oriente Médio, se tornar um homem bomba e fazer um atentado. A gente toma cuidado, mas eu não me preocupo não, porque se tem um pai e um filho na Terra a me perseguir, tem um Pai e um Filho no Céu a me proteger, então eu estou em vantagem numérica e de força. Eu não ando com esse medo. Eu o sinto, em tese, normalmente.

F - O senhor ainda se sente prisioneiro do Siqueira Campos, talvez por conta até mesmo do livro?

R – Não eu, mas esse estado é prisioneiro do Siqueira Campos há 17 anos, 18 anos. Desde a criação, tem uma grade circundando esse estado, de uma forma tão violenta que, por exemplo, essa semana nós precisávamos de um lugar para o lançamento do livro. Nós fomos à sede da OAB, que eu entendo como lugar mais neutro, e a OAB se recusa a participar disso dizendo “Não queremos nos envolver”. Portanto, todos os organismos

ainda se sentem, de uma forma ou de outra, cúmplices e prisioneiros desse estado. Então, não sou eu só o prisioneiro. Somos aqui em Palmas, 210 mil e em torno de 1 milhão e meio no Tocantins de prisioneiros e precisamos derrubar essa grade com urgência.

F - As eleições 2006 estão chegando. O Siqueira Campos já está com sua campanha nas ruas. O senhor acha que ele volta ao governo ou a oposição, neste caso feita por Marcelo Miranda, está forte e tem condições de enfrentá-lo de maneira mais eficaz?

R – Eu sou suspeito em dizer, porque tenho tudo para torcer contra o Siqueira Campos e tudo para torcer a favor do Marcelo Miranda, como uma opção em relação a ele. Então a minha visão não é correta politicamente e enquanto cidadão a gente se confunde. Mas Siqueira Campos está completamente minado. Eu digo isso, porque o mesmo percurso que eu fiz no lançamento das outras edições, nas secretarias, nas cidades do interior, nós tínhamos uma resistência muito grande. Hoje, todas as portas estão abertas para mim. A OAB ainda se recusa, a Polícia Militar foge também da responsabilidade, mas hoje a situação que lhe era favorável nos anos atrás, está completamente contra. Nos gabinetes dos deputados a gente não entrava. Entrava na Assembléia para fazer um movimento, no começo estava preso, expulso. Na Câmara de Vereadores não entrava. Hoje, 90% dos gabinetes nos recebem com cafezinho e bolacha. Então tem alguma coisa mudada sim.

F - E O Ditador do Cerrado está mesmo de volta? Fale-me um pouquinho sobre essa nova edição.

R – Já está num *bunker*¹⁰² à prova de Saddam Hussein e de Siqueira Campos há 20 dias. Cinquenta mil exemplares guardados, dos quais eu só tenho domínio sobre 25 mil, porque a metade já está vendida. Falta entregar. E eu não faço entrega em lotes. As pessoas que compraram, pagaram, vão ter que ir ao lançamento, ou depois buscar em algum ponto de venda que a gente vai estabelecer. Então o livro está à prova de ataques aéreos. Se vai ser possível o lançamento amanhã (dia 27/4, essa aflição começa a me invadir a partir de hoje, porque por quatro vésperas eu acreditei que seria possível, que alguma coisa tinha mudado). Mas, hoje, a mudança de estado, de governo, esse ar que se respira, alguma coisa mudou. Agora, juridicamente, ele continua proibido, mas desafiando essa proibição, e entendendo que a justiça tem de ser respeitada, o livro não vai ser vendido. Eu vou vender bananas. Quem comprar uma banana, ganha um livro.

F - Então, para nós encerrarmos essa entrevista, eu gostaria de ouvir sobre o que senhor vislumbra para o futuro do Tocantins? Politicamente ou Administrativamente.

R – Eu acho que o Tocantins pagou um preço muito alto em ter sido criado no fim da ditadura. A ditadura militar não acabou em 1979, 1980. Acabou em 1990, com a eleição do primeiro maluco civil que foi o Fernando Collor de Mello, e nesta passagem da ditadura brutal, da obscuridade política, para o período de luzes, que ainda não se acendeu no Tocantins, o Tocantins foi um projeto que passou no grito da Constituição. Aprovado pelos inimigos de Siqueira Campos. Por barganhas. Foi um estado construído, a princípio, pelo esquema PC Farias, durante o falido mandato presidencial do famoso caçador de marajás, o Collor de Mello. Era esse esquema que estava fabricando o Tocantins. Então, foi o momento que mais se roubou nesse Brasil. Talvez uma grande parcela da responsabilidade

¹⁰² Os *bunkers* são unidades de defesa usadas ostensivamente durante guerras. São feitas de concreto e contam com aberturas que possibilitam o revide em caso de ataque.

de ter sido criado nesse momento e com a eleição de Fernando Collor, aqui era PC Farias em 90% das obras. Esse é o preço caro. Quinze anos, 17 anos depois, foi que o primeiro governador civil em relação ao ditador militar está assumindo. O Siqueira Campos é militarista. Ele dominou com a família o estado até a eleição do Marcelo Miranda, que inclusive foi indicação dele. A ruptura se conta daqui pra frente. Nós estamos para o Tocantins no fim da ditadura militar. Nós temos que, agora, preparar a anistia, montar os partidos políticos, tirar o bipartidarismo (aqui ainda existem somente dois partidos) e tentar organizar a sociedade através dos partidos, das comunidades de base, dos sindicatos, como foi feito em 1980. Desarmar os guerrilheiros, para que possam se organizar politicamente, reivindicar seus espaços políticos e as candidaturas livres, porque até agora então no Tocantins, eram os indicados de um lado ou de outro. Então, esse parlamento que está aí, apesar da ruptura, é formado quase que completamente por indicados de Siqueira Campos. Então, nós precisamos mudar essa legislatura, novos deputados estaduais e federais. Novos prefeitos livres do ranço. Como ele já tem 78 anos e a vida é implacável inclusive com os que se acham heróis, a carreira dele está terminando e eu espero que ela seja encerrada com essa derrota.

F – Uma coisa que eu tenho percebido muito, nesses dias que eu estou aqui, é que a política aqui é muito forte, inclusive até com ações de fanatismo. Hoje em dia, as divisões políticas aqui são assim: ou você é siqueirista ou você é do outro lado. O senhor acha que se isso amenizasse, teria condições de o Tocantins viver uma política um pouco mais harmoniosa e conseguir melhores resultados?

R – Com certeza. Na verdade, aqueles que se dizem Siqueira ou Marcelo, por exemplo, você tem de se dizer cidadão. Você pode até ter opção por um dos dois lados, mas nunca se dizer ser. Nesse momento que se vive, as pessoas muitas vezes até me dizem: “mas você está defendendo quem?”. Você tem que considerar que houve uma mudança estrutural de comando e esse comando é mais democrático. Quem conviveu aqui há tempo sabia que a minha permanência num lugar como esse era impossível. Eu estava expulso, eu não entrava. Com o mesmo argumento, com a mesma arrogância e a mesma educação porque eu nunca respeitei. Eu entro mesmo. Então, há mudança de governo. Ele sente a mudança. Essa abertura provocada por esse novo governo vai permitir que se pluralize essas idéias. Que tenham os grupos, mas que surjam novos grupos sem comando e que tenha no parlamento não dois partidos, como na Inglaterra, nos Estados Unidos ou em Cuba. Aqui é um sistema pluripartidário que ocupa este ou este poder e durante 17 anos, ele esteve no poder, no triplo poder, inclusive no Judiciário todos os anos. Tem agora dois anos de ruptura, que transformou esse estado, só com esse gesto da ruptura, em algo que se respira. Hoje, as pessoas põem adesivo do inimigo. Essa questão dos *outdoors*¹⁰³ era impensável. Eu, inclusive até a semana passada, achava quase impossível que isso acontecesse. Então, houve uma mudança sim, substancial. Só pela mudança de um governador que termina influenciando seus comandados, porque é a personalidade do comandante que determina pra onde os marinheiros vão remar. É ele que diz a rota. A rota de liberdade imposta por

¹⁰³ No período de pré-lançamento do livro *O ditador do cerrado*, Rinaldo Campos colocou cerca de 10 *outdoors* pela cidade de Palmas onde estava escrito: “Ele está voltando – O Ditador do Cerrado”. O problema é que os advogados de Siqueira Campos entraram com pedido de retirada dos mesmos, o que foi concedido pelo judiciário do Tocantins. Mesmo assim, o autor considera uma grande vitória simplesmente pelo fato de ter conseguido um proprietário de espaço que aceitou colocar os anúncios.

este governador contagiou. Eu tenho que admitir que alguma coisa mudou e substancialmente. Eu preciso de amanhã para saber como deu a solução dessa mudança e do depois de amanhã, quer dizer, essa resposta é um pouco complicada, porque eu não teria nenhum poder de prever o depois de amanhã, mas que houve mudança, houve.

F – E agora, para encerrar mesmo, o senhor se arrepende de alguma coisa, de ter feito alguma coisa aqui?

R – No sentido das minhas ações?

F – Isso.

R – Eu perdi alguns dias sonhando e alguns dias eu deixei meus filhos em casa. Desses instantes distante deles, que é um preço que se paga quando se vai ao campo de batalha, talvez se eu tivesse tempo de vê-los mais um instante. Mas eu criei esses meninos sozinho, como pai solteiro. Cuidei deles, lavei a roupinha, passei a fraldinha quando eram bebês. Usava amaciante na roupinha deles e até hoje, um com 19 anos, outro com 17, quando eles estão saindo eu mando que eles voltem, tirem a camisa e daqui que eu passo sua camisa. Eles não aprenderam alguma coisa, eu não ensinei direitinho eles passarem a roupinha deles ainda. Então, com a alegria de um pai que teve até o tormento de criar filhos sozinhos porque, afinal de contas, há uma perda muito grande, eu admito essa perda. Mas dos atos que eu fiz politicamente, publicamente, eu só me arrependo de não ter feito mais. Lastimo os dias que eu perdi atrás das grades, que foram dias que eles se livraram de mim. Mas em todas as prisões, no terceiro dia eu convocava uma rebelião dentro dos presídios e criava um problema muito mais sério. Eu trabalho com as famílias de presos, hoje, nos movimentos e vou à tarde panfletar o presídio. Eu entro no Palácio, distribuo minha mensagem, como eu fiz todos os tempos. A diferença é que agora eu posso até ser expulso, ontem eu fui expulso de três estabelecimentos, mas preso eles não me levam mais. Então, arrependimento nenhum. Eu não fiz isso com essa intenção. Eu não sabia jamais o que daria isso. Eu achava que estava careta, velho já com filhos nos braços, escrevendo um livro, que é o gesto mais careta de um jornalista. Eu escrevi um livro sem a pretensão de uma tragédia. Eles que provocaram. Eles que respondem pelos atos que praticaram. Eu tenho mais três livros prontos para as próximas temporadas e se esse livro for publicado eu considero a missão encerrada. Se ele for apreendido amanhã, a quinta edição, agora é a sexta, a sétima, a oitava, a nona, mas eu só descansarei o dia em que eu ver esse livro circulando numa banca de jornal ou numa livraria para que as pessoas cheguem e comprem e cada um tenha o direito de queimar, mas que sejam leitores. Eles eu não admito.

F – Muito Obrigada.



MOISÉS AVELINO

Dia: 27 de abril de 2006

Local: Residência da irmã do entrevistado em Palmas (Arse 21)

Hora de realização: 8 horas e 5 minutos

Duração: 51' 06''

F - Qual é o seu nome completo?

M – Moisés Nogueira Avelino

F – Onde o senhor nasceu?

M – Nasci em Santa Filomena, cidade do sul do Piauí.

F - O senhor pode me falar a sua data de nascimento?

M – Posso sim. Eu nasci em 20 de maio de 1940.

F – Qual é o nome de seus pais e que profissões eles tinham?

M – Meus pais já são falecidos. Meu pai se chamava Antônio Luiz Avelino. Ele foi comerciante e proprietário rural. Minha mãe é doméstica, mãe de doze filhos, seu nome é Zulmira Nogueira Avelino.

F – Me fale um pouco de seus irmãos.

M – Além de mim são mais onze e, para não dar susto, minha mãe teve quinze gravidez. Ela teve três abortos e doze estão vivos até hoje, graças a Deus.

F – Quanto à sua formação escolar, onde o senhor estudou na sua infância, na sua adolescência? Qual a sua trajetória escolar?

M – Até meus 14 anos eu vivi na região onde nasci. Fiz o curso primário nos grupos locais, já que era uma cidade pequena do interior. Naquela oportunidade, ainda se fazia seleção para fazer ginásio que é a primeira fase que nós temos hoje em dia. E fui fazer, na cidade de Corrente, também no sul do Piauí. Em 1957, mudei para Goiânia e lá continuei os estudos, servi o exército, trabalhei e tentei entrar na faculdade, até que consegui na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás.

F – Como o senhor conheceu Goiás? Por que houve essa mudança?

M – Aconteceu que meu pai, em 1956, tomou a decisão de mudar para uma outra cidade para levar a família e para os filhos prosseguirem na escola e procurar um meio melhor para vivermos. Então ele mudou para Goiânia, nesta época, e levou eu e minha irmã mais velha

e depois ele foi buscar o resto da família. Ele ficou lá dois anos e, no final desse período, resolveu retornar ao Piauí junto com a família. Eu e minha irmã Terezinha, que tinha ido a primeira vez comigo, ficamos em Goiânia.

F – Por que o senhor escolheu a medicina como profissão?

M – São vários os fatores, mas o principal é que a gente sempre tinha a intenção de procurar uma profissão que pudesse ir para o interior, não na minha cidade porque era muito difícil sobreviver por lá, mas eu sempre pensei em me formar em medicina e trabalhar no interior pelo fato de ter nascido numa cidade interiorana, com dificuldade, e pela carência que tinha de profissionais dessa área. E realmente o fiz. Quando concluí o curso, escolhi a cidade de Paraíso, no Norte de Goiás, em função de ficar no meio termo entre a minha família e a família da minha esposa. Eu me casei no segundo ano da faculdade. Aí escolhi Paraíso, achei um negócio para fazer e mudei para essa cidade que é uma cidade pequena. Naquela oportunidade, a Rodovia Belém-Brasília ainda não tinha asfalto. De Goiânia até aqui, tinha a metade asfaltada e a metade sem asfalto. Gastava-se um dia inteiro para chegar. Era muito difícil, não tinha telefone, não tinham linhas aéreas, era muito difícil. Em função disso, fizemos essa escolha para vir para cá e ficamos em Paraíso onde vivemos até hoje.

F – Na época em que o senhor se mudou já era Paraíso do Tocantins?

M - Na época era Paraíso do Norte de Goiás. Com a criação do estado passou a ser Paraíso do Tocantins.

F – O senhor disse que escolheu ficar em um “meio termo” entre as famílias sua e de sua esposa.

M – Não é bem um meio termo. Na verdade, é da distância entre as famílias que falo. A família de minha esposa é de Goiânia e a minha é no sul do Piauí. Então, em Paraíso, eu fiquei no meio do caminho. Mais ou menos no meio para facilitar o contato. Foi esse o nosso acordo.

F – O senhor então se formou médico e, em 1983, assumiu a Prefeitura de Paraíso do Tocantins. Como aconteceu essa mudança da medicina para a política?

M – Olha, cidade do interior, naquela época cidade pequena, tinham, me parece, quatro médicos. A gente acaba tendo muito contato com a comunidade. Conversava-se muito sobre política (o que não deixa de ser um meio de contato). E os políticos conversavam por conta da divisão do estado. Comecei a participar, dando idéias, sugestões para um cliente, para um amigo, esse papo foi acontecendo e eu estava mais ou menos arraigado na cidade. Faziam nove anos que eu estava lá. Juntou um grupo de amigos me convidando para fazer política, pedindo para eu me filiar a um partido. Inicialmente, resisti. Não me filiava para ser candidato a qualquer coisa porque eu dizia que não podia conciliar a duas profissões de médico e de político. Não dava para fazer as duas coisas, teria que abandonar uma. E eu tinha lutado até então para ser médico e achava que não era hora de me afastar. Mas, conversa vai, conversa vem, é hoje, é amanhã, mas resistia a me filiar a qualquer partido político. Porém, conversas foram acontecendo, fatos foram acontecendo e eu acabei me filiando. Pós-filiação, automaticamente, a pressão aumentou. E num desses períodos, em 1982, tinha uma lista de vários candidatos a prefeito e eu fazia parte dessa lista. Eles

(colegas de partido) me colocaram lá. Outros fatos foram acontecendo na cidade e passaram a dar prioridade ao meu nome.

F – A qual partido o senhor se filiou?

M – PMDB. Sempre fui filiado ao PMDB, nunca mudei de partido. Minha filosofia política é de que o partido não faz o homem, nem o político. É o homem e a mulher que fazem o partido. Todos eles são bons, porém, quando um vai mal é porque os políticos se põem no caminho errado. Por isso eu nunca mudei. Mas voltando à pergunta anterior, eu acabei entrando na política, me candidatei e, na época, tinha uma tal de sub legenda no partido. Tinham dois candidatos do PMDB e três de outros partidos e eu ganhei dos quatro. Agora estou nessa: uma hora eu estou fora da política, outra hora estou participando.

F – O senhor se considera mais político do que médico hoje em dia?

M – Hoje em dia, em função da política, eu tive que me afastar da medicina.

F – Se o senhor pudesse optar entre uma e outra, qual escolheria?

M – Hoje eu não escolheria mais a medicina por várias razões. Uma delas é que eu teria que me reciclar novamente. Dizem que não devemos falar de idade, mas na idade que eu estou, ter de começar de novo, com a política dissocializada como está, talvez não fosse mais o meu desejo e anseio. Eu tinha vontade de fazer uma medicina mais voltada para a realização pessoal. Quando me formei, os médicos tinham que trabalhar sem depender de política. Hoje, o médico depende essencialmente do poder público. Acabou a privacidade da medicina, aqui pelo menos acabou. E, para se galgar um espaço e fazer uma medicina particular, eu teria que me reciclar muito bem para recomeçar. Quando cheguei a Paraíso, eu tinha uma boa clientela na cidade, na região. Era fácil. O meu projeto, antes de entrar na política, era justamente que eu pudesse (até já tinha construído o local para isso, um consultório particular) completar uns dez ou doze anos de profissão para eu poder fazer medicina como realmente tinha vontade de fazer que era exercê-la de uma maneira normal para ganhar o meu sustento e fazer parte do meu trabalho gratuito para a pobreza. Eu pensava ter uma estrutura que pudesse ficar o domingo sem trabalhar e, durante a semana, eu atenderia pelo menos um ou dois dias a pobreza que é aquela parte que você tem que fazer gratuita, sem interesses financeiros. Mas a política me afastou desse projeto. Quando eu entrei na política, ainda fiquei um ano tentando fazer medicina, mas foi praticamente impossível por falta de tempo e pelo compromisso que você acaba criando com o cliente, de você dar assistência na hora que ele precisa.

F – O senhor saiu do Piauí, chegou em Goiás. De que maneira o senhor ficou sabendo das articulações políticas para a criação do novo estado, o estado do Tocantins?

M – Até eu me formar, fiquei alheio ao processo, só acompanhando pela imprensa. Quando me formei e vim para o Norte de Goiás, em 3 de janeiro de 1974, fiquei em Paraíso e quando comecei a me envolver com política, e antes mesmo de criar o estado do Tocantins, eu participava do movimento de divisão do estado através das associações que existiam. Quando me tornei prefeito, passei a presidir uma associação criada no Norte chamada

Associação dos Municípios do Araguaia-Tocantins¹⁰⁴, que abrangia todo o Norte, a parte do estado do Tocantins, sendo o primeiro presidente. E, com isso, nós passamos a participar de movimentos regionais, em Goiânia principalmente, no sentido de criar o estado. Fomos levando essa caminhada e quando se criou o estado eu já estava envolvido com política.

F – Quem era o líder na época?

M – Tinham vários líderes. Os que tinham em nível federal que defendiam essa tese de separar o Norte eram o ex-governador Siqueira Campos e o deputado José Freire¹⁰⁵. Eram os dois que batalhavam em nível federal por isso. Além deles, muitos outros representavam aqui no estado como, por exemplo, o pai do atual governador, o Brito Miranda, que fazia parte do PMDB e também defendia essa causa. E outros representantes (são vários e eu não me recordo o nome de todos). Estou falando apenas dos que tinham cargo eletivo, mas contávamos também com a sociedade como um todo.

F – Que razões pessoais e sociais o senhor teve para fazer parte desse processo de criação do Tocantins?

M – Eu tomei conhecimento dele primeiro porque vim residir no Norte e sou do Nordeste onde o caminho era esse para chegar em Goiânia. Era onde eu fazia o meu trajeto. A estrada era difícil, mas se passava por aqui mesmo ou, então, de avião, quando tinha porque, naquela época, o governo do Norte era muito mais carente do que é hoje e o governo federal mantinha alguma subvenção a algumas empresas aéreas que, além da Força Aérea Brasileira (FAB). Eu pegava muita carona com esse pessoal. Era a maneira de chegar em Goiânia. E eu fui me envolvendo. Quando fomos para o Norte, o envolvimento foi maior porque já vivíamos na região, participávamos muito de reuniões de outras entidades que lutavam pela criação do estado do Tocantins como a CONORTE, por exemplo. Isso foi me envolvendo de tal forma que não teve como não participar do processo. Mas participei mais diretamente quando cheguei em Paraíso e passei a fazer parte da política local de maneira mais efetiva.

F – No momento da criação do estado, qual foi a sua reação quando foi aceita a criação em Brasília?

M – Antes de chegar em Brasília, houve um processo muito ativo aqui que fez com que se criasse o estado do Tocantins. Naquela oportunidade, era governador de Goiás o Henrique Santillo, por sinal muito nosso amigo e amigo dos companheiros de partido. E tinha uma

¹⁰⁴ A Associação dos Municípios do Araguaia e Tocantins (AMAT) foi criada em 1977. É uma associação apartidária de cunho regional que serve de apoio a prefeituras de municípios da região Norte. Desenvolve ações e projetos para a implementação da agricultura e da agroindústria, da eletrificação urbana e rural, da educação e da saúde, do turismo em todos os municípios associados. (Fonte: <http://www.amat.org.br/amat/intro.asp>, acessado em 04 de maio de 2007).

¹⁰⁵ **José Freire** é natural de Arraias, estado de Goiás. Nasceu no dia 18 de maio de 1928. Teve dois mandatos como deputado estadual entre 1955 e 1963. Após isso, elegeu-se por seis mandatos sequenciais como deputado federal entre 1963 a 1991. Foi um dos principais articuladores políticos pela criação do Tocantins, porém, depois da criação do estado, nunca mais conseguiu eleger-se novamente. Há quem diga que o responsável por essa imagem política tenha sido seu adversário Siqueira Campos. Outros alegam apenas que José Freire tenha preferido deixar que seu filho, Freire Júnior, o ideário político uma vez que este já exerceu por dois mandatos o cargo de deputado federal pelo estado do Tocantins. (Fonte: www.camara.gov.br/deputados, em 03 de maio de 2007).

liderança muito importante e tradicional em Goiás, o companheiro Mauro Borges¹⁰⁶, que é filho do político histórico de Goiás, o Pedro Ludovico, que se posicionou contra a criação do estado porque ele não queria que o estado de Goiás se dividisse. Daí foi fundamental esse trabalho, não só meu, mas de todas as lideranças do Norte que queriam a divisão, junto com o governador Santillo, do sim, do aceitar a divisão. Então, isso nos favoreceu na Assembléia Estadual. Depois, em Brasília, nós não tínhamos muito acesso porque éramos lideranças regionalizadas e de municípios, então os responsáveis foram os deputados José Freire e Siqueira Campos que batalhavam mais diretamente os contatos para a criação do estado lá em Brasília, na Câmara e no Senado.

F - Mas e o senhor? Qual foi a sua reação?

M – Como sempre eu recebo os processos com muita tranqüilidade. Não consigo ficar muito entusiasmado ou menos entusiasmado por aquilo que defendo. Eu só defendo uma causa quando acredito nela. E quando ela tem sucesso ou insucesso não muda muito. Tenho uma consideração muito tranqüila nesse aspecto. Mas, recebi com alegria porque era uma luta da região, do povo da região e nós ficamos muito satisfeitos com a criação do estado porque achávamos que isso seria importante.

F – O senhor estava em Paraíso ou em Goiânia?

M– Não, como já disse, eu me formei em Goiás e fui prefeito por Goiás.

F – O senhor não me entendeu. Eu falo do momento da criação, onde o senhor estava?

M– Ah, sim, eu estava em Paraíso.

F – Com relação à expectativa da população local, historicamente havia reclamação do descaso do governo de Goiás para com a população do Norte. Eu queria que o senhor me falasse um pouco da expectativa da população em relação à separação.

M– Olha, havia um anseio do povo nortense de Goiás, pelo fato de não sermos atendidos pelo governo quando precisávamos porque a parte rica, a parte que interessava, ficava do Centro para o Sul. A população era maior por lá. Então tinha uma história de vir para o Norte para impulsionar a nossa riqueza. Como éramos a parte mais pobre do estado, falava-se em dar de 10% a 12% de incentivo fiscal para que empresários investissem na nossa região. Nisso se batia muito. E os governadores de Goiás, resistiam muito em investir pesado aqui e foram investindo muito lentamente, aos poucos, baseando-se em que a renda maior era no Sul. O poder político também era mais forte por lá. Nós éramos mais fracos pela própria representação que tínhamos. O nosso eleitorado votava muito nos que vinham de fora, dizem que, até então, o pessoal vinha para comprar voto aqui. Os “para-quequedistas” que vinham se elegiam, mas não tinham muito compromisso com o Norte. E, portanto, a nossa representação sempre foi muito pequena no aspecto numérico. Isso tudo era uma desvantagem e, automaticamente, os investimentos eram bem menores do que se fazia no Sul. Não vou falar em percentual porque não saberia fazer a relação, mas era o mínimo que

¹⁰⁶ **Mauro Borges** nasceu na cidade de Rio Verde, no estado de Goiás, em 15 de fevereiro de 1920. É filho do político goiano Pedro Ludovico Teixeira. Mauro Borges cumpriu mandato de deputado federal por Goiás de 1958 a 1960. De 1961 a 1964 governou o estado de Goiás. De 1983 a 1991 cumpriu com o mandato de senador. Esse político era contrário à divisão do território de Goiás por acreditar que o território a ser desmembrado faria falta ao estado. Porém, não tinha propostas de melhorias para a região. (Fonte: www.senado.gov.br/senadores, acessado em 3 de maio de 2007).

se investia em relação ao Centro-sul de Goiás. Daí, mais um anseio de que era uma caminhada há mais de 180 anos que já se fazia aqui no estado. E foi se criando essa cultura na nossa região de que era importante nos separarmos para que pudéssemos ter um desenvolvimento mais rápido e buscar condições de vida melhores para a sociedade, para o povo.

F – O senhor foi eleito, em 1989, a deputado federal, nas primeiras eleições do Tocantins. De que maneira foi abordado para concorrer ao cargo?

M – Antes de ser candidato a deputado, nós fizemos o processo para criar o estado. E foram criados grupos a favor de ter um governo nomeado e outros para ter um governo eleito. Seria um governo de dois anos porque o estado foi criado no meio de um período legislativo. O Congresso Nacional acabou decidindo que seria um governo eleito. E, nessa oportunidade, quem mais capitalizou a criação do estado em torno de si, foi o deputado Siqueira Campos. Ele já era um candidato nato para governar o estado. Estava sendo decidida essa questão em Goiânia, com o governo de Goiás, com a cúpula que nos abandonou das demais lideranças. Aí, numa noite, sentado com mais vinte companheiros, que eram lideranças regionais de municípios, achamos que eu deveria concorrer à prévia para indicação de candidato ao governo, dentro do próprio partido, o PMDB.

F – Então não foi um consenso do partido?

M – Não. Foi uma disputa. Nós achamos que deveríamos concorrer porque estava decidido, em Goiás, quem deveria ser o candidato aqui. Nós fizemos uma pequena rebelião. Nos reunimos e fomos para a televisão dizer que iríamos concorrer, que teríamos um candidato. Nesta “sentada” com os companheiros, vários prefeitos, várias lideranças, um deputado da região, o Totó Cavalcanti¹⁰⁷, estava junto conosco e disse que iríamos concorrer sim e que o candidato seria o Moisés Avelino. Lançaram-me candidato na televisão, no outro dia, na *TV Anhanguera*¹⁰⁸. Daí surgiu uma prévia para saber quem seria o candidato, que aconteceu na cidade de Guaraí, onde eu disputava a indicação junto com o deputado José Freire, porque o outro lado já tinha o candidato a governador que era o Siqueira Campos. E o José Freire era meu concorrente dentro do partido. Fomos para Guaraí e o Freire ganhou a prévia. Foi candidato a governador que concorreria com o outro (Siqueira Campos). Assim surgiu minha candidatura para deputado federal. Como perdi a prévia, eu pensei, então, em continuar só que pleiteando a candidatura para deputado federal. Insistiram muito comigo, inclusive o outro lado, para que eu mudasse de partido e fosse candidato a senador e tivesse maior participação. Resisti bastante, a insistência não foi fácil, porque era em cima de mim e da minha família, para que eu aceitasse essa mudança achando que estava com raiva ou descontente com o PMDB. Mas não, eu não estava com raiva. Perdi sabendo que era uma coisa normal. No dia da prévia, fiquei até com medo de ganhar porque faltavam uns vinte e cinco dias para as eleições e a gente não tinha nem condições de andar com um “asa dura” que era um aviãozinho pequeno. Porém, foi um movimento que chamou a atenção porque

¹⁰⁷ **Totó Cavalcanti** nasceu em Corrente, no Piauí, em 12 de agosto de 1947. É bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Universidade Católica de Goiás. No ano de 1983, foi eleito deputado estadual em Goiás, onde foi líder de governo. Com a criação do Tocantins, foi suplente do senador Carlo Patrocínio pelo PPB. É dono da Rádio Independente, na cidade de Paraíso do Tocantins. (Fonte: www.mariomartins.com.br, em 29 de abril de 2007).

¹⁰⁸ A *TV Anhanguera* é afiliada da *Rede Globo* e foi fundada em 24 de outubro de 1963 pelo empresário Jaime Câmara. Além da emissora em Goiânia, a organização possui uma filial em Palmas, no Tocantins.

tinham outras lideranças e foi muito bom. Assim, me candidatei a deputado federal e me elegi aqui nessa região onde era mais conhecido. Fiquei um ano e pouco na Câmara e quando vieram as eleições seguintes surgiu a oportunidade de lançar um candidato ao governo e meu nome já era consenso entre o grupo do PMDB. Foi uma campanha que só a história pode contar.

F – O senhor pode me contar essa história?

M – Bom, quando saí candidato, fizemos um movimento por essa região, tentando reunir dezesseis partidos. Conversamos com todos pensando no que poderíamos fazer com relação ao poderio contra nós que era bastante forte. O governador (Siqueira Campos), que tinha implantado o estado, colocou os desembargadores todos em cargo vitalício, ou seja, ele começou a montar uma estrutura política difícil de lutar contra. Isso tudo, além do nome que ele tinha, por já ter sido governador por dois anos. Mas resolvi ir para essa batalha e nós acabamos ficando com quatro partidos coligados e lançamos uma chapa. Eu comecei a fazer a campanha andando, bem antes, uns seis ou oito meses antes das eleições, em 1990, e andei dentro desse estado inteirinho de carro. Eu, o motorista do táxi que aluguei e um rapaz que me secretariava. E andava nesse estado inteirinho conversando com as pessoas e a turma falava: “esse rapaz deve ser doido. Ele quer ser governador desse jeito?”. Alguma coisa me dizia que era possível. Depois fiz uma segunda jornada de carro dessa forma. E quando nós chegávamos nas cidades, a comunidade já participava mais. Nós fazíamos o seguinte: se tivessem 30, 100, 200 pessoas eu falava por cinco minutos e me colocava à disposição para debate e perguntas. Provocava a comunidade para conversar. Eu dizia: “já que vocês nunca tiveram candidatos para vir cá, agora fiquem à vontade para perguntar, para contestar. Estou aqui para isso”. E esse trabalho foi pegando força, o povo começou a gostar e eu não tinha dinheiro para fazer campanha, não tinha avião, não tinha nada. Comecei a andar a pé e criei a campanha dos quatro Ss. Aí começou com Sola de Sapato, Saliva, Suor e terminou com cinco Ss: Sola de Sapato, Suor, Sorte e Saliva. Então, conversar, andar e suar eu fiz bem. Eu chegava nos aeroportos que não tinham a estrutura de agora para levar o pessoal para a cidade, e ia a pé com o povo. Comecei a andar de rua em rua. Acabei pegando um preparo físico tão bom, que quando cheguei na cidade de Arraias eu dei conta de andar por todas as suas ladeiras. Lá você tem que descer cinco a dez degraus e depois subir para poder cumprimentar o povo. Assim, essa campanha pegou e o povo foi gostando. A oposição dizia que eu não ganhava, mas o povo foi abraçando a causa. Quando eu andava nas ruas, a criançada começava a pegar nas minhas mãos e tinha hora que não podia me mexer porque tinha menino de um lado, menino de outro lado e eu pensava: “ah, tá bom então”. Porque quando a criança anda atrás de você e abraça a sua causa, é porque os pais também estão abraçando, quando um motorista de táxi começa a falar que você está indo bem, é porque a comunidade está falando. Um dia, cheguei em Araguaína e andei na cidade toda, na rua, com o povo todo lá. Fui do aeroporto até o hotel e lá peguei um táxi e o meu assessor pegou outro. Comecei a indagar o taxista, sem me identificar. Ele me falou que quem ganhava na cidade era o Ary Valadão¹⁰⁹, que tinha sido governador de Goiás e que tinha um bom nome na região. De repente, ele falou: “tem um

¹⁰⁹ **Ary Valadão** nasceu em 14 de novembro de 1921, na cidade de Anicuns, no estado de Goiás. Foi prefeito de sua cidade natal por dois mandatos (1947-51 e 1955-59), deputado estadual (1963-67), governador de Goiás (1979-83) e deputado federal por seis mandatos, sendo os dois últimos pelo estado do Tocantins, iniciando em 1989 e terminando em 1996. (Fonte: www.camara.gov.br/deputados, em 03 de maio de 2007).

tal de Moisés Avelino aí que tá danado, crescendo, andando pelas ruas”. Então eu pensei: “está melhorando para mim”. Conclusão: fiz a campanha, depois consegui um avião para eu andar e um monomotor para levar o pessoal da produtora. A coisa foi acontecendo numa dificuldade danada. Porém, o povo nos aceitava e nos queria bem. Acabei indo para o segundo turno. As pesquisas nunca davam favoráveis a mim, aí um dia, estou na estradinha de Figueiró, às 9 horas da noite, fazendo um comício, e um dos mais importantes órgãos de pesquisa, o IBOPE solta uma pesquisa dizendo que eu estava na frente. Aí o trem virou ainda mais. Ganhei a eleição. Fui para o segundo turno, o meu concorrente era meu xará, Moisés Abrão. Todo mundo sabia que o Moisés ia ganhar, só não sabiam qual. Bom, no segundo turno, que só duraria 30 dias, não tem muito comício, não tem muito para onde correr. Um dia, cheguei no aeroporto da cidade de Paraíso, e tinham lá uns 15 aviões. Achei que fosse realmente ganhar as eleições, porque se esse pessoal estava todo aqui para puxar o meu saco e antes não me davam apoio é porque sabiam que eu ia ganhar. Ali, estavam os aviões dos empreiteiros, dos corretores e eu disse: “agora que não estou precisando o aeroporto está cheio”. Ofereceram-me os aviões e eu disse que não precisava porque não estava mais fazendo comícios. E foi assim, veio a eleição do segundo turno e eu ganhei do Moisés Abrão. Foi uma campanha realmente que não se faz mais outra igual. Não tem como fazer. É uma coisa que ninguém entenderia. Então, eles arrumaram um helicóptero...

F – Eles quem?

M – O meu adversário, o Moisés Abrão. Ele arrumou um helicóptero de quinze ou dezesseis lugares e chegavam nas cidadezinhas, cheias de barracos de palha, e quando o helicóptero descia as casas voavam. Nós arrumamos um rapaz lá de Gurupi chamado Peter, que andava numa bicicleta de uma roda só. A gente colocava ele no meio da multidão, ele ficava bem alto e dizia: “aqui é o Peter contra o Trovão Azul”. O Trovão Azul era o helicóptero do adversário. Eles tiveram que “encostar” o helicóptero, não agüentaram continuar. E o outro fator foi o trio elétrico que eles trouxeram da Bahia. Foram lá em Paraíso, meus filhos eram adolescentes e foram todos atrás fazendo farra. Mas era um “trem” tão forte que aquelas casinhas todas de adobe chegavam a tremer, porque o som é muito alto. Aí nós pegamos um rapazinho de Paraíso, um “bobinho” que era muito meu fã e já faleceu, o Chiquinho, pegamos um megafone à pilha, ele falava muito mal e dizia: “aqui é o Chiquinho contra o...” aí ele inventava os nomes para o trio elétrico. E assim foi indo. Então, têm umas coisas que acontecem, e que vão dando certo. Eu virei governador dessa forma.

F – A campanha foi em 1990 e o senhor assumiu em 1991.

M – Isso. Assumi no dia 15 de março de 1991.

F – Segundo o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, nas eleições de 1991, o senhor venceu o pleito para governador derrotando o candidato Moisés Abrão, candidato que tinha apoio de Siqueira Campos. Sua campanha teria recebido acusações de improbidade administrativa o que fez o senhor correr o risco de não assumir o governo e ter o diploma cassado pelo TSE. De que maneira o senhor vê essas acusações?

M – Olha, eu não me lembro disso não. Era tão difícil dizer que eu tinha poder econômico. Eu tinha o povo todo a meu favor. Realmente, não me recordo desse negócio, dessa dificuldade em tomar posse não. Se houve, foi mais coisa da imprensa, de divulgação, mas

de processo para impedir que eu assumisse não. Tomei posse normalmente. Lembro-me como se fosse hoje que não tive dificuldade e nem me recordo de processo desse tipo. Se houve foi só no “zum zum zum”, mas nada oficialmente. Acho que há um engano nessa sua informação. Eu não me recordo.

F – Vou verificar então. Quando o senhor assumiu em que situação administrativa o estado se encontrava?

M – O estado, por ser um estado novo, tinha dois anos de administração, é lógico que faltava muito a se organizar. Muita coisa tinha sido feita, mas faltava muito mais a se fazer. Primeiro, foram dois anos de instalação, onde se saiu do zero. A capital, inicialmente, era Miracema do Norte e, quase dois anos depois, começou a construção de Palmas que era um cerrado. Abriram-se ruas, tudo era difícil. Não tinha nem espaço físico, não tinha estrutura administrativa nenhuma e, logicamente, o primeiro governo tratou de instalar os poderes secundários. Secundários que eu digo é que não existiam através do voto, como o poder judiciário. Foram dois anos de instalação do estado efetivamente. Não foi um período de se fazer muitas obras. Com Palmas se iniciando, era tudo mais difícil. Mas quando assumi já tinham algumas coisas estabelecidas e nós fomos aperfeiçoar o trabalho, melhorar o que tinha, e continuar, realmente criar um processo administrativo que se adequasse o estado em condições de ele ter uma estrutura definitiva, fixa. Nós não pudemos influenciar nas nomeações dos cargos vitalícios, já que o primeiro governador já havia nomeado todos. Mas, a partir daí, começamos a buscar uma boa convivência. Abrimos as portas para todos trabalharem e para fazer o estado de uma forma que pudesse ser administrativamente bem dirigido. Eu acho que nós fizemos um bom trabalho. Não fizemos 100% porque é praticamente impossível fazer isso em três anos e meio, mas deixamos os alicerces bem plantados, com uma forma administrativa correta, a meu ver decente, e acho que toda a sociedade aqui entende isso, mesmo aqueles que são contra. E o estado só vem melhorando e aperfeiçoando cada vez mais.

F – Com relação à construção de Palmas, há registros na imprensa local, que o senhor se mostrava contrário. Por quê?

M – Esse é um aspecto político. Exploram muito isso. É uma inverdade tão grande que uma das cidades onde eu sempre sou muito bem votado é Palmas. Para o cidadão nunca pegou essa imagem de que eu seria contra Palmas. O que disse, quando era o meu governo, foi criado pela *Rede Globo*, através de suas afiliadas nos estados, no nosso caso a *TV Anhanguera*, em Goiânia, um programa chamado *E agora governador?*. Todos os estados fizeram isso. Fui nesse programa, onde houve essas perguntas pedindo o que eu pensava de Palmas. E disse que o primeiro grande erro do estado do Tocantins, era ter criado Palmas onde criou. Não era nem a cidade de Palmas em si. Eu, no lugar do governador, não tinha feito isso. Eu colocaria a cidade de Palmas à margem direita do rio Tocantins, que era onde queriam pôr, mais perto do Porto Nacional e justifiquei o porquê. Porque Porto é ligada à BR através de asfalto, Porto tem a ponte sobre o rio Tocantins, Porto tem um aeroporto asfaltado e controlado pela INFRAERO que daria sustentação inicial à capital, Porto tem a cidade, que é a Cidade Velha, que poderia dar suporte com suas escolas para o início da capital, e tem um belo planalto perto da cidade que poderia se construir a sede nova da capital que foi o que fizemos aqui em Palmas. Com isso, nós evitaríamos gastos. Estrada eu fiz aqui para ir a Paraíso, a ponte ligando Palmas a Paraíso foi feita agora, recentemente, em 2002, sobre o Rio Tocantins. Então era essa a história. Mas eu disse, também, que

Palmas já estava estabelecida e que o governo e a iniciativa privada iam fazê-la. Ela era irreversível, não tinha como ser contra. Diante disso, a oposição pegou esse bote e durante toda a campanha disseram que eu era contra Palmas. Aí isso foi caindo no vazio e acho que hoje nem pega mais porque, na realidade, quando assumi o governo, aqui em Palmas, não tinham escolas, tinha apenas uma com quatro salas de aula, na Vila Aurenay¹¹⁰ debaixo de um barraco coberto de palha. A primeira escola, lá, eu fiz com 12 salas de aula e fui asfaltando as vias principais. Aqui no centro não tinha asfalto, fui fazendo pontes e fui ajudando. Fiz uma canalização de água com recursos próprios no centro da cidade porque alagava tudo. Os dois maiores prédios públicos de Palmas foi o meu governo que fez que são os prédios da Assembléia Legislativa e do Tribunal de Justiça. São os dois maiores em área construída. E dei um acabamento final no Palácio que ainda não tinha sido terminado. Dei todo o apoio a Palmas, fiz um trabalho em toda a comunidade, dei condições às pessoas que chegavam aqui, tanto para os empresários, quanto para as pessoas mais humildes, para ter o seu espaço, construir suas casas. Travamos uma luta difícil, mas depois o povo foi acreditando e ajudando. Automaticamente, Palmas acabou com essa questão. Está aí essa bela cidade hoje.

F – Como foi a sua relação com Siqueira Campos na época da criação do estado e como é hoje?

M – Durante a criação do estado tivemos uma relação, como se diz, institucional. Defendíamos os interesses da região, pela região. Não tivemos muito atrito. Já fui eleitor do Siqueira uma vez, ainda quando era Goiás. Ele se candidatou a deputado e eu votei nele porque ele era o representante da região e eu já estava aqui. Numa outra oportunidade, eu fui convidado a me filiar ao partido dele e eu falei que não porque trabalhava no hospital e não queria largar e, se eu me filiasse, eu me filiaria ao PMDB. Daí para cá, o governo, ele teve uma relação distante porque a situação política aqui é um pouco complicada, mas foi sempre sem grandes problemas. Administrativamente, fizeram muitos processos em cima de mim. Qualquer coisinha eles abriam processo. Já estamos há 11 anos batalhando com ele, mas nada de grande importância. Coisas administrativas mesmo. Qualquer inadimplência abre um processo para legalizar junto a União. Eu já fazia o contrário. Eu não abri nenhum processo contra ele. Mas, se alguma coisa estivesse sem declaração na prestação de contas, eu procurava sanar até que liberasse. Ele não. Ele mandava abrir processo porque abrindo o processo a inadimplência cai até que seja julgada. Mas nada que venha me prejudicar politicamente porque cada processo que se abre, você precisa estar administrando eles. Quando eu estava no governo que o encontrava, como encontrei algumas vezes na Câmara Federal, no banco, no aeroporto, eu ia lá, cumprimentava ele numa boa. Quando ele ganhou a eleição para me suceder eu encontrei com ele e o parabeneizei. Eu entendo a maneira dele e respeito. No entanto, há um relacionamento distante.

F – Como o senhor vê a figura política de Siqueira Campos?

M – Por ser adversário do cidadão, sempre me esquivei de fazer comentários. Se eu não posso fazer comentários bons, não faço. E para fazer só o bom, também não quero. Eu acho

¹¹⁰ As vilas Aurenays são espécies de conjuntos habitacionais, só que ao invés de prédios, são vilarejos compostos de várias pequenas casas cujos moradores possuem baixa renda. O nome Aurenay é uma homenagem à primeira esposa de Siqueira Campos e hoje já possui quatro vilas na cidade de Palmas.

que ele tem as qualidades e os defeitos assim como eu tenho e todo mundo tem. Então, prefiro não entrar nessa área para não criticá-lo e para não elogiá-lo, entendendo que ele tem os méritos e os defeitos.

F – O “passado” do Tocantins se vincula ao nome de Theotônio Segurado no século XIX. Por que a figura de Theotônio tem tal projeção, na sua opinião?

M – É mais um aspecto histórico porque foi um dos primeiros representantes da região Norte de Goiás, que pensou nessas idéias de separação e, na época, batalhou por isso, divulgou as necessidades. Acho que vem mais pelo aspecto histórico da lembrança e da visão de poder haver divisão do estado do Tocantins através da emancipação do Norte de Goiás. Em razão disso, se tem essa consideração pela história dele, por ter sido um dos primeiros, há muitos anos atrás, e que é valorizado até hoje.

F – O senhor acha interessante para o estado cultivar essa memória?

M – Não só cultivar a memória do Theotônio. Eu não sou nem a favor, nem contra Theotônio. Eu acho que tem que cultivar a memória de todos aqueles que fizeram alguma coisa pelo estado, no passado e agora. Por exemplo, eu sou contra aqueles que entram no governo e tentam apagar a imagem daquele que o antecedeu. Quando assumi o governo, eu continuei todas as obras que encontrei. Mesmo não sendo de total importância para o município, dei continuidade porque não via razão de pará-la. Fiz, concluí, na inauguração eu dizia que a obra tinha se iniciado no governo anterior. Agora, você anda pelo estado, tem milhões de placas do governo que me sucedeu, e do meu já não deve mais haver. Isso apaga a memória do jovem, dos que chegam, e acabam ficando em dúvida sobre quem fez.

F – Em 1998, o senhor concorreu ao governo e nas eleições de 2002 concorreu ao senado, mas em ambas não teve sucesso. O senhor ainda tem pretensões políticas aqui no Tocantins?

M – Tenho. Todos os processos políticos que acontecem, principalmente aqui em Palmas, nas principais cidades, e durante a sucessão governamental, eu sou chamado para a luta. Estou praticamente há onze anos sem mandato, mas estou sempre participando. Nesse processo atual que nós estamos vivendo aqui no Tocantins, também tenho uma participação. Participação de trabalho, de conversas de bastidores, no sentido de chegar onde nós chegamos hoje. Então, muitos têm a sua participação e eu tenho a minha. Com isso, me envolvo no processo como um todo. Eu tenho a pretensão de ajudar o Marcelo (Miranda) ser reeleito, queremos a sua reeleição por vários motivos e, para participar desse processo mais ativamente, além de trabalhar da maneira que posso, também pleiteio uma candidatura. Isso também vai depender do interesse do conjunto, não é uma candidatura somente pelo fato de ser candidato.

F – O senhor já sabe a que cargo se candidatar?

M – Se for do interesse do grupo, pretendo ser candidato a deputado federal. Caso não haja necessidade ou não seja de maior interesse, posso ficar sem ser candidato e ajudar aos demais. O fator principal para mim, hoje, é reeleger Marcelo Miranda governador. Mas, por que reeleger Marcelo Miranda? Porque eu o conheço desde pequeno, jovem, quando ele foi eleito deputado pela primeira vez foi junto comigo no PMDB. Conheço sua família, conheço sua formação, e sei que é um rapaz bom. Bom não significa que seja o melhor de todos, mas eu sei das suas qualidades e algum defeito que tenha a gente também sabe, mas

são coisas superáveis. Acho que acima de tudo é um cidadão humano e, além disso, é respeitador dos direitos dos outros. Eu acho isso importante para qualquer pessoa que comande um estado. Eu tentei ser assim. E, para levar esse processo avante, a minha candidatura pode colaborar, e, colaborando, sou candidato a deputado federal. Caso haja a necessidade de ter outra missão, eu terei. Não tenho a pretensão de ser deputado só por ser. Acho complicada a minha eleição, apesar do nome que tenho, porque eu não faço eleição a troco de dinheiro. Eu falo para as pessoas mais próximas a mim que gostaria de ser um deputado como foi Ulysses Guimarães que estava lá por seriedade, mérito e competência. Eu jamais queria ir pra lá a troco de dinheiro para depois ter que fazer outras coisas para repor o meu dinheiro. Digo aos meus cabos eleitorais que os eleitores que gostam de mim e me admiram, me elejam deputado com o voto consciente. Essa é a minha caminhada e eu estou juntando essa forma de fazer política, que é desde o início. O Congresso está mudando as normas, mas não acredito que mude esse ano, porque não vão conseguir controlar as bases. A sociedade também está querendo mudar. Quem sabe se não vai dar certo e o voto consciente me elege? Senão eu empato as derrotas com as vitórias e me aposento.

F – O que o senhor espera para o futuro do Tocantins?

M – Tocantins, quem conheceu antes da sua criação e quem conhece hoje, não tem dúvida que devia ter acontecido antes. E o Tocantins se transformou, depois da sua criação, de maneira incalculável para quem conhece a sua história, com os próprios olhos e pés. Não estou dizendo que tenha chegado no ponto que precisa chegar, porque nós não estamos com os nossos problemas resolvidos, ainda tem muita coisa para resolver. A pobreza, a falta de habitação boa, enfim, tudo ainda falta fazer, principalmente na área educacional porque, para se desenvolver uma região, para se desenvolver um país, é preciso educação. E, investindo na educação, passa a haver a politização da sociedade, do povo. Há uma diferença na educação que se dá a um cidadão e uma cidadã, a educação política. Nós temos semi-analfabetos politizados, e milhares de doutores analfabetos políticos. Então, acho que nós temos que fazer muita coisa ainda. Quem conheceu a região Norte de Goiás, hoje Tocantins, não tem dúvida nenhuma que nós estamos batendo palmas e sorrindo, porque o desenvolvimento na área da infra-estrutura, como o desenvolvimento em todos os aspectos sociais, tem sido muito grande, apesar de faltar muita coisa a ser feita. E que não vão ser um, nem dois, nem três governos para resolver. Hoje, estou com 65 anos, e desde os meus 15 anos ouço falar que o Nordeste é uma região pobre. Tinha até indústria da seca. E continuam tendo as indústrias. Primeiramente foi montado um primeiro órgão de desenvolvimento que era a SUDENE¹¹¹, que fechou, depois resolveram montar a

¹¹¹ A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a Sudene, foi criada em 1960, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek com o intuito de agir na correção da profunda desigualdade regional existente no país. O governo usaria o novo órgão como elemento de planejamento e de administração dos recursos públicos, na busca de promover o desenvolvimento, financiando projetos que induziriam o crescimento econômico e corrigiriam a desigualdade. Porém, os empresários contribuintes do Nordeste, passaram a cobrar altas comissões para investir os recursos que a lei lhes concedeu, sob a forma de incentivos fiscais. Sem preocupação com o desenvolvimento regional, eles se interessaram apenas em recuperar o imposto que pagariam. Acabaram vendo nesse projeto uma maneira de apropriar-se de recursos públicos. (Fonte: www2.uol.com.br/aprendiz/n_colunas/c_buarque/id070501.htm, em 04 de maio de 2007).

SUDAM¹¹² no Norte que é só maracutaia e dinheiro para quem não precisa, e o povo ficou à margem. Acho mesmo que ainda falta muito para mudar. E só se muda isso, com a mudança do político. E discuto muito com as pessoas que conversam comigo que não adianta ficar brigando muito e xingando o Congresso Nacional. É preciso entender que a situação do Congresso é o reflexo da nossa sociedade. Na hora de eleger, o eleitor, o chefe, o cabo eleitoral se vendem por favores, por dinheiro, isso está acontecendo de novo agora em todas as áreas. Não é culpa minha, não é culpa de Pedro, de João, é a nossa cultura. Isso só vai acabar no dia em que nós mudarmos a cabeça do eleitor. Vota-se no Moisés, saiba por que vota. Ele tem suas qualidades e seus defeitos. E “João da Silva Xavier”¹¹³, quais são as qualidades e os seus defeitos? O eleitor tem que saber. Não pode depender de mim pelo que eu dou para ele na campanha, uma promessa disso e daquilo. É preciso nós chegarmos ao ponto de equilíbrio. Aí sim nós vamos conseguir ter uma sociedade melhor, com um povo menos sofrido, menos semi desenvolvido e, automaticamente, melhorando a vida do nordestino do interior que eu conheço a fundo, e aqui do nosso estado e nossa região. Isso acontece no estado todo, mas principalmente nas regiões mais pobres que perpetuam esse espírito de trabalho. Pressão funciona num estado onde o povo é dependente. Então, eu luto para que se tenha essa liberdade, que já está sendo conseguida de maneira lenta. Aqui, acolá, a gente já está vendo algumas coisas vitoriosas nesse aspecto. É essa a minha maneira de ver, e quero dar uma contribuição com tempo, para depois me aposentar politicamente.

F – Obrigada.

¹¹² A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, a SUDAM é uma extinta autarquia do governo federal do Brasil, criada no governo de Castelo Branco em 1966, com a finalidade de promover o desenvolvimento da região amazônica, criando incentivos fiscais e financeiros especiais para atrair investidores privados, nacionais e internacionais. A SUDAM substituiu uma outra autarquia denominada Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada por Getúlio Vargas em 1953. Também tinha o objetivo de desenvolver a região amazônica. Em 24 de agosto de 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso, na medida provisória nº. 2.157-5, criou a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), e extinguiu a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), devido às inúmeras denúncias de corrupção envolvendo a organização. Esta decisão foi tomada após várias críticas quanto à eficiência desta autarquia, passando a ser a responsável pelo gerenciamento dos programas relativos à Amazônia Legal. (Fonte: http://wikipedia.org/wiki/Superintendência_de_Developmento_da_Amazônia, em 03 de maio de 2007).

¹¹³ O nome citado é fictício e foi dado pelo ex-governador como forma de ilustrar o seu exemplo.



CARLOS PATROCÍNIO

Dia: 27 de abril de 2006

**Local: Residência do entrevistado em
Araguaína - Tocantins**

Hora de realização: 17 horas e 15 minutos

Duração: 54' 26''

F - Qual é o seu nome completo?

C – Carlos do Patrocínio Silveira

F – Qual a sua data de nascimento?

C – Eu nasci no dia 1º de julho de 1942.

F – Onde o senhor nasceu?

C – Eu nasci em Monte Azul, uma pequena cidadezinha do norte de Minas Gerais.

F – Quais os nomes dos seus pais?

C - Meu pai chamava-se Sidário Dias Silveira e minha mãe Edith Gonçalves Silveira.

F – Quais eram as profissões deles?

C – Meu pai era lavrador quando se casou com a minha mãe, depois foi comerciante, representante comercial, e minha mãe, a vida toda, foi professora. Aposentou-se nessa profissão.

F – O senhor tem irmãos?

C – Tenho ainda nove irmãos. Nós éramos em doze irmãos, mas nós perdemos dois. Agora somos dez irmãos vivos.

F – Quanto à sua formação escolar, onde o senhor estudou na sua infância, na sua juventude?

C – Eu estudei na cidade de Montes Claros, até fazer o ginásio, que hoje é o ensino médio. Depois fui para Belo Horizonte, onde eu fiz o curso colegial e, posteriormente, cursei a Faculdade Federal de Medicina do Triângulo Mineiro, em Uberaba.

F – O senhor fez essa mudança de Monte Azul para Montes Claros, sozinho ou com a família?

C - De Monte Azul para Montes Claros eu era bebê. Eu costumo até falar que sou de Montes Claros, mas na realidade eu nasci em Monte Azul. Quando tive que estudar, pois

queria ser médico, precisei sair de Montes Claros, porque lá ainda não tinha uma faculdade de medicina, colégios do nível que gostaria de cursar para poder facilitar o ingresso na universidade. Então, fui sozinho para Belo Horizonte e tive que trabalhar durante o dia e estudar à noite. Fiz o exército, concluí o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR).

F – O senhor sabe me falar o ano?

C – Eu saí de Montes Claros em 1958, lembro bem que o Brasil foi campeão do mundo, eu assisti às partidas, ouvi no rádio em Belo Horizonte. Na Copa de 1958, eu tinha então 16 anos de idade. Posteriormente, ingressei no tempo certo, no exército. Acho que concluí o curso em 1963. Em 1964, eu ingressei na Faculdade Medicina de Uberaba, e concluí o curso em 1969.

F – E quando o senhor foi para Goiás?

C – No dia da minha formatura, eu era o orador da minha turma, e tive de mudar toda a minha vida. Eu estava preparado para fazer uma residência médica no Rio de Janeiro ou em São Paulo, no Hospital dos Servidores Públicos. Aí meu pai morreu no dia da formatura. Por conta disso, não participei da festa. Saí, entreguei o meu discurso para um colega, pedi que me substituísse e fui para o enterro do meu pai. Desde então, eu não teria mais condições de estar fazendo cursos de pós-graduação ou de especialização, porque tinha de trabalhar, para ajudar minha família. Hoje eu sou o mais velho, já que meu irmão mais velho faleceu logo depois da minha formatura também. Morreu o meu pai no dia da formatura, dia 16 de dezembro de 1969. Quando foi em abril do ano seguinte, de 1970, faleceu meu irmão mais velho, num acidente de carro, chegando à cidade de Januária, Minas Gerais. Então, eu tive que me virar. Recebi um convite de dois colegas que haviam se formado na mesma escola que eu e iam se casar no mesmo dia. Eles moravam em Araguaína e queriam passar uns dois meses de lua de mel. Então, eu vim para cá para substituí-los. Fiz um compromisso com a minha mãe, de que eu iria voltar para Montes Claros, para me entrosar no seio da família, trabalhar e viver juntos, mas nunca tive tempo de sair daqui. Era tão necessária a presença de médicos aqui, ainda hoje é. Então, cheguei aqui e, simplesmente, não tive mais tempo de voltar para minha cidade.

F – Quando o senhor chegou aqui, se instalou em qual cidade?

C – Em Araguaína, onde nós estamos hoje. Comecei a trabalhar e sempre falando com a minha mãe que eu ia dar um jeito de suspender as cirurgias que tinha marcado para poder voltar para casa. Foi passando o tempo, me casei, depois veio o estado do Tocantins, fui convidado para ser candidato ao Senado. Nunca mais pude visitar minha mãe. Ela morreu sem me ver, e eu acabei adotando essa aqui como minha segunda terra.

F – E por que o senhor escolheu a medicina como profissão?

C – Porque eu tinha vontade. Meu pai me levou um dia para abrir um abscesso no olho. Achei muito bonito o médico conversando comigo, eu estava com muita dor, meu olho fechado. Ele me “enrolou” e fez um procedimento. No outro dia eu estava bonzinho. Comecei a falar nisso, me senti motivado, meus pais também me estimularam: “Ah! Meu filho, você quer, nós vamos ajudar”. Gostaria de ter tido um filho médico também. Porém, eles não optaram por essa carreira.

F – O senhor tem quantos filhos?

C – São três filhos. Tenho dois meninos formados em Direito e a Carla que tem curso de Jornalismo, sua colega. Ela também tirou Ciência Política, Letras, e fez vários cursos.

F – No Tocantins, o senhor passou de médico para político. O que o fez entrar na política?

C – A pessoa que se preocupa muito e lida com o ser humano, acaba tendo vontade de entrar na política. Aqui era uma região muito pobre, carente de tudo. O Norte de Goiás era uma das regiões mais pobres do Brasil. Quando se criou o estado do Tocantins, ele tinha a menor renda *per capita* do Brasil. Então, vendo aquela dificuldade, principalmente, o jovem, tem um certo idealismo. Eu tive vontade de entrar na política, tanto que fui candidato a prefeito de Araguaína, e fui derrotado, nas eleições de 1982. Depois que criaram o estado, fui convidado a ser candidato ao Senado e aquiesci ao convite. Fui senador durante dois mandatos, duas eleições para o Senado Federal. Eu acredito que a vontade de ajudar as pessoas, de fazer desenvolver uma região, mas com um pouco de sonho também. Só que acabamos conseguindo muito pouca coisa.

F – Os seus mandatos no Senado foram em 1988 e o outro foi quando?

C – Em 1988, com a criação do estado, e o outro foi, de 1994 até fevereiro de 2003.

F – Quando o senhor chegou a Goiás já sabia das articulações políticas para se criar o Estado do Tocantins?

C – Não, assim que cheguei, não.

F – Como o senhor ficou sabendo?

C – Eu fiquei sabendo porque, logo, vi a movimentação, principalmente por parte do então deputado Siqueira Campos. Aí comecei a participar e fazer parte dessa corrente de pessoas que queriam a emancipação do norte goiano. Eu coletei muitas assinaturas da população em prol da criação, fiz várias reuniões na minha casa, incentivando a todos a participarem desse processo e eu participei também.

F – Efetivamente, de qual atividade o senhor participou nesse processo de separação, além da coleta de assinaturas? Por que existiu a CONORTE, a CENOG?

C – É, existiu. Eu não fiz parte de nenhuma dessas entidades até porque quando cheguei aqui no Tocantins, elas já existiam, e elas eram mais ligadas, ao Sul do hoje estado do Tocantins, na cidade de Porto Nacional. Araguaína, que fica ao Norte do Tocantins, não tinha muita movimentação. A movimentação maior que tinha era do Siqueira Campos. Depois, com o passar do tempo, é que comecei a conhecer pessoas ligadas a CONORTE, a CENOG. Aí já estávamos entrosados nesse processo.

F – Que razões pessoais e sociais o senhor teve para participar desse processo de criação?

C – Nós achávamos, nós víamos, por exemplo, pessoas estudiosas, curiosos da política, que a distribuição de renda do estado de Goiás era muito perversa, principalmente no Norte e no Sul. Por exemplo, dos recursos que Goiás recebia, cerca de 4% é que chegava para o Norte e o restante ficava para o Sul. Então, é claro que isso vai despertando na gente esse desejo de equilíbrio. Além do mais, a distância enorme que separava, por exemplo, o Bico do

Papagaio de Goiânia. Nós precisávamos acertar todas as coisas, como fazer uma inscrição no Conselho Regional de Medicina, você tinha que se deslocar. Qualquer concurso, um tratamento mais sério de saúde, mais completo, de procedimento mais complexo, tinha que ir para Goiânia ou Brasília. Eu por exemplo, tinha mais ligação com Brasília porque tinha 6 irmãos que moravam lá. Para você ter uma noção, Araguaína é mais perto de Belém do que de Goiânia. Então, tudo isso fez com que despertasse essa vontade para que houvesse um desenvolvimento regional e que o povo fosse melhor atendido. Muito sofrimento. Era duro quando a gente tinha que mandar um doente para fazer um tratamento de complexidade maior em Goiânia. Nós tínhamos a Rodovia Belém-Brasília de poeira e cascalho e muita dificuldade. E tudo isso porque o Brasil é muito grande. Esse foi, talvez, o fator mais importante que despertou em mim o desejo de participar desse processo.

F – No momento da criação do estado, lá em Brasília, qual foi a sua reação particular?
C – No momento da criação do estado? Foi de alegria, de satisfação, de esperança.

F – O senhor estava em Brasília quando foi decretada a criação?
C – Não, eu não pude ir. Eu sei que saiu daqui até um ônibus, mas eu tinha muitos pacientes no hospital e nós não estávamos com a equipe médica completa. Eu tinha vontade de ir, mas não pude estar em Brasília nesse dia. Foi no dia 8 de outubro, né?

F – 5 de outubro.
C – 5 de outubro de 1988 com a promulgação da Constituição. Nesse dia eu tinha compromisso aqui no hospital.

F – Que expectativa a população local tinha com a autonomia da região, já que, historicamente havia reclamação do descaso do governo de Goiás com relação à população do Norte?
C – O que a gente observava é que a população tinha um desejo e uma vontade de emancipação, mas ela era muito cética. Achava que era difícil conseguir devido às circunstâncias. Por outro lado, também, existia uma esperança por já ter sido desmembrado o estado do Mato Grosso. Então, isso, de certa maneira, fazia com que as pessoas acreditassem mais. Existia essa vontade muito grande e a esperança de que o estado pudesse ser criado e as coisas melhorassem para todos, o que na realidade aconteceu.

F – O senhor fundou em 1985 a Associação Médica do Tocantins.
C – Ah, eu mexia com tudo. Assim que eu cheguei aqui, não se encontravam pessoas com muita boa vontade de desenvolver atividades extra profissionais. Eu sempre tive essa vontade. Fundei a Associação Médica, porque começaram a chegar novos médicos aqui. Eu fui um dos primeiros médicos desta vasta região. Foi quando que eu criei?

F – Em 1985.
C – 1985. Nós criamos a Associação Médica. A Regional de Araguaína. Era Associação Médica de Goiás – Regional de Araguaína que depois virou Associação Médica do Tocantins.

F – O senhor acredita que esse fato tenha contribuído para que se chegasse ao seu nome para candidato ao Senado, ou o senhor acha que teve alguma outra questão da

sua participação mais ativa na política?

C – Eu acho que teve um fato mais importante. Em 1982 eu fui candidato a prefeito, e lutando contra tudo e contra todos, tive uma votação muito expressiva. Antes de criar a Associação Médica, eu já havia participado da criação do Rotary Club de Araguaína. Nós havíamos criado o primeiro clube social da cidade, o Aratins Country Club. Até disponibilizei uma área particular no local. Hoje é o balneário da cidade. Eu nunca tive muito apego com as coisas. Já tinha construído um barracão dentro da exposição agropecuária. Tinha feito um comodato com o Sindicato Rural de Araguaína, para que, ali, o Rotary Club, durante as festas da pecuária, pudesse angariar recursos para tocar uma creche. Nós fizemos uma creche também. Enfim, participei de tudo isso. Mas o fato que mais me fez entrar na política, provavelmente, foi a vontade manifesta por eu ter participado do processo de eleição como candidato a prefeito em 1982, pois, praticamente, Goiás só elegeu prefeito do PMDB e eu era do PDS, ou ARENA. Então, foi isso. E como tive uma votação muito expressiva, apesar de lutar contra todas as adversidades, creio que quando se criou o estado do Tocantins, o candidato a governador, que era o Siqueira Campos, convidou-me para ser candidato ao Senado. Resisti muito a aceitar isso, porque aqui no estado, no Norte, já havia vários políticos com mandatos que seriam candidatos ao Senado que já militava m na vida política. Eu apenas tinha sido derrotado em 1982, mas era para consolidar um processo de organização da infra-estrutura do estado, então aceitei só para colaborar. E foi uma grande surpresa, foi uma surpresa da política.

F – Quando o senhor fala em adversidades, quer falar exatamente o quê?

C – Adversidades? Aqui? Falta de apoio, de estrutura política já montada. Eu, por exemplo, estou querendo ser candidato a deputado federal agora, mas estou sentindo uma dificuldade muito grande outra vez. Eu não tenho apoio de nenhum prefeito.

F – Hoje, o senhor é de que partido?

C – Sou do PMDB. Não foi o partido que me elegeu ao Senado, não. Eu fui eleito ao Senado pelo PTB a primeira vez e a segunda vez pelo PFL. Está parecendo que mudo muito de partido. Até não gosto de mudar de partido, não, mas na época nós éramos teleguiados. Tínhamos que obedecer a um outro comando.

F – Quem foi que o descobriu um político? Foi alguém que lhe chamou atenção para isso, ou partiu do senhor mesmo?

C – Eu acho que já existia um ser político dentro de mim. E pela maneira como você enxerga a vida, como você atua na sua profissão e em outras atividades extra profissionais é que aparecem muitas pessoas lhe aconselhando a entrar na política porque você tem o perfil. Parece-me que esses dois fatores foram importantes. Uma vontade de querer entrar na política, embora na minha família jamais tenha tido qualquer político. Penso que os meus descendentes também não vão querer mexer com política. Eu sou primo de um dos maiores antropólogos, estudioso da causa indígena além de um grande e exemplar político

que é o Darcy Ribeiro¹¹⁴, que é adorado lá no Rio de Janeiro, mas nós nem nos conhecíamos. Nós nos conhecemos no Senado. Quando ele chegou lá, fui eu que me apresentei a ele e falei: “Eu sou seu primo”. Ele me perguntou, mostrando uma memória fabulosa: “Você é neto da Dona Fortunata ou da Dona Felicidade”? Eu falei: “Minha avó é a Felicidade”. Aí ele me explicou por que nós éramos primos. Depois me deu um livro de antropologia. Você o conheceu?

F – Pessoalmente não, mas um pouco da sua obra sim.

C – Fui ao enterro dele no Rio de Janeiro. Passei a noite conversando com o Leonel Brizola, Anthony Garotinho. Eles estavam todos lá no velório.

F – O senhor sabe dizer que ano foi isso?

C – Não tenho certeza, mas acredito que tenha sido em 1997. Ele era senador ainda. Eu fui representando o Senado e, principalmente, porque era parente dele. Eu ia com ele na Universidade de Brasília. O dia em que o Campus da UNB passou a chamar Campus Darcy Ribeiro, eu estava com ele.

F – O senhor falou que foi convidado pelo Siqueira Campos, para ser senador, no primeiro grupo de eleitos. De que maneira o senhor foi abordado?

C – É porque eu manifestei o desejo de ser candidato a deputado federal. O Siqueira procurou outras pessoas para ser candidato ao Senado. E parece que não tinha encontrado uma pessoa com o perfil adequado, que se enquadrava bem naquela oportunidade. Ele me falou que era melhor eu me candidatar ao Senado. Simplesmente recusei e falei que não tinha a menor intenção, até porque eu não teria jamais uma chance de ser eleito, porque eu só conhecia o Norte do Tocantins. Trabalhei muito aqui. Quase não tinha médico. Onde se anda por aqui tem sempre um paciente, um filho de paciente que lembra de mim: “Oh, doutor Carlos, o senhor cuidou do meu pai, o senhor cuidou da minha mãe, o senhor fez o parto da minha mãe quando eu nasci”. Eu trouxe ao mundo 6 mil crianças aqui em Araguaína.

F – A sua especialidade é qual?

C – Eu era médico obstetra e cirurgião geral, e fazia clínica também. Nós éramos quatro, cinco médicos para atender toda uma região. Não tinha médico por aqui. Hoje, só Araguaína, deve ter mais de duzentos médicos em atividade, além da faculdade de medicina.

F – Após a posse, nesse primeiro mandato, quais foram as primeiras providências que

¹¹⁴ **Darcy Ribeiro** nasceu em Montes Claros, Minas Gerais, em 26 de outubro de 1922. Antropólogo, dedicou-se ao estudo sobre os índios do Brasil, posteriormente dedicou-se à educação. Criou a Universidade de Brasília (UNB), onde foi o primeiro reitor. Foi Ministro da Educação, no Gabinete Hermes Lima, Ministro-Chefe da Casa Civil, no governo João Goulart, em 1963. Foi exilado político em Montevideú. Na sua volta ao país, elegeu-se Vice-Governador do Rio de Janeiro em 1982 pelo PDT, Secretário da Cultura e Coordenador do Programa Especial de Educação, e Senador da República de 1991 a 1997. Durante estes mandatos, também concretizou projetos na área ambiental. A intensa produção de livros o transformou num dos imortais da Academia Brasileira de Letras (ABL). Nos últimos anos de sua vida, ainda foi capaz de produzir poesias. Faleceu em 17 de fevereiro de 1997. (Fonte: www.fundar.org.br, acessado em 30 de abril de 2007).

o governo tomou?

C – Governo do estado?

F – Sim, o governo do estado do Tocantins.

C – As primeiras providências foram no sentido de implantar a infra-estrutura do estado, a infra-estrutura administrativa e física, e ir atrás de empréstimos onde tivesse, até porque o estado tinha uma capacidade muito boa de endividamento. Passou a crescer, zeraram os débitos. “Zerou” entre aspas, porque até hoje Goiás reclama. Mas aquilo que era débito de Goiás, com relação ao estado de Tocantins, ficou lá para Goiás, ou, então, o governo federal pagaria. E nós cuidamos, também, para conseguir uns recursos da ordem de R\$ 1 bilhão junto ao governo federal para a implantação do estado do Tocantins. O governo aceitou, mas isso demandou muito tempo para ser liberado. Acho que até hoje ainda não foi liberado na sua integralidade. Então, o que a gente tratou foi de viajar o mundo. Eu viajei muito pouco, mas o governador Siqueira Campos viajou bastante. Foi ao mundo todo, junto de outras pessoas, auxiliares do governo, contrair empréstimos para montar a estrutura administrativa do estado e a estrutura como um todo também.

F – Nessa época de liberação de verbas, o presidente era José Sarney.

C – Quando o estado foi criado, o presidente era José Sarney, tanto que o presidente Sarney chegou a vetar duas vezes a criação do Tocantins, porque ela foi conseguida no Congresso, através de projetos de lei. O presidente tinha o poder de veto e assim o fez. O Sarney vetou o estado. Aí, com a Assembléia Constituinte¹¹⁵ melhorou.

F - Existe uma questão que é levantada em alguns livros sobre a criação do Tocantins de que o Presidente Sarney teria vetado essas duas vezes e também não teria liberado essa verba federal por acreditar que a criação do Tocantins iria prejudicar a separação do Maranhão, que é uma coisa que ele cogitava. Isso se fundamenta dessa maneira?

C – Pode ser que tenha acontecido, mas eu não tinha conhecimento disso não. Eu sei que existe hoje um movimento muito grande no Maranhão que é vizinho do Tocantins, para criar o Maranhão do Sul. O Sarney vetou, certamente, devido às dificuldades momentâneas do país. Tinha de investir para criar um novo estado. Acredito que, quando você quer ter um filho, você tem que estar preparado para isso, porque ele vai gerar despesa, ele vai tomar conta do seu tempo.

F – Com relação à construção de Palmas, como o senhor vê essa questão?

C – Eu, hoje, aceito a construção de Palmas, mas assim que nós criamos o estado, houve uma disputa das três maiores cidades para se tornar a capital do estado. Araguaína, Porto Nacional e Gurupi. E cada pessoa montou seu bloco, seu grupo e estava brigando por isso.

¹¹⁵ A Assembléia Constituinte de 1988 foi criada com dois objetivos: o primeiro seria a eleição de uma assembléia autônoma cuja função seria exclusivamente, para fazer a Constituição, dissolvendo-se em seguida à promulgação desta; o segundo seria uma Constituinte congressual que resultaria de uma Câmara e de um Senado que se instalariam inicialmente para fazer a Constituição (como Assembléia Constituinte). Terminado esse encargo, continuariam como Câmara e Senado, cumprindo como cidadãos eleitos o mandato de deputado ou senador, logo após o mandato constituinte.

(Fonte: www.dhnet.org.br/direitos/militantes/herkenhoff/livro1/dhbrasil/br12.html, acessado em 21 de abril de 2007).

Cheguei a ter uma informação de que Araguaína seria efetivamente a capital do estado. E lutei muito para isso. Fui conversar com várias autoridades que poderiam contribuir para isso, como o Ministro do Exército¹¹⁶, porque queira ou não, isso é uma questão estratégica também. Então, a população de Araguaína acabou ficando decepcionada quando o governador Siqueira Campos disse que eles tinham feito uma imposição que não seria nenhuma dessas cidades. A alta cúpula do governo federal, inclusive as Forças Armadas, tinha dito que não seria nenhuma dessas cidades, então Siqueira resolveu instalar uma capital provisória em Miracema do Norte. Acho que poderia ter ficado em Miracema a capital, já que ela é uma cidade pequena, tinha toda possibilidade de ser, de se fazer um planejamento de uma grande cidade. Depois, a gente sentiu que o governador Siqueira Campos, queria que a cidade fosse à direita do rio Tocantins. Não tiro a razão dele. Palmas acabou sendo uma cidade colocada num lugar muito bom, estratégico, importante. É o centro geodésico do país. E virou uma capital da qual eu gosto muito. Até tem as razões de ser do lado direito do rio Tocantins porque é o lado direito do rio Tocantins onde fica a região mais pobre do estado. Como a rodovia Belém-Brasília é paralela ao rio Tocantins, mas está na sua margem esquerda, o progresso veio chegando para as cidades ao longo da rodovia. Depois de Palmas, temos observado que a margem direita do rio Tocantins tem se desenvolvido. Acho que, no final das contas, a nova capital deu certo.

F – Em que situação administrativa o estado se encontrava, quando vocês assumiram? Além das primeiras providências que vocês tomaram, qual era exatamente a situação administrativa, tendo em vista que era um governo que tinha acabado de se instalar, um estado recém-criado.

C – As condições administrativas eram precárias. Já tive oportunidade de dizer da distribuição perversa da arrecadação de Goiás com relação ao Norte. Aqui tudo era muito difícil, muito longe. Não tinha uma aviação comercial, doméstica permanente. Tínhamos muita dificuldade em nos locomover. Por isso, tivemos de montar essa estrutura em Miracema, montar as diversas secretarias para tomar conta da estrutura administrativa. Foi trazido gente, sobretudo de Goiás, e aproveitamos aquilo que tinha de mais preparado. Eu diria que começamos praticamente da estaca zero. Mas como começamos a receber o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), melhoraram muito os recursos que vinham para o estado do Tocantins e essa tarefa não foi tão difícil. Além do mais, estávamos conseguindo recursos externos, empréstimos via BID, BIRD, Banco Mundial, Banco Inter-Americano de Desenvolvimento, do Japão, e da Itália também. Não foi difícil montar essa estrutura não.

F – Mas foi trabalhosa.

C – Foi trabalhosa, claro, dadas as dificuldades, as distâncias e tudo mais.

F – A relação do Tocantins com Goiás estremeceu após a criação do estado?

¹¹⁶ O ministro do Exército em 1988 era o general Leônidas Pires Gonçalves (1985-1990). Nascido na cidade de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, em 1921, o general Leônidas Pires Gonçalves integrou o gabinete militar dos presidentes da República Jânio Quadros e Humberto de Alencar Castelo Branco. Entre 1981 e 1983, como general-de-divisão, foi comandante militar da Amazônia. Desempenhou papel de relevo na transição democrática, passando a integrar o governo de José Sarney como Ministro do Exército. (Fonte: www.historiasdopoder.com.br, acessado em 02 de maio de 2007).

C – Não. Por incrível que possa parecer, porque ninguém gosta de perder nada, eu jamais ouvi qualquer manifestação por parte de Goiás a respeito do fato de ter perdido esse grande território. É muito importante, porque o estado do Tocantins é privilegiado, quer do ponto de vista da sua localização, quer da sua condição climática, das bacias hidrográficas que tem. Goiás perdeu tudo isso mas, se nós não tivéssemos o apoio maciço da política de Goiás, do Íris Rezende¹¹⁷, do Henrique Santillo¹¹⁸ e de tantos outros, não teríamos conseguido isso. Felizmente, os políticos goianos entenderam e eu nunca ouvi qualquer queixa com relação ao fato do Tocantins ter sido criado. Foi uma coisa que se fez com a mais absoluta harmonia de ambas as partes.

F – Para se concretizar o estado, o que exatamente era necessário para que se conseguisse desmembrar a região Norte da região Sul de Goiás? Precisava ter a unanimidade da Assembléia Legislativa? Como é que vocês tinham que desenvolver essa questão política?

C – Era necessária a unanimidade da Assembléia Legislativa e o voto favorável de Goiás na Câmara Federal. No Pará, hoje, estão querendo desmembrar, por exemplo, a região de Carajás, mas não estão tendo o apoio do governo do Pará. Na nossa época, existiu o apoio do governo estadual, da Assembléia Legislativa de Goiás, e de toda a representação goiana no Congresso Nacional. Então, foi um acordo de cavalheiros que foi feito, e precisava disso mesmo. E acho que, poderia até não ser tão fácil assim, mas o fato principal que fez com que o Tocantins foi exatamente a Constituição de 1988 porque, conforme já falei, o Presidente Sarney vetou, embora tenha sido votado um projeto de lei pelo Congresso Nacional. E, com a promulgação da Constituição, essa é uma atribuição exclusiva do Legislativo, e que teve o apoio dos políticos de Goiás da época, do governador de Goiás, Henrique Santillo.

F – Gostaria de saber como o senhor avalia o político Siqueira Campos.

C – É um homem muito obstinado, trabalhador, organizado, com muita capacidade de trabalho, mas eu acho que já é um político ultrapassado. Eu acho que a política tem que evoluir. O Siqueira foi bom para o seu tempo, mas, hoje, ele ainda traz um resquício de uma política de coronel, que já não cabe mais no Brasil atual. Posso assegurar que a primeira eleição efetivamente democrática que vai existir no nosso estado é essa desse ano, onde os jovens, os estudantes vão ter um peso muito importante, vão participar, estão

¹¹⁷ **Íris Rezende** é natural de Cristianópolis, estado de Goiás. Nasceu em 2 de dezembro de 1933. Fez sua carreira pelo estado de Goiás, tendo sido vereador (1958) e prefeito de Goiânia (1965), deputado estadual em Goiás (1962), governador do estado por dois mandatos (1984 e 1992), senador da República por Goiás, Ministro da Agricultura no governo José Sarney (1986 a 1990) e da Justiça (1997 a 1998) no governo Fernando Henrique Cardoso. Em 2004 candidatou-se à prefeitura de Goiânia, venceu e exerce mandato até 1º de janeiro de 2009. (Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%8DrisRezende_Machado, acessado em 20 de abril de 2007).

¹¹⁸ **Henrique Santillo** nasceu na cidade de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, em 23 de agosto de 1937. Formou-se médico, em 1963 pela Universidade Federal de Minas Gerais. Toda sua vida política foi no estado de Goiás. Foi vereador em Anápolis (1965 a 1969), prefeito de Anápolis (1969-1972), deputado estadual (1975-1979), senador (1979-1987), governador (1987-1991), ministro de Estado da Saúde (1993-1995), conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (1999-2002) e presidente do Tribunal de Contas (2002). Morreu vítima de um derrame cerebral, em 25 de junho de 2002. (Fonte: www.senado.gov.br, em 18 de abril de 2007).

querendo modificar. O pessoal já está muito mais esclarecido. Felizmente, o Brasil está conseguindo isso. O Siqueira foi uma pessoa excelente para a sua época. É o protótipo daquele político tipo Benedito Valadares¹¹⁹, um pouco caudilho, mas hoje eu já acho que é um político atrasado.

F – A sua relação com ele na época da criação e hoje permanece a mesma ou vocês já divergem em alguma situação?

C – Nós sempre tivemos uma boa relação. Efetivamente depois que eu abandonei a *hostess* da União do Tocantins¹²⁰, pela qual eu fui eleito duas vezes. É claro que acaba por deixar uma seqüela, mas a gente jamais teve qualquer discussão. Até tenho dificuldade de estabelecer o perfil dele hoje. Estou falando que ele teve uma chance de ser um grande líder do estado do Tocantins, e que realmente foi durante algum tempo e será respeitado eternamente por todo mundo. Mas, infelizmente, hoje ele está aí no risco de perder uma eleição, porque as coisas mudaram, evoluíram e ele estacionou no tempo. Ele mesmo criou essa condição que ele está hoje, fazendo com que ele tenha uma chance real de perder as eleições. Agora, nunca tivemos nenhuma discussão. Até porque, normalmente, ele não aceita isso. Conforme falei, ele é um caudilho. Ele manda. Quem o segue não tem direito de ter idéias porque as idéias dele têm que prevalecer. Talvez por isso ele tenha perdido tantos companheiros. Eu, por exemplo, pensei que nós podíamos industrializar o estado. Transformar esse estado em um paraíso. Todo mundo empregado, até porque a densidade demográfica é pequena. Nós não fizemos nada. Depois que o nosso estado foi criado, muitas pessoas estão dependendo somente de emprego nos órgãos públicos estaduais, federais e municipais, principalmente estadual e municipal.

F – Em sua opinião, por que Theotônio Segurado foi considerado como um marco da história do Tocantins? O senhor sabe dessa história? Ela era divulgada durante a luta pela autonomia do estado? Como é que se concretizou?

¹¹⁹ **Benedito Valadares** nasceu em Pará de Minas, no estado de Minas Gerais, em 1892. Dentista e advogado, apoiou a candidatura de Getúlio Vargas, em 1930, lançada pela Aliança Liberal, coligação que reunia os setores políticos dirigentes de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, além das oposições dos demais estados. Era prefeito de Pará de Minas quando o movimento revolucionário que levou Vargas ao poder foi deflagrado, em outubro de 1930. Foi nomeado interventor de Minas Gerais, em 1933, mesmo sendo considerado um político de pouca expressão. Apoiou o continuísmo de Vargas no período do Estado Novo. Em seguida, foi confirmado à frente do governo mineiro, onde permaneceu até outubro de 1945, quando Vargas foi deposto. Nesses anos, consolidou sua imagem de político hábil. Seu jeito simples foi responsável pelo surgimento de um rico anedotário sobre sua pessoa. Após o final do Estado Novo, ingressou no Partido Social Democrático (PSD), agremiação organizada a partir do prestígio que os antigos interventores ainda detinham, e deu apoio decidido à candidatura presidencial vitoriosa do general Eurico Gaspar Dutra. Em fevereiro de 1946, assumiu seu mandato de deputado federal constituinte, para o qual havia sido eleito em dezembro do ano anterior. Em 1947, foi derrotado na disputa por uma vaga no Senado Federal por Minas Gerais. Reelegeu-se para a Câmara Federal em 1950, e, em 1954, finalmente obteve o mandato de senador, que foi renovado em 1962. Em 1964, apoiou o golpe que afastou João Goulart da presidência da República. Em seguida, defendeu o apoio do PSD à ditadura militar. Em 1966, com a extinção dos antigos partidos, ingressou na Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do regime. Deixou o Senado no início de 1971, quando encerrou sua carreira política. Morreu no Rio de Janeiro, em 1973. (Fonte: www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_beneditovaladares.htm, acessado em 27 de abril de 2007).

¹²⁰ A União do Tocantins (UT) é um grupo de partidos políticos “comandados” pelo ex-governador Siqueira Campos. Nas últimas eleições a UT foi composta pelos seguintes partidos: PSDB, PL, PP, PTB, PSB, PSC, PV e PT do B.

C - Eu sei da história. Ela surgiu até porque talvez tenha sido uma das investidas mais importantes para criar a província do Norte, ou a comarca do Norte. O Joaquim Theotônio Segurado foi um português que havia sido colocado aqui pela Coroa Portuguesa e ele se insurgiu exatamente com o abandono da região Norte, conforme nós também fizemos. Então ele passou a ser o marco idealizador da criação da comarca do Norte e outras pessoas sempre citaram o nome dele como alguns jornalistas, alguns juízes, o Brigadeiro Lysias, o juiz Feliciano Machado Braga de Porto Nacional, o jornalista Oswaldo Aires. Instituiu-se que nós devíamos seguir o exemplo de Theotônio Segurado, e ele ficou sendo um marco na divisão do estado, até porque Siqueira Campos o reverenciava muito em praças públicas. Siqueira parece que leu bem essa história e passou para nós. Ele teria sido tipo um Tiradentes que é o precursor da libertação de uma região, a região de Minas Gerais.

F – A população local, a população tocantinense conhece essa figura de Theotônio Segurado?

C – Conhece pouco. Não sei como está sendo nas escolas do Tocantins, se a figura do Joaquim Theotônio Segurado está sendo reverenciada, citada, porque acho que cada autor do seu estado tem que fazer a sua história. Não sei, mas tenho a impressão de que o povo não conhece tanto a história de Segurado.

F – E o senhor concorda com o fato de ele ser considerado um dos pioneiros na questão da separação do Norte, ainda em 1821?

C – Eu concordo porque foi onde existiu a luta libertária do Brasil, e ali já despertou nele esse desejo. Eu sempre gostei muito dos precursores. Acho que a pessoa que consegue consolidar o fato, realizar o fato, talvez não seja nem a mais importante de toda a história. Talvez aqueles outros que levantaram a bandeira. O homem que eu mais respeito da história do Brasil chama-se Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

F – O senhor foi candidato duas vezes ao Senado e venceu. Na eleição 2002, o senhor ia concorrer, mas em função da fratura no ombro...

C – É, eu tive uma fratura. Tive, também, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-TO) cassando os meus dois suplentes, aí não tive como prosseguir na candidatura.

F – E hoje, o senhor já falou que é pré-candidato a deputado federal. Quais são as suas pretensões políticas?

C – Agora eu já organizei a minha vida. Organizar a minha vida que eu falo, é que eu já criei meus filhos, formei os três, casei a minha filha que era um desejo que eu tinha muito grande e então está tudo resolvido. Ainda me considero novo. Não sou um jovem, mas me considero novo e não gostaria de parar de trabalhar, tanto que eu recusei a minha aposentadoria do Senado. Primeiro por achar que aquilo é uma coisa que não seria uma atitude ética. Ficar 8 anos num determinado cargo e ter direito a uma aposentadoria, que na verdade não existe, qualquer plano seguro vai por água abaixo. Então, sempre combati isso. No dia de me aposentar, simplesmente recusei minha aposentadoria. Para ser coerente comigo mesmo, com a formação e a criação que tive. Eu pensei que talvez ainda seria útil para o estado, de vido ao conhecimento que tenho no Congresso Nacional. Fui por 4 anos secretário da mesa do Senado e da mesa do Congresso. Fiz grandes amizades com os ministros. Tenho um trânsito muito bom no Congresso. Deixei um bom nome. Nós não tivemos dificuldades em conseguir as coisas para o estado nos primórdios da criação. Hoje,

tem muito mais dificuldade, a politicagem tomou conta e já tem um antagonismo maior. Eu estava lendo os jornais, por exemplo, tem senador (Eduardo Siqueira Campos) que está postergando o empréstimo externo para construir estradas, para construir pontes, que nós estamos precisando tanto. Eu estou achando que a política do estado, está sendo levada totalmente de maneira equivocada. Quando quisemos criar o estado do Tocantins, falávamos nos palanques que íamos criar um estado diferente dos que já existiam, sem vícios de política, de administração, de corrupção, de falta de ética e essas coisas. Estou achando que nós implantamos um dos piores estados para se fazer política. Aqui a política está ficando caríssima e a consequência disso é o que todo mundo sabe. Se você gasta 3 ou 4 milhões para fazer uma campanha política, você não vai ganhar nem 1 milhão durante o seu mandato, você vai arranjar uma outra maneira de recuperar o seu capital e aí que aparecem os mensalões da vida. É uma coisa que eu me recuso terminantemente a fazer. Implantei umas medidas como secretário da mesa do Senado e medidas austeras de diminuição, de contenção de gastos do poder público, porque o Brasil, hoje, está numa situação que ninguém está dando mais conta de sustentar. Os produtores vêm com as máquinas para beira das estradas. Quem paga imposto nesse Brasil, não dá conta de pagar mais. Precisamos procurar uma maneira de diminuir pelo menos 50% da corrupção no Brasil. Aí nós seríamos efetivamente uma grande nação.

F – O que eu tenho percebido aqui, é que a política no estado do Tocantins tem uma conotação muito forte. Ela mexe muito com os brios de qualquer lado que seja. O senhor acredita que para o futuro do estado do Tocantins, esse tipo de política que é feita hoje aqui, precisa ser melhorada, precisa ser bem resolvida internamente?

C – Ela tem que ser inexoravelmente melhorada, bem resolvida. Por isso que precisa da participação efetiva da juventude, da sociedade consciente, da imprensa. Eu participei esses dias de uma reunião da OAB Seccional do Tocantins, do TRE, e da CNBB Regional Norte do país, para que não haja compra de voto. Fui o único candidato que estava lá. Hipotequei meu apoio, porque me recuso a comparar voto. Em muitas cidades do Tocantins, infelizmente, foi implantada uma política de favores pessoais que nós temos de banir o mais rápido possível senão vai ter um efeito deletério muito grande no nosso estado. Isso só gera corrupção e, infelizmente, nós vamos ter, nesse ano, uma campanha política de baixíssimo nível. Ela já começou. E o dinheiro parece que vai prevalecer.

F – Para encerrar, eu gostaria que o senhor me falasse como vê o Tocantins no futuro?

C – Olha, de qualquer maneira, o Tocantins está fadado a ser um dos estados mais prósperos de todo o país devido aos inúmeros privilégios que ele tem. Eu já disse da sua localização central, das suas condições climáticas, das suas bacias hidrográficas. Aqui, a capital, Palmas, é equidistante de quase todas as outras capitais brasileiras com raras exceções, como o Rio Grande do Sul, mas é o centro irradiador. Acho que nós temos muito petróleo, por exemplo, no Jalapão. Aliás, eu já vi os secretos estudos prospectivos da Petrobrás lá no Jalapão que mostram que tem muito petróleo na região. Nós temos condições excelentes para implantar um turismo ecológico e o próprio Jalapão já faz parte desse turismo ecológico. O Tocantins, se bem administrado, se melhorar os rumos da política, vai ser um dos estados mais importantes do Brasil nos próximos 50 anos, eu não tenho dúvida disso.

F – Muito obrigada. Foi um prazer falar com o senhor.



MARCELO MIRANDA

Dia: 09 de dezembro de 2006

**Local: Gabinete do Governador – Palácio
Araguaia – Palmas/TO**

Hora: 18 horas

Duração: 48' 55''

F – Governador, muito obrigada por ter me recebido, pela sua disponibilidade. Eu começo a nossa entrevista, então, pedindo qual é o seu nome completo?

M – Primeiro eu gostaria de dar as boas vindas ao Palácio Araguaia que é a casa do povo. Meu nome é Marcelo de Carvalho Miranda, tenho 45 anos. Nasci em 10 de outubro de 1961, sou filho de José Edmar de Brito Miranda e de Marli de Carvalho Miranda.

F - Onde o senhor nasceu?

M – Em Goiânia.

F - Que profissões seus pais têm?

M – Meu pai é advogado e minha mãe fez magistério.

F – Onde o senhor estudou na sua infância e na sua juventude?

M – Na minha infância, em Goiânia, eu estudei no curso primário no Educandário Pio XII. No ginásio, da 5ª a 8ª série, fiz o Colégio Marista, em Goiânia. Já o científico, no 1º ano eu fiz no Instituto Americano de Lins, no estado de São Paulo e o 2º e 3º ano eu fiz no Colégio Objetivo, de volta a Goiânia.

F – O senhor fez faculdade?

M – Eu iniciei um curso de Engenharia Agrícola, na cidade de Alfenas, Minas Gerais. Depois me transferei para a Faculdade de Agronomia em Rio Verde, Goiás, mas não me formei.

F – Quais eram os nomes das faculdades que o senhor cursou?

M – Em Rio Verde, era a Fundação de Ensino Superior de Rio Verde (FESURV), mas não concluí o curso. Eu fiz até o 3º ano. E, em Alfenas, era a Universidade de Alfenas.

F – Antes de ser político que atividade o senhor tinha?

M – Eu era bancário. Hoje, ainda sou bancário, mas estou licenciado. Trabalhei no Banco do Estado de Goiás. Além de trabalhar no gabinete do meu pai que era deputado estadual. Eu era assessor dele.

F – As mudanças de cidade o senhor fez sozinho ou com a família?

M – Eu fazia sozinho. Saí de casa a primeira vez com 16 anos.

F – O senhor fixou-se em Araguaína quando ainda não tinha sido criado o estado do Tocantins? Por que escolheu Araguaína?

M – Na verdade, o meu pai instalou-se na cidade, em 1966. Ele era deputado estadual. Seu primeiro mandato foi em 1962, quando eu tinha apenas um ano de idade. Em 1967, ele foi para Araguaína exercer a sua profissão de advogado, já que houve o fechamento da Assembléia Legislativa de Goiás¹²¹. Daquela época para cá, antes da criação do Tocantins, nós freqüentávamos Araguaína nas férias. Quando foi em 1984, já que eu viajava muito em função de ser assessor do meu pai, instalei-me definitivamente em Araguaína e em 1989, casei-me nessa cidade.

F – Quando foi que seu pai, Brito Miranda iniciou na política?

M – Meu pai iniciou a vida pública, em 1962. Antes disso, ele já havia sido Secretário de Estado, Secretário da Agricultura. Tinha sido presidente do Instituto de Terras do Estado de Goiás daquela época. Após isso, ele foi eleito para o primeiro mandato como deputado estadual, em 1962, e acabou tendo mais quatro mandatos. De 1962 a 1970 e de 1982 a 1990. Uma coisa curiosa e interessante é que ele encerrou seu mandato em 1990 e eu fui eleito pela primeira vez em 1990. Como ele deixava o mandato e eu assumia, recebi das mãos dele o Diploma de Deputado, já pelo estado do Tocantins. Ele era deputado por Goiás. Em 1989, depois da criação do Tocantins, meu pai voltou para Goiás para terminar de exercer o seu mandato. Foram 16 anos representando o estado de Goiás.

F – O que motivou Brito Miranda a ser político, uma vez que ele era advogado?

M – Ele saiu de uma cidade pequena, a cidade de Pedro Afonso. O tio dele, José de Sousa Porto, foi deputado estadual e secretário de estado. O Brito foi estudar na sua adolescência, em Goiás, e depois se formou em advocacia junto de seu pai, o meu avô, Leôncio Miranda, que foi fundador da cidade de Supirama, que é vizinha da cidade de Pedro Afonso, dividida pelo Rio Tocantins. Meu avô, foi um líder político muito respeitado, amigo do interventor Pedro Ludovico Teixeira. Meu pai, que era chamado de Miranda, foi convidado a substituir o seu tio José de Sousa Porto, que também foi presidente da Assembléia de Goiás. Então, ele se candidatou por ser um representante de uma família tradicional politicamente e acabou sendo eleito.

F - A sua experiência na assessoria de seu pai, de ve ter lhe despertado o interesse pela criação do Tocantins. Eu gostaria que o senhor me relatasse como foi testemunhar os

¹²¹ Em 1967, a Assembléia Legislativa de Goiás, com poderes constituintes, promulgou uma nova Constituição Estadual, com alterações profundas no processo legislativo e mais poderes para o Executivo. As modificações feitas refletiam a nova ordem implantada no país pela Revolução de 1964. Em Goiás, o então governador Otávio Lage de Siqueira chegou a fechar a Assembléia Legislativa. O recesso forçado durou todo o ano de 1969 e o primeiro semestre de 1970. (Fonte: <http://www.assembleia.go.gov.br/Historia.htm>, em 05 de maio de 2007).

bastidores deste processo que culminou na criação de um novo estado.

M – Eu entendo que esse sonho da criação do estado do Tocantins é secular. Muitas pessoas que já se foram sonharam com o estado do Tocantins. Mas a nossa geração também foi importante, sem querer tirar méritos de ninguém dos que ajudaram na criação, que tiveram a oportunidade de criar e de ser o primeiro governador. Porém, nós que estávamos em Goiânia, testemunhamos a importância da decisão tomada pelo então governador de Goiás, Henrique Santillo. Ele teve a sensibilidade de sentar à mesa e discutir a criação do Tocantins com vários segmentos da sociedade, principalmente, os representantes da região Norte, como o pessoal da CONORTE e da CENOG. E assim trabalhou-se efetivamente e discutiu-se, enfim, a criação do Tocantins. Recordo muito bem das discussões plenárias em que o deputado Miranda (na época não o chamavam de Brito Miranda), que era líder do governo e que tinha a missão de conseguir o apoio de todos os parlamentares, para avaliar a criação do Tocantins. Eu estava na entrada do plenário, no dia em que saiu a notícia da criação e, um representante nortista que “brigava” pela criação do Tocantins chamou-me e disse: “Marcelo, o Tocantins está criado”. Isso foi mérito de muita gente. Sem desmerecer quem disse que criou, mas foi uma vitória de todas as pessoas que participaram do processo. Citar nomes, eu teria de citar centenas, mas não podemos esquecer de Henrique Santillo, Totó Cavalcante, Célio Costa¹²², Hagaús Araújo¹²³, enfim, tantos companheiros. Eu também não poderia deixar de dizer do ex-governador (Siqueira Campos) que tem um papel que ninguém lhe tira das páginas da história. Eu seria ingênuo em não falar disso, mesmo disputando eleições da maneira que nós disputamos nesse ano¹²⁴, mas temos que dizer da importância de quem fez e de quem continua fazendo parte da nossa história. Entretanto, a história foi escrita por todos que participaram do processo porque todos tiveram méritos. Para mim, é muito gratificante saber que a nossa geração participou ativamente desse processo da divisão da região Norte de Goiás.

F – Que idade o senhor tinha quando acompanhou o processo?

M – Eu tinha 22 anos de idade.

¹²² **Célio Costa** nasceu na cidade de Porto Nacional em 19 de dezembro de 1953. É formado em Economia pela Universidade Católica de Goiás. Foi deputado estadual por Goiás, membro do Comitê Pró-Tocantins. Escreveu livros como *Fundamentos para a criação do estado do Tocantins* (1982), *O sol nasce para todos* (1982), *O estado do Tocantins – Uma geopolítica de desenvolvimento* (1984). Porém, nenhuma de suas obras estava disponível no estado, durante a minha pesquisa. (Fonte: www.mariomartins.com.br, em 5 de maio de 2007).

¹²³ **Hagaús Araújo** é natural da cidade mineira de Patos de Minas. Nasceu em 31 de agosto de 1928. Mudou-se com a família para a cidade de Dianópolis, ainda quando esta pertencia ao estado de Goiás. Fundou o Instituto do Menor de Dianópolis, mesma cidade onde foi eleito prefeito, em 1964. Em 1982, foi eleito deputado estadual por Goiás. Em 1986, foi eleito deputado constituinte. Quando se criou o estado do Tocantins, conseguiu ser apenas suplente de deputado federal. (Fonte: www.mariomartins.com.br, em 5 de maio de 2007).

¹²⁴ Marcelo Miranda disputou as eleições majoritárias 2006, com Siqueira Campos. Durante todo o pleito, a estratégia de Siqueira Campos com relação a Marcelo Miranda foi de ataque a ele e a toda a sua família. Marcelo Miranda, por sua vez, ao se utilizar da “defesa”, também atacou Siqueira Campos. A votação final teve uma diferença de cerca de 30 mil votos a favor de Marcelo, enquanto grande parte dos tocantinenses acreditava que Siqueira Campos venceria com mais de 100 mil votos à frente.

F – Essa “busca” aconteceu em qual mandato de Brito Miranda?

M – Aconteceu entre o 3º e o 4º mandato. E acabou que deu certo. No 4º mandato era o governo do Henrique Santillo que foi governador entre os anos de 1986 e 1990.

F - Seu pai era presidente da Assembléia Legislativa de Goiás. Para a criação do Tocantins, era necessário haver unanimidade dos parlamentares?

M – Era necessária não só a unanimidade dos deputados estaduais, mas também, dos federais que na época eram José Freire e o Siqueira Campos que representavam a região Norte de Goiás.

F - Como Brito Miranda conseguiu estabelecer esse elo de ligação no Plenário para que o resultado pudesse ser positivo?

M – Ele era líder do governo, com bom acesso entre as bancadas. Eu digo sempre que um líder político, quando constrói um patrimônio, passa a ser avalizado por seus colegas. Quando digo patrimônio, me refiro ao patrimônio político, moral, de discutir projetos com a sua bancada e com as bancadas constituídas. E o Brito Miranda sempre teve uma participação ativa. Eu me lembro muito bem que ele sendo líder do governo e Presidente da Assembléia, sempre foi muito respeitado e sempre procurou ter muito respeito por seus colegas, até mesmo na oposição. O Íris Rezende, que governou de 1982 a 1986, e, depois, com o Henrique Santillo, foram fontes primorosas. Lembro bem das articulações, somente de 1982 para frente, porque antes eu era muito “criança”. O Brito teve uma participação bastante efetiva nesse processo. Ele e os outros 40 deputados de Goiás (lá são 41 deputados). E a unanimidade mostrou que ele tinha um trânsito livre e muito bom entre os colegas.

F – Quem o senhor definiria como os principais aliados?

M – Todos os segmentos como a CONORTE, a CENOG e outras instituições como os professores, os engenheiros, os agrônomos, até mesmo os credos religiosos que participaram ativamente. Eu posso dizer isso a você porque eu assisti. Fico muito satisfeito porque todos abraçaram a causa. Quanto a mim, confesso que não participei ativamente porque estava em Goiânia, mas digo que colaborei participando das sessões e assistindo às discussões.

F – Como todo processo democrático, há quem seja a favor e há quem seja contra. Pedro Ludovico Teixeira era contra a divisão. Quem o senhor veria como os principais adversários para essa vitória?

M – Eu até entendo o Pedro Ludovico porque se você for ver, ninguém quer ter menos território, principalmente, levando-se em consideração as inúmeras dificuldades que existiam à época. Porém, eu falo com muita franqueza que não vi manifestações contrárias além da dele. Quando houve um maior aprofundamento das discussões, o então Presidente José Sarney fez dois vetos contra a criação do Tocantins, mas depois foi aprovado na Constituinte de 1988. Eu posso dizer que não me recordo de ter visto reações contrárias. É evidente que havia ações que mostravam as dificuldades para se criar um novo estado, uma nova capital, no entanto, Goiás ficou no clima de “vamos criar”. Nós resolvemos enfrentar e criamos o estado que hoje você está acompanhando.

F – No momento da criação, onde o senhor estava?

M – Foi como eu já lhe disse, eu estava na porta da Assembléia Legislativa de Goiás e foi então que eu encontrei com meu pai. Ele já sabia. Foi um momento histórico e importante para nós todos. Foi assim que nós começamos a militar mais e a buscar mais oportunidades. Eu estava em Goiânia, trabalhando no gabinete de Goiás e foi um dos dias mais importantes que já presenciei. Estávamos realizando o sonho de ver o Estado do Tocantins criado.

F – E qual foi o seu sentimento com relação a isso?

M – Eu me senti praticamente um neto, por ser, naquele momento, um dos tocantinenses natos com a criação do estado. Senti-me na obrigação de abraçar aquela causa como se fosse uma espécie de autor. Percebi que poderia, a partir daquele momento, servir as pessoas e aconteceu que, com a criação do estado, consegui uma oportunidade. Estou terminando neste ano de 2006, o meu quarto mandato, já que foram três mandatos como deputado estadual e este de governador. É muito parecido com a trajetória política do meu pai, já que ele foi deputado por 16 anos. Eu fui deputado por 12 anos, tendo sido Presidente da Assembléia Legislativa, quatro anos como governador e entrando no ano de 2007 para cumprir mais quatro anos de governo. Se nós formos rememorar essa história de criação do Estado do Tocantins, sem tirar méritos de ninguém, a minha geração teve uma grande participação. Eu com o meu pai e os demais companheiros, levando as mensagens de seus pais, da importância da criação do estado. E, depois da criação do estado, a mensagem da importância de acelerar o desenvolvimento da região. Isso é gratificante e me sinto vitorioso porque Deus tem me dado a oportunidade de servir ao povo tocantinense para que, aquele jovem que estava na porta da Assembléia, hoje possa estar participando desse desenvolvimento.

F – E o Brito? Qual foi a reação dele já que tinha participado de todas as articulações anteriores?

M – Foi a reação de um filho agraciado com o presente que sonhava, porque o Brito não faltou em nenhum momento. Esteve sempre junto às instituições, debatendo coisas importantes, com várias missões a serem seguidas, através de uma participação efetiva junto aos outros 40 parlamentares. Por isso, eu digo que todos os 41 deputados foram importantes e precisam ser lembrados, por terem estendido as mãos para a criação do estado, até porque não havia muitos representantes da região Norte. Havia mais representantes do Sul e Sudeste de Goiás. Tiveram também os deputados federais que não foram somente os do Tocantins. Eu fico muito feliz quando encontro deputados federais da época que me dizem: “Olha, eu ajudei a criar o estado do Tocantins”. Isso é muito bonito. Precisamos lembrar desses 513 deputados federais que aprovaram em votação, atendendo ao chamamento dos nossos parlamentares.

F – A sua introdução na vida política foi por influência do Brito Miranda ou o senhor achava que tinha vocação?

M – Quando voltei para Goiânia, nas minhas andanças pelo o Norte de Goiás, fui começando a discutir com as pessoas e posso dizer que, quando meu pai me disse que estava parando e eu era o seu substituto, me senti uma pessoa muito importante. Importante como um filho, porque ele viu em mim uma pessoa que podia substituí-lo à altura. Mas o desejo sempre foi de ser político porque sempre gostei de ajudar as pessoas, de trazer para mim responsabilidades. Em 1988, na primeira eleição que teve mandato de apenas dois

anos, eu não me candidatei. Por que não me candidatei? Porque meu pai sairia candidato a vice-governador na chapa de José Freire e ele entendia que eu ajudaria aos demais companheiros de outra maneira. Eu, também, não me sentia muito preparado. Isso foi muito bom porque durante esses dois anos construí a minha candidatura. Foi quando o Brito chegou a mim e disse que eu o substituiria. Foi um desejo dele e da população também. Como meu pai sofreu derrota, ele voltou para Goiás para encerrar o seu mandato e eu permaneci aqui. Foi então que comecei a participar de mais encontros. Um casal de amigos me disse que eu deveria ser candidato e me apoiaram na candidatura. Foi quando percebi a importância da minha candidatura seguindo o feito do Brito e me lembrei do seu pedido quando ele dizia achar que eu tinha dom para a política e que gostaria que eu me candidatasse. E assim eu fiz. Em 1990, eu me candidatei e fui eleito.

F – Quando o senhor foi eleito para o primeiro mandato como deputado estadual, administrativamente, qual era a situação real do Tocantins?

M – Era tudo por se fazer. Andava-se por aí e era tudo estrada de chão. Para Araguaína, por exemplo, eram 470 quilômetros de estrada de terra. Eu vinha para Palmas na segunda-feira e só voltava para Araguaína na sexta-feira. É uma história que hoje eu vejo como sendo gratificante. Não havia nada aqui. Primeiro, havia a capital provisória de Miracema do Norte. Eu já peguei a cidade de Palmas, em construção. Vi essa cidade crescer. Foi muito importante. Eu era muito novo, tinha apenas 27 anos de idade, numa Assembléia construída em compensado, mas estávamos lá defendendo os interesses de uma população. Foi muito bom esse início como deputado, sendo os primeiros meses de adaptação e depois engrenei e entendi a importância do Legislativo para toda uma população.

F - Como o senhor avalia a importância de Brito Miranda para a consolidação do Tocantins?

M – Eu tenho o privilégio de dizer que tenho o Brito Miranda até hoje aqui do meu lado. E o quero ainda por muitos anos. O Brito Miranda profissional e o Brito Miranda pai são duas coisas distintas. Ele tem sido muito importante para mim e para o desenvolvimento do estado como pai e como colega de trabalho. Ele tem nos dado uma sustentação muito importante, junto aos colegas que compõem o governo. Por esse motivo, enfatizo a importância de Brito Miranda desde o começo quando apenas se falava no estado do Tocantins e depois durante todos esses 18 anos de existência do estado.

F – Em uma conversa informal com a imprensa, da qual eu participei, o senhor comentou que Brito Miranda seria o seu “oxigênio”. O senhor pode me falar um pouco mais sobre essa afirmação?

M – Ele é um pai e um profissional. Ele me oxigena, me dá forças. Todos os dias pela manhã nós nos falamos por telefone quando não podemos estar pessoalmente. Há nele um carinho e um desejo muito grande para que eu acerte. E esse é um desejo muito forte dos meus pais. O Brito Miranda tem sido não só o oxigênio, mas o amigo, o companheiro, o pai, o conselheiro. Da história do Brito Miranda eu sou suspeito em falar como filho, mas como profissional, é uma história emocionante e gratificante para qualquer político que queira trabalhar ao seu lado.

F – Uma pergunta que eu não poderia deixar de fazer é se o senhor reconhece em Siqueira Campos a figura do grande “criador” do estado?

M – Sim, ele tem um papel ímpar no início. Ninguém apaga a história do ex-governador. Pelo contrário, as páginas da história serão sempre lembradas e nunca serão envelhecidas. Eu jamais seria inábil ou até ingênuo em não dizer da sua importância. Ele foi autor do projeto, deu apoio e também acreditou no sonho da capital e de um estado que, hoje, eu tenho o privilégio de governar. Já tive quatro mandatos e terei mais um e eu digo que nós temos que reconhecer, sim, a importância dele para o Tocantins.

F – Já que o senhor citou Palmas, eu vou aproveitar para perguntar sobre a construção da capital. Como o senhor explicaria a construção de Palmas? Tinha essa necessidade, uma vez que já existiam cidades na região que poderiam ostentar esse *status* de capital como Araguaína, Porto Nacional, Gurupi e, até mesmo, Miracema do Norte que foi escolhida como capital provisória?

M – Eu entendo que foi acertada e importantíssima a construção de uma capital que deu certo e que vem dando certo. Miracema foi importante em acolher e em ser uma capital provisória, mas com o advento da construção de Palmas não se pôde sustentar. Quero parabenizar a todos os que chegaram naquele primeiro momento de construção e os arquitetos que acreditaram, que foram chamados e convocados para essa missão de construir uma capital. Acho que foi acertado e que nós temos que louvar muito as pessoas que estão acreditando e vêm investindo nessa capital, de maneira muito tranqüila. As pessoas estão escolhendo Palmas para criar seus filhos e, conseqüentemente, estamos dando grandes oportunidades para os que vêm morar no Tocantins, e, assim, passem a acreditar mais nesse estado.

F – Como aconteceu a desintegração de posse dos fazendeiros dessa região? O senhor saberia me explicar?

M – Eu entendo que todas aquelas pessoas que detinham propriedades ao redor da capital foram chamadas para conversar e, conseqüentemente, em troca (e acho justo isso ser negociado mesmo), com áreas para que se fizessem loteamentos e as pessoas pudessem fazer as suas construções na capital.

F – Houve muita discussão para a criação de Palmas? Quem o senhor considera que teriam sido os maiores opositores?

M – Eu cheguei aqui em 1989, e não vi muita discussão. O que eu entendo é que quem não se deu bem é quem gostaria de ganhar, em curto espaço de tempo, a sua autonomia patrimonial. Essas pessoas que não entenderam que todo começo é difícil e que se cansaram e foram embora devem estar arrependidas de terem saído daqui. Mas eu não vi adversários, não vi queixas. Muitas pessoas seriam capazes de vir pra cá, de se mudarem com suas famílias e ajudarem no desenvolvimento do estado. Se tivemos adversários para a construção da capital foram essas pessoas que não agüentaram passar um pouco de dificuldade e esperar para que desse certo.

F – O senhor acredita que a construção de Palmas seria uma maneira de consolidar a identidade do povo tocantinense, levando-se em consideração que vem muita gente de fora?

M – Aí é que está a grande questão, quando se cria um estado, porque não ficam somente os natos da terra. Chegam os de fora para ajudar a construir, pessoas de outros estados, de outros países. Qualquer estado que será criado deve construir uma capital para que todos

possam se juntar e se unir à população local, que possam somar para, conseqüentemente, desenvolver.

F – Em uma entrevista sua à revista *Isto É*¹²⁵, o senhor comentou que é totalmente a favor da criação de novos estados.

M – Sim, sou a favor. Um grande exemplo é o Estado do Tocantins. A importância que foi a efetivação desse processo é um estado que vem dando muito certo. O sonho do sul do Pará para a divisão, o sul do Maranhão e tantos outros lugares desenham a vontade da população. Nós sabemos o que acarreta a criação de um novo estado, mas eu tenho de defender o que está sendo bom. É só olhar para os nossos vizinhos, o desejo de ser dividido. O governador Marcelo Miranda, o cidadão Marcelo Miranda, apóia a criação de novos estados.

F – O que o senhor vê como principal benefício da criação de um novo estado?

M – Primeiro lugar, independência. Depois disso, a oportunidade de você poder ajudar na construção e servir à comunidade. A criação de um estado soma não só àqueles que já estão no estado, participando de atividades, mas, também, aos que chegam com novas vontades. Por isso, com as indústrias, com as empresas, as pessoas passam a acreditar num chão onde é possível construir muita coisa, não só a pequeno prazo, mas a longo prazo também.

F - O senhor acredita que o processo de idealização separatista tenha realmente iniciado com Theotônio Segurado, em 1821?

M – Eu acho que não só com Theotônio, Hagaús e tantas outras pessoas que já se foram. Quando eu falo em Hagaús, eu falo em Totó Cavalcante, Brito Miranda, Siqueira e todas essas pessoas. Theotônio foi importante? Foi. Tanto é que ele tem uma avenida aqui com o nome dele em reconhecimento por ter lutado por nós. Acredito que ele gostaria de ver consolidado o estado, mas nós temos de ir mais além. Eu digo para você e tenho debatido muito por onde eu ando, que nós temos de aprofundar mais sobre a criação do Tocantins, para que os nossos filhos possam saber também e como foi e quem foi que conseguiu consolidá-lo efetivamente.

F – O senhor foi eleito governador em 2002 e agora foi reeleito em 2006. Em ambas eleições, venceu no primeiro turno, porém, em situações políticas bem distintas. Que contribuições acredita que ainda pode trazer para o Tocantins?

M – Quando fui eleito, em 2002, como governador sabia dos desafios. Ganhei no primeiro turno. Era uma experiência nova. Saí do Legislativo direto para o Executivo sem passar por Câmara Federal ou Senado. Saí de um mandato de deputado para o de governador. Administrei uma casa com 24 donos (que são os parlamentares da Assembléia do Tocantins), e passei a administrar uma outra com mais de 1 milhão de donos (que é o estado do Tocantins). Tudo o que nós fazemos, procuramos fazer para servir a comunidade, levando a estrutura aos 139 municípios do estado para que pudéssemos agregar. Eu sou, sim, um governador municipalista. Estou dizendo tudo isso para que você possa entender

¹²⁵ A reportagem em questão foi publicada na edição de 22 de março de 2006. O título da matéria é “*Criar estados gera riquezas*” e foi escrita pelo repórter Marco Damiani. A matéria está disposta da página 8 a 10 da revista, cuja edição também apresenta como matéria principal o ex-governador de São Paulo Geraldo Alekmin sob o título *O anti Lula*.

que o que tenho feito aqui é visando descentralizar o poder. Nós procuramos mostrar, para todos os segmentos da sociedade, que governar não é difícil, a partir do momento em que você olha para frente. Nós trabalhamos nesse sentido e vamos agora assumir um novo desafio. Fomos às praças públicas e levamos propostas. Isso nos fez ganhar novamente uma eleição no primeiro turno. Foi uma eleição que você viu e participou nas horas que você tinha tempo, mas Deus e a população me deram mais esse crédito para governar o Tocantins. Agora, o nosso grande desafio é na educação, é na saúde, é na segurança e na administração, com os servidores, no setor público, com os empresários. Mas o nosso grande momento no Tocantins é partir para a industrialização. É o grande momento para que o Tocantins possa deslanchar. Temos a energia, a hidrovia, a ferrovia, as rodovias, enfim, nós temos muito a oferecer. Incentivos fiscais também. Eu entendo que é um novo desafio. Estou muito diferente daquele governador que chegou aqui, em 2002, de forma muito acanhada. Agora tenho muito mais experiência. Tenho certeza de que a comunidade vai reconhecer que aquilo que foi deixado de fazer será feito agora com maior experiência. Nós vamos zerar a partir de 1º de janeiro de 2007 e começar um novo tempo.

F – Passado o seu mandato de governador, o senhor pretende se candidatar a novos cargos? Continuar na vida política?

M – Nós, políticos, temos que estar sempre nos preparando para um novo chamado. Quando fui convocado para assumir o governo, entendia que era uma missão, primeiro de Deus, depois da população. Quero, a partir de 1º de janeiro de 2007, continuar governando esse estado com muita humildade e com muito respeito à sociedade. É evidente que, durante os anos do nosso governo, se eu for convocado para trabalhar para a comunidade, esse futuro a Deus pertence.

F – E da sua vontade, é possível?

M – Eu acredito que sim. Hoje eu tenho 45 anos de idade. Estou muito bem de saúde. Espero que nesses próximos quatro anos de mandato, nós possamos discutir o futuro político não só do Marcelo Miranda, mas de todos os outros companheiros.

F – Qual a sua expectativa de futuro para o Estado do Tocantins. Daqui há 50 anos, como o senhor vislumbra o estado?

M – Eu que tenho um filho de 12 anos, o Guilherme e a Marcela que tem 11, espero que daqui a 40 anos, ele com 52 e ela com 51, possam participar ativamente do desenvolvimento do nosso estado. Poderão dizer: “Os nossos pais participaram do início do nosso estado e, nós, agora, temos que contribuir para o desenvolvimento do estado”. Eu vejo que as futuras gerações, os projetos futuros, são projetos que realmente darão ao Tocantins o reconhecimento não só nos outros estados, mas, também, no exterior. Então, eu vejo o Tocantins daqui a 40, 50 anos como efetivamente consolidado.

F – Neste momento, eu abro espaço para as suas considerações finais e possíveis temas que não foram abordados.

M – Eu quero, Fernanda, inicialmente, agradecer a oportunidade e dizer da importância desse trabalho que você tem feito e vai continuar fazendo, descrevendo o nosso estado. Não só eu, como o Brito Miranda, minha mãe Marli, minha esposa Dulce e a nossa família tocantinense possam reconhecer o seu dinamismo e a sua determinação através desse trabalho que você vai colocar não só no Tocantins, mas no Brasil. Quero reconhecer e

deixar claro o meu carinho pelo estado de Goiás que deu a grande oportunidade da criação do estado do Tocantins. Os nossos irmãos goianos e goianenses fazem parte dessa história. Goiás contribuiu e vem contribuindo para o desenvolvimento do Tocantins. Eu quero parabenizar você e dizer que este governo se sente honrado. Não só como governador, mas como cidadão tocantinense fico enobrecido pela importância do seu trabalho, por participar dele e quero dizer, ainda, que vá em frente e conte com o povo tocantinense.

F – Obrigada.

Bibliografia

Fontes Primárias

Almanaque Cultural do Tocantins números: 6, 7, 8, 11, 14, 23, 30 e 37

Folha da Manhã – São Paulo – 11 de julho de 1956

Jornal A Tarde – 04 de fevereiro de 1944

Jornal de Notícias – Goiânia – 22 de julho de 1958

Jornal do Brasil – Rio de Janeiro - 01 de março de 1960

Jornal O Estado do Tocantins – Dezembro de 1956

Jornal O Estado do Tocantins – Janeiro de 1957

Jornal O Estado do Tocantins – Março de 1957

Jornal O Estado do Tocantins – Setembro de 1957

Jornal O Estado do Tocantins – Janeiro/Fevereiro de 1958

Jornal O Estado do Tocantins – Março de 1958

Jornal O Estado do Tocantins – Junho 1958

Jornal O Estado do Tocantins – Novembro de 1959

Jornal O Estado do Tocantins – Maio/Junho/Julho de 1960

Jornal O Girassol – Palmas - Tocantins 14 anos – Outubro de 2002

Jornal O Girassol – 21 de novembro de 2005

Jornal Paralelo 13 – Arquivos iconográficos

Jornal do Tocantins – Palmas - 14 de setembro de 2006

Jornal do Tocantins – 16 de setembro de 2006

O Jornal – Rio de Janeiro – 15 de julho de 1956

Revista Anhanguera – Goiânia - Novembro de 1968

Revista Rota Brasil Oeste - 28 de novembro de 2004

“O batismo cultural de Goiânia”. *Revista Brasileira de Estatística (RBE)*, volume 3, número 9, 1942, p. 222-227.

“O batismo cultural de Goiânia”. *Revista Brasileira de Estatística (RBE)*, volume 3, número 10, 1942 p. 379-382.

“O batismo cultural de Goiânia”. *Revista Brasileira de Estatística (RBE)*, volume 3, número 11, 1942, p. 501-537.

FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. “O instituto brasileiro de geografia e estatística e os governos regionais”. *Revista Brasileira de Estatística (RBE)*, volume 1, número 2, junho/1940, p.270-276.

_____. “O conselho nacional de estatística no Batismo cultural de Goiânia”. *Revista Brasileira de Estatística (RBE)*, volume 3, número 11, 1942, p.451-460.

GARFIELD, Seth. “As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-nação na era Vargas”. *Revista Brasileira de História*, volume 20, número 39, São Paulo, 2000.

VIANA, João Segadas. “Divisão territorial do Brasil”. *Revista Brasileira de Geografia (RBG)*, volume 2, número 3, 1940, p. 372-406.

Carta de Getúlio Matos Quinaud – um dos fundadores da Casa do Estudante do Norte Goiano - CENOG

Carta do Tocantins – elaborado no 1º Congresso de Estudos dos Problemas do Norte Goiano, em abril de 1982.

Criação do Estado do Tocantins na constituinte de 1988 – Anteprojetos, Projetos, Vetos e Discussões. Histórico factual em documentos. Outubro de 1989.

“*Epopéia de um bravo*” – Discursos que mudaram a história e o destino de um povo.

Originais dos textos datilografados por Feliciano Machado Braga que foram publicados nas edições do jornal *O Estado do Tocantins*.

Panfletos de campanha de movimentação separatista pró-Tocantins.

Livros e Artigos

ABREU, Alzira Alves de (et al). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro, Editora FGV, CPDOC, 2001.

- ABRUCIO, Fernando Luiz. *Os barões da federação*. São Paulo, Hucitec, 2002.
- ALBERTI, Verena. “História dentro da história”. In: PINSKY, Carla (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo, Editora Contexto, 2005, p.155-202.
- _____. “O lugar da história oral: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa”. In: *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.
- _____. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004, 2ª edição.
- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás*. Republicação baseada na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 3º trimestre de 1864. Goiânia, 1979.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Edições 70, Lisboa, 1991.
- BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança*. São Paulo, Edusp, 1996.
- BOJUNGA, Cláudio. *JK, o artista do impossível*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.
- BRAGA, Jorge. *Palmas e vaias – O Tocantins em charges*. Editora não identificada, 2000.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. De 5 de outubro de 1988. 11ª edição. São Paulo, Editora Atlas, 1998.
- CAMARGO, Aspásia (et al). *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro, Ed. Rio Fundo, 1989.
- CAMPOS, Rinaldo. *O ditador do cerrado*. Palmas, (Editora não identificada), 5ª edição, 2006.
- CAVALCANTE, Maria do E. S. Rosa, *Tocantins: O movimento Separatista do Norte de Goiás 1821-1988*. São Paulo. Ed. Anita, 1999.
- COSTA, Valeriano. “Federalismo: as relações intergovernamentais”. In: AVELAR, Lúcia & CINTRA, Antônio Octávio (orgs.) *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro, Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo, Unesp, 2004, p. 173-184.
- CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia, Editoras UFG/UCG, 1997.
- _____. *Os caramujos contemporâneos da modernidade*. Goiânia, ABDR, 1998.

D'ARAUJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Série Descobrimdo o Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 2000.

DIAS, João da Rocha Ribeiro. *Tocantins – A força de um ideal*. Goiânia, O Popular, 1989.

GOMES, Ângela de Castro, PANDOLFI, Dulce Chaves & ALBERTI, Verena (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

_____.(org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2002.

_____. “A construção do homem novo”. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta & GOMES, Ângela de Castro (orgs.). *Estado novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982, p. 151-166.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, Ed. DP&A, 2004.

_____. “Quem precisa de identidade?”. In: Silva, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes, 2000.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Ed.Vértice, 1990.

HOBBSBAWM, Eric. “A produção em massa das tradições: Europa, 1870 a 1914”. In: HOBBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (org). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro. Ed. Paz & Terra, 1997.

IANNI, Octávio. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia 1964-1968*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. *A idéia do Brasil moderno*. São Paulo, Brasiliense, 1992.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo, Ed. Alfa - Omega, 1975.

LEVILLAIN, Philippe. “Os protagonistas: da biografia”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2003, p.141-184.

LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas – a experiência da microanálise*. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 1998, p.225-249.

MARTINS, Mário Ribeiro. *Dicionário Biobibliográfico de Goiás*. Ed. Máster, Rio de Janeiro, 1999.

MARTINS, Mário Ribeiro. *Dicionário Biobibliográfico do Tocantins*. Ed. Máster, Rio de Janeiro, 2001.

- OLIVEIRA, Márcio de. *Brasília: o mito na trajetória da nação*. Ed. Paralelo 15, Brasília, 2005.
- PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1999.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 5 (10), 1992.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 2 (3), 1989.
- PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum.” In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996, p.103-130.
- PÓVOA, José Liberato Costa. *História Didática do Tocantins*. Goiânia, Ed. Kelps, 2004.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 2ª edição, 2002.
- RÉMOND, René. “Uma história presente”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2003, p.13-36.
- RICARDO, Cassiano. *Marcha para oeste: a influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, Coleção Documentos Brasileiros, 1940, volumes 1 e 2.
- RODRIGUES, Edivaldo. *Terra de Coronéis*. Porto Nacional, Alternativa Gráfica e Editora, 2006.
- RODRIGUES, Lysias. *O rio dos Tocantins*. Palmas, Alexandre Acampora, 2001, 2ª edição.
- _____. *Roteiro do Tocantins*. Palmas, Alexandre Acampora, 2001, 4ª edição.
- SILVA, Otavio Barros da. *Breve história do Tocantins e de sua gente: uma luta secular*. Araguaína, Federação das Indústrias do Estado do Tocantins, Solo Editores, 1997, 2ª edição.
- TREBITSCH, Michel. “A função epistemológica e ideológica da história oral no discurso da história contemporânea”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro, Diadorim/Finep, 1994.
- VARGAS, Getúlio. “O Brasil na guerra”. In: *A nova política no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. José Olímpio, 1943, vol. IX.

_____. “No limiar de uma nova era”. In: *A nova política no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. José Olímpio, 1943, vol. VII.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo, 1979, 2ª edição.

VIANNA, Oliveira. *Ensaio inédito*. Campinas, Ed. Unicamp, 1991.

CD-ROM

LEITÃO, José Carlos. *Tocantins eu também criei*. Palmas, 2006.

Sites

<http://conjur.estadao.com.br/static/text/45782,1>

<http://elogica.br.inter.net/crdubeux/hprestes.html>

http://geoftp.ibge.gov.br/documentos/geodesia/artigos/1996_Centro_Geodesico_Centroide.pdf

<http://goiasnet.globo.com/ojc/historia/ojc/historia.htm>

<http://infoener.iee.usp.br/cenbio/brasil/amlegal/amlegal.htm>

<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br>

<http://pt.wikipedia.org>

http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%8DrisRezende_Machado

http://pt.wikipedia.org/wiki/Amazonia_Legal

http://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_Militar_de_Realengo

http://pt.wikipedia.org/wiki/Getulio_Vargas

http://pt.wikipedia.org/wiki/História_do_Comunismo

http://pt.wikipedia.org/wiki/Orestes_Quércia

http://wikipedia.org/wiki/Antonio_Palocci

http://wikipedia.org/wiki/José_Roberto_Batochio

http://wikipedia.org/wiki/Superintendência_de_Desenvolvimento_da_Amazônia

http://wikipedia.org/wiki/Washington_Novaes

http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_beneditovaladares.htm
<http://www.10emtudo.com.br>
<http://www.amat.org.br/amat/intro.asp>
<http://www.anthonygarotinho.com.br>
<http://www.assembleia.go.gov.br/Historia.htm>
<http://www.associados.com>
<http://www.brasilecola.com/historiab/coronelismo.htm>
<http://www.camara.gov.br/internet/deputado>
<http://www.cff.org.br/revistas>
<http://www.cidadedoconhecimento.cidadevirtual.br>
<http://www.cidades.gov.br>
<http://www.collor.com>
<http://www.cpdoc.fgv.br/anosjk>
http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/fatos/EstadoNovo.htm
http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_poladm_dasp.htm
<http://www.cpdoc.fgv.br/eravargas>
<http://www.culturabrasil.org/vargas.htm>
<http://www.darcicoelho.com>
<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/herkenhoff/livro1/dhbrasil/br12.html>
<http://www.dianopolisto.hpg.ig.com.br/marco.htm>
[http://www.encyclopedia.tiosam.com/encyclopedia/encyclopedia.asp?title=Francisco_ Adolfo_de_Varnhagen](http://www.encyclopedia.tiosam.com/encyclopedia/encyclopedia.asp?title=Francisco_Adolfo_de_Varnhagen)
<http://www.fleuryfilho.com.br>
<http://www.fugpmdb.org.br>
<http://www.fundar.org.br>
<http://www.guerrilhadoaraguaia.com.br>
http://www.guiadoscuriosos.ig.com.br/index.php?cat_id=51501
<http://www.historiasdopoder.com.br>
<http://www.ibge.gov.br/censoshistoria>
<http://www.ibope.com.br>
<http://www.mariomartins.com.br>

<http://www.ms.gov.br/MSGov/NossoEstado/InformacaoGeral.htm>
<http://www.palotti.com.br>
<http://www.pbh.gov.br/cultura/joaodebarro>
<http://www.pdt.org.br/personalidades/brizola.asp>
<http://www.portalamazonia.globo.com>
<http://www.portaldocidadao.to.gov.br>
<http://www.premioesso.com.br>
<http://www.premioigedejornalismo.org.br>
<http://www.presidencia.gov.br/CCIVIL/Constituicao/Constituicao91.htm>
<http://www.riotiete.com.br>
<http://www.saoborja.com.br/getulio>
<http://www.seduc.to.gov.br>
<http://www.senado.gov.br>
<http://www.senado.gov.br/comunica/museu/passarinho.htm>
http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_legislaturas.asp
<http://www.suapesquisa.com/tiradentes>
<http://www.terraeasfalto.com.br/destinos/jalapao>
<http://www.to.gov.br>
<http://www.tse.gov.br>
<http://www.tse.gov.br/eleicoes2006>
<http://www.usinadasletras.com.br>
http://www.veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_01041970.shtml
http://www.vermelho.org.br/governo_lula/23.asp
<http://www.achetudoeregiao.com.br>
<http://www.projetomemoria.art.br>
<http://www2.ucg.br/flash/Flash2005/Outubro05/051018dj.html>
http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_colunas/c_buarque/id070501.htm
<http://www2.ucg.br>

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)